An aerial photograph of a city, likely Rio de Janeiro, showing a dense urban area with a winding river, a large bridge, and a coastline with the ocean in the background. The sky is clear and blue.

geo

graphia

4+2

EDITORIAL

O número 42 da revista GEOgraphia apresenta em sua primeira seção sete artigos em diferentes perspectivas temáticas mas que enfocam áreas/questões muito pertinentes no campo da Geografia. Vários deles têm uma perspectiva mais teórica – sobre escala, geografia histórica, território, unidades de conservação, outros concentram-se numa análise crítica do espaço capitalista contemporâneo e alguns focalizam uma perspectiva mais empírica.

O **Artigo** que abre este número, *Repensar a escala como categoria geográfica: da análise para a prática*, do geógrafo norte-americano Adam Moore, focaliza a problemática das escalas em Geografia e o debate teórico em torno de sua validade heurística. O autor destaca que, mesmo que seja questionada como categoria de análise, a escala continua muito disseminada enquanto categoria da prática, no âmbito do senso comum, e isso não pode ser desprezado.

Patrício Aureliano Silva Carneiro, da Escola Preparatória de Cadetes do Ar, a seguir, traz o artigo *Questões teóricas e tendências da Geografia Histórica*, recuperando um debate pouco veiculado na Geografia brasileira ao salientar a importância dos processos espaciais/territoriais na modelagem da organização social no passado. Discorre assim sobre as categorias tempo e espaço, história e geografia, tomando como base principalmente bibliografia anglo-saxônica, com base na qual traça as novas tendências e desafios no campo de investigação da Geografia Histórica.

O terceiro artigo, *A abordagem sobre o território em autores da Geografia brasileira: mutações de um conceito*, de Lucas Labigalini Fuini, do Instituto Federal de

São Paulo, realiza um balanço das principais abordagens sobre o conceito de território na Geografia brasileira desenvolvida desde o fim dos anos 1970. Destaca-se, através da apresentação da perspectiva de seus autores mais representativos, a crescente multidimensionalidade e transescalaridade que o conceito adquire e a mudança de seu sentido explicativo a partir dos anos 2000.

O artigo *Conceitos geográficos na gestão das unidades de conservação brasileiras*, de Lilian Miranda Garcia (Universidade Estadual de Ponta Grossa), Jasmine Cardozo Moreira (UEPG) e Robert Burns (Universidade de Virgínia Ocidental), tem como objetivo principal analisar como conceitos da Geografia se inserem nos debates sobre a gestão das Unidades de Conservação brasileiras, especialmente território, paisagem e lugar.

Em *Crise, rentismo e os limites para 'o direito à cidade'*, de Pedro Henrique de Mendonça Resende, da Universidade Federal de Minas Gerais, apresenta três elementos da sociedade brasileira: os "limites irreversíveis" alcançados pela reprodução social do capital, as formas rentistas de acumulação capitalista e os obstáculos à realização do "direito à cidade", analisando empiricamente os conflitos presentes na região das ocupações Izidora, na periferia metropolitana de Belo Horizonte.

O próximo artigo, *A autonomia frente à hidra capitalista: aportes da experiência zapatista*, de Renata Ferreira da Silveira e Marcelo Argenta Câmara, da UFRGS, avalia o sentido da construção de territorialidades autônomas no bojo do movimento zapatista, em especial através dos chamados Caracóis e das Juntas de Bom Governo, instâncias fundamentais da vida política e

social. Questiona-se a partir daí as possibilidades colocadas em termos de alternativas em relação à atual crise civilizatória capitalista.

O seguinte artigo, *O cinema do Terceiro Mundo sob o olhar da antigeopolítica: ditadura e resistência na América Latina*, de Rejane Cristina Rodrigues, da PUC-Rio, trata da contraposição "antigeopolítica" frente ao imaginário geopolítico hegemônico traduzido pelos filmes de Hollywood. Isso é feito através da análise de três filmes que retratam a América Latina no período ditatorial, revelando elementos característicos de uma geopolítica de resistência durante as ditaduras implantadas no Brasil, no Chile e na Argentina.

Finalmente, a seção principal de artigos apresenta *Território em disputa no litoral cearense: a resistência/ inovação do turismo comunitário diante das ações e contradições do Estado*, de Lenilton Francisco de Assis, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Tomando como referência empírica a comunidade de Tatajuba, no litoral norte cearense, o autor analisa uma luta pelo território que não se restringe ao espaço diretamente vivido mas também se articula numa rede territorial ampla, como forma de resistir/ inovar na proposta de um turismo de base comunitária.

A seção **Nossos Clássicos** traz tradução de texto do geógrafo anarquista Piotr Kropotkin sobre a divisão do trabalho, parte do primeiro capítulo de seu livro *Fields, Factories and Workshops (Campos, Indústrias e Oficinas)*, intitulado *A descentralização da indústria*.

Na nova seção **Conceitos Fundamentais da Geografia**, a geógrafa Iná Elias de Castro, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, aborda o conceito de *Espaço Político*.

A **Resenha** deste número, por fim, comenta a obra de Eduardo Gudynas, *Extractivismos: Ecología, economía y política de un modo de entender el desarrollo y la Naturaleza*, e é apresentada por Luiz Jardim Wanderley.

Uma ótima leitura a todos!

Os editores

REPENSAR A ESCALA COMO UMA CATEGORIA GEOGRÁFICA: DA ANÁLISE PARA A PRÁTICA*

Adam Moore**

Universidade da Califórnia

Resumo: Nas últimas duas décadas, os geógrafos humanos teorizaram fortemente a escala, e intensificaram as afirmações de que ela é um elemento fundamental da teoria geográfica. No entanto, concomitante a este movimento há uma preocupação crescente de que a escala tenha se tornado um conceito pesado, carregado com significados múltiplos, contraditórios e problemáticos. Eu partilho dessa inquietação e argumento que um debate semelhante sobre a utilidade da "identidade" como uma categoria conceitual nas ciências sociais oferece *insights* instrutivos. Em paralelo às críticas recentes de categorias de identidade como nação e raça, eu encaro a confusão conceitual em torno da escala – e da política de escala –, em parte, como consequência do fracasso em se distinguir claramente entre a escala como uma categoria de *prática* e uma categoria de *análise*. Ao adotar a escala como uma categoria de análise, os geógrafos tendem a reificá-la como uma entidade ontológica fundamental; assim, trata-se uma categoria social empregada na prática da política socioespacial como um instrumento teórico central. Defendo que esta manobra analítica não é nem útil nem necessária, e sintetizo suas consequências nas análises sobre política de escala. Por fim, esboço os contornos de um programa de pesquisa para as políticas de escala que leva essa injunção a sério – tanto em termos de como teorizar a escala como uma categoria da prática quanto no que diz respeito ao foco da pesquisa em política de escala.

Palavras-chave: categorias, epistemologia, prática, processo, escala.

RETHINKING SCALE AS A GEOGRAPHICAL CATEGORY: FROM ANALYSIS TO PRACTICE

Abstract: In the past two decades human geographers have intensely theorized scale, and extended claims that it is a foundational element of geographic theory. Yet attendant with this move has been a growing concern that scale has become an unwieldy concept laden with multiple, contradictory and problematic meanings. I share that concern, and argue that a similar debate about the usefulness of 'identity' as a conceptual category in social science offers instructive insights. Paralleling recent critiques of identity categories such as nation and race, I view the conceptual confusion surrounding scale – and scale politics – as, in part, the consequence of failing to make a clear distinction between scale as a category of practice and category of analysis. In adopting scale as a category of analysis geographers tend to reify it as a fundamental ontological entity, thereby treating a social category employed in the practice of sociospatial politics as a central theoretical tool. I argue that this analytical manoeuvre is neither helpful nor necessary, and outline its consequences in analyses of the politics of scale. Finally, I sketch the altered contours of a research programme for the politics of scale if we take this injunction seriously – both in terms of how we theorize scale as a category of practice and what becomes the focus of scale politics research.

Keywords: Categories, epistemology, practice, process, scale.

REPENSAR LA ESCALA COMO UNA CATEGORÍA GEOGRÁFICA: DEL ANÁLISIS A LA PRÁCTICA

Resumen: En las últimas dos décadas, los geógrafos humanos teorizaron fuertemente la escala, e intensificaron las afirmaciones de que es un elemento fundamental de la teoría geográfica. Sin embargo, con este movimiento, existe una preocupación creciente de que la escala se haya convertido en un concepto pesado, cargado con significados múltiples, contradictorios y problemáticos. Yo comparto esta inquietud y argumento que un debate similar sobre la utilidad de la "identidad" como una categoría conceptual en las ciencias sociales ofrece *insights* instructivos. En paralelo a las críticas recientes de las categorías de identidad como nación y raza, considero la confusión conceptual en torno a la escala -y la política de escala- en parte como consecuencia del fracaso en distinguirse claramente entre la escala como una categoría de la práctica y una categoría de análisis. Al adoptar la escala como una categoría de análisis, los geógrafos tienden a reificarla como una entidad ontológica fundamental; así, se trata de una categoría social empleada en la práctica de la política socioespacial como un instrumento teórico central. Defiendo que esta maniobra analítica no es ni útil ni necesaria, y sintetiza sus consecuencias en los análisis sobre política de escala. Por último, esbozo los contornos de un programa de investigación para las políticas de escala que lleva este requerimiento en serio - tanto en términos de cómo teorizar la escala como una categoría de la práctica como en lo que se refiere al foco de la investigación en política de escala.

Palabras clave: Categorías, epistemología, práctica, proceso, escala.

*Traduzido do original: MOORE, Adam. Rethinking scale as a geographical category: from analysis to practice. *Progress in Human Geography*, 2008, vol. 32, n. 2, p. 203-225. Tradução: Sueli Vasconcelos. Revisão técnica: Rogério Haesbaert (UFF) e Daniel Sanfelici (UFF). A revista GEOgraphia agradece ao autor pela permissão para tradução e publicação do artigo.

**Doutor em Geografia. Professor do Departamento de Geografia da universidade da Califórnia - Los Angeles. Endereço: 1255 Bunche Hall, Los Angeles, CA, 90095. E-mail: adam.moore@geog.ucla.edu

Introdução

A discussão sobre a escala na cultura popular explodiu nos últimos anos, alimentada por uma enxurrada de observações sobre o mundo cada vez mais “globalizado” em que vivemos. De acordo com essa metanarrativa, os avanços tecnológicos como a internet, os aviões a jato, as telecomunicações sem fio e a televisão por satélite estão encolhendo o mundo em uma “aldeia global”. Por sua vez, diz-se que as comunidades e tradições locais são empurradas para um fluxo global de capital, ideias e pessoas, que são forçadas a confrontar (FRIEDMAN, 2000). As questões ambientais, como as mudanças climáticas, a poluição da água ou o desmatamento, são também cada vez mais enquadradas por ativistas políticos como preocupações globais que exigem normas e regulamentações internacionais (CASTREE, 2004). A escala tornou-se também um componente central de muitas formas de política de identidade: movimentos locais muitas vezes defendem um reescalonamento da governança, ao exigir mais autonomia local ou regional dos Estados-nação (SILVERN, 1999); alternativamente, houve um aumento da discussão sobre a “diáspora” por Estados que têm interesses econômicos ou políticos em cultivar laços com “sua” diáspora transnacional (BRUBAKER, 2005). Os cientistas sociais tornaram-se também mais interessados em questões de escala. Teóricos políticos saudaram o potencial de uma futura estrutura de governança global e, ecoando os esforços da teoria da modernização das décadas de 1950 e 1960, houve muitas especulações equiparando processos globalizantes com a mudança de escala [*scaling up*] do espaço: isto é, o fim próximo do Estado-nação; a emergência de conflito ao longo das grandes linhas civilizacionais; ou uma penetração cada vez mais global do consumismo capitalista, que apaga comunidades e culturas tradicionais (BARBER, 1995; HELD, 1995; OHMAE, 1995; HUNTINGTON, 1996).

O crescente compromisso da geografia humana com a escala reflete desenvolvimentos na cultura popular e nas ciências sociais. Rejeitando as premissas mais estranhas encontradas na literatura da globalização, os geógrafos, no entanto, também falam de um mundo fluido e mutável de relações espaciais e, conseqüentemente, desenvolveram um interesse maior em processos de criação de escalas, no reescalonamento [*rescaling*] e nas políticas de escala. O primeiro grupo de geógrafos a assumir as questões teóricas de escala e política de escala emergiu da tradição político-econômica da geografia influenciada por Marx. Na década de 1970, eles começaram a analisar a forma como as forças do capitalismo modelavam e remodelavam o espaço na

era pós-fordista, e em particular o papel da produção de escalas na facilitação desses processos. Antes disso, a escala era tratada principalmente como espaço inerte, abstrato, e as questões centrais de escala para geógrafos humanos eram operacionais e metodológicas – identificar os níveis espaciais em que os processos especificados operavam e determinar os níveis ótimos de pesquisa (McMASTER; SHEPPARD, 2004). Nas últimas duas décadas, porém, a escala assumiu aos poucos uma importância teórica cada vez maior na visão dos geógrafos: chega-se ao ponto de reivindicar a escala como um dos “conceitos fundamentais” da geografia (HOWITT, 1998).

Estas pesquisas recentes acerca da escala geraram uma maior valorização do aspecto inerentemente espacial da política, assim como suscitaram um conjunto cada vez mais diversificado – e muitas vezes contraditório – de entendimentos sobre as definições e propriedades fundamentais das escalas e sobre o que constitui as políticas de escala. Esta literatura foi revista em profundidade em outros textos (MARTSON, 2000; HERODES; WRIGHT, 2002; HOWITT, 2003; McMASTER; SHEPPARD, 2004; MARSTON et al, 2005), então farei uma pausa para destacar algumas posições importantes antes de prosseguir.

Possivelmente, o único ponto sobre o qual os geógrafos estão de acordo é que a escala não é uma categoria fixa ou determinada; pelo contrário, trata-se de um constructo social, fluido e contingente (MARSTON, 2000). No entanto, como acontece com outros conceitos analíticos, esse aceno para o construtivismo social agora quase ritual tende a obscurecer, ao invés de iluminar, diferentes abordagens teóricas para a escala. Quanto ao primeiro ponto de discussão, a definição e os atributos da escala, é possível identificar duas correntes de pensamento difusas, mas discerníveis que, em linhas gerais, se alinham ao longo de um espectro materialista-idealista. A primeira, e mais comum, é promulgada por geógrafos político-econômicos que tendem a ver as escalas como entidades socioespaciais materiais: Neil Smith descreve-os como a “materialização das forças sociais contestadas” (1993, p. 101) e “plataformas para tipos específicos de atividade social [...] plataformas de espaço absoluto em um mar mais amplo de espaço relacional” (2000, p. 725); Swyngedouw (1997a, p. 169) define escala como a “condensação das relações sociais de empoderamento e desempoderamento e da arena através da qual e na qual operam”. Segundo esse ponto de vista, as escalas não são heurísticas geográficas independentes, mas correspondem a processos materiais reais, eventos e formações espaciais.

De modo alternativo, a escala tem sido caracterizada

como uma “figura representacional” (JONES, 1998, p. 27) ou quadro discursivo (KURTZ, 2003). Deste ponto de vista, a escala é fundamentalmente um constructo epistemológico que apresenta ordenamentos socioespaciais específicos. Assim, diferentemente da abordagem político-econômica, não há correspondência necessária entre representações de escala pretendidas e as condições materiais. Entretanto, através da sua utilização e da contestação social que suscitam, as representações escalares podem, por sua vez, ter efeitos materiais. Por isso, Delaney e Leitner (1997, p. 94-95, 97) argumentam que a escala “não é simplesmente um fato externo aguardando descoberta, mas uma maneira de enquadrar concepções de realidade”, e é através da “fusão de ideologias e práticas [escalares]” que as construções políticas de escala emergem.

As políticas de escala também têm sido uma área de teorização vibrante, mas controversa. A literatura da economia política postulou o modelo hierárquico (agrupado de modo variado) de escalas que vê a produção, a dissolução e a reprodução de “ajustes escalares” (*scalar fixes*) como condicionados por forças do capitalismo e pelo processo de acumulação de capital (HARVEY, 1982; TAYLOR, 1982; SWYNGEDOUW, 1992a; SMITH, 1995; BRENNER, 1997; 1998). Essas hierarquias de escala são combatidas pelo “salto de escalas” (*jumping scales*) ou pela criação de “alianças escalares” (*scaled alliances*) que escapam das soluções escalares repressivas (SMITH, 1993; SWYNGEDOUW, 2000). Howitt (1998) respondeu que as escalas não devem ser concebidas como níveis ou plataformas hierárquicas isoladas, mas devem ser definidas e politicamente contestadas sempre na relação de uma com a outra, como em uma escala musical. Marston (2000), por sua vez, criticou o foco restrito na produção capitalista, argumentando que as forças de reprodução social e consumo – em particular, no nível familiar – também são cúmplices na construção e na reformulação das escalas. Recentemente, os geógrafos introduziram teorias de rede à política da escala (AMIN, 2002; LEITNER et al., 2002; LEITNER, 2004; BULKENEY, 2005), numa tentativa de entender melhor as intersecções, no âmbito da política espacial, entre as relações socioespaciais verticais e horizontais. Em suma, o tratamento dado pelos geógrafos à escala e à política da escala é quase tão múltiplo, fluido e contingente quanto as formas como o conceito em si é retratado.

Deslizamentos conceituais da escala

À luz dessas descrições variadas e controversas, vários geógrafos têm manifestado preocupação com o fato de a escala ter se tornado um termo carregado com uma ampla bagagem conceitual que é cada vez mais utilizada de uma maneira descuidada e analiticamente imprecisa, tendo sido questionado até mesmo o seu valor teórico. Vale a pena rever três críticas em particular. A primeira é a afirmação de Andrew Jonas (1994) de que os geógrafos tendem a confundir conceitos de escala abstratos e metafóricos. Por um lado, as categorias de escala como “local”, “urbana” ou “global” são muitas vezes utilizadas de forma naturalizada, abstrações que não sofrem nenhum “trabalho” analítico. As escalas nesse sentido são dados não problematizados, fixos, que “são vistos como coisas em si mesmas a serem tratadas categoricamente” (HOWITT, 1998, p. 50). Por outro lado, os geógrafos recorrem a um rico vocabulário de representações metafóricas de escala para caracterizar políticas socioespaciais: “local” pode ser empregado para descrever as comunidades tradicionais impactadas pela globalização ou que resistem a ela (SWYNGEDOUW, 2004); bonecas russas (*matrioska*) podem ser usadas como referência para destacar a natureza “encaixada” das hierarquias de escala (HERODES; WRIGHT, 2002); e escadas e andaimes podem ser invocados para retratar as estruturas hierárquicas de escala que sustentam o capitalismo (BRENNER, 1999).

Enquanto essa tensão entre fixidez e fluidez na conceituação de escala é inevitável – e muitas vezes favorável a uma teorização mais imaginativa – muito frequentemente os usos abstratos e metafóricos da escala por geógrafos são mesclados sem reflexão, o que leva a uma confusão analítica. Por exemplo, em estudos urbanos a palavra “urbano” não se restringe a delimitar uma escala específica em que a pesquisa é conduzida; ela também serve, muitas vezes, como um atalho espacial-conceitual para processos sociais específicos (JONES, 1994, p. 259-60). O perigo nisso, como observou Agnew (1993, p. 258, grifo do autor), é que “pode-se começar a usar conceitos espaciais como abreviação de processos sociológicos complexos e escorregar facilmente para a *substituição* dos argumentos mais complexos pelos conceitos espaciais”. Isso resulta em uma forma de “fetichismo espacial” (SAYER, 1985) que atribui ao próprio espaço – e, por extensão, aos rótulos analíticos de escala que aplicamos ao(s) espaço(s) – eficácia causal.

A segunda crítica é oferecida por Neil Brenner (2001). Ele argumenta que a escala sofre de “enfraquecimento analítico” por causa da sua extensão excessiva e da

mistura do termo com outros conceitos geográficos. Em particular, os geógrafos têm uma tendência a se referirem a escalas quando na verdade estão falando de arenas, locais, territórios ou localidades socioespaciais específicas. Quando essas unidades espaciais são classificadas sob a rubrica da escala, a noção de uma "política de escala" assume um significado singular que "denota a produção, a reconfiguração ou a contestação de algum aspecto da organização socioespacial dentro de uma arena geográfica relativamente limitada – geralmente rotulada como local, urbana, regional, nacional, e assim por diante" (BRENNER, 2001, p. 599, grifo do autor).

Esta é uma extensão problemática do vocabulário escalar em dois aspectos principais. Primeiro, porque gera pressupostos teóricos *a priori* acerca daquilo que são, na verdade, questões empíricas abertas, ou seja: "a mera existência de organização escalar não resulta, *ipso facto*, em efeitos de escala sociologicamente ou politicamente relevantes" (BRENNER, 2001, p. 601, grifo do autor). Em segundo lugar porque, ao enquadrarem a sua investigação em termos escalares, em vez de nas arenas específicas socioespaciais que estão investigando, os geógrafos estão revisitando sem reflexão argumentos anteriores gerados por uma tradição de pesquisa rica e bem estabelecida sobre a produção do espaço via processos de produção do lugar [*place-making*], localização [*localization*] e territorialização. Além disso, essa compreensão singular das políticas de escala gera um deslizamento conceitual, haja vista que não está claramente separada de um segundo significado, plural, que destaca uma variedade de políticas espaciais, bem como ordenamentos e reordenamentos hierárquicos entre as escalas. Brenner afirma que esse conceito plural da política de escala, com sua ênfase na posicionalidade, no enraizamento [*embeddedness*] e nos processos de reescalonamento [*rescaling*] deve ser o foco central das pesquisas sobre políticas de escala.

A terceira intervenção é a recente desconstrução da escala geográfica por Sallie Marston, John Paul Jones e Kevin Woodward (MARSTON et al., 2005), que questionaram a existência de alguma utilidade na análise de política espacial em termos de escalas. Eles sustentam que a teoria dominante de escala é um modelo vertical e hierárquico que perpetua quatro falhas conceituais (2005, p. 419-22): (1) cria uma distinção injustificada entre escala como tamanho e escala como nível; (2) estabelece um conjunto de binômios insustentáveis como macro-micro, ou local-global; (3) constrói uma "epistemologia de rede" espaço-científica que classifica os eventos, objetos e processos em limitados aparatos de escala; e (4) fundamenta-se no

perspectivismo metodológico, o que Haraway (1991) designa por "truque divino" (*God-trick*). A queixa principal dos autores, porém, é que as bases conceituais da escala hierárquica são politicamente retrógradas porque reproduzem inutilmente as desigualdades socioespaciais e neutralizam as possibilidades de resistência. A escala hierárquica, afirmam, "traz consigo pressupostos que podem delimitar pontos de ingresso na política" (2005, p. 427). Além disso, as tentativas de "complexificar" a escala mediante a introdução de elementos adicionais, tais como as formulações de rede (AMIN, 2002; LEITNER, 2004; TAYLOR, 2004), não ultrapassam os problemas encerrados em uma ontologia escalar hierárquica.

No lugar da escala, os autores propõem uma "ontologia plana" que se baseia em teorias ator-rede (*actor-network theory*, ANT) e concentra-se em sítios [*sites*] de interação social específicos (cf. SCHATZKI, 2002). Em contraste com uma hierarquia vertical de escalas, essa abordagem advoga locais – ambientes contextuais compostos de práticas e ordens, humanas ou não – como as entidades espaciais básicas a partir das quais a teorização socioespacial deve ser construída. Sempre emergentes, os sítios [*sites*] são continuamente transformados pelo estabelecimento de conexões em rede com espaços mais amplos. Porém, essa ontologia plana, argumentam eles, descarta toda a bagagem conceitual de escala, criando assim espaço suficiente para desafiar a nossa presente hierarquia espacial.

Distinção da escala como categoria de análise e como categoria da prática

Partilho as preocupações expressas por Jonas, Brenner e Marston et al. e vejo mérito em seus diagnósticos da confusão conceitual e dos problemas muitas vezes existentes na literatura que envolve escala e política de escala. Contudo, cada crítica captura, na minha opinião, apenas parte de um problema subjacente mais fundamental: as descrições de escala geográfica – em especial no âmbito da tradição político-econômica – falham por mesclar de forma irrefletida a escala como uma categoria cotidiana da prática com o seu tratamento como uma categoria substancial de análise. Além disso, a anulação dos aspectos práticos da escala em uma crítica teórica do termo por Marston et al. leva-os a oferecerem uma prescrição incrivelmente equivocada para desvendar os problemas complicados que o conceito coloca para a teoria geográfica. Voltarei a este último ponto mais adiante neste texto.

Antes de continuar com o ponto central da primeira reivindicação, porém, quero ressaltar que ela se

baseia na crítica de Rogers Brubaker ao tratamento de categorias de “identidade” – especialmente de nações e grupos étnicos – nas ciências sociais. Além disso, vou me referir várias vezes ao trabalho de Brubaker ao formular o meu argumento. Há três razões para isso. Em primeiro lugar, penso que existem vários paralelos instrutivos nos avanços simultâneos da teorização de escala e de identidade das duas últimas décadas – especialmente no que diz respeito a questões relativas ao estatuto ontológico de escalas e das identidades em resposta a críticas construtivistas de categorias recebidas. Em segundo lugar, categorias de escala e de identidade estão muitas vezes intimamente atreladas, tanto na prática quanto na análise (KAPLAN, 1999). Por fim, acredito que situar as teorias de escala geográfica dentro do contexto do pensamento construtivista social mais amplo nas ciências sociais pode ajudar a trazer clareza a alguns dos improdutivos debates recentes sobre escala na geografia humana (PURCELL, 2003).

Para começar, é útil delinear o que se entende por categorias de prática e análise. Com base em uma distinção feita por Bourdieu, Brubaker e Cooper (2000, p. 4) definem as primeiras como “categorias da experiência cotidiana, desenvolvidas e implantadas pelos atores sociais comuns” e as últimas como “categorias distantes da experiência usadas pelos cientistas sociais”. Evidentemente, muitos termos em ciências sociais – “escala”, “nação”, “identidade”, “local” e “classe”, para citar apenas alguns – operam em ambas as categorias, prática e análise. Ademais, muitas vezes há “ligação recíproca próxima e influência mútua entre seus usos práticos e analíticos” (BRUBAKER; COOPER, 2000, p. 4). Por exemplo, a categoria “nação” é usada diariamente por atores “leigos” por vários motivos: compreender o seu mundo, promover projetos políticos (tanto opressivos quanto emancipatórios), gerar coesão social etc. Ela também é usada por cientistas sociais para analisar o nacionalismo.

Essa mistura de termos ao mesmo tempo como categorias de análise e prática não é problemática em si. Mas muitos termos que usamos – como nação – constituem “sociologias populares” (HIRSCHFELD, 1996) estabelecidas pelo senso comum, por meio das quais damos sentido ao mundo. Como tal, elas tendem a ser reificadas no pensamento social como entidades essenciais e naturais, e esses entendimentos reificados são muitas vezes adotados acriticamente por cientistas sociais como categorias de análise. Assim, ao aceitar a noção de que as nações existem realmente, nós “consideramos uma categoria inerente à prática do nacionalismo – as concepções realistas, e reificantes, de nações enquanto comunidades reais – e tornamos

essa categoria central para a *teoria* do nacionalismo” (BRUBAKER; COOPER, 2000, p. 5, grifo do autor). Essa manobra é problemática, porque as nações “não são coisas no mundo, mas perspectivas sobre o mundo – realidades não ontológicas, mas epistemológicas” (BRUBAKER et al, 2004, p. 45). Por conseguinte, como cientistas sociais devemos procurar explicar os processos pelos quais o sentimento nacional de grupo se cristaliza – por quem e através de quais práticas a ficção social de grupos étnicos e nacionais que sustenta o poder de apelos nacionalistas se consolida – e não os reproduzir em nossos relatos.

As escalas geográficas, como a “local”, “nacional” e “global”, também estão profundamente enraizadas como “ficções intuitivas” (SMITH, 2003, p. 35) que informam os nossos entendimentos populares acerca da organização espacial do mundo. Além disso, tal como a ficção política das nações, a noção de que as escalas são níveis, plataformas ou arenas socioespaciais realmente existentes é muitas vezes naturalizada na investigação de cientistas sociais, como sugerem as definições de Smith e Swyngedouw citadas acima. Para destacar um outro exemplo proeminente, lembremo-nos da afirmação de Peter Taylor de que “as três escalas – global, nacional e urbana – são tão naturais quanto a divisão, feita pelas ciências sociais, das atividades em econômicas, sociais e políticas. Esta organização espacial simplesmente nos é dada” (1982, p. 21).

Nessa tentativa inicial – e ainda influente – de teorizar a escala dentro da tradição da economia política, Taylor reformula a teoria de sistema-mundo de Immanuel Wallerstein para criar uma tipologia da “economia política de escala” que explique a existência aparentemente natural desse sistema tripartite de escalas. Ele identifica três campos espaciais: (1) a escala da economia mundial, a escala da “realidade”, ou a escala que “realmente importa”, porque é o nível em que o capital global é organizado e acumulado; (2) a escala urbana da “experiência”, na qual os indivíduos vivem suas vidas diárias e encontram as repercussões do mercado, e (3) a escala do Estado-nação, da ‘ideologia’, porque proporciona um quadro que “separa” nossa experiência diária na vida urbana da realidade de acumulação em escala global” (1982, p. 24-31). Na visão de Taylor, esta trindade de escalas é um aspecto integral do sistema-mundo, porque sua existência é necessária para a acumulação de capital. Consequentemente, embora ele rejeite a alegação de que se trata de princípios de organização socioespacial antigos e “naturais”, ele os trata como dados ontológicos em uma economia capitalista mundial (HOWITT, 2002). Assim, de modo semelhante ao exemplo de Brubaker das

teorias do nacionalismo discutidas anteriormente, Taylor vê essas escalas não apenas como parte da prática do capitalismo global, mas como categorias espaciais analíticas essenciais – e funcionalmente causais (AGNEW, 1993).

Socialmente construída, mas ainda reificada

Os desafios pós-estruturalistas do último par de décadas tornaram insustentável tomar como certas muitas das nossas categorias analíticas proeminentes, como as de nação ou escala. Em resposta a essa crítica, os cientistas sociais desenvolveram análises "construtivistas" que enfatizam a fluidez, a multiplicidade e a natureza socialmente construída das categorias sociais. Por exemplo, as nações e outros grupos étnicos não são mais descritos como entidades primordiais enraizadas em laços biológicos ou em antigas afinidades. Em vez disso, são definidos como constructos modernos gerados por processos de modernização e do capitalismo, ou pela manipulação de empresários políticos por meio da "invenção da tradição" (HOBSBAWM; RANGER, 1983). Além disso, essas identidades socialmente construídas são geralmente vistas como relativamente fluidas, maleáveis e fragmentadas de múltiplas maneiras.

Mas as tentativas construtivistas de "desessencializar" categorias sociais fundamentais, muitas vezes, permanecem incompletas, mantendo uma "amálgama desconfortável de linguagem construtivista e argumentação essencialista" (BRUBAKER; COOPER, 2000, p. 6). Por exemplo, as questões ainda comumente debatidas, como "o que é uma nação?" ou "o que é escala?" (cf. COX, 1996, p. 668), pressupõem "a existência da entidade que está sendo definida" (BRUBAKER, 1996, p. 14). Assim, continua a haver um pressuposto implícito em muitas pesquisas construtivistas de que, embora nossas categorias como nação ou escala nacional possam ser contingentes e fluidas, uma vez construídas socialmente elas são tratadas como tão reais e fixas quanto fatos ontológicos.

Os geógrafos humanos têm respondido ao desafio social construtivista na academia, salientando que as escalas também não são dados, mas constructos sociais contingentes, continuamente construídas e reconstruídas. Apesar disso, da mesma forma que categorias de identidade como nação ou grupo étnico, "as categorias de escala permanecem muito mais fixas do que o debate mais recente sugeriu" (HOWITT, 2003, p. 139), e apesar da ênfase na construção e na fluidez, o estatuto das escalas enquanto entidades realmente existentes, que constituem o contexto espacial dentro

dos quais e entre os quais a ação social tem lugar, ainda é tacitamente (para dizer o mínimo) presumido na maioria das definições de política de escala.

Para demonstrar essa proposição, quero comentar brevemente a posição teórica sobre a construção de escalas e políticas de escala que Neil Smith desenvolveu brilhantemente em um artigo influente sobre moradores de rua em Nova York e escala geográfica (1993). Eu acredito que o foco no trabalho de Smith é instrutivo em dois aspectos. O primeiro é que ele tem sido um dos colaboradores mais originais e influentes para a teorização das políticas de escala nas duas últimas décadas, enriquecendo o vocabulário dos geógrafos com uma série de conceitos provocativos (no sentido mais positivo da palavra), tais como "salto de escala" (*scale jumping*), "dobra de escala" (*scale bending*), "política de escala" (*politics of scale*) e "ajuste escalar" (*scalar fix*) (SMITH, 1984; 1992; 1993; 1996; 2004). Em segundo lugar, o trabalho de Smith fornece uma excelente demonstração das tendências reificantes remanescentes dentro de entendimentos de escala influenciados pelo construtivismo social.

Eu começo por assinalar que a abordagem de Smith para a construção social de escala é fortemente influenciada por pressupostos político-econômicos. Processos econômicos gerados pelo capitalismo estão ligados à produção de escalas e à política de escalas. No entanto, ele expande sua teorização para incorporar também influências sociais e culturais. Sistemas de diferenciação de gênero, em particular, desempenham um papel importante. Consequentemente, as escalas são "hierarquicamente produzidas como parte das paisagens sociais e culturais, econômicas e políticas do capitalismo contemporâneo e do patriarcado" (SMITH, 1993, p. 101). Smith também identifica várias escalas importantes para além do modelo tripartite de Taylor – corpo, casa, comunidade e região – que são socialmente produzidas. Ele observa, porém, que elas não devem ser confundidas com uma proposta de "sistema ontológico de escalas", uma vez que refletem um julgamento empírico, não filosófico. Em outras palavras, são construções sociais contingentes, não fatos ontológicos.

Esta última afirmação encerra uma dicotomia problemática, no entanto, que repousa sobre um pressuposto implícito de que tratar das escalas (ou quaisquer outras entidades sociais e materiais) como dadas ou fixas pressupõe um compromisso ontológico, enquanto vê-las como contingentes e constructos liberta o cientista social dessa obrigação teórica. Na minha opinião, essa é uma compreensão equivocada da noção de reivindicações ontológicas. Como Elden (2005, p. 16, grifo do autor) observou, "a ontologia

não está preocupada com 'o que é', mas com a forma como 'o que é, é'. Em outras palavras, e tomando de empréstimo a expressão útil de Searle (1995), "como tudo se encaixa". Para Smith, assim como para a maioria dos outros geógrafos na tradição político-econômica, as "unidades" espaciais centrais através das quais o mundo "se encaixa" são as escalas. Por isso, elas são um componente integral da sua (assim como para um amplo grupo de geógrafos humanos) ontologia socioespacial.

Para dar um exemplo análogo: muitos teóricos da identidade afirmam que os povos étnicos e nações são constructos, contingentes e fluidos – não fixos ou dados – mas ainda imaginam um mundo habitado por esses grupos. Por isso, eles possuem uma estrutura ontológica na qual grupos étnicos e nações reificados ocupam um lugar central na vida social (BRUBAKER, 2002). Da mesma forma, a reivindicação de Smith (2000, p. 726), de que "as escalas geográficas podem não ser tangíveis ou visíveis, mas são reais" é, apesar de suas objeções em contrário, um compromisso com uma ontologia da política espacial que repousa sobre escalas reificadas.

Este último ponto da reificação é melhor ilustrado ao voltar para a discussão de Smith sobre o Veículo dos Sem-teto (*Homeless Vehicle*), em Nova York, e a sua importância ao permitir aos moradores sem-teto que resistissem a arranjos socioespaciais opressivos. Smith destaca o papel do *Homeless Vehicle* em criar oportunidades para o "salto de escala" (*scale jumping*), o qual ocorre quando as reivindicações políticas e o poder estabelecido em uma escala geográfica se estendem para outra. Ao permitir que os sem-teto expandissem sua mobilidade espacial e, assim, tivessem acesso a mais lugares – como diferentes locais para coletar lixo e pedir esmolas, ou centros de reciclagem de garrafa e latinhas – o veículo facilitou "não apenas a produção do espaço no abstrato, mas a produção e reprodução concretas da escala geográfica como uma estratégia política de resistência" (1993, p. 90, grifo do autor). Como resultado, a mobilidade que o *Homeless Vehicle* dispõe "permite que pessoas despejadas ou desapropriadas dissolvam as fronteiras espaciais a que são impostas de cima e que as contêm em vez de facilitar a sua produção e reprodução da vida cotidiana" (1993, p. 90). Em outras palavras, o *Homeless Vehicle* permite às pessoas saltarem escalas no sentido "concreto" de romper fisicamente os espaços limitados que as continham – um parque, por exemplo –, libertarem-se dos limites de escala impostos e estenderem seu alcance para escalas maiores e mais amplas.

Esta é uma descrição reveladora de escala geográfica que Smith fornece, misturando ao mesmo tempo noções de escala como tamanho e nível (HOWITT,

1998; 2002). Mais problemática é a noção de "salto de escala" (*scale jumping*), que conceitualmente separa as escalas das práticas sociais, apresentando escalas como "resoluções espaciais já existentes (mesmo que socialmente produzidas) por entre as quais os atores sociais simplesmente mudam de lugar" (HERODES; WRIGHT, 2002, p. 11). Em suma, as escalas no quadro teórico de Smith continuam a ser tratadas como níveis espaciais separados e ordenados hierarquicamente – "plataformas" espaciais concretas em torno das quais a vida diária e a ação política são organizadas – e essas escalas muito materiais e reais servem como a "métrica central da diferenciação geográfica" (SMITH, 2000, p. 725). Quando estendida para os níveis já tidos como verdades absolutas, como o urbano, o regional, o global, o nacional e o local, essa conceituação que busca a essência das escalas socialmente construídas produz um quadro analítico de escalas reificadas que se torna uma suposição teórica crítica em muitas definições influentes da política de escala.

Este último ponto é melhor demonstrado quando se retorna ao modelo de estruturação escalar desenvolvido por Brenner, que recorre à mesma tradição político-econômica do trabalho de Smith. Na visão de Brenner, a necessidade de resolver a contradição entre fixidez e movimento na circulação do capital exige a criação periódica de arranjos escalares que temporariamente territorializam e, assim, contêm as tendências de aniquilação de espaço pelo capital. Isto ocorre por meio da "estruturação escalar", que envolve a criação de "relações de hierarquização e re-hierarquização entre unidades espaciais diferenciadas verticalmente" (BRENNER, 2001, p. 603). Brenner enfatiza os aspectos historicamente contingentes e processuais de estruturação escalar, insistindo que "a noção de uma política de escala refere-se à produção, à reconfiguração ou à contestação de determinadas diferenciações, ordenamentos e hierarquias entre as escalas geográficas" (2001, p. 600, grifo do autor).

O problema é que nesta formulação da política de escala "certas diferenciações, ordenamentos e hierarquias" são o material que está sendo produzido, contestado e reconfigurado. As escalas geográficas existem para além do processo de estruturação escalar e seus atributos essenciais permanecem intocadas por este último. Na verdade, elas são continuamente embaralhadas, como cartas de baralho, com o reordenamento de suas relações variáveis (SWYNGEDOUW, 2004, p. 133, afirma que "as contínuas redefinição e reorganização de escalas espaciais são parte integrante de estratégias sociais"). Além disso, a explicação esquemática de Brenner para a acumulação capitalista amalgama irregularidade e

variabilidade em um punhado de escalas, como global, nacional e local, com a atribuição de causalidade à escala global para explicar a atual rodada de reestruturação (MANSFIELD, 2001). Portanto, embora Brenner considere as escalas como produzidas e contingentes, em última análise ele as trata como entidades "reais" que são tão analiticamente e casualmente centrais em seu edifício teórico quanto o eram para Taylor.

Escala como categoria analítica: problemática e desnecessária

Neste ponto, o leitor pode estar tentado a perguntar: e então? Esta é apenas mais uma tentativa pós-estruturalista de desconstruir categorias analíticas úteis, deixando apenas um rastro de destroços inúteis para trás? Se não usarmos escalas, então o que usaremos? Dito de outra forma, duas objeções básicas ainda precisam ser comentadas: (1) qual é o problema de reificar escalas e, em seguida, utilizá-las como categorias de análise, e (2) como devemos conceituar a política de escala?

Início a resposta à primeira questão pela observação de que preocupações semelhantes foram expressas antes quanto ao abandono de categorias de identidade, tais como a de grupos étnicos ou a de nação (TILLY, 2002; CALHOUN, 2003). No entanto, uma breve discussão sobre as tentativas de explicar o surto de violência na Bósnia no início dos anos 1990 pelo uso de identidades étnicas reificadas como categorias de análise é suficiente para demonstrar os graves problemas analíticos que tal compromisso implica. Em primeiro lugar, a reificação de grupos étnicos sérvios, croatas e bósnios pré-configura, como pressupostos, entidades e formas de vida social essenciais. No caso do conflito na Bósnia, isso complicou a análise por ter tornado difícil conceituar a interação social conflituosa entre membros desses supostos grupos como nada além de "étnica". No entanto, tem sido amplamente demonstrado que muitos casos de violência aparentemente étnica na Bósnia foram, após uma análise mais aprofundada, vinganças locais ou combates entre as redes criminosas (BAX, 1997; 2000; MUELLER, 2000; ANDREAS, 2004). Assim, identidades de grupo reificadas na pesquisa como "conflitos étnicos" criam um quadro analítico como "dado" (a base étnica do conflito), enquanto na verdade se trata de uma questão empírica a ser investigada.

Em segundo lugar, por esse enquadramento, grupos étnicos reificados são normalmente tratados como atores coerentes e usados para explicar os casos de conflito violento (KALYVAS, 2006). Novamente, isso

pressupõe um grau de coesão étnica que não pode ser tomado como um fato. Mais importante ainda, isso desvia a atenção dos atores políticos específicos e das organizações envolvidas na produção do conflito e no seu enquadramento como étnico. No entanto, como já comentado acima, são precisamente as *práticas* reificantes étnicas desses atores e organizações que devem ser o ponto focal de nossa pesquisa, não a ficção política de grupos étnicos que eles invocam e tentam cristalizar como aparentemente "reais", a fim de promover projetos políticos (BRUBAKER, 2002).

No caso de adotar escalas reificadas como categorias de análise, um conjunto similar de problemas surge. Primeiro, a aceitação de uma ontologia da escala gera uma série de suposições apriorísticas questionáveis sobre o que "sabemos" acerca da política espacial. Tal como acontece com os grupos étnicos, assumir que as escalas são reais pressupõe a existência de "processos em escala" [*scaled processes*] ou de políticas de escala entre níveis ou unidades de escala, o que torna "difícil não pensar em termos de relações sociais e arranjos institucionais que de alguma forma se encaixam em seus contornos" (MARSTON et al., 2005, p. 422). Por muitas vezes isso leva a uma análise procustiana¹ que tenta encaixar políticas espaciais complexas dentro dos estreitos limites de um punhado de escalas conceitualmente estabelecidas, como local, nacional ou global. Ademais, promove uma aceitação acrítica de "figuras de representação" de escala utilizadas pelos vários atores políticos (JONES, 1998). Ao partir do pressuposto de que "ficções intuitivas" como as escalas correspondem a entidades ou processos materiais reais "lá fora", corre-se o risco de usar representações de escala de indivíduos e instituições, que correspondem a presumidos quadros analíticos, como prova confirmativa, em vez de projetos socioespaciais e manobras políticas a serem interrogados.

Além disso, utilizar escalas como categorias analíticas dirige a atenção para longe dos vários atores e práticas sociais envolvidos na política de escala. A tradição político-econômica tem sido objeto de repetidas críticas por seu foco limitado sobre as forças do capital e do Estado na política de escala (cf. MARSTON, 2000) e tem-se implorado aos geógrafos que considerem o papel de uma gama mais ampla de atores, como os ativistas da AIDS (BROWN, 1995), os trabalhadores (HERODES, 1997), os partidos políticos (AGNEW, 1997), as ONGs ambientais (KURTZ, 2003; McCARTHY, 2005) e as organizações de grupos urbanos (MARTIN 2003; McCANN, 2003), para listar apenas alguns exemplos. Essas intervenções foram

¹Alusão a Procusto, personagem da mitologia grega que amputava ou esticava os corpos de seus visitantes a fim de encaixá-los na cama de hóspedes. (notas dos revisores)

louváveis e necessárias na medida em que ampliamos nossa apreciação sobre a diversidade do elenco de participantes envolvidos na política de escala e o extenso repertório de práticas escalares que empregam. No entanto, elas não conseguiram desalojar a escala como construção analítica de sua posição privilegiada na pesquisa sobre a política de escala, limitando assim a eficácia das suas críticas. Enquanto a escala como uma categoria importante de análise é o ponto focal da pesquisa geográfica, as práticas escalares de atores sociais tendem a permanecer à margem da atenção da disciplina.

Por último, o tratamento de escalas como níveis, plataformas ou arenas estabelecidas da política diminui e distorce uma variedade de processos socioespaciais ao eliminar as diferenças e a granularidade espaciais, além de simplificar excessivamente a posicionalidade espacial complexa e múltipla dos atores e eventos sociais. Esse problema foi demonstrado vigorosamente na crítica de John Agnew (1987) aos pressupostos espaciais homogeneizantes contidos na literatura sobre a nacionalização nas ciências sociais. Mas os geógrafos também tendem a presumir um grau de coesão e similaridade entre os supostos níveis de escala e, posteriormente, atribuem um leque de rótulos duvidosos ou figuras metafóricas para escalas – “local” = estático e autêntico; “global” = dinâmico e produzido etc. – além de lugares, atores e processos que a elas se vinculam (LEY, 2004; MARSTON et al, 2005). Com efeito, esse problema é inerente a conceituações reificadas das escalas enquanto níveis, plataformas ou arenas das lutas sociais (SWYNGEDOUW, 1992b, p. 60): uma gramática espacial que reduz escalas a recipientes [*container*] – unidades de área delimitadas que abrangem e definem as pessoas e os processos supostamente localizados em seu interior.

A crítica aprofundada de Marston et al. da escala concentra-se principalmente em noções de hierarquia vertical, mas considero esta lógica embutida de “receptáculo espacial” tão fundamental para a teorização da escala quanto a diferença hierárquica. Na verdade, esses dois atributos estão tipicamente conectados inseparavelmente nas definições de escala de geógrafos. Como Brenner observa (2000, p. 374), seguindo Lefebvre, “as escalas operam simultaneamente como recipientes [*container*] territoriais e hierarquias geográficas das relações de poder cotidianas”. Esta dupla caracterização de escalas como arenas socioespaciais, tanto limitadas horizontalmente quanto ordenadas verticalmente ou hierarquicamente (ou seja, por suas relações), introduz grandes complexidades teóricas e poderes para o conceito (COLLINGE, 2005). Talvez até demais, como alguns críticos (HOWITT, 2002; MARSTON et

al., 2005) reclamam, observando que a escala contém uma combinação problemática de raciocínio espacial horizontal e vertical.

Isto pode ser correto, mas esta crítica erra, em última análise, o alvo. As premissas geográficas, como espaços e relações ordenados de forma hierárquica e delimitados horizontalmente, refletem apenas entendimentos bastante comuns, práticos, do espaço e das relações espaciais (SACK, 1980). Em contraste com discursos teóricos da moda sobre a fluidez, imensidão e extensão, quando as pessoas se envolvem na política prática “imaginam e identificam um espaço circunscrito, delimitado, caracterizado por uma compreensão compartilhada das oportunidades ou problemas que motivam a verdadeira natureza da ação política” (JONES; MacLEOD, 2004, p. 437). O problema é que essas noções cotidianas de escala foram inadvertidamente transportadas para nossas análises de política espacial, transformando assim integralmente uma ideia geográfica – e toda a bagagem conceitual concomitante – usada na prática da política espacial e elevando-a ao status de um elemento fundamental da teoria. Para voltar à crítica de Brubaker (2002, p. 165) do “grupismo” étnico do senso comum encontrado nos quadros analíticos de cientistas sociais e aplicá-la à escala: a tendência a separar o mundo social em “recipientes” [*containers*] espaciais hierarquicamente ordenados é o que queremos explicar – e não explicar as coisas por meio destes recipientes.

Como lidar, então, com a escala e a política de escala?

Claramente, nossas concepções atuais de escala estão sobrecarregadas por uma série de pressupostos problemáticos e desnecessários. Não está claro, além disso, por que os geógrafos continuam a manter um compromisso com a escala como uma categoria de análise, perpetuando uma ontologia espacial da escala. Nesse sentido, estou suficientemente de acordo com a intervenção recente de Marston et al. No entanto, a sua proposta para acabar não apenas com uma ontologia hierárquica de escala, mas “eliminar a escala como um conceito em geografia humana” (2005, p. 416) – assim como, presume-se, qualquer referência à política de escala – é como jogar fora o bebê junto com a água do banho. Ironicamente, dada a sua dispensa de várias armadilhas binárias perpetuadas por modelos de escala hierárquicos, por meio dessa manobra teórica os autores estão inconscientemente reproduzindo uma dualidade materialista/idealista que: (1) inutilmente centra o debate no estatuto ontológico e teórico de escalas em geografia humana, em detrimento da atenção à sua existência e

ao seu uso enquanto categorias práticas, e (2) repousa sobre o pressuposto falho de que negar a realidade ontológica de escalas implica no fato de as escalas serem simplesmente heurísticas inconsequentes nas mentes dos geógrafos que “não têm utilidade”, ou não têm efeito em si mesmas.

Essas alegações podem parecer estranhas, como quando Marston et al. (2005, p. 420) admitem que a escala existe como um “quadro de ordenação epistemológica”. Mas a sua afirmação de que os geógrafos têm apenas três escolhas possíveis para repensar as escalas – defender a abordagem hierárquica com pequenas revisões; desenvolver modelos híbridos verticais/hierárquicos de escala; ou abandonar a escala em favor de uma “ontologia plana” – denuncia uma conceituação de escala que é fixa em questões de natureza teórica e deixa de lado práticas cotidianas de escala e seus efeitos materiais. Seu argumento, então, demonstra outro problema que surge quando se privilegia a escala como uma categoria de análise em detrimento dos compromissos práticos com categorias de escala e seus usos pelos diversos atores sociais e políticos. Em suma, embora eu concorde com Marston et al. que a escala é uma realidade epistemológica, e não ontológica, a princípio a aparente incongruência de ficções ontológicas – como as escalas locais, urbanas, nacionais ou globais – terem uma influência tão poderosa na política socioespacial clama por mais atenção à forma como a escala funciona como uma categoria da prática.

Além disso, não é necessário manter um compromisso com a *existência* de escalas, a fim de analisar a *política* de escala. Assim como podemos pesquisar práticas nacionalistas sem assumir que as nações são entidades reais, é possível desenvolver teorias sobre a política de escala sem escalas. Como se faz isso evitando a armadilha da reificação? Em sua crítica da tendência dos estudiosos a adotarem nações como uma categoria de análise, Brubaker (1996) oferece a seguinte solução:

Não devemos perguntar ‘o que é uma nação?’, mas: como a condição de nação [*nationhood*] é institucionalizada como uma forma política e cultural dentro e entre estados? Como a nação passa a ser uma categoria prática, um esquema classificatório, um quadro cognitivo? [...] O que faz os esforços para o despertar da nação e por invocar uma nação dos empresários políticos terem mais ou menos chance de sucesso? (p. 16)

A importância de se fazer uma distinção entre nação e o sentimento de nação é que isso nos obriga a mudar nosso foco da nação como uma categoria importante de análise para o de sentimento de nação – a cristalização de sentimentos e práticas sobre ser uma nação – como

um evento contingente, colocando assim a ênfase sobre o processo de nacionalização. Esta distinção sensibiliza-nos para o grau variável em que o sentimento nacional é vivido, abre à investigação tentativas fracassadas de nacionalização e dirige a nossa atenção para as práticas e os processos que geram casos marcantes de sentimento de nação. Ela também reorienta a pesquisa para as consequências dos processos de nacionalização – as maneiras em que a sedimentação do discurso de nação e as práticas mudam as relações sociais.

Esta manobra analítica também pode ser proveitosamente adotada para abrir novos caminhos para teorizar a política de escala. Tratar escalas como conjuntos de uma forma ou de outra poderosos e institucionalizados de práticas e discursos em vez de coisas concretas (PAASI, 2004, p. 537) impele-nos a considerar os processos através dos quais configurações de escala específicas se solidificam na consciência e na prática, bem como os efeitos que esses desenvolvimentos têm sobre as relações sociais, políticas e culturais. Para concluir, gostaria de esboçar uma lista preliminar – e, sem dúvida, incompleta – de questões de pesquisa que vêm à tona quando tratamos a escala como uma categoria prática. Muitas delas estão implícitas na seção acima que discuti os problemas inerentes a uma ontologia de escala. Seis grandes áreas, em particular, se destacam.

1. Escala como epistemologia

O reconhecimento de que as escalas não são categorias substanciais de análise, mas categorias de prática, dirige nossa atenção para as maneiras pelas quais narrativas, classificações e esquemas cognitivos de base escalar restringem ou permitem certas formas de ver, pensar e agir. Isso abre para a investigação uma série de questões sobre como a escala funciona como epistemologia, moldando o que “sabemos” sobre o mundo. Afirmar que as escalas são realidades epistemológicas – não ontológicas – não diminui sua importância. Pelo contrário, alerta-nos para as formas reais e importantes pelas quais a categorização de escala estrutura não apenas as percepções pessoais, mas também as relações sociais, uma vez que “não há nada mais básico, para nosso pensamento, nossa percepção, nossa ação e nosso discurso, do que a categorização” (LAKOFF, 1987, p. 5). Por conseguinte, observam-se resultados muito relevantes quando formulações de escala específicas são divulgadas e utilizadas com sucesso por atores políticos e instituições poderosas para promover projetos políticos específicos.

Um exemplo bem conhecido é o papel que os vários

usos da categoria de escala “nacional” desempenha na construção de cidadãos, envolvendo-os nos “recipientes” do Estado territorial, um aspecto-chave da governabilidade (FOUCAULT, 1991). Seguindo Foucault, Ferguson e Gupta (2002) afirmam que produção de verticalidade e abrangência de escala são a *raison d’être* dos Estados. A percepção de que os Estados funcionam como um recipiente [*container*] socioespacial que constrói uma arena “interna” de política estabelecida abaixo do âmbito “externo” dos assuntos internacionais foi explicada repetidas vezes em geografia política e relações internacionais nos últimos anos (WALKER, 1993; AGNEW, 1994; TAYLOR, 1994; BRENNER, 1999). Mas as epistemologias da escala nacional não se limitam a apoiar Estados territorialmente delimitados; elas também contribuem para a tendência generalizada – entre acadêmicos e leigos – de pensar em “sociedades nacionais” como unidades semelhantes a recipientes homogêneos e separados (MANN, 1986; TAYLOR, 1996; HAKLI, 2001), o que por sua vez gera temas de estudo estáticos e redutores, tais como a sociedade “alemã” ou “tailandesa” (TILLY, 1984, p. 20-26). A escala nacional, então, é um ponto particularmente valorizado em que o “agrupamento analítico” da teoria da identidade cruza com o “confinamentismo” [*containerism*] espacial da escala.

É claro que pensar e organizar espaços, pessoas, eventos e relações sociais em espaços delimitados se estende para além das especificidades do poder do Estado ou de manobras capitalistas. Na verdade, como já mencionado acima, essa forma de raciocínio espacial é tão central para as ideias e práticas de uma política espacial “de escala” quanto a noção de relações verticais e hierárquicas entre as escalas. Para tomar emprestada uma frase feliz de Hayden White (1987), a delimitação horizontal e o ordenamento vertical ou hierárquico da vida socioespacial simultâneas na escala são típicos “conteúdos da forma”. Com isso quero dizer que, na prática, conceituações e projetos políticos escalares envolvem uma identificação e classificação simultâneas dos níveis horizontalmente delimitados de espaço e da vida social e o ordenamento relacional destas delimitações espaciais. Por essa razão, convites à separação de funções singulares e plurais da política de escala (BRENNER, 2001) ou à separação da “mistura de discurso de escala com o discurso de fronteira” (MARSTON *et al*, 2005, p. 428) são altamente improdutivos, pois dividiriam aspectos do conceito que – independentemente de suas propriedades teóricas problemáticas ou contraditórias – formam um todo epistemológico no discurso cotidiano sobre a escala. Em vez disso, devemos perguntar: como pessoas, lugares,

eventos, ações e relações sociais são classificados nesses termos (JONES, 1998)? O que torna mais ou menos provável que determinadas categorizações e abordagens escalares passem a ser postas em prática?

2. Categorização de escalas e práticas de classificação

Essas perguntas concentram a atenção diretamente sobre processos de categorização de escalas: a construção, reprodução e dissolução das classificações de escala específicas e as diversas práticas sociais nelas envolvidas. Nesse sentido, os cientistas sociais produziram uma rica literatura sobre as práticas de classificação socioespaciais. Novamente, os Estados foram apontados como atores centrais. Os Estados promulgam sistemas nacionais de moedas e selos postais (HELLEINER, 2002; RAENTO; BRUNN, 2005); encomendam mapas do estado (WINICHAKUL, 1994); nomeiam monumentos e ruas (JOHNSON, 1995; YEOH, 1996), realizam censos (PATIRCA, 1996; HIRSCH, 2005); emitem passaportes e constroem regimes de fronteira (TORPEY, 2000; FERME, 2004), para citar alguns exemplos. No processo, eles naturalizam o Estado-nação como uma escala central de identidade e poder político. Ademais, os Estados se esforçam para estabelecer uma ordem escalar hierárquica dentro de suas fronteiras por meio da introdução de jurisdições espaciais e legais, tais como “município”, “província” e “região”³. Talvez o relato mais detalhado da difusão de categorias de escala pelo Estado como um projeto de institucionalizar uma sociedade nacional e um governo delimitados e ordenados por suas relações é a análise de Paasi (1996) dos esforços da Finlândia para habituar moradores de Carélia à consciência de um eixo vertical encaixado de escalas (casa-região-pátria-outros países) ancorado na delimitação do Estado-nação finlandês e construído em oposição aos povos e territórios de fora – em particular à União Soviética e à Rússia.

Enquanto as práticas de classificação estatais são importantes, os atores “leigos” também desempenham um papel significativo na categorização socioespacial, e frequentemente subvertem ou alteram classificações oficiais para seus próprios propósitos. Eles utilizam narrativas para “interiorizar” e “exteriorizar” as relações socioespaciais e criam para si tramas de novas configurações de escala (PAASI; NEWMAN, 1998; KAISER; NIKIFOROVA, 2006). A criação de narrativas é um aspecto fundamental de classificação social e espacial – tanto oficial quanto cotidiana, pois “todos nós nos tornamos o que somos (embora efêmeros, múltiplos e em constante mudança) por estarmos localizados ou por localizarmos a nós mesmos (normalmente inconscientemente) em

narrativas sociais" (SOMERS, 1994, p. 606, grifo do autor). Narrativas, assim, não são apenas formas de representação. Elas "situam" pessoas e ocorrências no espaço e no tempo, dando assim sentido espacial e temporal a eventos e relações (DE CERTEAU, 1984). Ao fazê-lo, agem como "mapas de ação" (RICOUER, 1991), fornecendo uma perspectiva para o agir consciente.

3. Raciocínio e cognição espacial

Seguindo um padrão geral na teoria social e na ciência nas últimas décadas, as análises destacadas na seção anterior colocam uma forte ênfase no papel das práticas *sociais* em produzir categorias sociais e espaciais salientes, assumindo que essas práticas de classificação moldam a consciência individual. Tais pesquisas raramente examinam as premissas cognitivas implícitas sobre as quais repousam. Na geografia humana, essa tendência pode, em parte, ser atribuída a uma relutância em nos envolver com qualquer coisa que se assemelhe ao "behaviorismo" na esteira de veementes críticas humanistas e marxistas das abordagens positivistas e cognitivas que as antecederam. Considero isso um erro. As análises feitas por geógrafos da dinâmica de categorização socioespacial demandam ser enriquecidas por um compromisso explícito com a pesquisa cognitiva recente que ilumina as maneiras pelas quais as pessoas compreendem as experiências, que por sua vez moldam a maneira como se envolvem no mundo.

A ciência cognitiva é um campo vasto, cuja revisão está para além do escopo deste artigo. Eu gostaria, porém, de destacar brevemente um dos seus pontos de intersecção mais promissores: o trabalho de Lakoff e Johnson (LAKOFF; JOHNSON, 1980; 1999; JOHNSON, 1987; LAKOFF, 1987) sobre a mente incorporada [*embodied mind*] e o raciocínio espacial⁴. Os autores afirmam que a ciência cognitiva demonstrou que: (1) a mente é inerentemente incorporada [*embodied*]; (2) o pensamento é principalmente inconsciente; e (3) conceitos abstratos são em grande parte metafóricos (1999, p. 3). O que isso significa é que, como seres corporais, nosso raciocínio não é puramente consciente e literal (como postulado por adeptos do dualismo cartesiano mente-corpo), mas em grande parte inconsciente, metafórico e imaginativo do ponto de vista cognitivo. Os principais conceitos e esquemas de imagem – cor, categorias de nível básico e (especialmente) relações espaciais – são derivados de nossas experiências corporais, sensoriais e cinestésicas. Por sua vez, por meio do mapeamento metafórico entre domínios, esses esquemas básicos, incorporados, compõem os blocos de construção de um raciocínio mais complexo, abstrato. Em outras palavras,

nossos pensamentos e conceitos abstratos são sempre moldados (frequentemente sem que estejamos plenamente conscientes disso) por esquemas de imagem básicos que são em grande parte de natureza espacial.

Tomemos como exemplo o esquema do recipiente [*container*], que surge a partir da nossa experiência personificada de contenção:

A contenção e a limitação são algumas das características mais difundidas da nossa experiência corporal. Estamos intimamente conscientes de nossos corpos como recipientes tridimensionais nos quais colocamos certas coisas (comida, água, ar) e do qual saem outras coisas (restos de comida e água, ar, sangue etc.) [...] experimentamos a contenção física constantemente em nosso entorno (aquelas coisas que nos envolvem) [...] manipulamos objetos, colocando-os em recipientes (copos, caixas, latas, sacos etc.). (JOHNSON, 1987, p. 21)

A estrutura conceitual do esquema de recipiente é composta por três elementos: um interior, um exterior e uma fronteira. Como outros esquemas de imagem (vínculo, caminho, cima-baixo, centro-periferia, parte-todo, frente-atrás, etc.), o esquema de recipiente é intermodal – pode ser metaforicamente transposto para outros domínios. Quando isso ocorre, a lógica estrutural do esquema (dentro, fora, limite) é preservada no novo domínio, "como quando um treinador de beisebol quebra a tacada do batedor nas partes que a compõem e discute o que se passa 'dentro' de cada parte" (LAKOFF; JOHNSON, 1999, p. 32). Mais significativamente, nós estendemos, de forma generalizada, a lógica metafórica de esquemas de imagem espacial a eventos não físicos, estados e entidades abstratas. Assim, a frase "Diga-me a sua história de novo, mas deixe de fora os detalhes menores" figurativamente estende o esquema do recipiente para o seu evento na história, construindo-o como uma entidade espacialmente delimitada – "o evento na história como o recipiente" (JOHNSON, 1987, p. 34). Esquemas de imagem espacial, em seguida, têm dois papéis: "eles são conceitos que possuem estruturas próprias diretamente compreendidas e são usados metaforicamente para estruturar outros conceitos complexos" (LAKOFF, 1987, p. 283).

Isso não significa que as pessoas em todos os lugares e a todo momento utilizem esquemas espaciais da mesma maneira. Há grande variação cultural na construção conjunta do pensamento espacial (LEVINSON, 1996). No entanto, o trabalho de Lakoff e Johnson fornece informações valiosas sobre a dinâmica da categorização espacial das relações materiais e sociais, bem como sobre a lógica espacial integrada às construções mais complexas, metafóricas. Expandindo este segundo

ponto, uma implicação significativa de sua pesquisa é que conceitos geográficos abstratos como escala ou rede não são internamente consistentes ou categorias analíticas fechadas. Pelo contrário, eles são melhor vistos como “semelhanças familiares” (WITTGENSTEIN, 1953) do pensamento espacial – conjuntos flexíveis e heterogêneos (embora reconhecidamente similares) de esquemas de imagem espaciais básicos, tais como recipiente, vínculo, centro-periferia, cima-baixo, parte-todo etc. Consequentemente, as formas pelas quais esses vários blocos de construção estão unidos moldam a lógica conceitual das metáforas espaciais, e por extensão a forma como nos envolvemos com o mundo (HEROD, 2003, p. 238).

Isso pode ser observado ao retornar para duas metáforas da escala mencionadas acima: escadas e bonecas matrioska. A metáfora da escada é uma combinação de três esquemas espaciais básicos: recipiente, vínculo e cima-baixo. As escalas são tratadas como níveis não sobrepostos, não interativos e distintos (esquema recipiente), e estão amarradas (esquema vínculo) como uma progressão de “degraus” orientados verticalmente (de cima para baixo) que vão do corpo para o global. A hierarquia é um frequente, embora desnecessário, elemento da metáfora da escada, cujo poder normalmente – mas, repetimos, não necessariamente – aumenta à medida que se sobem ou se saltam escalas (uma instância do esquema “quanto maior, melhor”). A metáfora das bonecas matrioska, em contrapartida, decorre de uma associação dos esquemas de recipiente, parte-todo e “quanto maior, melhor”. Mais uma vez as escalas, sob a forma de bonecas individuais, são conceituadas como arenas distintas de espaço (que a contém). No entanto, escalas menores são vistas como progressivamente “encaixadas” dentro das maiores (“quanto maior, melhor”) de modo que a maior das escalas, a global, abrange todas as menores (parte-todo). Assim, a metáfora da boneca matrioska difere conceitualmente da escada de três maneiras importantes: (1) as escalas podem se sobrepor ou interagir (isto é, o global “contém” o nacional); (2) essa interação é unidirecional e hierárquica, uma vez que apenas escalas maiores podem abranger ou influenciar as menores (ou seja, o nacional não pode conter o global); (3) a hierarquia é baseada mais sobre a extensão do que sobre a verticalidade.

Essas diferenças ilustram que as metáforas espaciais escolhidas podem afetar significativamente os cursos de ação das pessoas, as estratégias que atores políticos empregam e as relações sociais de poder (CRESSWELL, 1997). Mas o ponto mais importante é que os esquemas espaciais básicos não moldam apenas a lógica de

metáforas de escala explícitas, tais como a das escadas ou a das bonecas matrioska; são um aspecto integral de toda a epistemologia e categorização espacial. Compreender o modo como esses blocos de construção que delimitam e ordenam o espaço estão conectados por meio de práticas classificatórias e narrativas, os efeitos que diferentes configurações têm e as contestações sociais sobre o discurso espacial são aspectos urgentes – e subestimados – da pesquisa sobre política de escala.

4. Projetos e práticas de escala

O reconhecimento do poder da epistemologia, da categorização e da cognição escalares aponta para um aspecto relacionado com a política de escala que merece maior atenção: o que as pessoas *fazem* com as categorias de escala, e como elas as utilizam para construir o espaço e relações sociais para fins políticos específicos. Isso implica levar a sério os discursos e práticas dos atores sociais – mas não os incorporar irrefletidamente à nossa análise – de natureza reificante, delimitadores do espaço e definidores de um ordenamento vertical; mudar a nossa orientação em direção a “*dimensões escalares das práticas*”, em vez de *práticas que ocorrem em diferentes escalas*” (MANSFIELD, 2005, p. 468, grifo do autor).

Recentemente, os geógrafos começaram a lançar luz sobre este aspecto prático da política de escala ao examinar as várias formas como atores utilizam a escala para promover projetos políticos. Eu acredito que vale a pena discutir brevemente alguns exemplos aqui. Um deles é o exame feito por Kelly (1997) das tentativas por parte de empresas multinacionais e Estados de invocar a “escala global” para legitimá-la como uma arena crítica das relações econômicas, políticas e culturais modernas e colocá-la em contraste com os meros contextos “locais”. Simultaneamente, uma variedade de instituições, de mecanismos reguladores e de projetos de desenvolvimento são projetados para se alinhar em torno desta plataforma socioespacial aparentemente tangível. Assim, por meio desse processo o poder político e as relações econômicas são transformados e resituados.

Um segundo caso é a exploração de Agnew (1997) da importância da escala para os partidos políticos italianos na construção de suas visões de “Itália”, no início da década de 1990, após o colapso do sistema de partidos. Com uma análise pormenorizada, ele demonstra que cada um dos quatro maiores partidos da Itália ofereceu uma concepção diferente de escala geográfica, e que esses horizontes espaciais concorrentes foram cruciais para a compreensão dos eleitores que estes partidos conseguiram atrair e para a afinidade com seus parceiros de coligação. A política é inerentemente

geográfica e escalar e os partidos devem organizar a si mesmos e a suas plataformas ideológicas através das maneiras como dividem e ordenam o espaço, conclui Agnew, porque “a política partidária é intrinsecamente uma atividade relacionada ao espaço, mesmo quando ninguém o percebe” (p. 118).

Outro programa de investigação emergente (cf. KURTZ, 2002; 2003; MARTIN, 2003; McCANN, 2003; MANSFIELD; HAAS, 2006) baseia-se no trabalho pioneiro de Goffman (1974) sobre o “análise do enquadramento” [*frame analysis*] e a literatura sobre movimentos sociais (SNOW et al., 1986; SNOW; BENFORD, 1992) para investigar como os atores utilizam categorias de escala para “enquadrar” espacialmente problemas e soluções, incluir ou excluir determinados atores, legitimar projetos políticos, retrabalhar relações de poder e reunir processos políticos em torno de ordens de escala. Conceitualmente, esses “enquadramentos” são semelhantes aos esquemas de imagem de Lakoff e Johnson – são “esquemas de interpretação” socialmente compartilhados que permitem às pessoas compreenderem suas experiências (GOFFMAN, 1974, p. 21). Os processos de enquadramento, como narrativas, dão sentido aos acontecimentos e relações, e ao fazê-lo funcionam tanto para organizar a experiência quanto para guiar a ação. Mais especificamente, os “quadros de ação coletiva” mobilizam apoio para a ação por meio da identificação de queixas e da atribuição de culpados, apresentando soluções e estratégias alternativas, e articulando justificativas para a ação coletiva para a busca de melhorias (BENFORD; SNOW, 2000). Como essa pesquisa deixa bem claro, enquadrar o contexto espacial e temporal é fundamental para o sucesso de qualquer projeto político. Consequentemente, enquadrar a escala e contestar quadros de escala é um importante objeto de investigação na dinâmica da política de escala.

A virtude das explicações que destaquei é que não caem na armadilha de presumir que a política enquadrada em termos de escala implica necessariamente a competição política entre escalas. Em vez disso, concentram-se sobre a atribuição de – e na contestação sobre – representações escalares dos eventos e relações sociais por parte de políticos, ativistas, empresas e funcionários, ultrapassando o tratamento limitado de escala como categoria analítica e situando-a no âmbito da experiência prática (KURTZ, 2002, p. 255). Eles demonstram que os atores usam categorias de escala não apenas para interpretar políticas de espaço, mas também para enquadrar e definir e, assim, constituir e organizar a vida social: “moldar um mapa mental ou visão de mundo particular que seja persuasivo e politicamente poderoso” (McCANN, 2003, p. 174). A política de escala está, em

outras palavras, sempre ligada a projetos espaciais – tenta cristalizar determinados arranjos socioespaciais na consciência e na prática com finalidades sociais, políticas ou culturais. As representações e práticas escalares são, portanto, parte de um conjunto mais amplo de empregos estratégicos do conhecimento geográfico relacionado a lutas política e de poder (TOAL, 2002).

5. A variabilidade da “escalaridade” [*scaleness*]

Tratar a escala como uma categoria da prática também nos alerta para níveis flutuantes de escalaridade [*scaleness*] – a dimensão em que os atores pensam e agem em termos de escalas e em que as relações sociais e instituições são organizadas de acordo com preceitos de escala. Sob esse ponto de vista, os arranjos políticos e sociais não são continuamente “afixados” e “reafixados” em escalas específicas, como alega a tradição político-econômica. Modos alternativos de conceber e organizar a vida social, como as relações em rede, frequentemente coexistem ao lado de arranjos de escala, ou operam no lugar deles. Consequentemente, o grau em que a “escala” molda a vida social é uma questão em aberto cuja resposta deve ser buscada empiricamente, e não tratada como ponto de partida de qualquer investigação.

A sensibilidade para graus variáveis de escalaridade tem o potencial de aprofundar vários aspectos da investigação sobre a política de escala. O primeiro deles é que ajuda a evitar as descrições problemáticas do tipo “ou este ou aquele” que insistem em localizar a política espacial em ou entre escalas analiticamente prioritárias, uma conceituação da política de escala que é frequentemente encontrada, por exemplo, na literatura sobre o reescalonamento [*rescaling*] do Estado (MANSFIELD, 2005). Em segundo lugar, e com relação com o primeiro ponto, o reconhecimento de falhas e limitações da produção de escalas [*scale-making*] leva a uma teorização mais sofisticada da dinâmica da política de escala, porque nos impede de adotar uma visão excessivamente “escalar” do mundo. Isso nos ajuda a conceituar a escalaridade como um evento contingente que pode ou não ocorrer. Alertas para o fato de que os projetos de produção de escala podem falhar em produzir graus elevados de escalaridade, podemos começar a explorar tentativas fracassadas, enriquecendo assim a nossa compreensão da dinâmica da política de escala.

Em terceiro lugar, conceituar a escalaridade como variável e contingente abre espaço para uma investigação mais embasada do entrelaçamento entre práticas escalares e em rede, consciência e relações socioespaciais. Rede e escala tornaram-se, possivelmente, os modos espaciais

dominantes de raciocínio tanto na cultura popular quanto na geografia humana nos últimos anos. Infelizmente, eles são frequentemente entendidos – como pelo artigo de Marston et al. (2005) – como categorias espaciais exclusivas ou contraditórias, tanto na teoria quanto em sua forma material, obstruindo assim tentativas de aprimorar as teorias sobre as relações socioespaciais. Mudar da análise para a prática e da fixidez para o dinamismo na nossa abordagem de redes e escalas promete facilitar uma investigação mais produtiva que ilumina projetos espaciais, processos de delimitação e ordenamento relacional e a constituição mútua de perspectivas e metáforas de escala e de rede (HEROD, 2003; BULKELEY, 2005).

Por último, reconhecer a variabilidade das práticas e consciência escalares fornece uma base mais sólida para a construção de análises processuais da política de escala. Apelos por abordagens processuais ou dialéticas da escala têm proliferado nos últimos anos (cf. HOWITT, 1993; 1998; 2002; HARVEY, 1996; SWYNGEDOUW, 1997b; 2004; MacLEOD; GOODWIN, 1999; BRENNER, 2000; 2004; MANSFIELD, 2001). Na verdade, pode-se dizer que “processo” é hoje uma das noções teóricas mais em voga na geografia humana. No entanto, descrições de processos muitas vezes são tornadas confusas pela presença de elementos teoricamente incompatíveis derivados do pensamento substancialista⁵. É possível identificar duas formas de substancialismo que surgem em análises ostensivamente processuais de geógrafos acerca da política de escala: a primeira confunde interação com relação e processo, ou seja, parte de substâncias reificadas – escalas ou soluções escalares de vários níveis (local, urbano, nacional, global etc.) – para então investigar as interações e mudanças de relação entre elas (lembre-se da discussão da estruturação de escala acima). Desse modo, “a relação não é independente do conceito de ser real; ela só pode adicionar modificações suplementares e externas a este último” (CASSIRER, 1953, p. 8); ou seja, as entidades precedem relações e processos.

Na segunda forma de substancialismo, mais sutil, os processos são conceituados como “algo com origem” – eles representam as realizações das substâncias (RESCHER, 1996, p. 44). Norbert Elias (1978) chamou de “redução de processo” essa tendência reificante de reformulação do fluxo constante de vida em forma de entidades. Seguindo Whorf (1956), ele observa que a redução de processo é incorporada às estruturas gramaticais de línguas ocidentais, cujas sentenças são compostas por dois elementos: substantivo e verbo. Isso dirige a atenção sobre as coisas em um estado de repouso e trata a mudança e a ação como um atributo

adicional ou derivado. Ele ilustra essa afirmação com o exemplo a seguir:

Às margens de um rio, vemos o fluxo infinito da água. Mas, para compreendê-lo conceitualmente, e comunicá-lo aos outros, não pensamos e dizemos ‘Vejam, o fluxo infinito da água’; nós dizemos ‘Vejam, como o fluxo do rio é rápido.’ Nós dizemos ‘o vento está soprando’, como se o vento fosse realmente uma coisa em repouso que, em um determinado momento, começa a se mover e soprar. Nós falamos como se o vento fosse separado do seu soprar, como se pudesse existir um vento que não sopra. (ELIAS, 1978, p. 112)

Assim, os processos “que têm origem” são sempre decorrentes das coisas, substâncias ou atores, tanto na investigação quanto na explicação – “as entidades instigam processos ou processos são reificados como entidades” (JACKSON; NEXON, 1999).

Consideremos as duas declarações seguintes de um dos teóricos da escala mais resolutamente processuais: “As articulações de escala são profundamente reconfiguradas na luta perpétua do capital para controlar o local por meio de seu comando sobre o espaço” (SWYNGEDOUW, 1992b, p. 61) e “A escala [...] encarna um compromisso temporal, solidifica as relações de poder existentes, regula formas de cooperação e define relações competitivas e outras relações de poder” (SWYNGEDOUW, 1997b, p. 147).

Ambas as formulações priorizam “fazer coisas”, esvaziando, assim, o suposto objetivo de uma análise processual de escala. Na primeira, o “capital” é identificado como a entidade geradora que impulsiona a reconfiguração de escala. Na segunda, os processos dinâmicos de ordenamento socioespacial são – como o exemplo de Elias da água fluindo em um rio – reificados e atribuídos a uma coisa chamada escala.

Para expandir o segundo ponto, considero revelador que Swyngedouw acredita que uma abordagem baseada em processo exige a rejeição de escalas ostensivamente *pré-determinadas*, como “global” e “local”, como pontos de partida da investigação (1997b; 2004), mas não estende o questionamento para a validade de se investigar processos espaciais através das lentes da própria escala. Como Collinge (2005, p. 196) observa: “Em nenhum momento de sua discussão de ‘glocalização’, por exemplo, Swyngedouw considera o que seria necessário para demonstrar a existência do ‘global’, do ‘local’, ou de outras escalas, sugerindo que esses termos [...] podem ser considerados como dados”. A implicação disso é clara. As escalas, como nações em muitas teorias do nacionalismo, são vistas como fatos ontológicos, as coisas que funcionam e fazem o mundo se manter coeso. Em suma, o substancialismo

incorporado ao trabalho ostensivamente processual da escala decorre de uma conceituação de escala como uma categoria de análise, em vez de uma categoria de prática, de uma ênfase em escalas reificadas, em vez de na variabilidade da escalaridade. Na seção seguinte, eu forneço um esboço preliminar dos contornos de uma abordagem alternativa para a investigação política de escala em termos processuais.

6. Processo e política de escala

O ponto de partida de uma abordagem não substancialista de escala é a insistência na primazia dos processos e relações sobre as substâncias, entidades ou coisas. Meu argumento nesta seção é que uma abordagem processual totalmente embasada da escala, despojada de elementos substancialistas, exige uma reformulação do conceito de processos escalares para algo “sem origem” – isto é, uma mudança do tratamento desses processos como redutíveis a elementos não-processuais para processos “sem sujeito” que “não consistem nos feitos de um ou mais agentes pessoais ou impessoais” (RESCHER, 1996, p. 45).

Muitos processos naturais e sociais, tais como a geada, a entropia ou um boato que se espalha são, ou podem ser proveitosamente tratados, como “sem origem” dessa maneira. É claro que a maioria dos processos sociais, tais como a propagação de um boato, geralmente são vistos como iniciados por alguém, constituídos por atores independentes. No entanto, como Jackson e Nexon (1999) notam:

Se estudarmos o boato como um processo com início definido, não estamos realmente estudando a “difusão” do boato. Em vez disso, estamos estudando como as interações de indivíduos mudam o rumor [...] Isso não é particularmente útil se queremos estudar como o processo, que é a difusão do boato, altera as relações que constituem o grupo – os laços entre os membros do grupo, a separação entre os membros do grupo e aqueles que estão fora dele, e assim por diante. (JACKSON; NEXON, 1999, p. 302, grifo do autor)

Da mesma forma, quando nos concentramos na escala em si como um processo com origem definida – como algo produzido por entidades substanciais, como indivíduos ou forças do capitalismo – deixamos de examinar a forma como o processo de sedimentação de configurações particulares de escala na consciência e na prática realinha relações socioespaciais, a forma como a delimitação horizontal e as epistemologias de ordenamento relacional específicas de um arranjo escalar emergente funcionam como um mecanismo gerador na implantação de determinados projetos

sociais e políticos. Mas esses processos escalares e as alterações relacionais que geram são, eu insisto, exatamente as questões que uma abordagem processual da escala deveria procurar compreender.

Além disso, a cristalização ou institucionalização de configurações específicas podem também ser proveitosamente estudadas como eventos sem sujeito, contingentes, em vez de tratar as escalas materiais como produtos significativos de atores sociais específicos, como se costuma fazer. Para ser claro, isso não é negar que os indivíduos e as instituições desempenham um papel nos processos de escala. Mas não implica necessariamente que o surgimento de arranjos específicos de escala pode ser completamente reduzido a, ou adequadamente explicado por, ações de várias entidades, como faz o pensamento substancialista. Isso porque cada processo é em si um conjunto de outros processos que o compõem – “certas configurações de processos dão origem a novas configurações” (JACKSON; NEXON, 1999, p. 306). Assim, as configurações escalares são manifestações do agrupamento de delimitações socioespaciais mais básicas e processos de ordenamento relacional.

Isto significa que é necessário especificar quais epistemologias de delimitação e ordenamento relacional foram agrupadas, e identificar os mecanismos que geraram esse processo, a fim de fornecer uma explicação suficiente dos casos de transformação e sedimentação escalares. Minha ênfase nessa ligação é baseada na descrição processual perspicaz de Abbott (1995) sobre a formação de entidades. Invertendo a premissa padrão de que os limites são um correlato lógico de “coisificação” (os limites das coisas), ele argumenta que o agrupamento – a construção e a articulação dos limites a partir de locais rudimentares de diferença – produz “coisas” coerentes, similares a entidades, como escalas ou profissões acadêmicas (limites das coisas). A manobra processual da Abbott nos leva de volta para a epistemologia espacial, a categorização e a cognição metafórica, e para práticas representacionais de escala, tais como o enquadramento, a classificação e a narração, que produzem efeitos de escala. Histórias de escala, quadros e metáforas funcionam como mecanismos de convergência que nomeiam, agregam e delineiam os limites socioespaciais e as relações – produzem epistemologias de “produção do mundo” e categorizações que consistem em “desmontar e montar, muitas vezes em conjunto” (GOODMAN, 1978, p. 8). Embora realizados por atores sociais, esses conjuntos de práticas são processos em curso que não são completamente controlados pelos atores que os empregam.

Conclusão

A política de escala continua a ser uma das áreas mais vibrantes de pesquisa em geografia humana. Este ensaio não foi apresentado em uma tentativa de derrubar esse edifício. Em vez disso, argumentei que, apesar de uma recente virada construtivista, a literatura sobre a política

Agradecimentos

Eu gostaria de agradecer a Leila Harris, Reece Jones, Robert Kaiser, Robert Sack e aos revisores anônimos da *Progress in Human Geography* por seus comentários.

Notas

1. Devo esse insight particular a um dos revisores anônimos.
2. Ver Howitt (2002) para uma exploração mais filosófica de incorporação e escala.
3. Ver Emirbayer (1997) para uma crítica mais embasada de substancialismo.

Referências

- ABBOTT, A. (1995) Things of boundaries. *Social Research* 62, 857–82.
- AGNEW, J. (1987) *Place and politics*. London: Allen and Unwin
- _____. (1993) Representing space: space, scale and culture in social science. In: DUNCAN, J.; LEY, D., editors, *Place/culture/representation*. London: Routledge, 251–71.
- _____. (1994) The territorial trap: the geographical assumptions of international relations theory. *Review of International Political Economy* 1, 53–80.
- _____. (1997) The dramaturgy of horizons: geographical scale in the 'reconstruction of Italy' by the new Italian political parties, 1992–1995. *Political Geography* 16, 99–121.
- AMIN, A. (2002) Spatialities of globalization. *Environment and Planning A* 34, 385–89.
- ANDREAS, P. (2004) The clandestine political economy of war and peace in Bosnia. *International Studies Quarterly* 48, 29–51.
- BARBER, B. (1995) *Jihad vs. Mcworld*. New York: Times Books.
- BAX, M. (1997) Mass graves, stagnating identification, and violence: a case study in the local sources of 'the war' in Bosnia. *Anthropological Quarterly* 70, 11–19.
- _____. (2000) Warlords, priests and the politics of ethnic cleansing: a case study from rural Bosnia Hercegovina. *Ethnic and Racial Studies* 23, 16–36.
- BENFORD, R.; SNOW, D.A. (2000) Framing processes and social movements: an overview and assessment. *Annual Review of Sociology* 26, 611–39.
- BRENNER, N. (1997) State restructuring and the production of spatial scale: urban and regional planning in the Federal Republic of Germany: 1960–1990. *Political Geography* 16, 273–306.
- _____. (1998) Between fixity and motion: accumulation, territorial organization and the historical geography of spatial scales. *Environment and Planning D* 16, 459–81.
- _____. (1999) Beyond state-centrism? Space, territoriality, and geographical scale in globalization studies. *Theory and Society* 28, 39–78.
- _____. (2000) The urban question as a scale question: reflections on Henri Lefebvre, urban theory and the politics of scale. *International Journal of Urban and Regional Research* 24, 361–78.
- _____. (2001) The limits of scale? Methodological reflections on scalar structuration. *Progress in Human Geography* 25, 591–614.
- _____. (2004) *New state spaces*. Oxford: Oxford University Press.
- BROWN, M. (1995) Sex, scale and the 'new urban politics': HIV-prevention strategies from Yaletown, Vancouver. In: BELL, D.; VALENTINE G., editors. *Mapping desire*. New York: Routledge, 245–63.
- BRUBAKER, R. (1996) *Nationalism reframed*. Cambridge: Cambridge University Press.
- _____. (2002) Ethnicity without groups. *European Journal of Sociology* 18, 163–89.
- _____. (2005) The 'diaspora' diaspora. *Ethnic and Racial Studies* 28, 1–19.
- BRUBAKER, R.; COOPER, F. (2000) Beyond 'identity'. *Theory and Society* 29, 1–47.
- BRUBAKER, R.; LOVEMAN, M.; STAMATOV, P. (2004) Ethnicity as cognition. *Theory and Society* 33, 31–64.
- BULKELEY, H. (2005) Reconfiguring environmental governance: towards a politics of scales and networks. *Political Geography* 24, 875–902.
- CALHOUN, C. (2003) Belonging in the cosmopolitan imaginary. *Ethnicities* 3, 531–53.
- CASSIRER, E. (1953) *Substance and function*. New York: Dover.

- CASTREE, N. (2004) The geopolitics of nature. In: AGNEW, J., MITCHELL, K.; TOAL, G., editors. *A companion to political geography*. Oxford: Blackwell, 423–39.
- COLLINGE, C. (2005) The difference between society and space: nested scales and the returns of spatial fetishism. *Environment and Planning D: Society and Space* 23, 189–206.
- COX, K. (1996) Editorial: the difference that scale makes. *Political Geography* 15, 667–71.
- CRESSWELL, T. (1997) Weeds, plagues and bodily secretions: a geographical interpretation of metaphors of displacement. *Annals of the Association of American Geographers* 87, 330–45.
- DE CERTEAU, M. (1984) *The practice of everyday life*. Berkeley, CA: University of California Press.
- DELANEY, D.; LEITNER, H. (1997) The political construction of scale. *Political Geography* 16, 93–97.
- ELDEN, S. (2005) Missing the point: globalization, deterritorialization and the space of the world. *Transactions of the Institute of British Geographers* NS 30, 8–19.
- ELIAS, N. (1978) *What is sociology?* New York: Columbia University Press.
- EMIRBAYER, M. (1997) Manifesto for a relational sociology. *American Journal of Sociology* 103, 281–317.
- FERGUSON, J.; GUPTA, A. (2002) Spatializing states: toward an ethnography of neoliberal governmentality. *American Ethnologist* 29, 981–1002.
- FERME, M. (2004) Deterritorialized citizenship and the resonances of the Sierra Leonean state. In: POOLE, D., LEVENTHAL, R.; DAS, V., editors. *Anthropology in the margins of the state*. Santa Fe: School of American Research Press, 81–115.
- FOUCAULT, M. (1991) Governmentality. In: BURCHELL, G., GORDEN, C.; MILLER, P., editors. *The Foucault effect*. Chicago: University of Chicago Press, 87–104.
- FRIEDMAN, T. (2000) *The Lexus and the olive tree*. New York: Anchor Books.
- GOFFMAN, E. (1974) *Frame analysis*. New York: Harper.
- GOODMAN, N. (1978) *Ways of worldmaking*. Indianapolis: Hackett.
- HAKLI, J. (2001) In the territory of knowledge: statecentered discourses and the construction of society. *Progress in Human Geography* 25, 403–22.
- HARAWAY, D. (1991) *Simians, cyborgs and women*. London: Routledge.
- HARVEY, D. (1982) *Limits to capital*. Chicago: University of Chicago Press.
- _____. (1996) *Justice, nature and the geography of difference*. Oxford: Blackwell.
- HELD, D. (1995) *Democracy and the global order*. Cambridge: Polity Press.
- HELLEINER, E. (2002) *The making of national money*. Ithaca, NY: Cornell University Press.
- HEROD, A. (1997) Labor's spatial praxis and the geography of contract bargaining in the US east coast longshore industry. *Political Geography* 16, 145–69.
- _____. (2003) Scale: the local and the global. In: HOLLOWAY, S., Rice, S.; VALENTINE, G., editors. *Key concepts in geography*. London: Sage, 229–47.
- HEROD, A.; WRIGHT, M. (2002) Placing scale: an introduction. In: HEROD, A.; WRIGHT, M., editors. *Geographies of power*. Oxford: Blackwell, 1–14.
- HIRSCH, F. (2005) *Empire of nations*. Ithaca, NY: Cornell University Press.
- HIRSCHFELD, L. (1996) *Race in the making*. Cambridge, MA: MIT Press.
- HOBSBAWM, E.; RANGER, T. (1983) *The invention of tradition*. Cambridge: Cambridge University Press.
- HOWITT, R. (1993) 'A world in a grain of sand': towards a reconceptualisation of geographical scale. *Australian Geographer* 24, 33–44.

- _____. (1998) Scale as relation: musical metaphors of geographical scale. *Area* 30, 49–58.
- _____. (2002) Scale and the other: Levinas and geography. *Geoforum* 33, 299–313.
- _____. (2003) Scale. In: AGNEW, J., MITCHELL, K.; TOAL, G., editors. *A companion to political geography*. Oxford: Blackwell, 138–57.
- HUNTINGTON, S. (1996) *Clash of civilizations and the remaking of world order*. New York: Simon and Schuster.
- JACKSON, P.T. and Nexon, D. (1999) Relations before states: substance, process and the study of world politics. *European Journal of International Relations* 5, 291–332.
- JOHNSON, M. (1987) *The body in the mind*. Chicago: University of Chicago Press.
- JOHNSON, N. (1995) Cast in stone: monuments, geography, and nationalism. *Environment and Planning D* 13, 51–65.
- JONAS, A. (1994) Editorial: the scale politics of spatiality. *Environment and Planning D* 12, 257–64.
- JONES, K. (1998) Scale as epistemology. *Political Geography* 17, 25–28.
- JONES, M.; MACLEOD, G. (2004) Regional spaces, spaces of regionalism: territory, insurgent politics and the English question. *Transactions of the Institute of British Geographers NS* 29, 433–52.
- KAISER, R.; NIKIFOROVA, E. (2006) Borderland spaces of identification and dis/location: multiscalar narratives and enactments of Seto identity and place in the Estonian/Russian borderlands. *Ethnic and Racial Studies* 25, 928–58.
- KALYVAS, S. (2006) *The logic of violence in civil war*. Cambridge: Cambridge University Press.
- KAPLAN, D. (1999) Territorial identities and geographic scale. In: KAPLAN, D.; HERB, G., editors. *Nested identities*. Lanham, MD: Rowman and Littlefield, 31–49.
- KELLY, P. (1997) Globalization, power and the politics of scale in the Philippines. *Geoforum* 28, 151–71.
- KURTZ, H. (2002) The politics of environmental justice as the politics of scale: St. James Parish, Louisiana, and the Shintech siting controversy. In: HEROD, A.; WRIGHT, M., editors. *Geographies of power*. Oxford: Blackwell, 249–73.
- _____. (2003) Scale frames and counter-scale frames: constructing the problem of environmental injustice. *Political Geography* 22, 887–916.
- LAKOFF, G. (1987) *Women, fire, and dangerous things*. Chicago: University of Chicago Press.
- LAKOFF, G. and Johnson, M. (1980) *Metaphors we live by*. Chicago: University of Chicago Press.
- _____. (1999) *Philosophy in the flesh*. New York: Basic Books.
- LEITNER, H. (2004) The politics of scale and networks of spatial connectivity: transnational interurban networks and the rescaling of political governance in Europe. In: SHEPPARD, E.; MCMASTER, R., editors. *Scale and geographic inquiry*. Malden, MA: Blackwell, 236–55.
- LEITNER, H.; PAVLIK, C.; SHEPPARD, E. (2002) Networks, governance, and the politics of scale: inter-urban networks and the European Union. In: HEROD, A.; WRIGHT, M., editors. *Geographies of power*. Oxford: Blackwell, 274–303.
- LEVINSON, S. (1996) Language and space. *Annual Review of Anthropology* 25, 353–82.
- LEY, D. (2004) Transnational spaces and everyday lives. *Transactions of the Institute of British Geographers NS* 29, 151–64.
- MACLEOD, G.; GOODWIN, M. (1999) Reconstructing an urban and regional political economy: on the state, politics, scale, and explanation. *Political Geography* 18, 697–730.
- MANN, M. (1986) *The sources of social power, volume I*. Cambridge: Cambridge University Press.
- MANSFIELD, B. (2001) Thinking through scale: the role of state governance in globalizing North Pacific fisheries. *Environment and Planning A* 33, 1807–27.
- _____. (2005) Beyond rescaling: reintegrating the 'national' as a dimension of scalar relations. *Progress in Human Geography* 29, 458–73.

- MANSFIELD, B.; HAAS, J. (2006) Scale-framing of scientific uncertainty in controversy over the endangered Stellar sea lion. *Environmental Politics* 15, 78–94.
- MARSTON, S. (2000) The social construction of scale. *Progress in Human Geography* 24, 219–42.
- MARSTON, S.; JONES, J.P.; WOODWARD, K. (2005) Human geography without scale. *Transactions of the Institute of British Geographers* NS 30, 416–32.
- MARTIN, D. (2003) 'Place-framing' as place making: constituting a neighborhood for organizing and activism. *Annals of the Association of American Geographers* 93, 730–50.
- MCCANN, E. (2003) Framing space and time in the city: urban policy and the politics of spatial and temporal scale. *Journal of Urban Affairs*. 25, 159–78.
- MCCARTHY, J. (2005) Scale, sovereignty, and strategy in environmental governance. *Antipode* 37, 731–53.
- MCMMASTER, R.; SHEPPARD, E. (2004) Introduction. In Sheppard, E. and McMaster, R., editors, *Scale and geographic inquiry*, Malden, MA: Blackwell, 1–22.
- MUELLER, J. (2000) The banality of 'ethnic war'. *International Security* 25, 42–70.
- OHMAE, K. (1995) *The end of the nation-state*. New York: Free Press.
- PAASI, A. (1996) *Territories, boundaries and consciousness*. Chichester: Wiley.
- _____. (2004) Place and region: through the prism of scale. *Progress in Human Geography* 28, 536–46.
- Paasi, A.; NEWMAN, D. (1998) Fences and neighbors in the postmodern world: boundary narratives in political geography. *Progress in Human Geography* 22, 186–207.
- PATRIARCA, S. (1996) *Numbers and nationhood*. Cambridge: Cambridge University Press.
- PURCELL, M. (2003) Islands of practice and the Marston/ Brenner debate: toward a more synthetic critical human geography. *Progress in Human Geography* 27, 317–32.
- RAENTO, P. and Brunn, S. (2005) Visualizing Finland: postage stamps as political messengers. *Geografiska Annaler: Series B* 87, 145–64.
- RESCHER, N. (1996) *Process metaphysics*. Albany, NY: State University of New York Press.
- RICOEUR, P. (1991) *From text to action*. Evanston, IL: Northwestern University Press.
- SACK, R. (1980) *Conceptions of space in social thought*. Minneapolis, MN: University of Minnesota Press.
- SAYER, A. (1985) The difference that space makes. In Gregory, D. and Urry, D., editors, *Social relations and social structures*. London: Macmillan, 49–66.
- SCHATZKI, T. (2002) *The site of the social*. University Park, PA: Pennsylvania University Press.
- SEARLE, J. (1995) *The construction of social reality*. New York: Free Press.
- SILVERN, S. (1999) Scales of justice: law, American Indian treaty rights and political construction of scale. *Political Geography* 18, 639–68.
- SMITH, N. (1984) *Uneven development: nature, capital and the production of space*. Oxford: Blackwell.
- _____. (1992) Contours of a spatialized politics: homeless vehicles and the production of geographical space. *Social Text* 33, 54–81.
- _____. (1993) Homeless/global: scaling places. In Bird, J., Curtis, B., Putnam, T., Robertson, G. and Tickner, L., editors, *Mapping the futures*, London: Routledge, 87–119.
- _____. (1995) Remaking scale: competition and cooperation in prenational and postnational Europe. In Eskelinen, H. and Snickars, F., editors, *Competitive European peripheries*, New York: Springer, 59–74.
- _____. (1996) Spaces of vulnerability: the space of flows and the politics of scale. *Critique of Anthropology* 16, 63–77.
- _____. (2000) Scale. In Johnston, R.J., Gregory, D., Pratt, G. and Watts, M., editors, *The dictionary of human geography*,

Malden, MA: Blackwell, 724–27.

_____. (2004) Scale bending and the fate of the national. In: SHEPPARD E.; MCMASTER, R., editors. *Scale and geographic inquiry*. Malden, MA: Blackwell, 192–212.

SMITH, R.G. (2003) World city actor-networks. *Progress in Human Geography* 27, 25–44.

SNOW, D.A.; BENFORD, R. (1992) Master frames and cycles of protest. In: MORRIS, A.D.; MUELLER, C.M., editors. *Frontiers in social movement theory*. New Haven, CT: Yale University Press, 133–55.

SNOW, D.A.; ROCHFORD, B.; WORDEN, S.; BENFORD, R. (1986) Frame alignment processes, micromobilization, and movement participation. *American Journal of Sociology* 51, 464–81.

SOMERS, M. (1994) The narrative constitution of identity: a relational and network approach. *Theory and Society* 23, 605–49.

SWYNGEDOUW, E. (1992a) Territorial organization and the space/technology nexus. *Transactions of the Institute of British Geographers* NS 17, 417–33.

_____. (1992b) The Mammon quest: glocalisation, interspatial competition and monetary order: the construction of new spatial scales. In: DUNFORD, M.; KAFKALAS, G., editors. *Cities and regions in the new Europe*. London: Belhaven Press, 39–67.

_____. (1997a) Excluding the other: the production of scale and scaled politics. In: LEE, R.; WILLS, J., editors. *Geographies of economies*. London: Arnold, 167–76.

_____. (1997b) Neither global nor local: 'glocalization' and the politics of scale. In: COX, K., editor. *Spaces of globalization*. New York: Guilford Press, 137–66.

_____. (2000) Authoritarian governance, power and the politics of scale. *Environment and Planning D* 18, 63–76.

_____. (2004) Scaled geographies: nature, place and the politics of scale. In: Sheppard, E.; McMaster, R., editors. *Scale and geographic inquiry*. Malden, MA: Blackwell, 129–53.

TAYLOR, P. (1982) A materialist framework for political geography. *Transactions of the Institute of British Geographers* NS 7, 15–34.

_____. (1994) The state as a container: territoriality in the modern world system. *Progress in Human Geography* 18, 151–62.

_____. (1996) Embedded statism and the social sciences: opening up to new spaces. *Environment and Planning A* 28, 1917–28.

_____. (2004) Is there a network of cities? World-cities and the limitations of geographical scale analysis. In: SHEPPARD, E.; MCMASTER, R., editors. *Scale and geographic inquiry*. Malden, MA: Blackwell, 213–35.

TILLY, C. 1984: *Big structures, large processes, huge comparisons*. New York: Russell Sage.

_____. (2002) *Stories, identity and political change*. Lanham, MA: Rowan and Littlefield.

TOAL, G. (2002) Theorizing practical geopolitical reasoning: the case of U.S. Bosnia policy in 1992. *Political Geography* 21, 601–28.

TORPEY, J. (2000) *The invention of the passport*. Cambridge: Cambridge University Press.

WALKER, R.B.J. (1993) *Inside/outside*. Cambridge: Cambridge University Press.

WHITE, H. (1987) *The content of the form*. Baltimore, MD: Johns Hopkins University Press.

WHORF, B. (1956) *Language, thought and reality* (edited by J. Carroll). Cambridge: MIT Press.

WINICHAKUL, T. (1994) *Siam mapped*. Oahu: University of Hawaii Press.

WITTGENSTEIN, L. (1953) *Philosophical investigations*. Oxford: Blackwell.

YEOH, B. (1996) Street-naming and nation-building: toponymic inscriptions of nationhood in Singapore. *Area* 28, 298–307.

QUESTÕES TEÓRICAS E TENDÊNCIAS DA GEOGRAFIA HISTÓRICA

Patrício Aureliano Silva Carneiro*

Escola Preparatória de Cadetes do Ar

Resumo: Um dos grandes desafios dos estudos históricos reside na incorporação e análise dos *processos espaciais* e dos *elementos territoriais* responsáveis por influenciar as temporalidades e os eventos e por modelar e organizar o espaço no passado. No presente artigo, procuramos salienta a importância dessa articulação, discorrendo sobre as inter-relações entre as categorias tempo e espaço, história e geografia. Com base em bibliografia anglo-saxônica, revisamos os aspectos conceituais da geografia histórica, a contribuição dos principais estudiosos e as novas tendências e desafios desse plano de abordagem.

Palavras-chave: Geografia e história. Geografia histórica. Teoria e metodologia.

THEORY AND TRENDS OF HISTORICAL GEOGRAPHY

Abstract: One of the most significant challenges in the historical studies lies in the incorporation and analysis of spatial processes and territorial elements which influence temporality and events, as well as fashion and organize space in the past. The present article aims at emphasizing the importance of such relation as well as the connections between space and time, history and geography. Based on Anglo-Saxon bibliography, we review the conceptual aspects of historical geography, the most prominent authors' contributions along with the new trends and challenges of this approach plan.

Keywords: Geography and History. Historical Geography. Theory and Methodology.

QUESTIONS THÉORIQUES ET TENDANCES DE LA GÉOGRAPHIE HISTORIQUE

Résumé: L'un des grands défis des études historiques, réside, dans l'incorporation et l'analyse des processus spatiaux et des éléments territoriaux responsables d'influencer les temporalités et les événements, et de modéliser et organiser l'espace dans le passé. Dans cet article, nous essayons de souligner l'importance de cette articulation, en discutant les interrelations entre le temps et l'espace, l'histoire et la géographie. Sur la base de la bibliographie anglo-saxonne, nous passons en revue les aspects conceptuels de la géographie historique, la contribution des principaux chercheurs et les nouvelles tendances et défis de ce plan d'approche.

Mots-clés: Géographie et histoire. Géographie historique. Théorie et méthodologie.

*Doutor em Geografia Humana, professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, membro efetivo do quadro de docentes do Departamento de Ensino da Aeronáutica, coordenador da disciplina Geografia na Escola Preparatória de Cadetes do Ar (EPCAR). E-mail: patriciocarneiro@yahoo.com.br.

Introdução

Um historiador de Oxford, há mais de um século, observou que “a história não é inteligível sem geografia”. Hoje, no início do século XXI, como geógrafo de Cambridge, quero ressaltar que a geografia não é inteligível sem história (...). O entendimento de lugares requer uma perspectiva histórica e a compreensão dos períodos temporais requer uma perspectiva geográfica. Cada uma precisa da outra, cada uma é empobrecida sem a outra. Mais importante, cada uma é enriquecida pela outra. Reconstruir séries temporais de dados enriquece nossa compreensão histórica por si só, mas o valor geográfico é adicionado quando usamos, em combinação, a reconstrução de séries espaciais (Alan Baker).

Há tempos que o campo principal de análise da geografia histórica consiste na compreensão das relações entre as pessoas e o ambiente. Baker (2003, p.72) enfatizou que a relação dos povos com seus ambientes e de “culturas” com outras “culturas” têm intrigado gerações de estudiosos e alimentado uma legião de pesquisas geográficas. Mas o tema da *geografia histórica* é muito vasto e controverso, a ponto de alguns geógrafos e historiadores o descreverem como “a ponte da divisão”, subtítulo do livro mais importante do autor citado. No geral, persistem poucas criações individuais extraordinárias e os pesquisadores ainda possuem ideias distintas sobre o uso do passado.

O dogma de que a geografia seria apenas o estudo do tempo presente despontou, provavelmente, na geografia francesa do final do século XIX, quando, no momento da sua institucionalização como ciência, longos embates surgiram com os historiadores acadêmicos, que viam a geografia apenas como ciência auxiliar da história. Diante da necessidade de se construir um instrumental teórico e metodológico próprios, como a história estava preocupada com o passado, à geografia coube, portanto, o presente (ABREU, 2000). No entanto, as propostas de separação entre espaço e tempo, passado e presente, tanto na geografia quanto na história e, principalmente, na prática da geografia histórica, carecem de fundamentação teórica e metodológica.

Não há base lógica para diferenciar *geografia* da *história*, assim se pronunciou Guelke (1982). Ainda de acordo com este autor, embora os historiadores, na época em que escreveu o ensaio, estivessem preocupados com questões políticas e sociais – entendimento de períodos – e os geógrafos com a ocupação humana e o uso da terra – compreensão de lugares –, essas diferenças não teriam importância filosófica. Geografia e a história estão enraizadas na base material da existência humana: elas são análogas, complementares e interdependentes campos de estudo. Segundo Meinig, se estivermos interessados nos acontecimentos

emanados das tomadas de decisão e nos tipos de mudanças apresentadas pelas áreas, devemos voltar nossas atenções para o historiador e para o geógrafo ou, de forma integrada, para a geografia histórica (WYNN, 2005, p. 612).

“Passado” e “presente” são noções simplificadas de nossas concepções do tempo. Se o passado é o prólogo para o presente, o presente continuamente reforma o passado com novas ideias, abordagens e informações que nos permitem recuperar e desvendar as condições humanas anteriores. Conforme asseverou Mitchell (1987, p. 1-2), “tempo” não é o domínio exclusivo de um único conjunto de profissionais, conquanto, no mundo ocidental, geralmente, os historiadores têm sido considerados os guardiões especiais do passado humano. Terra-espaço, similarmente, é um conceito fundamental para muitos ramos da atividade intelectual organizada. E os geógrafos, principalmente, reivindicam o domínio desse campo para elucidar as relações existentes entre as pessoas e os lugares e seus reflexos na localização, no ambiente, na distribuição e nas expressões regionais.

Aportes teóricos da geografia histórica

O geógrafo histórico deve se preocupar com o estudo das mudanças no espaço e no tempo, além de investigar como e por que algumas das expressões pretéritas persistem no presente. No entanto, a recuperação do passado não é uma tarefa fácil. Inclusive em suas formas mais detalhadas, o pesquisador poderá reconstruir apenas uma pequena fração das ações humanas e dos eventos. Recuperar o passado geograficamente tem sido a tarefa de um conjunto específico de geógrafos em vários momentos da evolução da ciência geográfica, e, algumas vezes, eles foram ultrapassados pelos historiadores.

Nas duas últimas décadas, os estudos de geografia histórica têm envolvido um número crescente de historiadores e, principalmente, de geógrafos num crítico debate sobre a evolução do passado. No entanto, conforme apontaram Denecke (1982) e Baker (2003), em oposição às obras que versam sobre as mudanças geográficas e históricas de determinados lugares e períodos, há poucas pesquisas e ensaios publicados que investigam a geografia histórica por si como um campo de estudo, em seus aspectos teórico-metodológicos ou em termos das suas relações, proximidades e distinções com as disciplinas mãe¹.

A carência de um amplo debate teórico-metodológico no universo da geografia histórica faz desse campo de

¹Quando analisamos as publicações relativas ao campo da geografia histórica

estudo uma área com diversos problemas, apontados por Kucera (2008, p. 6) e listados a seguir: "baixo nível de coesão interna"; "natureza eclética da pesquisa"; indefinição do objeto e do sujeito de investigação; posição não clara entre historiografia e geografia; "natureza excessivamente descritiva", raramente explicativa e distanciada da busca de regularidades; aplicabilidade insuficiente dos resultados obtidos e conceituações, por vezes, "demasiadamente gerais".

Na década de 1950, Mitchell (1954) publicou uma obra intitulada *Historical Geography*, com temas dedicados às questões gerais da prática da geografia histórica, ao povoamento da Terra e à evolução das vilas e fazendas. Em que pese o esforço pioneiro da autora e o foco principal nas mudanças da Grã-Bretanha desde os tempos pré-históricos até o século XX, Baker (2003) ressaltou que, em relação à discussão geral sobre a natureza da geografia histórica, por trinta anos, a publicação citada se manteve como o único livro, de língua inglesa, a tratar da natureza do campo de estudo em questão. No capítulo introdutório do livro, Mitchell indaga o que é geografia histórica. Ela responde que, considerando as imprecisões das definições da geografia e da história, encontrar uma categorização para a disciplina seria um mistério ainda maior. No entanto, aponta a autora que, na compreensão do que seria esse campo de investigação,

(...) alguns vão mais longe do que a crença de que se trata de "velhos" mapas e consideram como um campo de conhecimento que se debruça sobre os relatos dos antigos marinheiros, dos viajantes e dos mercadores aventureiros medievais. Já outros acreditam ser uma tentativa doentia dos geógrafos para explicar a história e acham que o geógrafo histórico é, muito certamente, invasor e deva ser processado. (Mas), isto não é assim: o geógrafo histórico é um geógrafo em primeiro lugar, seja no passado ou em qualquer tempo. (MITCHELL, 1954, p. 1-2)

A geografia, no contexto em que Mitchell escreveu o ensaio, se definia pela descrição e pela explicação da localização e da distribuição dos fenômenos. Na opinião da autora, o objeto daquele campo era o estudo dos lugares, tanto em termos da individualidade quanto da generalidade, vistos como produtos das interações entre os povos e os ambientes. À geografia histórica cabia o estudo, geográfico, de um lugar específico no passado, por meio do corte de uma sequência de datas mais ou menos ordenada, com importância na compreensão da localização e dos assuntos humanos. A autora

em diferentes países, é possível notar que tais estudos foram publicados desde o século XVIII. Todavia, a maioria das publicações ou se enquadra, principalmente, em pesquisas de história geográfica ou aborda, especialmente, lugares e períodos, não teoria e metodologia da linha de investigação em foco.

²No contexto atual, entretanto, é preciso considerar a impossibilidade de distinção, de forma clara e fechada, de um ramo competitivo da ciência com elevado nível de integridade ou coesão interna e identidade suficientemente forte. Essa observação pode ser aplicada a qualquer uma das subáreas da geografia e, até mesmo, a outras ciências.

ainda deixou bem claro que, apesar da investigação do passado, o geógrafo histórico sempre seria um geógrafo, nunca um historiador.

A pesquisadora relatou que a análise dos acontecimentos históricos seria de domínio do historiador, preocupado com a civilização, enquanto a da superfície da Terra, do geógrafo. Se levássemos esse preceito à risca, muitos livros, em cujo título figura o termo *geografia histórica*, ao abordarem, principalmente, a civilização, não o lugar, não passariam de *história geográfica*. O elemento comum entre os dois profissionais estaria na perspectiva de compreender o padrão espacial no decorrer dos eventos. Destaque-se, contudo, que o geógrafo histórico deveria estar vinculado com a análise da geografia de um espaço em *qualquer momento* do tempo, pois, na opinião da autora,

(ele) não (poderia) estar preocupado apenas com a sobrevivência de padrões geográficos passados no presente ou com a evolução de padrões geográficos no tempo, mas com o estabelecimento e o estudo dos padrões em qualquer um dos dois tempos em particular. (MITCHELL, 1954, p. 14)

A geografia histórica deveria, então, se preocupar tanto com as permanências de características geográficas dos tempos passados nas paisagens atuais quanto com as mudanças geográficas ao longo do tempo. Mitchell (1954, p. 332) não tinha dúvidas de que o trabalho analítico do geógrafo histórico seria, em última instância, contribuir para a síntese geográfica, com o estudo do lugar em seus aspectos físicos e humanos. No capítulo final da obra, ela defendeu a necessidade de uma abordagem histórica em toda a ciência geográfica, e assim concluiu: "se a cada geógrafo histórico cabe versar sobre todas as partes da geografia, de fato, cada geógrafo é (ou deveria ser), em certa medida, um geógrafo histórico".

Na década de 1980, William Norton publicou a obra *Historical Analysis in Geography* (1984), um levantamento na perspectiva da discussão geral sobre a natureza da geografia histórica. Ele reconheceu três grandes preocupações da geografia, concentrando-se, particularmente, na terceira citada: a) as alterações geográficas através do tempo; b) o desenvolvimento da paisagem; c) e a evolução da forma espacial. Ao analisar a trajetória da geografia histórica, o autor argumentou que o cerne das preocupações desse campo durante os anos de 1960 e 1970 estava vinculado ao estudo da geografia do passado, das mudanças geográficas e das características históricas presentes nas paisagens atuais. Mas também declarou que as ideias e os métodos de análise dos padrões espaciais, cada vez mais adotados no âmbito da geografia em geral, tinham ainda pouco impacto sobre a geografia histórica.

O pesquisador, apesar de reconhecer os vigorosos debates entre os geógrafos históricos sobre questões como disponibilidade de dados, papel da teoria e da quantificação na pesquisa histórica e sobre as correntes alternativas ao positivismo como a fenomenologia, o idealismo e o estruturalismo, defendeu a perspectiva de uma análise espacial temporalmente orientada cujo foco dos estudos estaria na evolução das formas espaciais e no emprego de técnicas de simulação e métodos *contrafactuais*. Nas principais temáticas da geografia histórica (estudos regionais e de fronteira, análises da evolução dos assentamentos e da agricultura, transporte, paisagens urbanas e industriais e estudos populacionais), Norton (1984, p. 15) defendeu a abordagem das relações entre *forma* e *processo* através do tempo. Mas a sua obra teve impacto limitado, talvez pelo alinhamento com a geografia teórico-quantitativa.

Tanto a proposta de Mitchell quanto a de Norton, na opinião de Baker (2003), apesar de possuírem diferentes abordagens, apoiaram-se, exclusivamente, nos métodos e conceitos da geografia num momento em que os processos metodológicos dessa ciência estavam passando por crescente questionamento. Infelizmente, não abordaram, de forma coerente, a natureza da relação entre a disciplina citada e a história. Esta observação pode ser estendida a várias publicações em outras línguas³. Baker (2003) ainda relatou que há lições a serem aprendidas e armadilhas a serem evitadas. Ele cita a obra de Robin Butlin (*Historical Geography: Through the Gates of Space and Time*), publicada em 1993, que abordou os riscos com sucesso ao empregar uma perspectiva que sublinhou o caráter mutável da geografia histórica em si.

Na opinião de Butlin (1993, p. 47), "ainda há muito espaço para uma análise pormenorizada das relações, passadas e presentes, entre a geografia histórica e a história". Dos onze capítulos da sua obra, três examinam a prática da geografia histórica em diversas partes do mundo desde o século XVIII ao XX. Após um ensaio sobre fontes e dados, o autor apresenta um conjunto de capítulos com os seguintes temas: reconstrução dos ambientes físicos, geografias históricas das paisagens, do poder e controle social, da urbanização, da industrialização e das transformações rurais. Ao discorrer sobre aspectos como representação, identidade e poder, o autor articula o livro com questões proeminentes que caracterizam hoje as abordagens da nova geografia cultural e histórica, mas, ao abarcar desde a pré-história até o presente, englobando o mundo inteiro, foi criticado por omitir problemas específicos, períodos e lugares. Ele

considerou a geografia histórica como

(...) o estudo da geografia dos tempos passados, mediante a reconstrução imaginária de uma vasta gama de fenômenos e processos-chave para nossa compreensão geográfica do dinamismo das relações e atividades humanas, tais como as mudanças na avaliação e uso dos recursos naturais e humanos, na forma e função dos assentamentos humanos e do ambiente construído, nos avanços em quantidade e formas de conhecimento geográfico, no exercício do poder e do controle sobre territórios e pessoas. (BUTLIN, 1993, p. 1)

O livro de Serge Courvill (1995), *Introduction à la géographie historique*, também merece destaque na opinião de Baker (2003). Conforme este autor, a obra citada constitui um guia para a prática da geografia histórica, com extensa revisão da história da geografia histórica e discussão das suas características. Ela aborda a formulação de problemas de pesquisa, destaca a necessidade de uma abordagem crítica frente às fontes históricas, o uso e a análise de dados qualitativos, quantitativos e cartográficos, os problemas de generalização e de síntese etc. Para Courvill, a geografia histórica é um campo de investigação originário da história, mas que adotou a geografia antes de concretizar sua independência de ambas as áreas do conhecimento. Ainda em sua concepção, ela não é uma disciplina ou subdisciplina, mas um campo interdisciplinar de investigação, alimentado pelas ideias, linguagens e métodos da geografia e da história, talvez uma maneira de resolver as tensões tradicionais entre as duas áreas⁴.

No universo das relações entre história e geografia, a obra de Alan Baker (*Geography and History: Bridging the Divide*), publicada em 2003, é o primeiro livro a examinar, exaustivamente, após um século, a interdependência das duas disciplinas⁵. Como geógrafo histórico de Cambridge, internacionalmente reconhecido, o autor focaliza o trabalho dos geógrafos e historiadores norte-americanos, britânicos e franceses, a relação dos historiadores com a geografia e dos geógrafos com a história, além de apresentar uma perspectiva global e

⁴Darby (2002), ao repensar a natureza da geografia histórica, de modo semelhante, não a considera como uma subdisciplina dentro da geografia, pois, para esse autor, os assuntos distintos a diferem tanto da geografia humana contemporânea quanto de outras disciplinas históricas.

⁵Há mais de um século, Hereford Brooke George escreveu um livro abordando as relações entre a geografia e a história (*The Relations of Geography and History*. Oxford: Clarendon Press, 1901). Como historiador, ele trabalhou com a premissa básica de que a história não é inteligível sem a geografia. Baker (2003, p. 7), geógrafo, ao escrever *Geography and History*, começa com a premissa complementar de que "a geografia não é inteligível sem a história". Entre 1901 e 2003, talvez, a única exceção a tratar de semelhante assunto foi a obra de Lucien Febvre, *La terre et l'évolution humaine: introduction géographique à l'histoire* (Paris: La Renaissance du livre, 1922). Smith (2005) apresenta uma crítica taxativa, a meu ver improcedente, sobre o livro de Baker, argumentando que a obra, ao contrário da de Lucien Febvre, não traz avanços conceituais em termos de explicação da relação entre os fatos geográficos e os acontecimentos históricos, mas apenas aponta a diversidade das abordagens existentes para a compreensão das questões do tempo e do espaço. Já para Rumney (2005, p. 484-482), "o livro (de Baker) consiste em leitura obrigatória para os geógrafos históricos, para os historiadores geográficos e para qualquer pessoa interessada no passado e nas geografias desse passado".

³Historische Geographie (1969), de Helmut Jager, Method in Historical Geography (1977), de Toshio Kikuchi, Theory and Practice in Historical Geography (1979), de Ren-Zhi Hou, Géographie historique (1998), de Jean-Rene Trochet, An Introduction to Historical Geography (1993), de Zhang Butian, From Dynastic Geography to Historical Geography (2000), de Xiaofeng Tang, Ideas of Historical Geography (2000), de Weimin Que (BAKER, 2003, p. 13-14).

interdisciplinar sobre a teoria e a prática da *geografia histórica e da história geográfica e ambiental*⁶. Baker conseguiu cobrir, com certa igualdade, três gerações de geógrafos históricos: a de Darby; a dos teóricos que exerceram influência posterior no campo; e a geração dele próprio.

Alan Baker defende a necessidade de um contato, em vez de separação, entre os objetivos e os métodos de geógrafos e historiadores, interação demonstrada, algumas vezes, em termos de interesses comuns, outras vezes, de projetos colaborativos. Para o teórico, geografia e história apresentam distintas maneiras de se olhar o mundo, mas complementares e interdependentes na forma de compreensão. As duas disciplinas se relacionam de tal modo que uma não pode, por interesse próprio, ignorar ou negligenciar a outra. Isso porque os fatos geográficos são indispensáveis para o historiador, assim como a experiência histórica é imprescindível para o geógrafo.

O pesquisador elaborou um diagrama para mostrar as possibilidades de intersecção entre as duas disciplinas. Ele chama atenção para o papel central da *geografia histórica e da história geográfica*, posicionadas na intersecção: a primeira, se preocupando com a dimensão histórica da geografia, e a segunda, com a dimensão geográfica da história. A geografia, a história, a geografia histórica e a história geográfica têm uma experiência compartilhada sobre uma vasta gama de assuntos: dirigem-se para problemas comuns e adotam as mesmas fontes; empregam técnicas semelhantes de investigação; exploram, com uma série de dificuldades, os conhecimentos e entendimentos de ambas as ciências naturais e sociais; além de serem parte do amplo espectro das humanidades ou das ciências históricas. A geografia histórica compartilha com os estudos históricos seus métodos de investigação, com os estudos geográficos, os problemas de análise. Na Antiguidade tardia, as duas disciplinas eram intimamente ligadas e inseparáveis, talvez, por isso, fornecendo alguma justificativa para os autores que hoje as utilizam de forma intercambiável. Mas, em função das diferentes posições epistemológicas entre ambas, elas oferecem perspectivas distintas sobre o passado e, por isso, como alertou Myres (1953, p. 62-63), "a geografia", inclusive a histórica, "não é história e não pode ser confundida com esta disciplina".

A geografia histórica procura aplicar uma perspectiva

⁶A história ambiental é um campo interdisciplinar, possuindo inspiração de abordagens que vão desde as ciências exatas às humanidades. Atrrelada à ecologia histórica, apresenta fronteiras confusas com a geografia histórica. "Ambos os campos possuem o mesmo assunto; indagam várias questões similares; e se diferem, principalmente, devido a aspectos de estilo, nuance e técnica" (MCNEILL, 2003, p. 9). Com estreita relação com as publicações geográficas, a história ambiental tem experimentado notável crescimento nos últimos 30 anos cujos trabalhos, especialmente os desenvolvidos por geógrafos, trazem novas abordagens teóricas e metodológicas sobre questões acerca da formação da paisagem, da mudança ambiental e das relações sociedade-natureza (NAYLOR, 2006).

distinta, exclusiva e espacial do ordenamento do mundo no passado. Na opinião de Donald Meinig, citada por Wynn (2005, p. 617), essa linha de análise traça metodicamente "desenvolvimentos sobre um momento do tempo", mas é "basicamente e perfeitamente geográfica", porque seu "foco persistente está sobre uma área singular", procurando compreender "como os homens lidaram com essa porção da terra"⁷. Na definição de Baker (1997, p. 241),

A geografia histórica é, de fato, um estudo histórico: seu foco de interesse reside na geografia de algum tempo passado ou nas alterações geográficas em algum período do passado. Assim, compartilha a legitimação intelectual e moral com todos os estudos históricos. Mas, a geografia histórica é, fundamentalmente, um estudo geográfico: suas perguntas são questões geográficas sobre o passado, ela oferece uma perspectiva geográfica sobre o passado. Ela produz uma contribuição distinta para o nosso conhecimento e compreensão do passado, fazendo assim, essencialmente, como geografia e não como história, mas como geografia histórica em suas muitas formas e não exclusivamente como uma geohistória ou história geográfica, que é meramente uma forma de geografia histórica. (Grifos nossos)⁸

A geografia histórica destaca a especificidade dos lugares. Ela enfatiza o distinto, os diversos padrões, processos e eventos geográficos observados, evidentemente, nos seus respectivos contextos históricos. Diferenças entre os lugares são de interesse intrínseco à geografia histórica, sejam elas entre o "mesmo" lugar em momentos distintos, ou entre lugares distintos durante o mesmo período temporal. Por isso, o método comparativo, às vezes, é utilizado para destacar tanto as diferenças quanto as semelhanças, a fim de melhor compreender os lugares e suas singularidades. Agora, a geografia histórica, pela particularidade dos estudos e do seu objeto, não pode ser feita, necessariamente, como peça de alguma grande narrativa ou de uma teoria histórica unificada. Principalmente porque os diversos lugares possuem rotas infinitamente variadas de mudança geográfica ao longo do tempo.

Na prática da geografia histórica, três aspectos, apontados por Kucera (2008), precisam ser considerados. O primeiro refere-se à necessidade de distinguirmos a geografia histórica da historiografia, por meio de uma ênfase maior no espaço em relação ao tempo. Isso

⁷Em sua obra sobre a formação da América, Donald Meinig deixou claro o que, em sua concepção, seria um estudo de geografia histórica. Assim se posicionou o autor: "eu não estou interessado apenas em compreender sobre o comportamento dos homens, mas como agiram e como criaram e alteraram os lugares em que estiveram envolvidos. Eu estou interessado em saber quais e como eram essas áreas nos tempos passados: as características específicas das suas paisagens culturais, as geografias sociais e os sistemas espaciais" (WYNN, 2005, p. 624).

⁸As perspectivas de Baker e Meinig, com poucas diferenças, parecem semelhantes à proposição de Donkin (1997, p. 247), quando este autor apresentou uma definição objetiva do geógrafo histórico: "pensando bem, eu seria um geógrafo histórico, buscando o melhor de ambos os mundos – um 'servo de dois senhores' –, a geografia e a história".

implica construirmos uma disciplina essencialmente preocupada com a organização da esfera geográfica da paisagem no período temporal determinado, e não uma ciência que lida com a descrição cronológica da evolução de um fenômeno específico. Em segundo lugar, é necessário ampliarmos o diálogo sobre a natureza da percepção do tempo e do passado na geografia histórica, sobretudo acerca do objeto e do assunto de investigação. Isso, talvez, nos permitirá a busca e a verificação de processos gerais. Em terceiro lugar, a geografia histórica não pode se contentar em apenas descrever e explicar a evolução temporal dos elementos selecionados na paisagem através de um método retrospectivo, mas deve estar preocupada com a compreensão da complexidade e do funcionamento das paisagens passadas⁹.

Se existe certo consenso sobre o plano de abordagem da *geografia histórica*, não há semelhante concordância com a *história geográfica* cujo uso é variável e o estatuto epistemológico ambíguo. Um dos primeiros autores a utilizar este termo foi Paul Vaillant, em 1749, na obra *A Geographical History of Nova Scotia* (Londres: Printed for Paul Vaillant). Nessa publicação, o pesquisador analisou a geografia física da Nova Escócia, a história do povoamento e o potencial de desenvolvimento. Apesar do longo tempo transcorrido desde a publicação desse estudo, infelizmente, o crescimento da produção teórica sobre a história geográfica não acompanhou o da geografia histórica e, embora a ideia da geografia por trás da história, ou seja, da *história geográfica*, seja hoje aceita, sua prática tem sido amplamente descartada (WILLIAMS, 2002; BAKER, 2007b).

A *história geográfica*, ou, para alguns, também denominada *geo-história*, é um ramo da ciência histórica, fundada, principalmente, por um conjunto de historiadores franceses que procuraram incorporar a interpretação geográfica na história. Influenciada pela chamada "Escola dos *Annales*", esse campo surgiu no início do século XX e provocou a ruptura com a historiografia tradicional pautada nas narrativas. A historiografia vigente na época passou a ser desconstruída pelo movimento de renovação da "Nova História", cujos preceitos defendiam uma análise científica dos problemas, a valorização da pesquisa e o diálogo com outras disciplinas, a exemplo da geografia. Os principais expoentes da interpretação geográfica na história foram Henri Berr, Marc Bloch, Lucien Febvre e Fernand Braudel¹⁰.

Na concepção de Fernand Braudel, um projeto em *geo-história* precisa, necessariamente, compreender historicamente os contextos espacial e ambiental

⁹A terceira postura, além de ajudar na popularização da historiografia, da geografia e da própria geografia histórica, poderá ajudar a estabelecer as bases para o desenvolvimento da cooperação interdisciplinar dos geógrafos com especialistas de outros ramos.

¹⁰Na opinião de Lourenço (2007) e Ribeiro (2008), a *geo-história* é o encontro de

das atividades humanas e, se possível, envolvê-los no mapeamento. Para o historiador francês, essa linha de interpretação investiga a imposição do meio sobre os homens, a fricção do espaço, realçando os condicionamentos e as limitações. É a investigação da ação humana na apreensão do espaço, a luta dos grupos sociais para conseguir vencê-lo, suportá-lo, à custa de trabalhos duros e penosos. "É o estudo de um duplo vínculo, da natureza ao homem e do homem à natureza", de uma "ação e de uma reação, misturadas, confusas, recomeçando sem cessar na realidade cotidiana" (BRAUDEL, 1997, p. 73). Essa forma de abordagem visa produzir historiadores cientes da importância geográfica e geógrafos sensíveis à interpretação histórica¹¹.

Em termos teóricos, é possível distinguirmos *geografia histórica* da *história geográfica*, apesar de, na prática, os elementos distintivos desaparecerem e a divisão se tornar mero formalismo acadêmico. Baker (2003) apontou que uma diferença fundamental entre as duas disciplinas, se é que ela pode ser levada a cabo sem problemas, é expressa em termos do *foco da história sobre períodos* e da *geografia sobre lugares*, reconhecendo que tanto os períodos quanto os lugares foram (e são) povoados/construídos por pessoas. Então, os geógrafos históricos nos contam histórias sobre como os lugares foram criados no passado pelas pessoas, enquanto os historiadores nos relatam histórias, de outro modo, sobre como os períodos foram construídos no passado por esses personagens. Nas análises, em que pese as articulações entre a geografia e a história, não precisamos inquirir exatamente as mesmas perguntas, pois há muitos caminhos e vários destinos históricos e geográficos. Por isso, Baker (2003, p. 4) destacou que:

Se aspectos como o período, o local e as pessoas são exemplos de sobreposição de interesses entre as duas áreas, em seguida, o cruzamento desses três elementos pode ser descrito como a *geografia histórica* e a *história geográfica*. Qualquer diferença na prática das duas disciplinas será reflexo da origem intelectual específica, da distinta bagagem cultural e das preferências individuais que cada pesquisador traz para suas investigações.

três projetos intelectuais forjados no final do século XIX e início do XX: a geografia humana vidaliana, a geografia alemã e a historiografia dos *Annales*. Delas se extrairá, respectivamente, a associação homem-meio, o trinômio espaço-economia-sociedade e a pluralidade do tempo. Para Baker (2007a), a discussão e a elaboração da *geo-história* como conceito deve-se a Charles Higounet, que a tomou como um método que enfatiza a importância da localização dos eventos históricos e do mapeamento dos dados. Ela é uma linha de investigação que também se propõe espacializar o tempo e temporalizar o espaço.

¹¹Na primeira edição da obra *O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo* na época de Philippe II (1949), Braudel empregou o termo *geo-história* no capítulo intitulado *Géohistoire et déterminisme*. Entretanto, na segunda edição da mesma obra, o autor suprimiu o capítulo. Considerando que, para Braudel, os fatos históricos têm sempre, em maior ou menor grau, certas condições geográficas de partida, pré-requisitos para o desenvolvimento posterior e para explicação dos eventos, Daix (1999, p. 278) considera que o historiador francês renunciou ao neologismo da "*geo-história*". O uso dessa expressão parece realmente desaparecer nas obras do historiador francês após 1949. Como apontou Ribeiro (2008, p. 259), não houve abandono da *geo-história*, pois isso significaria renunciar à própria ideia de história tal como Braudel a imaginava e a praticava. Ocorreu, na verdade, a sua substituição pela noção de espaço.

Com a finalidade de investigar outras possíveis relações da geografia com a história, Baker (2003) elaborou um segundo diagrama, no qual emprega "estruturas", denominadas pelo autor de *paisagem*, *ambiente* e *localização*. As categorias formadas da intersecção dessas estruturas são um instrumento útil para a discussão da natureza da geografia histórica e servem tanto para a história quanto para a geografia, contra a separação destas e para a reformulação de um novo híbrido acadêmico. São elas: *geografias e histórias da localização espacial* (onde as coisas se encontram e por que elas estão naquele lugar); *geografias e histórias ambientais* (como os seres humanos se adaptam e são adaptados ao espaço em que vivem); e *geografias e histórias da paisagem* (causas e consequências da forma visível dos lugares).

O pesquisador ainda salientou que o principal universo relacional da geografia com a história reside no âmbito da *geografia regional*, ou seja, das *geografias e histórias regionais*. Entretanto, destacou que não pode haver limites entre as formas de abordagem e, portanto, os escritos geográficos não deverão se restringir especificamente a uma ou a outra área. Desde o final da década de 1980 que Baker (1987, p. 1-2), ao assumir a função de editor do *Journal of Historical Geography*, já evitou apresentar um limite rígido para o objeto desse campo de estudo. À época, o teórico assim se expressou: "a preocupação da revista não deve ser a definição exata e a rigorosa fiscalização das fronteiras da geografia histórica". Essa disciplina deve ser "ecclética e liberal: nenhum dogma particular sobre a sua natureza pode ser aceito. O estudo de qualquer problema, período ou lugar no passado não deve ser proibido".

A acentuada abertura do campo da geografia histórica é positiva e caminha na perspectiva da maioria das definições atuais dessa linha de investigação, que enfatiza o aspecto da diversidade disciplinar. Para Baker (2003), essa ampla abertura faz da geografia histórica um campo de estudo eclético, fonte de sua força e fraqueza, um campo de investigação independente, com conceitos próprios, situado entre a historiografia e a geografia, portanto, nas fronteiras disciplinares. Por meio da combinação do espaço com o tempo e das relações entre homem e natureza, a geografia histórica investiga o desenvolvimento e as mudanças do ambiente geográfico no passado, as causas dessas modificações, suas consequências e as regularidades correspondentes. Ela renova os laços antigos entre história e geografia, seja para o benefício mútuo ou ainda para promover uma reassimilação revigorante na geografia e na história como um todo. Nesse sentido, ela pode ser um novo começo para o alargamento dos horizontes geográficos

dos historiadores e o aprofundamento da compreensão histórica dos geógrafos.

Novas tendências e desafios da geografia histórica

As relações entre a história e a geografia continuam a exercitar a mente dos geógrafos históricos. Mas os estudos recentes guardam poucas semelhanças com aqueles realizados no início e até meados do século passado. Geógrafos históricos abandonaram sua predileção anterior pelo determinismo ambiental e têm buscado compreender, principalmente, a transformação e a modificação da terra, bem como a natureza e a finalidade da abordagem histórica na geografia. Tanto os historiadores quanto, principalmente, os geógrafos expandiram o leque de temas que abordam e de disciplinas com as quais se relacionam, recorrendo a um conjunto crescente de teorias, adotando, inclusive, diferentes perspectivas sobre a geografia histórica. Para Baker (1994, p. 455), "existe agora um discurso genuinamente internacional desse campo de investigação e um reconhecimento amplamente aceito de que cada problema geográfico precisa ser historicamente situado".

Os estudos atuais se preocupam em descrever, explicar e compreender as mudanças ocorridas nas localidades e regiões, nos países e continentes, abraçando vários aspectos possíveis da atividade humana e diversas características do mundo natural. Na opinião de Claval (1981, p. 669-671), a nova geografia histórica moderna reexamina o passado "não mais motivada apenas por uma fascinação com as formas de organização mais perfeita, mais harmoniosa", mas preocupada com o "desejo de explicar a gênese de nosso mundo e entender melhor, através das muitas experiências oferecidas pela história, a expressão espacial das imagens sociais e culturais". Richard Schein, em texto citado por Baker (2003), assinalou que os temas diversos representam novas direções e, talvez, até mesmo uma ruptura na tradição da geografia histórica, com forte tendência de envolvimento com a prática crítica e reflexiva contemporânea nas ciências sociais e humanas. Richard Schein ainda destacou que o remodelamento do campo de investigação possui uma dupla finalidade: a) trazer para a disciplina os debates teóricos e metodológicos das escolas pós-positivistas; e b) despertar uma nova geração de estudiosos comprometidos com a forma não tradicional da área.

Uma inspeção minuciosa nas conferências e reuniões internacionais da ciência geográfica e da geografia histórica e nas revistas especializadas deste campo

sugere que o ecletismo, há muito tempo presente na disciplina, está mais evidente. Observa-se uma grande diversidade de assuntos abordados, com certas permanências, mas, especialmente, várias mudanças. Essas características se tornaram evidentes na 90ª Reunião Anual da American Association of Geographers, ocorrida em 1994 na cidade de São Francisco. Num dos espaços desse fórum, dedicado particularmente à geografia histórica, o conjunto dos artigos apresentados esteve centrado em novos temas como classe, raça, gênero e povos indígenas. Michael Conzen, ao comentar a atuação desse grupo de trabalho, concluiu que:

(...) o campo de investigação da geografia histórica entrou, assinaladamente, numa nova fase, marcada pela produção de pesquisas maduras, por um rico e crescente debate sobre os conceitos e interpretações históricas e pelas tentativas renovadas de apresentação da síntese, com níveis de complexidade historiográfica antes inimagináveis. (BAKER, 1994, p. 452)

Outro exemplo da nova diversidade existente nos estudos de geografia histórica encontra-se nos artigos apresentados em 2002 na Conferência Anual da Royal Geographical Society com o Institute of British Geographers (IBG), realizada na cidade de Belfast, Irlanda do Norte. No grupo de discussão sobre geografia histórica, o ecletismo de temas foi amplamente notável, confirmando, assim, os ganhos decorrentes dos estudos interdisciplinares. Na concepção de Strati e Marshall (2003), o crescimento na análise das fontes documentais, tanto em termos de amplitude e de profundidade quanto conceitual e empírica, indica a atual vitalidade da disciplina. E, embora o campo da geografia histórica esteja bem apoiado no sentido histórico, muitos artigos se enquadram na perspectiva dos últimos desenvolvimentos teóricos sobre a paisagem, a ecologia e o lugar, abordando ainda questões sobre patrimônio, identidade, meio ambiente, poder e exclusão, reforçando, dessa forma, a heterogeneidade.

Nos anos de 2006 e 2009, aconteceram a XIII e XIV International Conference of Historical Geographers, respectivamente nas cidades de Hamburgo e Kyoto. As sessões foram dedicadas aos seguintes temas: teoria, história e prática da geografia histórica; ciências humanas e Sistemas de Informações Geográficas; mapeamento, levantamento e conhecimento geográfico; natureza e mudanças ambientais; população, saúde e bem-estar social; pequenas e grandes explorações agrícolas; urbanismos e ambientes construídos; industrialização e capitalismo; redes, comunicação e globalização; turismo, esporte e recreação; uso e disponibilidade de fontes (mapas, inquéritos); técnicas de análise disponíveis; herança e conservação da paisagem; poder, imperialismo e colonialismo; evolução de paisagens urbanas e rurais;

construção e circulação do conhecimento geográfico no período colonial; geografias históricas da Ásia Oriental; e cartografia histórica, que se destacou entre as demais (WYNN; BAKER, 2007; DRIVER; WYNN, 2008; WYNN; DRIVER, 2010). O foco dos artigos apresentados atesta a grande variedade de temas e abordagens.

Na atualidade, não existe uma tradição única ou monolítica na geografia histórica, e "o redemoinho de distintas abordagens para diferentes passados continua" (RADFORD, 1990, apud DENNIS, 1991; HOLDSWORTH, 2002, p. 677). A produção acadêmica confirma o pluralismo intelectual dessa área do conhecimento (tanto ao longo do tempo quanto de lugar para lugar), sobretudo em termos de diversidade dos problemas tratados, tipos de abordagens e, inclusive, de metodologias empregadas. Cada continente, país ou região tem suas próprias questões históricas e geográficas, suas próprias fontes e tradições intelectuais e acadêmicas. Nos Estados Unidos, por exemplo, há diferentes "escolas" de geografia histórica, como a associada a Carl Sauer (1889-1975) e a fundada por Andrew Clark (1911-1975). No Canadá, questões teóricas e tipos de abordagens diferentes são encontrados em Graeme Wynn. Na Grã-Bretanha, há distinções entre a "escola" de Henry Clifford Darby (1909-1992) e a de Herbert John Fleure (1877-1969) e Emrys George Bowen (1900-1983). Práticas distintas ainda são observadas nas abordagens da geografia histórica alemã e francesa e entre países capitalistas e ex-socialistas.

Alguns dos novos temas da geografia histórica incluem as seguintes abordagens: urbana, do turismo, da compressão espaçotemporal, das mudanças pós-socialistas, do planejamento e da conservação das paisagens, dos mares e oceanos, das aplicações do *GIS histórico*, do movimento feminista, da vida social, da diáspora judaica, da prostituição, das diferenças e das identidades religiosas e comunitárias, do poder e da modernidade, da crítica da arquitetura, humanista, do Direito, das ideias e do pensamento científico, da história ambiental, da saúde, dos impérios antigos e da cartografia colonial etc., as duas últimas seguindo a tradição histórica do campo disciplinar (CARNEIRO, 2013, p. 64-66).

No universo das escalas, há estudos regionais, nacionais e continentais. Embora exista a predominância de alguns temas tradicionais (colonialismo, cartografia e mudanças econômicas e morfológicas de espaços urbanos), com foco em investigações regionais, do ponto de vista da escala "é mais provável que as geografias históricas modernas incorporem, simultaneamente, o local e o global, em vez de se limitarem à base regional" (GRAHAM; NASH, 2000, p. 676). Em termos de cobertura

temporal, Jones (2004) destacou o fato de as análises se concentrarem, cada vez mais, em processos e padrões do passado recente, ao contrário dos tempos pré-modernos, cujas justificativas, entre outras, residem nos esforços atuais para garantir que a investigação geográfica tenha alguma relevância prática ou política, na inexistência e nas dificuldades de tratamento empírico de fontes para períodos da época pré-moderna ou anterior e na imposição de importantes órgãos de financiamento público de pesquisas.

As mudanças no assunto abordado pela geografia histórica não importam tanto se compararmos ao plano da teoria e da prática desse campo disciplinar cujos avanços ocorrem mais em progressão aritmética do que geométrica (BAKER, 2003). A prática da geografia histórica e seu exercício como disciplina ou subdisciplina carecem de problemas em seu estatuto epistemológico e apresentam grandes desafios para caminhar na perspectiva de oferecer importantes contribuições interdisciplinares para o conhecimento e a compreensão. Para Ogborn (1999, p. 97), não obstante a grande variedade de conceituações das relações entre história e geografia, "as declarações observadas nunca conseguem lidar, adequadamente, com a miríade de complexidades envolvidas nas linhas de influência e de conexão das duas disciplinas".

Holdsworth e Kobayashi (1996) formularam algumas indagações sobre a natureza da geografia histórica. Uma delas questiona o que os geógrafos dessa área têm em comum, intelectualmente e socialmente, já que eles se debruçam sobre temas um tanto específicos. Os autores asseveram que, apesar do valor e do interesse intrínseco que tais pesquisas possam ter, pode não haver, necessariamente, um estímulo para investigações similares ou a construção de padrões de interesses de pesquisa a médio e longo prazos. De fato, como enfatizou Baker (2003), cada pesquisador prossegue o seu próprio caminho, tornando-se envolvido com o período, o local e os atores que optam por estudar no passado. Muitas vezes, os focos de investigação de uma geração são abandonados ou negligenciados por pesquisadores de outra geração, os quais preferem definir sua própria agenda.

A variação e a extensão da geografia histórica, ou seus limites fluidos e maleáveis, implicam uma série de desafios a serem assumidos pelos profissionais dessa linha de investigação. Para Earle (1995), é difícil dizer quem é um geógrafo histórico e quem não é, pois esses profissionais, não poucas vezes, possuem nexos teóricos, temáticos e institucionais mais estreitos com pesquisadores de outras disciplinas ou áreas da geografia do que com os próprios geógrafos históricos.

Isso, talvez, explique a inexistência de uma base teórica consolidada, com fronteiras bem definidas, na disciplina atual. Por outro lado, a base institucional e disciplinar dessa linha de investigação apresenta um paradoxo frente aos desenvolvimentos mais recentes: ao mesmo tempo em que o interesse pelo campo aumenta, a geografia histórica se fragmenta. Sobre essa questão, transcrevemos, a seguir, o comentário de Shawn Ausdal.

Ao estudar um campo amplo de dinâmicas sociais, os geógrafos históricos tem se movido em uma multiplicidade de novas direções e perdido muito da prévia unidade. O campo de pesquisa tem se fraturado em novas linhas temáticas, conceituais e políticas, perdendo até seu sentido de identidade e propósito comum. Como resultado, vários geógrafos históricos temem que sua subdisciplina desapareça como área diferenciada da geografia. Porém, essa fragmentação não tem diminuído o número nem a qualidade dos trabalhos. (AUSDAL, 2006, p. 214)

Para os pesquisadores que consideram o novo pluralismo e as pesquisas interdisciplinares duas situações desafiadoras, o crescimento das atenções e das preocupações para as múltiplas vozes e perspectivas do passado é motivo de comemoração. Já para os que lamentam a fragmentação intradisciplinar e a desintegração da história e da geografia em divisões cada vez mais especializadas é razão de tristeza. Se, por um lado, a ampliação da geografia histórica, além de seus limites anteriores, faz dessa linha uma área fragmentada, por outro, integra questões epistemológicas estimulantes e renovadas. Talvez, pela consideração exclusiva de que a fragmentação disciplinar é prejudicial, o dinamismo do campo muitas vezes passa despercebido e não são poucos os geógrafos que se sentem marginalizados dentro dessa linha de investigação.

A diversidade na geografia histórica pode ser vista tanto como uma oportunidade, pois leva em conta as especificidades dos eventos e dos lugares e caminha na perspectiva de uma interdisciplinaridade fértil, importante para uma reconfiguração das bases disciplinares e para a construção de novas percepções e abordagens, quanto um desafio, visto que carece de uma definição precisa, dado seu caráter extremamente heterogêneo, situação que pode ser destrutiva das características disciplinares existentes (BAKER, 2003). Este autor, que acredita mais na potencialidade do hibridismo e da heterogeneidade da geografia histórica, relatou que não esperaria que os pesquisadores num futuro próximo (uma ou duas décadas) estivessem entusiasmados com os mesmos problemas e se restringissem à utilização das fontes e técnicas que hoje atraem a atenção da geografia e da história.

Na opinião de Donkin (1997, p. 264), se, por um lado, a "descentralização" sinaliza um perigoso processo de

"desconstrução" da disciplina, por outro, aponta um novo papel para aqueles que se consideram geógrafos históricos. Esse autor assevera que a geografia é um campo que "deve mesmo atrair, em vez de expulsar", se é para permanecer "intelectualmente vibrante", pois precisamos das habilidades de outras áreas do conhecimento, caso queiramos resolver as questões que devidamente perguntamos e outros desprezam. Teóricos como Heffernan (1997, p. 2), ex-editor do *Journal of Historical Geography*, também veem um futuro otimista frente à acentuada diversidade da geografia histórica. O pesquisador, ao classificar o referido periódico de "refúgio do ecletismo inteligente", considera que alianças disciplinares tradicionais, assim como ideologias políticas e estruturas econômicas, estão se desmoronando em um fluido mais caleidoscópico de reformulações, reconfigurações e desconstruções, potencialmente mais libertador. Em sua opinião, esse novo contexto exige que as fronteiras da geografia, da história e de diversas outras disciplinas sejam, habitualmente, transgressivas e subversivas. Vejamos sua opinião, a seguir transcrita.

Para aqueles que consideram o ecletismo e o "caos" conceitual um risco à integridade intelectual da geografia histórica como um projeto acadêmico, gostaria de fazer um prospecto alternativo mais otimista para o futuro. A geografia histórica é, acima de tudo, uma disciplina híbrida e, portanto, susceptível de se beneficiar de uma tendência generalizada. Ela é igualmente compreensível na América do Norte e na Europa quando se trata das categorias intelectuais convencionais através das quais o mundo moderno é interpretado e conceituado. (HEFFERNAN, 1997, p. 2)

Avanços na epistemologia da geografia histórica e na definição desse campo de estudo passam, fundamentalmente, pelo aprofundamento da discussão dos importantes trabalhos teóricos escritos nessa área. E, principalmente, pela compreensão dos conceitos de *tempo e espaço*, categorias básicas da existência humana, raramente discutidas, pois, segundo Harvey (2002), tendemos a tê-las por certas, atribuindo-lhes significações do senso comum ou autoevidentes. Outro aspecto fundamental é examinarmos o que compreendemos por geografia no universo da *geografia histórica*, que não pode se resumir a uma síntese da geografia e da historiografia. Nessa discussão, a observação de Zdeněk Kučera, a seguir reproduzida, é pertinente.

Estamos lidando com tentativas de aplicar abordagens geográficas na historiografia ou utilizando-se de certos aspectos da geografia, naturalmente os métodos geográficos, para tratar de temas no passado, semelhante ao que se faz na chamada "geografia do presente". (Mas), o problema fundamental da

autodefinição da geografia histórica não reside em compreender o significado de "histórico" no título de duas palavras, mas sim, no fato de que ainda não está claro o que entendemos por "geografia". A historicidade da geografia histórica parece ser enfatizada muitas vezes, enquanto sua relação com a geografia permanece completamente despercebida. (KUCERA, 2008, p. 7)

Outro problema da geografia histórica relaciona-se à sua característica de *ciência idiográfica*, preocupada com as singularidades e peculiaridades de lugares específicos durante certos períodos do tempo (BAKER, 2003). Segundo Kucera (2008), caso considerarmos a geografia histórica dessa forma, tornar-se-á impossível a generalização dos resultados da sua investigação, e a pesquisa se reduzirá a uma mera criação de estudos de caso com enfoque na singularidade de um determinado lugar e período de tempo. De fato, resultados diversos dos estudos desse campo de investigação são difíceis de ser aplicados em outros lugares. Mas, segundo o autor, se a geografia histórica pretende ampliar o seu estatuto atual e empregar os conhecimentos resultantes de suas próprias pesquisas, ela deve integrar tanto a abordagem idiográfica quanto a nomotética. Ou seja, deve procurar as especificidades e as regularidades no desenvolvimento da organização geográfica do passado.

No contexto atual de interdisciplinaridade ou fusão de fronteiras disciplinares, vários autores questionam se a geografia histórica é propriamente um corpo distinto de conhecimento ou anexo das disciplinas de história e geografia, conforme sua maior preocupação com o tempo ou com o espaço. De forma geral, a concepção da geografia histórica como um campo distinto de estudo tem sido contestada. Para Baker (2003, p. 34), não é produtivo apresentar uma "definição purista da geografia histórica como disciplina ou subdisciplina", mas "discutir os seus méritos como projeto interdisciplinar", capaz de oferecer uma série de perspectivas distintas sobre as pessoas, os lugares e os períodos no passado. Também na opinião de Kucera (2008), se considerarmos que a geografia histórica é um campo que combina espaço e tempo, ciências naturais e sociais, não há dúvidas de que ela, pela sua própria natureza, é um ramo interdisciplinar.

A geografia histórica não deve e não pode caminhar para a fusão total do conteúdo usual de história e geografia, mas construir combinações das dimensões básicas desses dois campos conforme as características e as mudanças recorrentes nas duas disciplinas, num processo de mistura contínua das fronteiras. Dessa interação não devemos almejar a noção de perfeição. O rompimento dos limites disciplinares é positivo e busca a promoção de um maior contato, não a formação de uma disciplina ou ciência superior com métodos e conceitos independentes, melhor posicionada para

interpretação das categorias espaço e tempo. Baker (2003), ao concluir sua obra principal, enfatizou que história e geografia já estão unidas por uma ponte, mas que poderia ter um tráfego maior. Neste caso, é de competência dos geógrafos e historiadores a tarefa da promoção de um contato cada vez mais intenso, fruto da interação criativa entre dois campos distintos, mas complementares, seja em termos de metodologias de abordagem, assuntos e objetos trabalhados ou de tradições, culturas acadêmicas e renovações em curso.

Considerações finais

Na trajetória de evolução da geografia histórica, uma vasta literatura tem se acumulado sobre as relações entre as disciplinas *geografia* e *história* desde o século XVII. A partir de 1950, essa linha de abordagem apresentou uma sistematização teórico-metodológica, advinda, particularmente, das contribuições de Henry Darby, Andrew Clark, Carl Sauer e Donald Meinig. Esses pesquisadores lutaram pela incorporação do tempo nas análises geográficas e mostraram que pensar historicamente é parte essencial do ato de fazer geografia humana. Passados sessenta anos, a produção acadêmica internacional caminha numa perspectiva contrária à da separação entre os dois campos (geografia e história), e as temáticas de abordagem e linhas de investigação acompanham as tendências dos paradigmas da geografia e de outras ciências sociais e humanas. Em países como Inglaterra, França, Estados Unidos, Canadá, Japão e Austrália, a disciplina conseguiu formar um universo de pesquisa respeitado e se impor pela qualidade dos quadros profissionais e da produção teórica e empírica. No Brasil, apesar das importantes criações individuais, a exemplo das de Maurício de Almeida Abreu e Pedro de Almeida Vasconcelos, a área ainda carece de instrumentais teórico-metodológicos e, não poucas vezes, é confundida com história do pensamento geográfico, estudo da paisagem ou influência ambiental na história.

Um dos grandes desafios dos estudos históricos reside na incorporação e análise dos *processos espaciais* e dos *elementos territoriais* responsáveis por influenciar as temporalidades e os eventos e por modelar e organizar o espaço no passado. O pesquisador em geografia histórica deve se preocupar com o estudo das mudanças no espaço e no tempo; buscar em eventos e épocas pretéritas as *variáveis geográficas* e os *aspectos territoriais* chaves para compreensão dos contextos passado e presente, que possuem influência decisiva nos processos e acontecimentos históricos e que irão

explicar a configuração e a organização do espaço em foco. Por princípio, as indagações devem ser questões geográficas sobre o passado como a imposição do meio sobre o homem e as possibilidades e formas/técnicas por ele adotadas para apreender e transformar o ambiente; o papel do espaço na viabilização dos interesses dos grupos sociais; as relações de poder engendradas no exercício da formação e consolidação de territórios e os principais rebatimentos no ordenamento espacial; os processos históricos explicativos da configuração geográfica estudada ou a(s) consequência(s) espacial(is) dos eventos decisivos; entre outras questões. Investigar o passado demanda, essencial e necessariamente, o conhecimento dos arquivos, a pesquisa e a interpretação dos documentos preservados. Mas, no estudo de uma realidade extinta, o uso de teorias do presente, a parcialidade e a irregularidade temporal e espacial das fontes nos ajudarão a reconstruir apenas uma pequena fração das ações humanas e dos eventos.

Na literatura acadêmica sobre geografia histórica existe uma diversidade de publicações que versam sobre as mudanças geográficas e históricas de determinados lugares e períodos, os chamados *estudos de caso*. Porém, pesquisas e artigos dedicados ao universo da teoria e da metodologia desse campo de análise são escassos. Essa carência produz várias consequências para a área de investigação, tais como: base institucional e disciplinar fragmentada, ecletismo de assuntos e linhas de abordagem, confusão com a historiografia, indefinição do objeto e do sujeito de investigação, natureza particular, excessivamente descritiva e raramente explicativa, e aplicabilidade restrita dos resultados obtidos. As tendências atuais das pesquisas em geografia histórica, por outro lado, representam novas direções: elas sinalizam uma ruptura com temas e abordagens tradicionais, haja vista a forte inclinação da linha de investigação com a prática crítica e reflexiva contemporânea nas ciências sociais e humanas. Historiadores e, principalmente, geógrafos expandiram o leque de temas que abordam e de disciplinas com as quais se relacionam, recorrendo a um conjunto amplo de teorias, adotando diversas perspectivas sobre a geografia histórica e, inclusive, buscando compreender a natureza e a finalidade da abordagem histórica na geografia.

Referências

- ABREU, M. de A. (2000) Construindo uma Geografia do Passado: Rio de Janeiro, cidade portuária, século XVII. *GEOUSP*, São Paulo, n. 7, p. 13-25.
- AUSDAL, S. Van (2006) Medio siglo de geografía histórica en Norteamérica. *História Crítica*, Bogotá, n. 32, p. 198-234.
- BAKER, A. R. H. (1987) Editorial: the practice of historical geography. *Journal of Historical Geography*, v. 13, n. 1, p. 1-2.
- _____. (1994) Environment, Space and Place: historical geography at the Annual Meeting of the Association of American Geographers, San Francisco, 29 March-2 April 1994. *Journal of Historical Geography*, v. 20, n. 4, p. 452-455.
- _____. (1997) "The Dead don't Answer Questionnaires": researching and writing Historical Geography. *Journal of Geography in Higher Education*, v. 21, n. 2, p. 231-243.
- _____. (2003) *Geography and History: Bridging the Divide*. Cambridge: Cambridge University Press.
- _____. (2007a) Classifying Geographical History. *The Professional Geographer*, v. 59, n. 3, p. 344-356.
- _____. (2007b) On the Significance of History for Geography: Historical Geography as Holistic (or Total) Geography. *Klaudyán – Internet Journal of Historical Geography and Environmental History*, v. 4, n. 1, p. 7-12.
- BRAUDEL, F. (1997) Géohistoire: la société, l'espace et le temps. In: AYALA, R.; BRAUDEL, P. (orgs.). *Les écrits de Fernand Braudel: Les ambitions de l'histoire*. Paris: Fallois, v. 2, p. 68-114.
- BUTLIN, R. (1993) *Historical Geography: Through the Gates of Space and Time*. New York: Routledge.
- CARNEIRO, P. A. S. (2013). *Do sertão ao território das Minas e das Gerais: entradas e bandeiras, política territorial e formação espacial no período colonial*. 392 f. Tese (Doutorado em Geografia), Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- CLAVAL, P. (1981) Géographie historique. *Annales de Géographie*, v. 90, n. 502, p. 669-671.
- DAIX, P. (1999) *Fernand Braudel: uma biografia*. Rio de Janeiro: Record.
- DARBY, H. C. (2002) *The Relations of History and Geography: Studies in England, France and the United States*. Exeter: University of Exeter Press.
- DENECKE, D. (1982) Applied historical geography and geographies of the past: historico-geographical change and regional processes in history. In: BAKER, A. R. H.; BILINGE, M. (eds.). *Period and place: Research methods in historical geography*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 127-135.
- DENNIS, R. (1991) History, Geography and Historical Geography. *Social Science History*, v. 15, n. 2, p. 265-288.
- DONKIN, R. A. (1997) A "servant of two masters"? *Journal of Historical Geography*, v. 23, n. 3, p. 247-266.
- DRIVER, F.; WYNN, G. (2008) Announcing the 14th International Conference of Historical Geographers. *Journal of Historical Geography*, v. 34, n. 4, p. 553-554.
- EARLE, C. (1995) Historical geography in extremis? Splitting personalities on the postmodern turn. *Journal of Historical Geography*, v. 21, n. 4, p. 455-459.
- GRAHAM, B.; NASH, C. (2000) *Modern Historical Geographies*. Harlow: Pearson Education.
- GUELKE, L. (1982) *Historical Understanding in Geography, An Idealist Approach*. Cambridge: Cambridge University Press.
- HARVEY, D. (2002) *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Loyola.
- HEFFERNAN, M. (1997) Editorial: The future of historical geography. *Journal of Historical Geography*, v. 23, n. 1, p. 1-2.
- HOLDSWORTH, D. W. (2002) Historical geography: the ancients and the moderns – generational Vitality. *Progress in Human Geography*, v. 26, n. 5, p. 671-678.
- HOLDSWORTH, D. W.; KOBAYASHI, A. (1996) Historical geography in a post-colonial world-multiple voices (not) in search of theories: the Ninth International Conference of Historical Geographers, 1995. *Journal of Historical Geography*, v. 22, n. 2, p. 198-201.

- JONES, R. (2004) What time human geography? *Progress in Human Geography*, v. 28, n. 3, p. 1-18.
- KUČERA, Z. (2008) Historical geography between geography and historiography. *Klaudyán – Internet Journal of Historical Geography and Environmental History*, v. 5, n. 1, p. 5-13.
- LOURENÇO, L. A. B. (2007) *Das fronteiras do império ao coração da república: o território do Triângulo Mineiro na transição para a formação socioespacial capitalista na segunda metade do século XIX*. 306 f. Tese (Doutorado em Geografia), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- MCNEILL, J. R. (2003) Observations on the nature and culture of environmental history. *History and Theory*, v. 42, n. 4, p. 5-43.
- MITCHELL, J. B. (1954) *Historical geography*. London: English Universities Press.
- MITCHELL, R. D. (1987) The North American Past: Retrospect and Prospect. In: MITCHELL, R. D.; GROVES, P. A. (eds.). *North America: The Historical Geography of a Changing Continent*. Totowa: Rowman and Littlefield, p. 1-22.
- MYRES, J. L. (1953) *Geographical history in Greek Lands*. Oxford: Clarendon Press.
- NAYLOR, S. (2006) Historical geography: natures, landscapes, environments. *Progress in Human Geography*, v. 30, n. 6, p. 792-802.
- NORTON, W. (1984) *Historical analysis in geography*. London; New York: Longman, 1984.
- OGBORN, M. (1999) The relations between geography and history: work in historical geography in 1997. *Progress in Human Geography*, v. 23, n. 1, p. 97-108.
- RIBEIRO, G. (2008) *Espaço, Tempo e Epistemologia no Século XX: a Geografia na obra de Fernand Braudel*. 383 f. Tese (Doutorado em Geografia), Instituto de Geociências, Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- RUMNEY, T. A. (2005) Review of Alan R. H. Baker: "Geography and History: Bridging the Divide". *The Professional Geographer*, v. 57, n. 3, p. 481-482.
- SMITH, J. M. (2005) Review of Alan R. H. Baker: "Geography and History: Bridging the Divide". *H-HistGeog (H-Net Reviews)*, p. 1-3.
- STRATI, I.; MARSHALL, D. (2003) Historical Geography at the Annual Conference of the Royal Geographical Society-Institute of British Geographers, Queen's University, Belfast, 2-6 January 2002. *Journal of Historical Geography*, v. 29, n. 2, p. 273-275.
- WILLIAMS, M. (2002) Epilogue: Critique and evaluation. In: DARBY, Henry C. *The relations of history and geography: Studies in England, France and the United States*. Exeter: University of Exeter Press, p. 203-211.
- WYNN, G. (2005) D. W. Meinig and The Shaping of America. *Journal of Historical Geography*, v. 31, n. 4, p. 610-633.
- WYNN, G.; BAKER, A. R. H. (2007) Conference report: Thirteenth International Conference of Historical Geographers. *Journal of Historical Geography*, v. 33, n. 2, p. 429-430.
- WYNN, G.; DRIVER, F. (2010) Conference report: Historical Geography in Kyoto. 14th International Conference of Historical Geographers. *Journal of Historical Geography*, v. 36, n. 1, p. 105.

A ABORDAGEM SOBRE O TERRITÓRIO EM AUTORES DA GEOGRAFIA BRASILEIRA: MUTAÇÕES DE UM CONCEITO

Lucas Labigalini Fuini*
Instituto Federal de São Paulo

Resumo: O objetivo deste artigo é reconhecer, através de uma seleção de autores e obras, as características principais da abordagem territorial na Geografia brasileira desenvolvida desde fins dos anos 1970, quando se reconhece um verdadeiro interesse na sistematização e no conhecimento teórico sobre o conceito em nossa ciência. No perpassar por autores, objetiva-se identificar a crescente multidimensionalidade e transescalaridade que o conceito adquire nos seus conteúdos e aplicações e a mudança de sentido explicativo que assume no avançar dos anos 2000.

Palavras-chave: Território. Territorialidade. História do pensamento. Político. Geografia brasileira.

THE APPROACH TO THE TERRITORY IN AUTHORS OF THE BRAZILIAN GEOGRAPHY: MUTATIONS OF A CONCEPT

Abstract: The purpose of this article is to recognize, through a selection of authors and works, the main features of the territorial approach in the Brazilian Geography developed since the late 1970s, when it recognizes a real interest in the systematization and theoretical knowledge about the concept in our science. In pervade by authors, aims to identify the increasing multidimensionality and transescalarity that the concept gets in their content and applications and the change in explanatory sense that assumes in advance the years 2000.

Keywords: Territory. Territoriality. History of thought. Political. Brazilian geography.

EL ENFOQUE SOBRE EL TERRITORIO EN AUTORES DE GEOGRAFÍA BRASILEÑA: MUTACIONES DE UN CONCEPTO

Resumen: El objetivo de este artículo es reconocer, a través de una selección de autores y obras, las características principales del abordaje territorial en la Geografía brasileña desarrollada desde fines de los años 1970, cuando se reconoce un verdadero interés en la sistematización y en el conocimiento teórico sobre el concepto en nuestra ciencia. En el traspaso por autores, se objetiva identificar la creciente multidimensionalidad y transescalaridad que el concepto adquiere en sus contenidos y aplicaciones y el cambio de sentido explicativo que asume a lo largo de los años 2000.

Palabras-clave: Territorio. Territorialidad. Historia del pensamiento. Político. Geografía brasileña.

Introdução

O território é definido, através da síntese de diversos autores, como o recorte do espaço delimitado por relações de poder que envolvem a produção e a apropriação espacial, com conotações políticas, econômicas, culturais, sociais ou naturais, sendo que essas relações são alimentadas por fluxos que ocorrem em diversas escalas, do local ao global. Este trabalho baseia-se em uma revisão bibliográfica que busca sintetizar e comparar as visões territoriais de autores como Manuel Correia de Andrade, Milton Santos, Bertha Becker, Antônio Carlos Robert Moraes, Rogério Haesbaert da Costa, Marcos Aurélio Saquet, entre outros geógrafos e pesquisadores que analisaram o território a partir de determinados parâmetros teóricos e seguem linhas de reflexão que perpassaram os âmbitos político, econômico, social e cultural, em diferentes contextos históricos.

Segundo Saquet (2007a), o conceito de território não foi central no processo de renovação da Geografia brasileira ocorrido entre 1960 e 1980, movimento mais centrado no conceito de espaço, sobretudo por aqueles que seguiam a teoria do valor de Karl Marx. A verdadeira expansão e qualificação desses estudos de território e territorialidade ocorre no início dos anos 1990, com a retomada do conceito como conteúdo explicativo das práticas sociais e espaciais vigentes. Santos (2002) ressalta, em texto de 1993, que os novos recortes e as novas formas de funcionamento do território decorreriam do papel que a ciência, a tecnologia e a informação exercem na mundialização/globalização, configurando horizontalidades (contiguidade territorial entre lugares vizinhos que permitem um acontecer solidário) e as verticalidades (formadas por pontos distantes ligados por formas e processos sociais, como as redes).

Com as mudanças correntes no mundo, podem-se ser procurados dois caminhos para a compreensão do território, segundo Sposito (2004). O primeiro, pelo viés do desenvolvimento tecnológico e das redes tecnológicas a superar as barreiras de distâncias que contestam as fronteiras territoriais tradicionais e fazem emergir, simultaneamente, novas necessidades e reivindicações fronteiriças nacionais e de grupos minoritários; e o segundo, pelo viés das territorialidades individuais, com forte conteúdo imaterial e simbólico, remetendo às experiências cotidianas coletivas e singulares (de satisfação, necessidades e da liberdade) em espaços e tempos que se expressam em relações de uso, apropriação e controle de áreas específicas, os territórios, que podem estar associados a casa, rua, ambiente de trabalho, grupo de pessoas, como manifestações de solidariedades e territorialidades.

Considerando esses pressupostos, o presente artigo, por meio de uma revisão bibliográfica e sistematização de ideias e concepções, propõe analisar a contribuição

territorial da Geografia brasileira, à luz de autores que deram destaque ao conceito em suas análises, buscando analisar os principais fundamentos teórico-autoriais da discussão sobre território realizada no Brasil nos dias atuais; investigar o período histórico (fatores externos) que acarretou em mudanças na epistemologia de análise do território brasileiro (fatores internos); e, por fim, investigar as contribuições de autores brasileiros selecionados que explicitamente tornaram o território seu núcleo de reflexões e pesquisas, alguns deles sem excluir outros conceitos e temas de análise. Pretende-se, assim, trazer uma contribuição à história do pensamento geográfico brasileiro e sua epistemologia, além de dispor um material de consulta para futuros estudos na área.

O território na Geografia brasileira: primórdios

Durante a primeira metade do século XX, a Geografia brasileira esteve bastante envolvida com a descoberta dos aspectos fisiográficos e de povoamento do território brasileiro, incorporando o referencial metodológico de inspiração lablachiana para investigar as diversidades regionais do quadro natural e econômico (MORAES, 2000). Assim, naturalizou-se o "território" como um fato e referência das fronteiras políticas do Estado, não se aprofundando teoricamente sobre seus usos e os fenômenos de identidade social. Tratava-se de uma prática geográfica mais pautada na descrição e na síntese dos elementos apreendidos na paisagem. Orlando Valverde, geógrafo brasileiro, seguindo a tradição do método lablachiano, realizou diversos trabalhos explorando nuances regionais-locais e temáticas do território brasileiro, mas sempre colocando este como um pano de fundo onde se expressam os fatos geográficos, sobretudo aqueles associados à questão agrária (VALVERDE, 1967; ADAS, 2006).

Dos anos 1960 aos 1980, exceto em trabalhos específicos como o de Becker (1983), a tratar da gestão territorial (uso político do território), a pesquisa geográfica pouco enfatizou o conceito de "território" como eixo analítico. Imersa em um ambiente universitário dominado pelo pensamento crítico-marxista ou neopositivista (quantitativista), o primado, nesse período, se deu para o conceito de espaço, visto tanto na perspectiva da produção e valorização do espaço, sob inspiração marxiana, quanto na perspectiva de um espaço (absoluto ou relativo) em perspectiva matricial ou na visão de sistema, como conjunto de pontos cujo funcionamento se dá em uma lógica predeterminada (SAQUET, 2007b)¹.

¹É possível afirmar que um dos geógrafos pioneiros a assumir a perspectiva territorial em idos dos anos 1980 e início dos 1990 é Wanderley Messias da Costa (docente da Universidade de São Paulo-USP), em seus estudos vinculados às lógicas espaciais de atuação do Estado brasileiro. Uma de suas obras de maior destaque no período foi *O Estado e as políticas territoriais no Brasil*, de 1988, da coleção *Repensando a Geografia*, obra em que discute o povoamento brasileiro, a formação de nosso Estado-nação e a articulação de suas políticas territoriais,

Saquet (2007a) nos revela que o impulsionamento do uso do conceito de território ocorre, no Brasil e no exterior, e mais especialmente na Geografia humana, pelo renovado interesse em se compreender fenômenos e processos de produção, circulação, comunicação, identidades e relações de poder, sendo que as linhas de influência principais foram as seguintes:

- a) a partir e com estudos de C. Raffestin, a mais expressiva, destacando-se aspectos econômicos e políticos do território e da territorialidade; b) com argumentações de Deleuze e Guattari, evidenciando as dimensões da cultura e da política; c) com J. Gottman e R. Sack, eminentemente geopolítica; d) com estudos de fenômenos e processos de desenvolvimento territorial, feitos por italianos como A. Bagnasco, G. Becattini, G. Dematteis, e outros; e) a partir e com reflexões de M. Santos, tendência também bastante significativa, edificada através de sua compreensão de configuração territorial, dos fixos e fluxos e do território usado (...). (SAQUET, 2007a, p. 120)

Dois coletâneas de textos publicadas na primeira metade dos anos 1990, no Brasil, serviram como indutoras e estimuladoras do debate territorial dos anos seguintes, reunindo ensaios teóricos, propostas metodológicas e estudos aplicados apoiados no conceito de "território". Trata-se da obra Território, globalização e fragmentação, organizada por Milton Santos, Maria Adélia de Souza e Maria Laura Silveira, todos associados ao curso de Geografia da USP, de 1993, que teve a intenção de ser uma síntese das contribuições dadas pelos participantes-convidados do Seminário Internacional Território, Globalização e Fragmentação, realizado na USP e organizado pela Anpur (Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional). Além de um artigo de Milton Santos, intitulado "O retorno do território", a coletânea traz uma sessão especificamente dedicada ao território (Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local), contendo visões de já renomados geógrafos como Manuel Correia de Andrade, Pedro P. Geiger, Roberto Lobato Corrêa e Helena Kohn Cordeiro.

Outra obra que se popularizou no debate acadêmico e gozou de ampla reputação em cursos de Geografia e ciências sociais, além de vinculação em editais de concursos públicos para professores, foi a coletânea Geografia: conceitos e temas, lançada em 1995 e organizada pelos geógrafos Iná Elias Castro, Paulo César da Costa Gomes e Roberto Lobato Corrêa. Mostrando uma preocupação precípua com o tratamento didático dos conceitos e temas abordados, a obra apresenta

perpassando diversos períodos de governo. Nela, o autor afirma que as políticas territoriais se inscrevem nos campos da geografia política e da geopolítica e abrangem toda e qualquer atividade estatal que envolva, simultaneamente, uma dada concepção do espaço nacional, uma estratégia de intervenção ao nível da estrutura territorial e, por fim, mecanismos concretos que sejam capazes de viabilizar essas políticas (COSTA, 1988, p. 13-14).

três dos seus artigos explorando, a partir de propostas de estudos diferenciadas, o território (Marcelo Lopes de Souza), a (des)territorialização (Rogério Haesbaert) e a gestão territorial (Cláudio Egler).

Daí a importância de destacar alguns geógrafos brasileiros cujos trabalhos discorrem teórica e empiricamente sobre o território e que acabaram influenciando, por suas obras, o tratamento que dá à relação espaço-poder no País. Destacaremos neste artigo oito deles: Manuel Correia de Andrade, Milton Santos, Bertha Becker e Antonio Carlos R. Moraes, como vinculados a uma dimensão mais política (histórica, geopolítica e econômica); Carlos Walter Porto-Gonçalves e Marcelo Lopes de Souza, como representantes de um território em transição e com identificação crescente com as lutas sociais por direitos e território-territorialidades nos espaços urbano e rural, e Rogério Haesbaert e Marcos A. Saquet, como expoentes de uma linha mais renovada e de abordagem plural.

Território embrionário: do sentido (geo)político-histórico ao político-econômico

Algumas das contribuições urdidas na Geografia brasileira a partir dos anos 1980 por autores interessados na epistemologia científica e na história do pensamento questionaram também o estatuto dos conceitos geográficos, e aí foi retomada a centralidade do território no debate geográfico. Essas contribuições advindas de nomes como Milton Santos, Bertha Becker, Antônio Carlos Robert Moraes e Manuel Correia de Andrade aprofundam o caráter eminentemente político do conceito, um momento embrionário do movimento de sistematização teórica, com interesse especial para a construção histórica das formações territoriais e da geopolítica da ação do Estado e dos grandes grupos no território, mas que já manifestam as possibilidades de uma abordagem territorial, sobretudo em Santos e Becker, que possa compreender processos e movimentos vinculados a escalas menores, do local e dos grupos sociais, e as escalas maiores, do global e das grandes corporações e entidades supranacionais, passando pela fundamental escala do Estado-nação.

Milton Santos: território e usos do território

O geógrafo baiano Milton de Almeida Santos (1926-2001), certamente o mais ilustre geógrafo brasileiro, é titular de uma extensa obra, que reúne mais de 40 livros escritos em sua passagem pela Universidade Federal da Bahia, institutos de planejamento, em diversos centros universitários mundo afora durante o exílio (1964 a 1977) e em seu último e mais profícuo local de trabalho,

o Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, no qual formou uma série de "discípulos" (SAQUET; SILVA, 2008). A categoria "território" só passa a ser mais constante na obra miltoniana a partir de 1993, quando o autor intitula de "O retorno do território" sua exposição e o texto para o evento "O novo mapa do mundo", organizado por ele, Maria Adélia Souza e Maria Laura Silveira, e pela Anpur, sendo realizado na USP.

Na obra *Por uma Geografia nova (...)*, de 1978, referência e síntese das ideias da Geografia radical ou crítica no Brasil (lembrar do subcapítulo "Toda teoria é revolucionária"), Santos (2002) aproxima o território do Estado-nação, buscando diferenciar, assim, território de espaço. O território seria um dos elementos formadores do Estado-nação (ao lado do povo e da soberania), e em sua utilização é que o espaço geográfico se expressa. O território apresenta limites fixos, mas cuja extensão é variável historicamente, e suas formas de ocupação são definidas pelo uso do poder (o soberano, com suas formas coercitivas) e pelas relações entre classes sociais envolvidas no âmbito do modo de produção dominante em escala mundial.

Além dessa ênfase estritamente política, em outras aplicações da categoria em obras do autor ver-se-á uma análise enfatizando aspectos que qualificariam o território a partir dos seguintes elementos: escalas, relação global-local, atividades econômicas e produtivas e as infraestruturas. Em 1985, na obra *Espaço e Método*, síntese da teoria miltoniana e que subsidiaria suas obras posteriores, o território é visto por sua aplicabilidade-funcionalidade, não necessariamente por sua natureza. Este seria formado por frações funcionais diversas que dependem de demandas de vários níveis, do local até o mundial, e cuja articulação (dessas frações) se opera por fluxos criados pelas atividades, população e herança espacial (SANTOS, 1992). Antecipa-se, assim, a ideia de "território usado", mas sem explicitá-la ainda.

Em 1993, na obra de compilação *Território: globalização e fragmentação*, fruto de um seminário internacional de mesmo nome e realizado em 1993, Santos (2002) lança sua tese do "retorno do território". Esse retorno decorreria da renovação da abordagem, que não se limitaria mais à concepção advinda da modernidade que restringia o território a "base e fundamento do Estado", que o "moldava". A transnacionalização do território, pela via da mundialização do capitalismo, que impõe novas sinergias, tornava antiga a ideia de Estado-territorial, ou da exclusividade do Estado como o único agente a "definir os lugares". Assim, aparece a concepção de "território usado", definido por seus objetos e ações, associado à análise da fluidez que rege as relações econômicas. Seria sinônimo de espaço humano, espaço habitado. A informação exerceria, no período contemporâneo, o papel fundamental de reunir as diferentes porções territo-

riais, em um território formado por "lugares contíguos e lugares em rede", dando possibilidade ao surgimento de novas "solidariedades" e intercâmbios.

Em obra de 1996 o autor vai buscar sintonizar sua análise do território aos chamados "espaços da globalização". O território será tratado como "a grande mediação entre o mundo e a sociedade nacional e local" (p. 271), já que o conjunto de possibilidades do mundo (ou da economia mundial capitalista) encontra suas oportunidades de realização nos lugares. Assim, vai-se chocar uma "ordem global", como norma desterritorializadora (pois separa o centro da ação e a sede da ação, ver o exemplo das companhias multinacionais), com um território local como norma, que reterritorializa em uma ordem local os fluxos e ações (pois reúne em uma mesma lógica interna o cotidiano imediato formado pela contiguidade de população de objetos, os homens, empresas e as formas sociais, jurídicas e geográficas) (SANTOS, 1996).

Em sua última obra, de 2001, em parceria com a geógrafa argentina Maria Laura Silveira e com auxílio de seu grupo de orientandos e parceiros, Milton Santos já destaca no título do livro sua preocupação com a categoria operacional de território: *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*, um compêndio que se propõe a realizar uma análise da evolução do Brasil e sua nação através do território ("visto como unidade e diversidade, a questão central da história humana"), considerando sua materialidade (sistemas de engenharia) e seus fluxos (sistema de movimentos), além do quadro normativo-regulatório subjacente à relação Estado-empresas e território.

Posto isso, os autores retomam concepções já pronunciadas em obras anteriores, sobretudo dos anos 1990, e definem o território por duas vertentes: a) como o nome político para espaço de um país, geralmente vinculado à relação Estado-território (pois nem toda nação tem um território próprio); b) através de seu uso, definido pela implantação de infraestruturas e pelo dinamismo da economia e da sociedade, envolvendo os movimentos (população), distribuição (das atividades), arcabouço normativo e o alcance/extensão da cidadania. A territorialidade, outra variável inerente à categoria, é trabalhada com a ideia de pertencimento a um território em termos de exclusividade e limite (lembrando RAFFESTIN, 1993), e, além disso, tratando também da "preocupação com o destino e a construção de um futuro" atrelado a um determinado espaço (SANTOS; SILVEIRA, 2010, p. 19).

[Bertha K. Becker: geopolítica e territorialidades diversas](#)

Bertha Koiffman Becker (1930-2013), geógrafa brasileira que fez carreira no IBGE e na Universidade

Federal do Rio Janeiro, teve toda uma obra vinculada a questões geopolíticas, com destaque para a região amazônica, pensando nas estratégias territoriais do Estado brasileiro, tanto em termos críticos quanto propositivos. A professora, autora de 50 artigos em periódicos, 18 livros e 70 capítulos de livros, foi agraciada com diversas homenagens e títulos em sua carreira (<<http://www.cnpq.br/web/guest/pioneiras-view/>>).

Em trabalho de 1983, considerado seminal², e em outro de 1988, a autora define o território, com base em Raffestin (1993), como o espaço da prática e também um produto da prática espacial, envolvendo a apropriação de um espaço que implica um limite, manifestando a intenção de poder sobre uma porção precisa do espaço, além de ser também um produto usado e vivido pelos atores, utilizado como meio para sua prática. O território seria um produto produzido e consumido pela prática social (BECKER, 1983, p. 19). Já a territorialidade, com base em Sack (1986) e Bordreuil; Ostrowsky (1979), é "a relação com o espaço que se tenta afetar, influenciar ou controlar ações através do reforço do controle sobre uma área geográfica específica, o território (BECKER, 1988, p. 128).

O caráter inovador da abordagem beckeriana já aparecia desde o artigo de 1983, quando a autora sugeria que a perspectiva territorial não se aplica somente à análise da ação do Estado-nação, mas também das empresas (que usam as várias escalas) e dos grupos sociais dominados. Quanto aos grupos sociais dominados, enfatiza-se os movimentos de resistência das populações à manipulação de seus territórios, aos riscos de expulsão, de quebra de laços com a terra, à mobilidade da força de trabalho, em geral, aos conflitos de perda do território e luta pela terra.

O território é a face vivida do poder que se manifesta em todas as escalas, desde as relações pessoais e cotidianas até as complexas relações sociais e que se fundamenta na identidade e pode repousar na presença de um estoque cultural que resiste à reapropriação do espaço, em uma identidade de base territorial. Já a gestão do território é "uma prática científico-tecnológica do poder no espaço-tempo" (BECKER, 1988, p. 129), articulando a perspectiva da modernidade e da coerência das múltiplas decisões e ações para atingir uma finalidade e um princípio de realidades (relações de poder absorvendo conflitos), em uma estratégia formulada e tecnicamente aplicada por empresas e elementos de governo, em uma gestão identificada com a logística, com a preparação dos meios e a velocidade de sua atuação em uma visão projetiva de futuro.

Ao estudar o significado histórico das novas

²Uma das primeiras sistematizações mais amplas sobre o conceito de Território encontrada na Geografia brasileira, apresentada em evento da UGI (União Geográfica Internacional) em 1982.

tecnologias em relação às estruturas espaço-temporais, Becker (1995) destaca as dimensões e lógicas econômicas, políticas e culturais que convergem para a diferenciação espacial e valorização estratégica dos territórios, contrastando o espaço de fluxos acionado por decisões políticas e estratégias organizacionais e logísticas, com os projetos alternativos advindos da sociedade – e seus movimentos sociais.

Inspirada em Raffestin (1993 [1980]) e Sack (1986), Becker (2010) trata do território como espaço da prática, que inclui limites e relações de apropriação; já a territorialidade³ é a relação que se estabelece com o espaço buscando influenciar, controlar ou afetar ações em certas áreas. A gestão territorial, por sua vez, é a prática estratégica e científico-tecnológica do poder no espaço, considerando que a gestão seria um conceito surgido na modernidade que envolve a articulação coerente de decisões e ações por uma direção política, de governo. A autora desenvolve reflexões sobre a aplicação de políticas no território através do planejamento estatal, com forte ênfase na geopolítica.

Antônio Carlos Robert Moraes: valorização do espaço e formação territorial

O geógrafo Antônio Carlos Robert Moraes desempenha suas atividades acadêmicas na USP, atuando nas áreas de Geografia humana e História do pensamento geográfico. Em sua vasta obra até o momento produzida (32 artigos científicos; 26 livros e 33 capítulos de livros), dá-se grande ênfase ao estudo do território, da territorialidade e da formação territorial no Brasil.

Assim, a valorização do espaço aparece como quadro teórico e genérico de questionamento, e a formação do território é um objeto empírico, um ajuste de foco na ótica de captar o movimento histórico. A valorização do espaço, sob o modo capitalista de produção, se dá pelo processo universal de apropriação do espaço natural e de construção de um espaço social ao longo da história, sendo esse processo resultante do trabalho humano como ato de incorporação e criação de valor. Esse valor, incorporado ao solo (trabalho morto), substantiva-se na paisagem (congela-se) em relações sociais específicas que se tornam qualidades dos lugares (MORAES, 2000).

Posto isso, o território é tratado como um espaço social,

³Becker (1988) aproxima a noção de territorialidade à de gestão territorial. A autora define a territorialidade tanto como estratégia de controle sobre uma área geográfica (afetar, influenciar e controlar ações) quanto aquilo que se manifesta em diferentes escalas e em relações sociais cotidianas ou mais complexas através da identidade e do estoque cultural; e a gestão territorial como uma prática estratégica, científica e tecnológica e vinculada à logística, de poder no espaço-tempo.

(...) um produto socialmente produzido, um resultado histórico da relação de um grupo humano com o espaço que o abriga. Tal característica diferencia esse conceito na comparação com outros (como região e paisagem), que podem manifestar-se adjetivados por fenômenos naturais. O território é, portanto, uma expressão da relação sociedade/espaço. (MORAES, 2000, p. 18)⁴

Moraes (2000) pontua que o resgate do conceito pela Geografia, nos anos 1960, dá-se por dois caminhos: pelo de orientação metodológica marxista, que propõe uma reflexão em base econômica e política e que qualifica o território pelo seu uso (apropriação e domínio) social; e outra que trata o território como espaço de referência cultural (visão antropológica), que se qualifica pelo significado que grupos e segmentos da sociedade dão a ele, através dos processos de identidade societária e consciência espacial, concebendo um espaço de exercício de diversas territorialidades. Dessa diferenciação das perspectivas territoriais, o autor conceitua o que viria a ser uma formação territorial como objeto de pesquisa, através dos seguintes postulados: "busca a gênese de conjuntos espaciais contemporâneos em movimento de crescente unidade e integração"; "são resultados de construções de natureza bélicas, jurídicas e ideológicas"; "envolve uma faceta de colonização expressa na difusão de um modo de vida da sociedade que empreende uma expansão política"; "considera-se os territórios atuais como resultados de uma história" (MORAES, 2000, p. 19-23).

Na análise de A. C. R. Moraes, dá-se também primazia à aproximação do território com o Estado, manifestando o conteúdo político e ideológico do território, pois, no mundo moderno, Estado é de imediato definido como um Estado dotado de território, criando-se a jurisdição definida como Estado territorial⁵.

A construção política dessa jurisdição pressupõe um domínio territorial efetivo sobre uma porção da superfície terrestre, a qual se qualifica como base física do poder, expresso num aparato estatal. Entretanto, a consolidação desse amálgama entre Estado e território ocorre como um processo lento, no qual aquela extensão areolar (de área ou circular) tem de ser organizada e operada como um espaço político, jurídico, econômico e cultural, até resultar numa unidade tomada como evidente: um país. A esse processo, pode-se denominar de formação territorial-estatal, a forma geográfica de analisar a formação de um Estado-moderno. (MORAES, 2002, p. 62)

Manuel Correia de Andrade: território político e territorialidade

O geógrafo pernambucano Manuel Correia de Andrade (1922-2007) construiu uma extensa obra bibliográfica na ciência geográfica entre 1952 e 1995, compreendendo cerca de 100 títulos, incluindo aí livros didáticos. Perpassando por influências teóricas diversas, desde a escola francesa até a crítico-marxista, o autor se notabilizou pelos estudos sobre a formação territorial brasileira, com destaque para a Região Nordeste e seus problemas agrário-fundiários. Assim pautou-se, na maior parte de suas obras, por um pensamento e prática atrelados à visão de território em termos político-administrativos.

Em livro de 1995, intitulado *A questão do território no Brasil*, Andrade (2004) retoma o quadro conceitual com o qual já trabalhava para tratar da ocupação do território brasileiro, diferenciando a perspectiva inicial de território, vinculada à área de influência animal, em relação à perspectiva geográfica moderna, com a preocupação com o Estado e o controle do território (F. Ratzel), e das relações entre classes sociais e o espaço dominado e ocupado (E. Reclus). Na síntese de ideias do autor, "para se refletir sobre o problema do território no Brasil, tem-se que levar em conta as relações existentes entre o espaço delimitado geograficamente e administrativamente pelas fronteiras e o território verdadeiramente ocupado" (ANDRADE, 2004, p. 20).

Em texto publicado na obra já comentada *Território, globalização e fragmentação*, baseada em evento de 1993, Andrade (2002) traz sua concepção sobre território e territorialidade, à luz do caso brasileiro. O território estaria ligado à ideia de poder, de domínio e gestão de uma determinada área, ou por um poder público-estatal ou por grandes empresas. A territorialidade forma-se através da consciência que as pessoas que habitam um território dão a ele, tendo uma forma subjetiva associada à consciência de confraternização e participação.

Territórios em transição: a política dos povos e o sociocultural em voga

Ainda que não totalmente desvinculados da lógica territorial vinculada ao poder político, surgem estudos nos anos de 1990 que propõem entender as lutas pelo território, como direito, nos projetos de emancipação e busca por autonomia das populações e movimentos sociais dialogando com referenciais que vão além da Geografia, buscando na filosofia, na sociologia e na antropologia fonte de informação para sustentar essa linha interpretativa sobre espaço-poder.

⁴Em outro texto, Moraes (2005) define o território como entidades históricas, que expressam o controle social do espaço por uma dominação política institucionalizada.

⁵Mônica Arroyo, professora da USP, bem destaca a relação Estado, território e mercado, buscando explicar as origens dos Estados territoriais, em artigo publicado na revista *Geographia*, da UFF (ano 6, n. 12, 2004).

Carlos Walter Porto-Gonçalves: o direito ao território e territorialidades emancipatórias

Carlos Walter Porto-Gonçalves, geógrafo carioca e professor da UFF (Universidade Federal Fluminense), possuidor de vasta produção bibliográfica (50 artigos, 18 livros publicados em organização e/ou edição e 70 capítulos de livros, considerando dados a partir de 2000), inicia seus estudos na perspectiva geográfico crítica-marxista, mas na virada para os anos 2000 é que aprofunda reflexões sobre o território e as territorialidades. Em texto de 1992, o autor define o território como um espaço tornado próprio pelos seres que instituem suas identidades coletivas através da prática de geo-grafar a terra, dando o exemplo da unificação política propiciada pela difusão linguística. Fugindo do rótulo de pós-moderno, e das dicotomias subjacentes, o que o autor propõe é uma crítica ao sistema-mundo moderno colonial, baseado na colonização da América e na assimétrica relação que a Europa propõe com outras partes do mundo.

Essas relações assimétricas prosseguem ainda hoje, como sugere Quijano (2000), com a colonialidade do poder (e do saber), conjunto de relações de poder mais profundo e duradouro que, mesmo com o fim do colonialismo (forma de dominação político-econômica e administrativo-jurídica das metrópoles europeias sobre as colônias), se mantém arraigado nos esquemas culturais e de pensamento dominantes, legitimando e naturalizando as posições assimétricas em que formas de trabalho, populações, subjetividades, conhecimentos e territórios são localizadas no mundo contemporâneo, tanto nas estruturas nacionais internas quanto no sistema internacional.

Assim, a recuperação do território se dá pela descolonização do pensamento, em que o conceito (e o Estado territorial) possa ir além de uma visão eurocêntrica apoiada no Direito romano (visão de propriedade) e no Tratado de Vestfália de 1648 (visão de soberania). Propõe-se desnaturalizar o território como substância a-histórica, um estanque continente de poder, e mostrá-lo como invenção e realização concreta dos sujeitos históricos que o instituiu, de blocos históricos regionais conformados a partir de relações sociais e de poder assimétricas, e de formas de manifestação de poder subalternizadas e de resistências contra-hegemônicas.

Classificando a territorialidade como as identidades que estão ensejadas no processo de apropriação do espaço (a dimensão simbólica desse processo que pode ser dinâmica e mutável), Porto-Gonçalves (2002) afirma que nos pós-guerra advém um caos sistêmico a partir do qual passarão a conviver formatos de territorializações do Estado Nacional, o Imperialismo, o Império (ordem global supranacional), ao lado de "múltiplos protagonistas (camponese(a)s, indígenas, negro(a)s, mulheres, ambientalistas, trabalhador(a)s, assalariado(a)s

que (r)existem com/contra essas diferentes ordens e que são portadores de múltiplas territorialidades potenciais" (p. 237). Assim, apresentam-se, no período atual, territorialidades emancipatórias e contrárias à colonialidade do poder erigido na ordem vestfaliana moderna (dos Estados-nação oriundos no século XVII), associadas a uma ação mais comunitária e contra-hegemônica de se associar o território a uma apropriação pública e a um direito dos povos (da distribuição igualitária de seus recursos).

O autor usa o exemplo dos seringueiros do Acre, em artigo de 2006, para tratar de formas de apropriação familiar e comunitárias (uso comum) dos recursos naturais, formas estas de organização espacial sem regulação estatal. Assim, o autor conclui

(...) que pensar a terra a partir do território implica pensar politicamente a cultura. Assim, eram racionalidades distintas em conflito. Concretamente a luta política era também uma luta para afirmar outras epistemes. Naquelas circunstâncias inventou-se uma determinada territorialidade, a reserva extrativista, onde inclusive se rompe com a tradição eurocêntrica de, como sempre, separar, ali, no caso, a natureza da sociedade, como se faz nas unidades de conservação (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 168).

Porto-Gonçalves avança em uma construção própria que vai de confronto aos parâmetros da modernidade ao também buscar a superação da visão estanque que associa território ao poder do Estado, e sua crítica ao colonialismo e à colonialidade requer identificar e aceitar novas formas de poder que se manifestam no tecido social.

Marcelo Lopes de Souza: poder e autonomia no/do território

O geógrafo Marcelo Lopes de Souza, docente e pesquisador da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), especialista em movimentos sociais, ativismos e problemas urbanos, tem dado destaque em sua obra (composta por 50 artigos, 18 livros publicados, em organização e/ou em edição e 70 capítulos de livros) ao conceito de território como categoria operacional para entender as diversas manifestações de desenvolvimento socioespacial e das autonomias nas áreas urbanas, buscando nesse diálogo fontes menos usuais, como a obra neomarxista de Cornelius Castoriadis e a geografia anarquista de Piotr Kropotkin.

O autor iniciou seus estudos aplicados pela dimensão da produção do espaço e relações de poder na escala do bairro. Em artigo de 1988, consubstanciado em sua dissertação de Mestrado, Souza (1989) define o bairro além de uma simples delimitação física ou agrupamento de quarteirões ou uma localização histórico-comunitária

ria ou planejada em sua função/uso e que exerce certa função na dinâmica urbana, ou seja, uma dimensão territorial e outra funcional. O que o autor quer é compreender o bairro como manifestação dos conflitos sociais e das relações de poder que se dão no espaço das cidades e que fazem emergir diversos formatos de ativismos sociais nos subespaços urbanos, concebendo o bairro como uma construção social que amalgama as pessoas (a comunidade) por vínculos não somente econômicos (residir e trabalhar) e simbólico-afetivos, mas também políticos.

Caracterizado pelas relações do poder que se expressam no espaço, a compreensão do território, segundo o autor, mudou durante o transcorrer da história do pensamento geográfico. Buscando superar o distanciamento entre a abordagem política (que se refere ao Estado, solo pátrio) e cultural (de grupos sociais, tribos urbanas), propõe a perspectiva de territorialidade como “campo de forças, uma teia, uma rede de relações sociais que, a par de sua complexidade interna, define um limite, uma alteridade, entre ‘nós’ (do grupo, da comunidade) e os ‘outros’ (estranhos, os de fora)” (SOUZA, 1995, p. 86). Assim, considerando as relações sociais projetadas no espaço, poderíamos ter, em áreas urbanas e nas metrópoles, a presença de territórios (e territorialidades) da prostituição feminina e masculina (os chamados espaços deteriorados), com um caráter cíclico (ou flutuante) de territorialização entre usos diurnos e noturnos, e móvel e de limites instáveis com áreas de influência deslizando sobre espaços variáveis (ruas, becos e praças).

Há também a formação de territórios com temporalidade bem definida encontrados nas grandes cidades, como os nordestinos em certas áreas públicas (praças) e os camelôs em certas ruas, envolvendo conflitos devido à apropriação do espaço em ambientes que os discriminam. Há também a territorialidade descontínua e altamente pulverizada do tráfico de drogas, pois seus territórios-enclave acham-se disseminados pelo tecido urbano, comportando-se como uma territorialidade-rede típica de organizações criminosas e grupos mafiosos, articulando territórios contínuos (favela territorializada pela organização criminosa) e descontínuos (mercado de consumo de drogas) na lógica de exclusividade de um poder em um território. O autor propõe que tanto o conceito de território quanto o de desenvolvimento, que se encontram envoltos historicamente na figura do Estado-nação e no modelo civilizatório ocidental e capitalista (que propõe o controle e dominação do território por grupos hegemônicos em perspectiva conservadora), devem permitir um engajamento maior na perspectiva das territorialidades autônomas.

Tal perspectiva levaria à superação do economicismo predominante na abordagem do desenvolvimento,

pensando-a no sentido de uma coletividade ter o poder de reger a si própria, pois, “para uma dada coletividade, gerir autonomamente o seu território e autogerir-se são apenas os dois lados de uma mesma moeda, e representam ambos uma *conditio sine qua non* para uma gestão socialmente justa dos recursos contidos no territórios” (SOUZA, 1995, p. 112), como se vê e se viu algumas vezes no Brasil em movimentos de ativismos urbanos e regionalismos que atrelaram sua territorialidade à luta por maior justiça social. Essa característica do desenvolvimento, pensado em termos de distribuição mais justa de renda (e oportunidades) e de cunho político participativo (“democracia radical”), é aquilo que o autor denomina como utopia do desenvolvimento socioespacial.

Territórios integradores: multidimensionalidade e interesalaridade

Sob influência da obra de Raffestin (1993), Por uma Geografia do poder, e suas concepções de território e territorialidade, e de outros autores e filósofos denominados pós-estruturalistas (ou adeptos de um marxismo renovado), como Michael Foucault, Cornelius Castoriadis, Giles Deleuze, Félix Guattari, entre outros, dá-se um processo de renovação da abordagem territorial brasileira em um rico debate envolvendo a fronteira da Geografia com a filosofia, psicanálise, antropologia, sociologia, economia, história, situada na discussão que envolve “território” e “relações de poder”, “território-territorialidades” e “autonomia política”. Ainda no veio que inspirava novas leituras territoriais na Geografia, evidencia-se a (re)descoberta de geógrafos estrangeiros que ainda não ecoavam fortemente nas discussões e pesquisas brasileiras, como Robert Sack e Giuseppe Dematteis, em suas visões sobre apropriação-controle, produção, represtação do espaço⁶. Duas das representações que mais crescem nesse período são as abordagens multidimensionais e multiescalares do território, superando a visão territorial Estado-nacional, e as perspectivas relacionais e de movimento do/no território, destacando a abordagem via T-D-R (territorialização-desterritorialização-reterritorialização).

⁶Nesse processo, o geógrafo Milton Santos permanece como estimulador, através de sua reflexão sobre os conceitos básicos da Geografia, de pesquisas acadêmicas e estudos diversos a pensar sobre os usos do território e suas manifestações políticas e econômicas, sobretudo. Um exemplo dessa influência se dá pela continuidade de seu pensamento através do grupo de pesquisa que formou e que reúne diversos acadêmicos da atualidade que prosseguem na linha de análise territorial, como Maria Adélia Souza e Maria Laura Silveira, além de Mônica Arroyo (USP), Márcio Cataia (Unicamp), Fábio Bertoli (USP) e Ricardo Mendes Antas (USP). Outros influenciados foram Rogério Haesbaert, cujo prefácio de seu livro Desterritorialização e identidade: a rede gaúcha no Nordeste foi escrito por Milton Santos, que fez parte da banca de doutorado da tese que gerou o livro; e também Marcos A. Saquet, que publicou artigos e reconhece na obra Abordagens e concepções de território, de 2007, a importância de Milton Santos na assunção do conceito na Geografia brasileira de início dos 1990; e Antônio Carlos Robert Moraes, que dedica sua última obra, de 2013, a sistematizar a contribuição de Milton Santos na abordagem territorial.

Rogério Haesbaert: a des-re-territorialização

Um dos nomes que desponta nesse movimento é o de Rogério Haesbaert da Costa. Atualmente professor e pesquisador da Universidade Federal Fluminense (UFF), "gaúcho" de origem, traz como ethos de seus estudos e publicações (46 artigos, 23 livros publicação, organização e/ou edição e 61 capítulos de livros) a perspectiva territorial, desde fins dos anos 1980, ao iniciar pesquisas sobre a identidade regional e territorial de gaúchos migrantes (temática geradora de seus trabalhos de mestrado e doutorado), até os tempos atuais, quando afloraram e se tornaram conhecidas suas análises e sistematizações sobre os movimentos de desterritorialização e reterritorialização de povos excluídos e sobre as multiterritorialidades em termos econômicos e culturais.

Podemos dizer que na obra *O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade* (2004) expõe-se uma síntese do quadro teórico desenvolvido pelo autor, com um hibridismo de influências teóricas que subsidiam sua discussão de território (Robert Sack, Claude Raffestin, Gilles Deleuze e Félix Guattari, Jean Gottman, Karl Marx, Emile Durkheim, Michael Foucault, Octávio Ianni), destacando-se, nesse sentido, uma concepção territorial que ultrapassa o político-jurídico-estatal, *stricto sensu*, e que caminha para uma compreensão mais ampla socialmente, buscando compreender os fenômenos econômicos e culturais que explicam os fenômenos de identificação e desidentificação, enraizamento e desenraizamento, da sociedade no espaço.

O autor argumenta que o território e a territorialidade associados à espécie humana apresentam uma tradição analítica não somente na Geografia (que privilegia a interação sociedade-natureza), mas também na Ciência política (concepção de Estado), na Economia (como fator locacional ou força produtiva), na Antropologia (que traz a dimensão simbólica e o ponto de vista das sociedades tradicionais), a Sociologia (com a visão das relações sociais) e a Psicologia (construção da subjetividade e da identidade pessoal).

Assim, pode existir um território, como espaço controlado e apropriado por um grupo, Estado ou atividade econômica, em quatro vertentes básicas (política; cultural; econômica e naturalista), e em três perspectivas teóricas de conceituação: a materialista (vinculada às concepções naturalistas; de base econômica e de tradição jurídico-política), a idealista (vinculada às perspectivas simbólicas e culturais), e a perspectiva integradora (que considera o território como integrador ou uma mediação das diferentes dimensões sociais, como a ideia de território em rede). Desse modo,

o autor faz uma crítica à concepção pós-moderna⁷ de que a desterritorialização envolve o fim dos territórios ou seu esvaziamento de sentido, qualificando-a como um mito. No bojo do processo de globalização e mundialização do capital, o que estaria ocorrendo é um movimento mais constante de desterritorialização (perda ou destruição de vínculos identitários e de enraizamento em termos econômicos, políticos e culturais), concomitante ao de re-territorialização (que seria a reconstrução desses vínculos em outros lugares ou por substituição nos mesmos lugares).

A crítica que ocorre é que o movimento de constituição de uma economia-mundo de mercados integrados seria por si só desterritorializadora, pois que leva as empresas à busca de deslocalização de atividades por vantagens de custos de oportunidade nos lugares (mobilidade técnico-funcional) e as populações excluídas desse processo (massa trabalhadora, os migrantes, os novos "nômades") formariam os aglomerados de exclusão, exemplos de desterritorialização extrema e de (re) territorialização precária.

Se constituem, assim, territórios-rede, reticulares ou por sobreposição, pois "a perspectiva de espaço-superfície sucumbe à descontinuidade, fragmentação e à simultaneidade de territórios que não conseguimos mais distinguir onde começam e onde terminam, ou, ainda, onde irão eclodir" (HAESBAERT, 2006, p. 348). O domínio dos fluxos e da mobilidade (acelerado pelas redes informacionais e virtuais e pelos meios de transportes rápidos), da flexibilização das relações de trabalho e de produção e a hibridização e massificação cultural, conduzem a uma "multiterritorialidade pós-moderna", a perspectiva de ser e estar na simultaneidade de diversos territórios, tanto em nível de classes, grupos e instituições (como o Estado)⁸, e a multiterritorialidade individual das experiências pessoais em vários territórios e territorialidades e a de grupos que se deslocam no espaço e guardam relações de identidade e/ou de interdependência com os lugares de origem (diáspora).

⁷Harvey (1989), na obra *Condição pós-moderna*, explora os aspectos de mudança nos modos de produção, na arquitetura e urbanismo e nas artes para definir esse movimento de mudança como a "continuidade da condição de fragmentação, efemeridade, descontinuidade e mudança caótica no pensamento" (p. 49), ressaltando também que a "maioria dos pensadores pós-modernos está fascinada pelas novas possibilidades de informação e de produção, de análise e transferência de conhecimento" (p. 53). Daí que essa condição pós-moderna, ao trazer em seu bojo a transição do fordismo para a acumulação flexível, implica novas formas organizacionais e tecnologias produtivas que buscam diminuir o tempo de giro do capital em muitos setores de produção, com sistemas aperfeiçoados de comunicação e fluxos de informações a possibilitar a rápida circulação de mercadorias no espaço, além da crescente mobilidade geográfica do capital em deslocalizações e realocações industriais, criando a aparente impressão de "encurtamento das distâncias físicas", a compressão do espaço pelo tempo, diante da também aparente homogeneização cultural do mundo pelos sistemas de comunicação e da "indústria produtora de imagens" (produções televisivas, marketing direto, mídia em geral).

⁸Como a multiterritorialização ou multiterritorialidade do Estado, em seus níveis político-administrativos, e das empresas globais ou multinacionais, com suas redes de filiais, fornecedores, distribuidores e contratantes em diversos lugares interconectados.

Marcos A. Saquet: a multidimensionalidade

Marcos Aurélio Saquet, professor e pesquisador da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), de Francisco Beltrão, e docente do Programa de Pós-graduação em Geografia da Unesp-Presidente Prudente, é também um dos "grandes desbravadores" da epistemologia do território na Geografia brasileira atual e isso aparece em diversos de seus artigos e produções (51 artigos, 24 livros publicados, organizados e/ou edição e 33 capítulos de livros) (SAQUET, 2006, 2007b, 2010, 2011b). Buscando visualizar as relações de poder e de apropriação espaciais (que formam os territórios) na colonização italiana no Rio Grande do Sul, na agricultura familiar e nos movimentos campo-cidade no sudoeste paranaense, Marcos Saquet vai reunir esse corpo de conhecimento adquirido e juntar a outras influências advindas com sua pesquisa de pós-doutoramento na Itália, na Universidade Politécnica de Turim (sob supervisão do geógrafo Giuseppe Dematteis), lançando *Abordagens e concepções de território*, sua grande obra de síntese teórica.

Saquet (2007a) define o território pelas relações de poder que ele enseja, tanto em termos de materialidades quanto imaterialidades. Seriam "relações de poder que estão nas famílias, nas universidades, no Estado e nas suas diferentes e complementares instâncias, nas fábricas, na Igreja, enfim, em nossa vida cotidiana" (SAQUET, 2007a, p. 25). O autor busca, em sua proposta de abordagem territorial, de inspiração marxista não ortodoxa, articular as dimensões sociais do território com a natureza exterior ao homem (processo histórico e das escalas espaciais), perfazendo uma ampla retrospectiva bibliográfica sobre o conceito (imbricado na análise das relações de poder), tanto na Geografia brasileira quanto em fontes estrangeiras para entender o quadro histórico de constituição de noções como territorialidades, des(re)territorialização e desenvolvimento no/do território.

O conceito de território deve ser analisado em suas dimensões sociais (expressas nas territorialidades), como a economia (E), a política (P), a cultura (C) e relações do homem em sociedade com sua natureza exterior (N), reconhecendo a importância do tempo histórico, da coexistência espacial (multiescalaridade) e as continuidades e descontinuidades definidas pelas redes, relações de poder e identidades.

Posto isso, o autor propõe uma abordagem simultaneamente material e imaterial do território (integradora), pois na "territorialização há localização, formas espaciais, relações e interações, fluxos e redes, movimento (...), por sujeitos diversos, interesses, necessidades, escalas e lugares" (SAQUET, 2007a, p. 160). O autor conclui que

(...) a territorialização é (i)material, com aspectos ligados ao movimento de reprodução da sociedade

e da natureza e com elementos específicos de cada lugar, grupo social, etnia, período, momento. Há uma (i)materialidade das formas e relações sociais: uma está na outra; as obras estão nos conteúdos, nas territorialidades e estas nas obras; não consigo imaginar que existam formas sem relações e relações sem formas. A (i)materialidade ocorre na relação E-P-C-N, no território, na territorialidade. (SAQUET, 2007a, p. 160-161)

Considerações finais: para não concluir

O presente artigo propôs uma análise de algumas das contribuições realizadas pela Geografia brasileira acerca do conceito de "território", com base em uma revisão bibliográfica e em um estudo de gênero teórico-epistemológico. Este trabalho buscou caracterizar algumas das ideias e matrizes fundamentais daqueles que a partir dos anos 1970 e, sobretudo nos anos 1990, trouxeram o "território" novamente para o centro das discussões geográficas.

Desse modo, destacamos alguns personagens da Geografia brasileira para este estudo devido ao volume de contribuições e riqueza das análises que colocam o território em posição de "centralidade" epistemológica. É preciso pontuar que nos estudos territoriais consultados a conceitualização ganha novas dimensões além da perspectiva político-histórica, incorporando cada vez mais os fatores econômicos (produtivos e institucionais); e culturais (imateriais, simbólicos e ideológicos), que representam uma transição importante da concepção de território, como espaço fixo e material, para concepções que valorizam a pluralidade e multiescalaridades das formas de apropriação do espaço, considerando as territorialidades e dimensões relacionais.

As mudanças paradigmáticas da discussão brasileira sobre o "território" não são exclusivas de nossa forma de fazer "ciência", mas estimuladas pelos fatores externos da transição para um mundo pós-moderno e de economia capitalista mundializada, com impactos sobre as formas de apreensão de tempo e espaço, e também por características internas da própria ciência geográfica que passa a se comportar de forma mais eclética, com um diálogo menos ortodoxo entre concepções filosóficas de entendimento do ser e do seu ambiente (estruturalismo, marxismo, fenomenologia-humanística, teoria dos sistemas) (CLAVAL, 1999). Desse modo, quando Milton Santos anuncia em 1993 o "retorno do território", já existia um certo aprofundamento, em nível internacional e nacional, sobre as dimensões territoriais dos processos econômicos e políticos.

Mas havia ali um ponto de inflexão, que estimulou a revalorização da discussão e análise dos/sobre os conceitos geográficos e instigou investigações das relações de poder-uso-apropriação-produção no/do espaço, indo além do exclusivismo territorial

estatal. As dimensões contemporâneas da mobilidade, desenraizamento e desidentificação levaram criação de novas formas, menos institucionais e formais, de controle territorial, culminando com a emergência de análises sobre a des(re)territorialização (nas dimensões políticas, econômicas e culturais), as territorialidades culturais urbanas; as territorialidades flexíveis, cíclicas; os territórios em rede; os conflitos sociais e a territorialização dos movimentos sociais; as práticas de gestão e de territorialização do desenvolvimento nos âmbitos local e regional, entre outras vertentes hoje tidas como comuns.

Desse modo, reconhecemos na presente análise seus limites interpretativos pela necessidade de se escolher certos geógrafos e obras e, por certo, desprezando estudos e pesquisas de outras fontes e autores⁹. Sabendo-se que esse é o passo inicial de uma "longa e exaustiva incursão" pelos meandros da epistemologia e da história do pensamento da Geografia brasileira. Ao momento, conseguimos pontuar que a análise do território vem sofrendo transformações mais profundas desde os anos 1990, privilegiando-se cada vez mais a multidimensionalidade, multiescalaridade e as perspectivas relacional-dinâmica do conceito, afetado que foi em seu cerne pela dita "crise da modernidade" e as metateorias assentadas nas teses da integração total (tecnológica, comunicacional e econômico-comercial) do globo e o "fim das fronteiras".

Tanto no Brasil quanto no exterior, a busca pela diferenciação e pela diversidade espacial de lugares e regiões fez religar a lanterna que iluminava o "território", e a ampliação do debate geográfico para os campos das filosofias e ciências afins fecundou o "retorno do território" na centralidade do debate, vendo-se que todo espaço apropriado, usado, controlado, vivido, representado e produzido é assim definido por e a partir de relações de poder, e que a autonomia, a soberania

e o desenvolvimento não são somente desígnios do Estado (ou mesmo das grandes corporações nacionais e globais), mas também dos grupos sociais, movimentos, comunidades e indivíduos cuja luta pelo "direito" ao território nem sempre ocorre pelas vias convencionais, pelas armas e estratégias tradicionais. São outras vias, são outros territórios e territorialidades, e a Geografia brasileira tem perseguido essas trilhas.

⁹É possível destacar as valiosas contribuições para a discussão territorial de outros geógrafos brasileiros não colocados com tanta ênfase no texto, como Eliseu Savério Sposito, docente da Unesp de Presidente Prudente, que tem contribuição com a teoria do território e de outros conceitos/categorias geográficas e aplicado esse arcabouço em estudos e orientações variadas. Destacamos aqui sua caracterização sobre "território" no plano do método e dos conceitos na obra Geografia e filosofia, de 2004, e também o capítulo de livro "A metamorfose do território em região: o devir e o atraso como referências do discurso", em co-autoria com Ana Cláudia Dundes (In: PEREIRA, Sílvia Regina; COSTA, Benhur Pinós da; SOUZA, Edson Belo Clemente de (orgs.), Teorias e práticas territoriais: análises espaço-temporais. São Paulo: Expressão Popular, 2010, v. 1, p. 117-145). Bernardo Mançano Fernandes, também docente da Unesp de Presidente Prudente, coordenador do grupo acadêmico NERA (Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos sobre Reforma Agrária), é um geógrafo que desde há muitos anos se dedica aos estudos sobre a territorialização do campesinato, conflitos territoriais e os movimentos sociais de luta pela terra, com produções que vão desde a obra MST: formação e territorialização, de 1996, baseada em sua tese de doutorado na USP, até produções mais recentes pensando em um teoria sobre o Território baseada nas lutas pela terra (questão agrária), como o texto "Por uma tipologia de territórios" contida na coletânea Território e territorialidades: teorias processos e conflitos, organizada por Eliseu Sposito e Marcos Saquet (SP: Expressão Popular, 2009). Aldomar A. Ruckert, docente da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e coordenador do Laboratório Estado e Território (LABETER), é outro geógrafo que tem dedicado suas pesquisas às dimensões e aos usos do território nas regiões de fronteira e nos processos de integração regional, além de ter se destacado na análise e na proposta de uma Política Nacional de Ordenamento Territorial (PNOT). Dentre suas várias contribuições, destacamos os artigos "Reforma do Estado, reestruturações territoriais, desenvolvimento e novas territorialidades" (Geosp, São Paulo, v. 17, p. 79-94, 2005), e "A Política Nacional de Ordenamento Territorial" (Scripta Nova, Barcelona, v. 11, p. 1-20, 2007).

Referências

- ADAS, Sérgio. (2006) *O campo do geógrafo: colonização e agricultura na obra de Orlando Valverde (1917-1964)* – Vol. I. Tese (Doutorado), Programa de Pós-graduação em Geografia, USP, 481 f.
- ANDRADE, Manuel C. (2004) *A questão do território no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Hucitec.
- _____. (2002) Territorialidades, desterritorialidades, novas territorialidades: os limites do poder nacional e do poder local. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria A. A.; SILVEIRA, Maria L. *Território: globalização e fragmentação*. 5. ed. São Paulo: Hucitec/Anpur, p. 213-220.
- ANDRADE, Manuel C.; ANDRADE, Sandra, M. C. (2003) *A federação brasileira: uma análise geopolítica e geossocial*. São Paulo: Contexto (Série Pensando a Geografia).
- ARROYO, Mônica. (2004) Território, Mercado e Estado: uma convergência histórica. *Geographia*, UFF, ano, n. 12, p. 49-66.
- BECKER, Bertha K. (2010) Novas territorialidades na Amazônia: desafio às políticas públicas. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, Cienc. Hum., Belém, v. 5, n. 1, p. 17-23, jan.- abr.
- _____. (1983) O uso político do território: questões a partir de uma visão do Terceiro Mundo. In: BECKER, Bertha K. et al. *Abordagens políticas da espacialidade*. Rio de Janeiro: UFRJ.
- _____. (1988) A geografia e o resgate da geopolítica. *Revista Brasileira de Geografia*, IBGE, v. 2, n. 1, p. 99-125.
- _____. (1995) A geopolítica na virada do milênio: logística e desenvolvimento sustentável. In: CASTRO, Iná E. et al. *Geografia: Conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 271-308.
- BECKER, Bertha K.; EGLER, Cláudio A. G. (1993) *Brasil: uma nova potência regional na economia-mundo*. RJ: Bertrand Brasil.
- BORDREUIL, Jean S., e Ostrowetsky, Sylvia. (1979) Pour une réévaluation de la puissance sociale des dispositifs spatiaux. *Espaces et Sociétés*, v. 28-29, p. 3-8.
- CATAIA, Márcio. (2011) Território político: fundamento e fundação do Estado. *Sociedade e natureza*, Uberlândia, UFU, v. 23, n. 1, p. 115-125, abr.
- CLAVAL, Paul. (1999) O território na transição da pós-modernidade. *Geographia*, Niterói, UFF, ano 1, n. 2.
- COSTA, Wanderley M. (2008) *Geografia política e geopolítica*. 2. ed. São Paulo: Edusp.
- _____. (1988) *O Estado e as Políticas territoriais no Brasil*. SP: Contexto.
- COSTA, Benhur P. (2007) *Por uma geografia do cotidiano: território, cultura e homoerotismo na cidade*. Tese (doutorado), Porto Alegre, UFRGS, Programa de Pós-graduação em Geografia, dez, 360 f.
- COSTA, Benhur P.; HEIDRICH, Álvaro L. (2007) Além da sociedade – os dramas e os conflitos do espaço social: o exemplo das microterritorializações homoeróticas. *Anais do IX Colóquio Internacional de Geocrítica*, Porto Alegre, UFRGS, 28 de maio a 1 de junho.
- DEMATTEIS, Giuseppe. (2006) En la encrucijada de la territorialidad urbana. *Bitacora-Urbano/Territorial*, v. 10, n. 1, p. 53-63.
- EGLER, Cláudio A. G. (2003) Questão regional e gestão do território no Brasil. In: CASTRO, Iná E. et al. *Geografia: Conceitos e temas*. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 207-238.
- FERNANDES, Bernardo M. (2009) Sobre a tipologia de territórios. In: SAQUET, Marcos A.; SPOSITO, Eliseu S. *Território e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão popular, p. 197-216.
- _____. (2008) Entrando nos territórios do território. In: FERNANDES, Bernardo M. *Campesinato e territórios em disputa*. São Paulo: Expressão Popular, p. 273-302.
- _____. (2005) Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuições teóricas para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. *Revista NERA*, Presidente Prudente, Unesp, ano 8, n. 6, jan./jun.
- FOUCAULT Michel. (1979) *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal.
- _____. (2004) *Sécurité, territoire, population. Cours au Collège de France (1977-1978)*. Paris: Gallimard/Seuil.

- FUINI, Lucas L.; PIRES, Elson L. (2009) As dimensões da governança territorial: delineamento preliminar de aspectos teóricos e morfológicos. In: SAQUET, Marcos A.; SPOSITO, Eliseu S. *Território e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão popular, p. 291-314.
- GOTTMAN, Jean. (2012) A evolução do conceito de território. *Boletim Campineiro de Geografia, AGB-Campinas*, v. 2, n. 3, p. 523-545.
- GUATTARI, Félix; ROLNIK, Raquel. (1996) *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes.
- HAESBAERT, Rogério. (2006) *O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- _____. (2003) A desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, Iná E. et al. *Geografia: Conceitos e temas*. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 165-206.
- _____. (2010) Territórios, insegurança e risco em tempos de contenção territorial. In: PÓVOA NETO, H.; FERREIRA, A.; VAINER, C.; SANTOS, M. (orgs.) *A experiência migrante: entre deslocamentos e reconstruções*. Rio de Janeiro: Garamond, p. 537-557.
- _____. (2007) Território e multiterritorialidade: um debate. *Geographia, Niterói, UFF*, Ano 9, n. 17, 19-46.
- HAESBAERT, Rogério; BRUCE, Glauco. (2009) A desterritorialização na obra de Deleuze e Guattari. *Geographia, Niterói, UFF*.
- HAESBAERT, Rogério; RAMOS, Tatiana T. (2004) O mito da desterritorialização econômica. *Geographia, UFF*, ano 6, n. 12, p. 25-48.
- HAESBAERT, Rogério; LIMONAD, Ester. (2007) O território em tempos de globalização. Etc.: *Espaço, Tempo e Crítica, Niterói, UFF*, v. 1, n. 2, p. 39-52, ago.
- HARVEY, David. (1989) *Condição Pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. São Paulo: Loyola.
- JAPIASSU, Hilton; MARCONDES, Danilo. (2001) *Dicionário básico de filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- MORAES, Antonio C. R. (2005) *Ideologias geográficas: espaço, cultura e política no Brasil*. 5. ed. SP: Annablume.
- _____. (2002) *Território e história no Brasil*. São Paulo: Hucitec/Anna Blume.
- _____. (2000) *Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no "longo" século XVI*. São Paulo: Hucitec.
- _____. (2005) Ordenamento territorial: uma conceituação para o planejamento estratégico. In: MELLO, N. A. de; OLIVEIRA Jr., R. (orgs.) *Para pensar uma política nacional de ordenamento territorial*. Brasília: IICA-Ministério da Integração Nacional, p. 43-48.
- MORAES, Antônio C. R.; COSTA, Wanderley M. (1984) *Geografia crítica: a valorização do espaço*. São Paulo: Hucitec.
- PEREIRA, Silvia Regina; COSTA, Benhur Pinós da; SOUZA, Edson Belo Clemente de. (orgs.) *Teorias e práticas territoriais: análises espaço-temporais*. São Paulo: Expressão Popular.
- PICINATTO, A.; SPIER, G; LIMA, I.; GERMANI, R. (2009) Território na abordagem geográfica de Bertha Becker. In: SAQUET, M.; SOUZA, E. (orgs.) *Leituras do conceito de território e de processos espaciais*. São Paulo: Expressão Popular, p. 67-77.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. (1993) Geografia política e desenvolvimento sustentável. *Terra Livre, São Paulo, AGB*, n. 11-12, p. 9-76, ago/1992-ago/1993.
- _____. (2006) A reinvenção dos territórios: a experiência latino-americana e caribenha. In: CECEÑA, Ana E. *Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado*. Buenos Aires, Clacso, p. 151-197.
- _____. Da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades (2002). In: CECEÑA, Ana E.; SADER, Emir. (org.) *La guerra infinita: hegemonía y terror mundial*. Buenos Aires: Clacso, p. 217-256.
- PORTO-GONÇALVES, C. W.; QUENTAL, Pedro A. (2012) Colonialidade do poder e os desafios da integração regional na América Latina. *Pólis-Revista Latino-Americana*, n. 31, p. 2-28.
- QUIJANO, Anibal. (2000) Colonialidad del Poder, Eurocentrismo y América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.) *La Colonialidad del Saber – eurocentrismo y ciencias sociales: perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO/UNESCO.

- RAFFESTIN, Claude. (1993) *Por uma Geografia do poder*. São Paulo: Ática.
- _____. (2009) A produção das estruturas territoriais e sua representação. In: SAQUET, Marcos A.; SPOSITO, Eliseu S. *Território e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão popular, p. 17-36.
- RATZEL, Friedrich. (2011) A relação entre o solo e o Estado (Cap. I). Texto traduzido. *Geosp*, n. 29, p. 51-59.
- SACK, R. (1986) *Human territoriality: Its theory and history*. Cambridge: Cambridge University Press.
- SANTOS, M. (1992) *Espaço e método*. São Paulo: Hucitec.
- _____. (1996) *A natureza do espaço: Técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec.
- _____. (2003) *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. São Paulo/Rio de Janeiro: Record.
- _____. (2002) O retorno do território. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria A. A.; SILVEIRA, Maria L. *Território: globalização e fragmentação*. 5. ed. São Paulo: Hucitec/Anpur.
- _____. (2002) *Por uma Geografia nova: da crítica da Geografia a uma Geografia crítica*. São Paulo: Edusp.
- SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. (2010) *O Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 10. ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Record.
- SAQUET, M. A. (2007a) *Abordagens e concepções de território*. São Paulo: Expressão Popular.
- SAQUET, M. A. (2007b) As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i)materialidade. *Geosul*, Programa de pós-graduação em Geografia, UFSC, v. 22, n. 43, p. 55-76, jan.-jun.
- _____. (2009) Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, Marcos A.; SPOSITO, Eliseu S. *Território e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão popular, p. 73-94.
- _____. (2010) Contribuições para o entendimento da obra de Manuel Correia de Andrade: Geografia, região, espaço e território. *GeoUERJ*, ano 12, n. 21, v. 2, 2º Sem.
- _____. (2006) Proposições para estudos territoriais. *Geographia*, Niterói, UFF, ano 8, n. 15.
- _____. (2007) As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i)materialidade. *Geosul*, Florianópolis, UFSC, v. 22, n. 43, p. 55-76, jan./jun.
- _____. (2010) Contribuições para a obra de Manuel Correia de Andrade: Geografia, região, espaço e território. *GeoUERJ*, Ano 12, n. 21, v. 2, 2º semestre.
- _____. (2011a) O desenvolvimento numa perspectiva territorial, multidimensional e democrática. *Resgate*, Campinas, Unicamp, vol. XIX, n. 21, p. 5-15, jan./jun.
- _____. (2011b) Abordagens e concepções de território e territorialidade. *Revista Geográfica da América Central* (Número especial EGAL), ISBN 2115-2563, p. 1-15.
- SAQUET, Marcos A.; SILVA, Sueli S. da. (2008) Milton Santos: concepções de geografia, espaço e território. *GeoUERJ*, Rio de Janeiro, UERJ, n. 10, v. 2, n. 18, p. 24-42, 2º semestre.
- SAQUET, Marcos A.; CICHOSKI, Pâmela. (2012) Considerações sobre a concepção de Geografia, espaço e território na obra de Bertha Becker. *Anais do 21º Encontro Nacional de Reforma Agrária, Uberlândia, UFU*, 15 a 19 de outubro.
- SILVEIRA, Maria Laura. (2011) Território usado: dinâmicas de especialização, dinâmicas de diversidade. *Ciência Geográfica*, Bauru, AGB, v. 15, n. 1, p. 4-12, jan./dez.
- SOUZA, Marcelo L. (2013) *Os conceitos fundamentais da pesquisa socioespacial*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- _____. (2009) Território da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: SAQUET, Marcos A.; SPOSITO, Eliseu S. *Território e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão popular, p. 57-72.
- _____. (1995) O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná E. et al. *Geografia: Conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 77-116.
- _____. (1989) O bairro contemporâneo: ensaio de abordagem política. *Revista Brasileira de Geografia*, v. 51, n. 2, p. 139-172.

SPOSITO, Eliseu S. (2004) *Geografia e Filosofia: contribuições para o ensino do pensamento geográfico*. São Paulo: Edunesp.

SPOSITO, Eliseu S.; DUNDES, Ana C. (2010) A metamorfose do território em região: o devir e o atraso como referências do discurso. In: PEREIRA, Silvia Regina; COSTA, Benhur Pinós da; SOUZA, Edson B. Clemente de. (orgs.) *Teorias e práticas territoriais: análises espaço-temporais*. São Paulo: Expressão Popular, p. 117-145.

VALVERDE, Orlando. (1967) Geografia da pecuária no Brasil. *Finisterra – Revista Portuguesa de Geografia*, v. 2, n. 4, p. 244-261.

CONCEITOS GEOGRÁFICOS NA GESTÃO DAS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO BRASILEIRAS

Lilian Vieira Miranda Garcia*

Universidade Estadual de Ponta Grossa

Jasmine Cardozo Moreira**

Universidade Estadual de Ponta Grossa

Robert C. Burns***

Universidade West Virginia

Resumo: No Brasil a criação de Unidades de Conservação é a mais importante ação do governo em prol da proteção da biodiversidade. No entanto, a constituição de espaços protegidos gera inúmeros conflitos. Assim, o presente artigo tem como objetivo principal analisar como conceitos da geografia se inserem nas discussões sobre a gestão das Unidades de Conservação brasileiras. Para tal o texto parte do histórico de criação das Unidades de Conservação, identificando aspectos preservacionistas e conservacionistas, e mais tardiamente a incorporação das questões referentes à proteção aos modos de vida das populações tradicionais, discutidos à luz das categorias geográficas: território, paisagem e lugar. O trabalho aborda ocorrência de conflitos em função de sobreposição de territorialidades, as dificuldades de consolidação do patrimônio natural por parte da sociedade e o restabelecimento da relação de pertencimento pelas Unidades de Conservação através da visitação e da interpretação ambiental.

Palavras-chave: Unidades de Conservação. Gestão. Parques. Conceitos geográficos

GEOGRAPHICAL CONCEPTS IN THE MANAGEMENT OF BRAZILIAN CONSERVATION UNITS

Abstract: In Brazil, the creation of Protected Areas is the most important government action for biodiversity protection. However the creation of protected areas can generate many conflicts. This article aims to analyze how geography concepts fall in the discussion on the management of the Brazilian Protected Areas. The manuscript will discuss the history of the creation of protected areas, including preservationist and conservationist aspects, as well as the protection of livelihoods of traditional peoples. We will also focus on a discussion of geographical categories, including land, landscape and place. This discussion focuses on the occurrence of conflicts in land ownership and uses, and the difficulties in developing conservation units. Finally, we will examine the natural heritage and restoration of the settings through environmental interpretation.

Keywords: Protected Area. Management. Parks. Geographical concepts.

CONCEPTOS GEOGRÁFICOS EN LA GESTIÓN DE LAS UNIDADES DE CONSERVACIÓN BRASILEÑAS

Resumen: En Brasil la creación de Unidades de Conservación es la más importante acción del gobierno en favor de la protección de la biodiversidad. Sin embargo, la constitución de espacios protegidos genera numerosos conflictos. Así, el presente artículo tiene como objetivo principal analizar cómo los conceptos de la geografía pueden ser insertados en las discusiones sobre la gestión de las Unidades de Conservación brasileñas. Para esto, el texto empieza con el histórico de creación de las Unidades de Conservación, identificando aspectos preservacionistas y conservacionistas, sigue con la incorporación de las cuestiones referentes a la protección de los modos de vida de las poblaciones tradicionales, discutidos a la luz de las categorías geográficas: territorio, paisaje y lugar. Este artículo aborda la ocurrencia de conflictos en función de superposición de territorialidades, las dificultades de consolidación del patrimonio natural por parte de la sociedad y el restablecimiento de la relación de pertenencia por las Unidades de Conservación a través de la visita turística y la interpretación ambiental.

Palabras clave: Unidades de Conservación. Gestión. Parques. Conceptos geográficos.

*Analista ambiental do ICMBio, mestre em Gestão do Território da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Endereço profissional: Rua Jayme Pinto Rosas, n. 81, Ponta Grossa/PR. E-mail: lilian.miranda@icmbio.gov.br

**Turismóloga, professora do Departamento de Turismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Endereço profissional: Praça Campos Andrade, n. 1, Ponta Grossa/PR. E-mail: jasmine@uepg.br

***Professor da Divisão de Florestas e Recursos Naturais da West Virginia University. Endereço profissional: WVU: 6125 Percival Hall, Morgantown WV 26501. E-mail: robert.burns@mail.wvu.edu

Introdução

As Unidades de Conservação são áreas especialmente protegidas com objetivo de conservação da natureza (BRASIL, 2000). Geralmente utilizada equivocadamente como sinônimo de área protegida, conceito este mais amplo que inclui terras indígenas e terras ocupadas por remanescentes quilombolas, além de áreas particulares como Áreas de Preservação Permanentes e Reserva Legal, as Unidades de Conservação compõem o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), lei que organiza e normatiza a criação, a implementação e a gestão de tais territórios protegidos (MEDEIROS, 2006).

Atualmente a criação de Unidades de Conservação é a ação governamental mais efetiva para a conservação da natureza, sendo estratégia adotada pelo Brasil para contrapor as perdas de biodiversidade que avançam em ritmo acelerado nas últimas décadas (MMA, 2007).

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação é o instrumento que não apenas absorveu de uma única vez parte das áreas protegidas prevista pela legislação brasileira, como abriu espaço para que novas categorias fossem criadas ou incorporadas a partir de experiências originais desenvolvidas no País. Assim, o sistema possibilita diversos níveis de uso e intervenção em suas doze categorias de manejo (MEDEIROS, 2006). Dentre tais categorias, os parques, mesmo não sendo os únicos com a possibilidade de explorar a visitação, têm papel central na aproximação entre a sociedade e a área protegida através do uso público.

Na gestão das Unidades de Conservação, principalmente no caso dos parques, três conceitos geográficos devem ser amplamente discutidos: território, com suas relações de poder e simbolismo, além da territorialidade, muito presente nos conflitos referente às Unidades de Conservação; paisagem, caracterizada pela transtemporalidade; e lugar, evidenciando a importância do sentimento de pertencimento àquela área protegida.

Assim, o presente artigo objetiva analisar como conceitos da geografia se inserem nas discussões sobre a gestão das Unidades de Conservação brasileiras. Inicialmente é apresentado um breve relato referente ao histórico de criação de Unidades de Conservação no Brasil, culminando no Sistema Nacional de Unidades de Conservação. E em um segundo momento é discutido o papel da geografia, através de algumas de suas categorias de análise: território, paisagem e lugar, frente à gestão das Unidades de Conservação.

Unidades de Conservação brasileiras: principal estratégia de conservação da natureza

Um dos grandes problemas ambientais da atualidade é a perda de biodiversidade, consequência, principalmente, da fragmentação de ambientes. Os prejuízos com essa situação vão além das questões ecológicas, acarretando perdas tanto de ordem econômica quanto social, pois comprometem a sustentabilidade do meio ambiente, o equilíbrio ecológico e a disponibilidade de recursos naturais, além de impossibilitarem o uso comum e coletivo dos recursos naturais (ROCHA et al., 2006).

Dentre as estratégias conhecidas para a conservação de ambientes naturais, nenhuma é mais simples em sua concepção do que o estabelecimento de áreas protegidas. No Brasil a criação de Unidades de Conservação é a mais importante ação do governo em prol da proteção da biodiversidade (MMA, 2007). Além da manutenção de áreas de forma menos alterada possível, as Unidades de Conservação contribuem para a continuidade da evolução natural das espécies.

Ademais, as Unidades de Conservação cumprem outras funções através da conservação dos processos ecológicos cujos benefícios são usufruídos por grande parte da população brasileira sem que se dê conta disso. Por exemplo: 80% das águas utilizadas por hidrelétricas brasileiras têm pelo menos um tributário à jusante de Unidade de Conservação; 9% da água utilizada para consumo humano é captada no interior de tais áreas protegidas; a criação e a manutenção das Unidades de Conservação impedem a emissão de 2,9 milhões de toneladas de carbono, o que equivale a, aproximadamente, 96 bilhões de reais por ano, em uma estimativa conservadora; o uso público, considerando apenas os 18 parques nacionais com controle de visitantes, produz impactos econômicos locais de R\$ 459.310.828,96 em um cenário conservador; além da produção madeireira, não madeireira, fármacos, estabilização de encostas e conservação de mata ciliar e suas consequências, dentre outros (MEDEIROS; YOUNG, 2011).

Para uma análise mais aprofundada das questões referentes à gestão em Unidades de Conservação, é preciso compreender o histórico de criação desses territórios e suas influências. No cerne desta temática identificam-se claramente duas linhas de gestão territorial: a preservacionista e a conservacionista – duas visões norte-americanas sobre proteção do meio natural, adotadas pelo Brasil. A primeira objetiva garantir a mínima intervenção humana, transformando tais áreas em “ilhas isoladas da realidade econômica e social” (PIMENTEL; MAGRO, 2011). O preservacionismo pretende proteger a natureza contra o desenvolvimento

moderno, industrial e urbano, tendo apoio científico na teoria da evolução de Darwin. Já a segunda corrente entende que os recursos naturais devem ser utilizados pela lógica do uso racional. Pinchot, criador da proposta, defendia três princípios: uso dos recursos pelas gerações presentes, prevenção de desperdício e uso dos recursos para benefício da maioria dos cidadãos. A linha conservacionista foi precursora do conceito de desenvolvimento sustentável (DIEGUES, 2004).

Segundo Castro Jr, Coutinho e Freitas (2009), esta estrutura dicotômica de gestão foi reproduzida em inúmeros países como Canadá, Nova Zelândia, Austrália, África do Sul, Chile, Brasil, entre outros. Já na Europa a estratégia de proteção estava voltada para regras específicas de uso do solo. Mesmo tendo criado seu primeiro parque em 1909, na Suíça, a maioria dos países europeus só regulamentou áreas protegidas após a década de 1960.

No Brasil, influenciado pela regulamentação do Parque Nacional Yellowstone em 1872, o engenheiro André Rebouças já lutava pela criação dos Parques Nacionais (Parnas) da Ilha do Bananal e Sete Quedas, porém sem sucesso (TAKAHASHI, 1998). A primeira Unidade de Conservação brasileira foi decretada somente em 1937: o Parque Nacional de Itatiaia, criado através da transformação de uma Estação Biológica do Jardim Botânico do Rio de Janeiro datada de 1929, esta concebida após tentativa malsucedida de desenvolvimento de dois núcleos coloniais do Ministério da Agricultura (IBDF, 1982).

Em 1939, seguindo o histórico de criação de Unidades de Conservação no Brasil, foram decretados os Parnas Iguaçu e Serra dos Órgãos (MILANO, 1985). Reforçando a utilização do modelo norte-americano, em 1946, foi criada a primeira Unidade de Conservação de Uso Direto, a Floresta Nacional do Araripe-Apodí, no Ceará.

Para Castro Jr, Coutinho e Freitas (2009) o objetivo de constituição de Unidades de Conservação no Brasil era proteger áreas de impacto imediato, visto que foram criadas, inicialmente, na Mata Atlântica, bioma mais ameaçado naquela época. No entanto, segundo o próprio decreto de criação do Parque Nacional do Itatiaia, o objetivo principal da Unidade era a continuidade das atividades científicas já realizadas pelo Jardim Botânico do Rio de Janeiro, fomento do turismo na região e reserva de recursos naturais para gerações futuras.

O que fica claro, quando explorado o histórico de criação de Unidades de Conservação brasileiras, é que a constituição de Unidades de Conservação no Brasil promoveu e vem promovendo importantes conflitos territoriais, uma vez que a implantação de uma área

protegida se dá, e não tem como ser diferente, em áreas já ocupadas, seja por povos indígenas, populações tradicionais, pequenos ou grandes proprietários de terras

Considerando que, tendo sido alienados a particulares pequenos lotes de terras encravados nas que foram conservadas na posse e domínio pleno da União, torna-se imprescindível que tais lotes voltem a esse domínio, para que as terras ocupadas pelo Parque não sofram soluções de continuidade prejudiciais aos seus objetivos. (BRASIL, 1937, p. 2)

É importante salientar que, no início do século XX, a concepção de áreas protegidas já era um assunto global, discutido em congressos e reuniões internacionais. Assim, a preocupação inicial de preservação dos atributos cênicos e atividades de lazer, que tem justificativa da criação das primeiras Unidades de Conservação do mundo, foi reorientada em direção à conservação da biodiversidade. As primeiras UCs brasileiras foram criadas com base nesse pressuposto, entendimento que rege a legislação do País até os dias atuais (BADIALLI, 2004).

A partir da preocupação da União Internacional para Conservação da Natureza (IUCN), primeira organização ambiental do mundo, com a manutenção dos modos de vida das populações nativas residentes no interior de parques, surge uma nova perspectiva de gestão de Unidades de Conservação. A proteção aos meios de vida e à cultura das populações tradicionais, assegurando o uso sustentável dos recursos, torna-se preocupação de Estado (BRASIL, 2000).

Frente às três perspectivas abordadas anteriormente, conservacionismo, preservacionismo e a proteção aos modos de vida tradicionais, a Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), instituída no ano 2000, reúne e organiza as Unidades de Conservação brasileiras em categorias, cada uma com objetivos e níveis de uso específicos. Tal sistema é considerado um dos modelos mais sofisticados de conservação da natureza do mundo, pois sua concepção vai além da manutenção da biodiversidade, possibilitando vários usos do solo e dos recursos naturais (MMA, 2011).

Sua criação pode ser considerada importante estratégia de controle do território já que estabelece limites e dinâmicas de uso e ocupação específicos. Este controle e os critérios de uso que normalmente a elas se aplicam são frequentemente atribuídos em razão da valorização dos recursos naturais nelas existentes ou, ainda, pela necessidade de resguardar biomas, ecossistemas e espécies raras ou ameaçadas de extinção. (MEDEIROS, 2006, p. 1)

O SNUC está alicerçado na lei suprema brasileira, já que a criação de uma área com o objetivo de conservar a

biodiversidade é um dever do Estado para salvaguardar um direito da sociedade previsto na Constituição (BRASIL, 2013, p. 36):

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

Assim, considerando o histórico de criação de Unidades de Conservação no Brasil, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação é recente, porém a expansão dos ambientes protegidos é mais expressiva e consistente após o SNUC. Em termos gerais, a área total das Unidades de Conservação federais e estaduais criadas depois do ano 2000 mais que dobrou (MEDEIROS; YOUNG, 2011).

Para Burns e Moreira (2013) existem semelhanças no estágio da gestão das Unidades de Conservação brasileira em relação a alguns países da Europa. A Alemanha teve seu primeiro parque criado em 1970, e os objetivos de criação das Unidades são previstos para serem atingidos entre 20 e 30 anos. Em função disso, são considerados em estado de desenvolvimento. Diferente do sistema de áreas protegidas norte-americano, que apresenta quase 150 anos de experiência.

Atualmente o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO), gestor das Unidades de Conservação federais, é responsável por 326 Unidades de Conservação localizadas em todos os biomas brasileiros, sendo 72 parques nacionais, 23 deles na Mata Atlântica, como apresentado na Tabela 1.

TABELA 1:
Unidades de Conservação federais brasileiras classificadas por bioma e categoria de manejo.

Unidades de Conservação Federais									
	Mata Atlântica	Cerrado	Caatinga	Pampa	Pantanal	Amazônico	Marinho	Total	Área (ha)
ESEC	4	5	4	0	1	10	8	32	7.471.660
MONA	1	0	1	0	0	0	1	3	44.300
PARNA	23	13	7	0	1	19	9	72	25.506.556
RVS	4	1	0	0	0	1	2	8	269.177
REBIO	15	1	1	0	0	10	4	31	4.283.039
Total Proteção Integral	47	20	13	0	2	40	24	146	37.574.732
FLONA	21	6	6	0	0	34	0	67	17.684.818
RESEX	1	5	0	0	0	35	21	62	12.432.400
RDS	0	1	0	0	0	1	0	2	102.577
APA	5	9	3	1	0	3	12	33	10.530.084
ÁRIES	6	1	2	1	0	3	3	16	44.800
Total Uso sustentável	33	22	11	2	0	76	36	180	40.417.679
Total	80	42	24	2	2	116	60	326	77.992.411

Fonte: Baseado em MMA (2017).

No entanto, apenas um decreto de criação não é suficiente para a proteção dessas áreas (ARAUJO, 2012). “Daí a necessidade de aprimorar a gestão ou o manejo dessas Unidades para que possam cumprir a missão para a qual foram criadas” (ARAUJO; CABRAL; MARQUES, 2012, p. 191). O Sistema Nacional de Unidades de Conservação considera três itens como primordiais na

implementação efetiva de uma Unidade de Conservação: regularização fundiária, conselho consultivo e plano de manejo (BRASIL, 2013). Segundo dados do Relatório de Gestão do ICMBio de 2015, 49% das Unidades de Conservação federais apresentam plano de manejo concluído, enquanto 90% das Unidades, que contam com equipe gestora, possuem conselho (ICMBIO, 2016).

Como evidenciado anteriormente, uma das doze categorias estabelecidas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação são os parques, áreas protegidas que visam à preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, onde é possível realização de pesquisas científicas e desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico (BRASIL, 2000).

Caber salientar que turismo ecológico e ecoturismo não são sinônimos. Enquanto ecoturismo é conceituado como um segmento da atividade turística que utiliza de forma sustentável o patrimônio natural e cultural, incentivando sua conservação e buscando a formação de uma consciência ambiental através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas (EMBRATUR/IBAMA, 1994), turismo ecológico é uma atividade desenvolvida em áreas naturais onde seus consumidores buscam usufruir ao máximo da natureza, minimizando os impactos que possam causar, além de desenvolver uma consciência ecológica (FARIAS; CARNEIRO, 2001). Assim, os termos se diferem em função, principalmente, da preocupação com o bem-estar das populações envolvidas. Considerando que os parques são áreas públicas e como tal devem promover o desenvolvimento socioambiental da população entende-se que, mesmo estando explícito nos decretos de criação desta categoria de manejo de Unidades de Conservação o termo turismo ecológico, o conceito de ecoturismo é mais adequado para atividades de visitação no interior de parques.

No entanto, as atividades de visitação não são exclusividade dos parques, outras categorias de UC, como as Florestas Nacionais (Flonas), Reservas Extrativistas (Resex) e áreas de Proteção Ambiental (APAs) e outras também se utilizam do uso público para aproximar a sociedade do meio natural. Porém, em função da beleza c nica já inserida no objeto de sua criação, são os parques os grandes responsáveis pela visitação das Unidades de Conserva o brasileiras.

O conceito de uso público  , muitas vezes, utilizado como sin nimo de turismo em áreas naturais no interior de UC. O usuário das áreas destinadas ao uso público   intencionalmente chamado de visitante com o intuito de apresentar de antemão seu papel na atividade. Para Kinker (2002), embora a diferenç a não seja evidente, o termo visitante   imprescindível para que o usuário compreenda, desde o início, que ele está sujeito a condições, regras e parâmetros diferentes dos que se aplicam aos turistas tradicionais. Por outro lado, o termo visitante distancia pessoa e Unidade de Conserva o, aumentando a sensa o de intocabilidade da  rea.

O termo uso público pode ser definido como uma forma de utiliza o e aproveitamento das unidades de conserva o, por meio da visita o, independentemente da motiva o do visitante (contempla o, recrea o, esporte, observa o de aves, entre outros) ou do segmento do turismo em questão (ecoturismo, turismo de aventura, entre outros). (MMA, 2011, p. 64)

Porém, visita o em Unidades de Conserva o não   realizada, somente, por pessoas interessadas na beleza c nica do local. Pesquisadores, voluntários e grupos de educa o ambiental também utilizam as trilhas e os equipamentos facilitadores disponibilizados pelas Unidades (PARDINI, 2012). Dessa forma, independente da motiva o do usuário:

A utiliza o das Unidades de Conserva o pelo público   uma maneira de aproximar as pessoas da natureza enquanto gera renda para sua conserva o e para seus moradores e os do entorno. (NELSON, 2012, p. 217)

Assim, diante da configura o histórico-conceitual das Unidades de Conserva o brasileiras e da importância do fortalecimento do Sistema Nacional de Unidades de Conserva o para a conserva o da biodiversidade brasileira,   imprescindível compreender a organiza o do espaço geográfico constituído através da rela o homem-natureza, através dos conceitos que orientam a geografia.

Os conceitos da geografia aplicados   gestão das Unidades de Conserva o

A geografia se alicerça em cinco conceitos: território, lugar, paisagem, espaço e região (COSTA; ROCHA, 2010). Indiscutivelmente, três deles devem ser trazidos ao debate referente   gestão das Unidades de Conserva o: território, paisagem e lugar.

O conceito de território pressupõe a existência de rela o de poder (ELGER, 1995). Em uma concep o naturalista, dentre outras formas, as áreas protegidas podem ser entendidas como território, ou, de acordo com Haesbaert (2004), como território "natural"   avessas, uma vez que o homem se obrigou a reinventar a natureza através dos conceitos de ecologia, biosfera e meio ambiente, produzindo concretamente uma separa o entre espaços humanos e espaços naturais. Segundo o próprio autor, mesmo considerando uma concep o naturalista, tal território continuaria tendo caráter materialista.

A conserva o, quando considerada um uso do território, pode ser mobilizada por questões que vão além da ecologia, como áreas de reserva para futuro uso econômico, metas numéricas provenientes de acordos

internacionais ou como uso coletivo do território com intuito de reproduzir uma relação equilibrada da sociedade com o ambiente. Esta última é compreendida como, de fato, o grande objetivo de criação de uma área protegida que pode contribuir para desaceleração do uso dos recursos naturais.

Em uma concepção mais integradora, Haesbaert (2007) entende que o conceito de território não diz respeito, somente, ao tradicional poder político, de dominação, mas também ao poder no sentido mais simbólico de identidade e efetiva apropriação, ou seja, enquanto a dominação é mais concreta, funcional e vinculada ao valor de troca, o simbólico carrega marcas do vivido. Assim, o território manifesta-se em um sentido multiescalar e multidimensional. Assim a desterritorialização, como a reterritorialização, seriam etapas do processo de construção de múltiplos territórios, dinâmicos e sobrepostos.

Já a territorialidade é entendida como uma estratégia de um indivíduo ou grupo de afetar ou influenciar pessoas, fenômenos e relações através da delimitação e do controle sobre um determinado território (SACK, 1986). Coelho, Cunha e Monteiro (2009) esclarecem que o estabelecimento de unidades de conservação envolve, principalmente, territorialidade, já que a elaboração de regras e normas condiciona maior controle social, territorial e ambiental impostos à sociedade. No entanto se os territórios, entendidos como múltiplos, são uma construção dinâmica que inclui a vivência concomitante de diversos territórios, a multiplicidade de territorialidades age sobre ele (HAESBAERT, 2004). Assim, a criação de uma Unidade de Conservação é mais uma estratégia neste múltiplo território.

O que se percebe é que existe um abismo entre os "territórios especialmente protegidos", decretados pelo Estado, e a realidade multiterritorial encontrada pela gestão das Unidades de Conservação. A implantação de uma Unidade de Conservação é um processo lento, que passa pelo entendimento dos múltiplos atores que constituem esse território múltiplo de múltiplas territorialidades.

As paisagens conservadas pelas áreas protegidas não são estáticas. A paisagem tem traços herdados e é produto das relações entre homem e natureza com o passar dos tempos, mesmo antes da institucionalização dos territórios protegidos, independente de sua categoria de gestão. Para Santos (2006, p. 67) "paisagem se dá como um conjunto de objetos reais-concretos, e nesse sentido a paisagem é transtemporal, juntando objetos passados e presentes, uma construção transversal". Já na concepção de Bertrand (2004), paisagem não é, somente, a adição de elementos geográficos descombinados, é

o resultado da combinação dinâmica entre elementos físicos, biológicos e antrópicos. A relação entre todos esses elementos faz da paisagem um conjunto único em contínua construção.

No entanto, atualmente, o poder de modificação da paisagem é tão intenso que não permite, sequer, a consolidação do patrimônio natural através do sentimento de apropriação por parte da sociedade. Assim, a criação de um parque objetiva, dentre outros, frear a ação degradante na paisagem, a fim de destacar o elemento natural para o uso contemplativo e possibilitar o vínculo entre sociedade e ambiente natural.

A Unesco (1972, p. 2) entende patrimônio natural como:

Os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupos de tais formações com valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico; As formações geológicas e fisiográficas e as zonas estritamente delimitadas que constituem hábitat de espécies animais e vegetais ameaçadas, com valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação; Os locais de interesse naturais ou zonas naturais estritamente delimitadas, com valor universal excepcional do ponto de vista da ciência, da conservação ou da beleza natural.

Além das questões de representatividade, singularidade e valorização, o reconhecimento do que é patrimônio não se limita à chancela de organismos internacionais e/ou do Estado. Deve partir dos próprios atores que constroem o território considerando sua identidade com o meio natural (MOCHIUTTI, 2013).

Assim, a proteção do patrimônio natural compartilha das mesmas questões relacionadas aos parques, não somente por uma frequente sobreposição espacial, mas também pela falta de vínculo e identificação entre a sociedade e o meio natural. Esses dois sentimentos, portanto, são essenciais para a proteção de tais paisagens.

A consolidação do Sistema de Parques Americano é fruto do apoio da população à criação de áreas protegidas. Desde a Independência, o povo norte-americano substitui a falta de herança artística e literária, quando comparado à Europa, pelo orgulho das belezas naturais. Assim, os parques contribuíram para construção de uma identidade nacional, e a população, de fato, considera as paisagens naturais um patrimônio coletivo (ARAUJO, 2012).

A ideia de "conhecer para conservar" expressa o entendimento de que é possível obter benefícios na conservação através do uso das paisagens fomentando a apropriação dos espaços públicos protegidos pela sociedade.

Homem apaixonado pelo meio cria a alma do lugar [...]. O próprio planejamento que não reconhece essas dimensões todas (naquilo que é o seu campo) torna-se cúmplice da estetização dos lugares, isto é, da mesmice que vaga pelo território sem cara nem alma. (YÁZIGI, 2001, p. 45)

Essa perspectiva está diretamente vinculada ao conceito de lugar, “produto das relações humanas entre homem e natureza, tecido por relações sociais que se realizam no plano vivido” (CARLOS, 1999, p. 28), sendo este um dos pilares da geografia.

Para Tuan (1983), ícone da geografia humanista, espaço e lugar não podem ser pensados separadamente, uma vez que o lugar se constrói a partir da identificação e da experiência do indivíduo com o espaço. “Quando o espaço nos é inteiramente familiar, passa a ser lugar” (TUAN, 1983, p. 83). O mesmo autor, ainda, utiliza-se de um neologismo, *topofilia*, que consiste etimologicamente como topo: lugar e filia: sentimento positivo, para definir a relação afetiva entre homem e meio ambiente: “*Topofilia* é o elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou o ambiente físico. Difuso como conceito, vivido e concreto com experiência pessoal” (TUAN, 2012, p. 19).

Assim, a visitação em parques deve fomentar o sentimento de pertencimento àquela paisagem, considerando as áreas de uso público um subsistema, tendo como consequência a proteção do sistema como um todo, chegando, assim, ao objetivo principal da criação da área. Para tal, é preciso conhecer a dinâmica sociocultural e ambiental do local, presente e passada, bem como a percepção dos atores envolvidos nesse processo, sejam eles agentes modificadores da paisagem ou visitantes/turistas.

A fim de proporcionar visitação e conservação, os parques precisam buscar estimular o vínculo entre indivíduo e ambiente natural, com intuito de sensibilização da sociedade, através da educação ambiental, do desenvolvimento de práticas interpretativas e ações de voluntariado.

Para Moreira (2011) a educação ambiental deve ser vista como fonte de transformação, sendo utilizada na conscientização do uso racional dos recursos turísticos naturais.

Ecoturismo deve ser, também, uma ferramenta da Educação Ambiental, empregada no trabalho contínuo de sensibilização e conscientização das pessoas, a fim de que elas se sintam parte da natureza e se sintam responsáveis pela preservação do meio ambiente, na medida em que elas percebem que o mundo é sua casa e precisa ser protegido, para estas e para as próximas gerações. (FUNDAÇÃO FLORESTAL, 2010a, p. 38)

Já interpretação ambiental para o MMA (2006, p. 10) é “uma maneira de representar a linguagem da natureza, [...] de maneira que o visitante possa compreender e valorizar o ambiente e a cultura local”, sendo considerada uma das principais alternativas para envolver a sociedade e fortalecer a relação de pertencimento entre visitante e Unidade de Conservação. A interpretação ambiental é uma atividade educacional que trata de revelar significados e relações através do uso de objetos originais, pela experiência direta e por meios ilustrativos, e não simplesmente comunicar a informação atual (TILDEN, 1977), sendo assim ferramenta primordial das atividades de ecoturismo (EMBRATUR, 1994). Para Pagani et al. (1996):

A interpretação ambiental é uma técnica didática, flexível e moldável às mais diversas situações, que busca esclarecer os fenômenos da natureza para determinado público-alvo, em linguagem adequada e acessível, utilizando os mais variados meios auxiliares para tal. A interpretação procura promover neste público o sentimento de pertinência à natureza, através da sua transformação íntima em relação aos recursos naturais, da sua compreensão e de seu entendimento, na esperança de gerar seu interesse, sua consideração e seu respeito pela natureza e, conseqüentemente, pela vida.

Freeman Tilden, precursor da interpretação ambiental, estabeleceu seis princípios norteadores da interpretação ambiental (TILDEN, 1977):

I. A interpretação que não relaciona o que está sendo apresentado com alguma coisa da personalidade ou experiência do visitante não será fortuita.

II. Informação, simplesmente, não é interpretação. A interpretação é uma revelação baseada em informações. No entanto, toda interpretação inclui informação.

III. A interpretação é uma arte que combina muitas artes. Qualquer arte é, em certo grau, ensinável.

IV. O objetivo principal da interpretação não é uma instrução, mas uma provocação.

V. Interpretação deve ter como objetivo apresentar um todo em vez de uma parte, e deve dirigir-se ao homem como um todo.

VI. Interpretação dirigida às crianças não deve ser uma diluição da apresentação para adultos, mas deve seguir uma abordagem diferente.

No entanto, algumas formas de organização de espaços constroem lugares turísticos que não consideram a simbologia original do local, tornando-os sem identidade e, conseqüentemente, sendo sinônimo de não lugar (CARLOS, 1999). Esse fenômeno é característico de espaços turísticos que não fomentam a relação entre visitante e atrativo. Essa postura não é interessante, no

caso da visitação em Unidades de Conservação, uma vez que o objetivo dessas áreas é a conservação através da aproximação do indivíduo ao meio natural.

Indiscutivelmente o turismo é uma das atividades econômicas que mais cresce no mundo. Assim, de uma maneira geral, o que se constata atualmente são atrativos turísticos em áreas naturais sendo preparados para integrar o trade turístico, o que é justificável uma vez que o turismo é uma atividade que visa o lucro e segue os padrões do modelo capitalista. Segundo Falcão (1999, p. 65):

O turismo, qualificado como nova modalidade de turismo em massa [...] se expande com a produção de bens e serviços que se integram para o produto final. [...] O espaço, na dimensão do lugar, assume caráter de objeto de consumo e, como tal, (re)produzido e comercializado.

Assim, é evidente que a lógica capitalista seguida pelo turismo de massa não carece de reprodução no interior das Unidades de Conservação. Com isso, os parques brasileiros vivem em um conflito constante entre a ótica do turismo enquanto "atividade que produz espaço e consome espaço" (RODRIGUES, 1999) e a proteção da biodiversidade. É importante considerar essa dicotomia a fim de buscar o caminho intermediário. Este pode estar, justamente, na apropriação, por parte da sociedade, dos espaços protegidos através de atividades ecoturísticas.

O termo ecoturismo é largamente utilizado pela indústria do turismo para "vender" um produto paradisíaco, e rotineiramente sem qualquer preocupação com os impactos negativos gerados no ambiente e com os objetivos que o próprio conceito traz. Assim, Serrano (1997) avalia que o ecoturismo, considerando o conceito proposto pela Embratur (1994), é uma atividade alternativa à lógica do turismo de massa, tendo preocupação direta com o mínimo impacto.

A tendência que se vislumbra é o aumento da demanda de visitantes nas unidades de conservação, uma vez que a maioria das belezas naturais do País encontra-se no interior dos parques. O que reforça ainda mais a necessidade de ferramentas de planejamento e gestão do uso público que organizem a visitação e envolvam a população local (NELSON, 2012). Assim, cada vez mais se fazem necessárias a construção de objetivos claros para o uso público das UC e a elaboração de estudos acerca de impactos da visitação que subsidiem a gestão dessas áreas protegidas.

Nesse contexto, a geografia deve exercer seu papel de ciência integradora, já que o tema demanda trabalhos interdisciplinares que permitam diagnósticos completos de potencialidades e limitações, bem como

do monitoramento das atividades, beneficiando todos os atores envolvidos e a conservação da biodiversidade local (COSTA, 2008).

Considerações finais

No Brasil, a criação de uma Unidade de Conservação é a principal estratégia de Estado para conservar a biodiversidade e diminuir a aceleração da modificação da paisagem.

A criação do Sistema Nacional de Unidade de Conservação, no ano 2000, possibilitou organizar todas as regulamentações já existentes sobre Unidades de Conservação em uma única lei. O SNUC pretende consolidar a conservação da biodiversidade como um sistema, onde há espaço para áreas protegidas de uso mais restritivo, bem como áreas protegidas com objetivos de proteger a cultura dos povos tradicionais. No entanto, um simples decreto não garante que os objetivos da Unidade serão efetivamente alcançados.

Além disso, a definição da categoria de uma Unidade, muitas vezes, considera somente os conceitos naturalistas de território, sem contemplar o simbolismo existente naquele local, o que acirra os conflitos em função da sobreposição de territorialidades.

Por outro lado, a consolidação do patrimônio natural está cada vez mais difícil, uma vez que a modificação das paisagens naturais avança em ritmo acelerado que não possibilita a apropriação do meio natural pela sociedade. Diante disso, as Unidades de Conservação têm papel importante no restabelecimento da relação sustentável de lugar entre homem e o meio natural, e, conseqüentemente, de proporcionar à sociedade a apropriação de seu patrimônio, através da utilização de ferramentas como a interpretação, preferencialmente, dentro de um processo de educação ambiental.

Assim, a geografia, ciência que estuda as relações homem/natureza, tem muito a contribuir tanto na discussão sobre a gestão das Unidades de Conservação, trazendo a aplicação de seus conceitos norteadores, como na própria relação da sociedade com as áreas protegidas.

Referências

- ARAUJO, M. A. A. (2012) Unidades de Conservação: importância e história no mundo. In: NEXUS (org.). *Unidades de Conservação no Brasil: o caminho da gestão para resultados*. 1. ed. São Paulo: Rima Editora, cap. 1, p. 25-50.
- ARAUJO, M. A. A.; CABRAL, R. B.; MARQUES, C. P. (2012) Uma breve história sobre a gestão de Unidades de Conservação no Brasil. In: NEXUS (org.). *Unidades de Conservação no Brasil: o caminho da gestão para resultados*. 1. ed. São Paulo: Rima Editora, p. 191-204.
- BADIALLI, J. E. (2004) Unidades de Conservação e o turismo sustentável no Brasil. In: NELSON, S.; PEREIRA, E. M. *Ecoturismo: práticas para turismo sustentável*. 1. ed. Manaus: Editora Vale, p. 69-99.
- BRASIL. (1937) *Decreto Federal n. 1.713, de 14 de junho de 1937*. Criação do Parque Nacional do Itatiaia. Brasília: Presidência da República. 3 p.
- _____. (2000) *Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000*. Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC. Brasília: MMA. 56 p.
- _____. (2013a) *Constituição da República Federativa do Brasil*. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília: Senado Federal. 47 p.
- BERTRAND, G. (2004) Paisagem e geografia física global: esboço metodológico. *Revista Ra'eGa – O espaço geográfico em análise*, Curitiba, n. 8, p. 141-152.
- BURNS, R. C.; MOREIRA, J. C. (2013) Visitor Management in Brazil's Protected Areas: Benchmarking for Best Practices in Resource Management. *The George Wright Forum*. Vol. 30, n. 2, p. 163-170.
- CARLOS, A. F. (1999) O turismo e a produção do não lugar. In: YÁZIGI, E.; CRUZ, R. de C.; FERREIRA, L. *Turismo: espaço, paisagem e cultura*. 2. ed. São Paulo: Ucitec, p. 25-37.
- CASTRO JR, E. C.; COUTINHO, B. H.; FREITAS, L. E. (2009) Gestão da biodiversidade em áreas protegidas. In: GUERRA, A. J. T.; COELHO, M. C. N. *Unidades de Conservação: abordagem e características geográficas*. 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 296 p.
- COELHO, M. C. N.; CUNHA L. H.; MONTEIRO, M. A. (2009) Unidades de Conservação: populações, recursos e territórios: abordagens da geografia e da ecologia política. In: GUERRA, A. J. T.; COELHO, M. C. N. (orgs.). *Unidades de Conservação: abordagem e características geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 296 p.
- COSTA, N. M. C. (2008) Ecoturismo: abordagens e perspectivas geográficas. In: COSTA, N. M. C.; NEIMAN, Z.; COSTA, V. C. (orgs.). *Pelas trilhas do ecoturismo*. São Carlos: Editora Rima, p. 17-32.
- COSTA, F. R.; ROCHA, M. M. (2010) Geografia: conceitos e paradigmas – apontamentos preliminares. *Revista Geomæ*, Campo Mourão, vol. 1, n. 2, p. 25-56.
- DIEGUES, A. C. (2004) *O mito moderno da natureza intocada*. 4. ed. São Paulo: Hucitec. 168 p.
- EGLER, C. A. G. (1995) Questão regional e gestão do território no Brasil. In: CASTRO, I. E.; CORREA, R. L. (orgs.) *Geografia: conceitos e temas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, p. 207-238.
- EMBRATUR/IBAMA. (1994) *Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo*. Brasília: Embratur.
- FALCÃO, J. A. G. (1999) O turismo internacional e os mecanismos de circulação. In: YÁZIGI, E.; CRUZ, R. C.; FERREIRA, L. *Turismo: espaço, paisagem e cultura*. 2. ed. São Paulo: Ucitec, p. 63-74.
- FUNDAÇÃO FLORESTAL. (2010a) *Ecoturismo: Caderno de Educação Ambiental*. São Paulo: SMA. 43 p.
- FARIAS, D. S.; CARNEIRO, K. S. (2001) *Sustentabilidade ecológica no turismo*. Brasília: UnB. 95 p.
- HAESBAERT, R. (2004) *O mito da desterritorialização: do fim dos territórios à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 395 p.
- _____. (2007) Território e multiterritorialidade: um debate. *Geographia*. Ano IX, n. 17, p. 19-46.
- IBDF. (1982) *Plano de Manejo do Parque Nacional do Itatiaia*. Brasília: FBNC. 207 p.
- ICMBIO. (2016) *Relatório de Gestão de 2015*. Brasília: MMA. 117 p.
- KINKER, S. (2002) *Ecoturismo e conservação da natureza em parques nacionais*. 1. ed. São Paulo: Editora Papirus.

- MEDEIROS, R. (2006) Evolução das tipologias e categorias de áreas protegidas no Brasil. *Revista Ambiente & Sociedade*. Campinas, v. 9, n. 1, jan./jun, p. 41-64.
- MEDEIROS, R.; YOUNG, C. E. F. (2011) *Contribuição das unidades de conservação brasileiras para a economia nacional: Relatório Final*. Brasília: Unep/WCMC. 120 p.
- MILANO, M. S. (1985) Parques e reservas: uma análise da política brasileira de Unidades de Conservação. *Revista Floresta*, Curitiba, v. 15, n. 12, p. 4-9.
- MMA. (2007b) *Unidades de Conservação do Brasil: patrimônio do povo brasileiro esperança de um futuro para a humanidade*. Brasília: MMA. 76 p.
- _____. (2011) *Dez anos do Sistema Nacional de Unidades de Conservação: da natureza lições do passado, realizações presentes e perspectivas para o futuro*. Brasília: MMA. 171 p.
- _____. (2017) *Cadastro Nacional de Unidades de Conservação*. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/cadastro-nacional-de-ucs>>. Acessado em: 20 de fevereiro de 2018.
- _____. (2006) *Diretrizes para visitação em Unidades de Conservação*. Brasília: MMA. 61p.
- MOCHIUTTI, N. F. (2013) *O patrimônio geológico no desenvolvimento territorial em Tibagi, Paraná*. 237f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.
- MOREIRA, J. (2011) *Geoturismo e interpretação ambiental*. 1. ed. Ponta Grossa: Editora UEPG. 157 p.
- NELSON, S. P. (2012) Uso público nas Unidades de Conservação. In: WWF BRASIL; IPE – INSTITUTO DE PESQUISAS ECOLÓGICAS. *Gestão de Unidades de Conservação: compartilhando uma experiência de capacitação*. 1. ed. Brasília: WWF/Brasil, p. 215-237.
- PAGANI, F. et al. (1998) As trilhas interpretativas da natureza e o ecoturismo. In: VASCONCELOS, F. P. (org.). *Turismo e meio ambiente*. Fortaleza: Funece, p. 151-163.
- PARDINI, H. (2012) Desafios do uso público nas Unidades de Conservação brasileiras. In: NEXUS (org.) *Unidades de Conservação no Brasil: o caminho da gestão para resultados*. 1. ed. São Paulo: Rima Editora, p. 125-136.
- PIMENTEL, D. S.; MAGRO, T. C. (2011) Múltiplos olhares, muitas imagens: o manejo de parques com base na complexidade social. *Revista Geographia*, Rio de Janeiro, v. 13, n. 26, p. 92-113.
- ROCHA, C. F. D.; BERGALLO, H. G.; SLUYS, M. V.; ALVES, M. A. S. (2006) *Biologia da Conservação: essências*. São Carlos: RiMa. 582 p.
- RODRIGUES, A. M. (1999) A produção e o consumo do espaço para o turismo e a problemática ambiental. In: YÁZIGI, E.; CRUZ, R. de C.; FERREIRA, L. *Turismo: espaço, paisagem e cultura*. 2. ed. São Paulo: Ucitec, p. 25-37.
- SACK, R. (1986) *Human Territoriality, its theory and history*. Cambridge: Cambridge University Press. 272 p.
- SANTOS, R. F. (2000) *Apostila de Gerenciamento Ambiental*. Campinas: Unicamp. 193 p.
- SANTOS, M. (2006) *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: EDUSP. 260 p.
- SERRANO, C. (1997) Uma introdução à discussão sobre turismo, cultura e ambiente. In: SERRANO, C.; BRUHNS, H. T. (orgs.) *Viagens à natureza: turismo, cultura e ambiente*. Campinas/SP: Papyrus, p. 11-25.
- TAKAHASHI, L. (1998) *Caracterização dos visitantes, suas preferências e percepções e avaliação dos impactos da visitação pública em duas unidades de conservação do estado do Paraná*. 129f. Tese (Doutorado em Ciências Florestais) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba.
- TILDEN, F. (1977) *Interpreting our heritage*. University of North Carolina Press. 3. ed. 191 p.
- TUAN, Y. (1983) *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo: Difel. 250 p.
- _____. (2012) *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. Londrina: Eduel. 342 p.
- UNESCO. (1972) *Convenção para a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural*. Paris: Unesco. 16 p.
- YÁZIGI, E. (2001) *A alma do lugar: turismo, planejamento e cotidiano*. São Paulo: Contexto. 301 p.

CRISE, RENTISMO E OS LIMITES PARA O DIREITO À CIDADE HOJE NO BRASIL

Pedro Henrique de Mendonça Resende*

Universidade Federal de Minas Gerais

Resumo: As três primeiras partes deste artigo apresentam três elementos que perpassam a sociedade brasileira contemporânea: os limites irreversíveis alcançados pela reprodução social do capital, as formas rentistas de acumulação capitalista da riqueza social e os obstáculos à realização do direito à cidade. Na quarta parte deste artigo os três elementos anteriormente apresentados são brevemente articulados por meio de apontamentos acerca de fenômenos e processos relacionados aos conflitos presentes na região das ocupações da Izidora, localizada na periferia norte da metrópole de Belo Horizonte.

Palavras-chave: Crise de reprodução do capital. Rentismo. Direito à cidade. Conflito fundiário urbano. Ocupações da Izidora (Belo Horizonte/MG).

CRISIS, RENTISM AND THE LIMITS TO THE RIGHT TO THE CITY TODAY IN BRAZIL

Abstract: The first three parts of this article present three elements that permeate contemporary Brazilian society: the irreversible limits currently achieved by the social reproduction of capital; the rentier forms of accumulation of capitalist social wealth; and the obstacles to the realization of the right to the city. In the fourth part of this article the three elements previously presented are briefly articulated by means of notes about phenomena and processes related to the conflicts in the region of occupations Izidora, located on the northern periphery of the metropolis of Belo Horizonte.

Keywords: Crisis of capital reproduction. Rentierism. The right to the city. Urban land conflict. Region of occupations Izidora (Belo Horizonte/MG).

CRISE, RENTISME ET LES LIMITES DU DROIT À LA VILLE AUJOURD'HUI AU BRÉSIL

Résumé: Les trois premières parties de cet article présentent trois éléments qui imprègnent la société brésilienne contemporaine: les limites irréversibles actuellement atteintes par la reproduction sociale du capital; les formes rentières de l'accumulation de la richesse sociale capitaliste; et les obstacles à la réalisation du droit à la ville. Dans la quatrième partie de cet article, les trois éléments précédemment présentés sont brièvement articulés à travers des notes sur les phénomènes et les processus liés aux conflits dans la région des occupations Izidora, situé à la périphérie nord de la métropole de Belo Horizonte.

Mots-clés: Crise de la reproduction du capital. Rentisme. Le droit à la ville. Conflit foncier urbain. Région d'occupation Izidora (Belo Horizonte/MG).

Apresentação

Este artigo relaciona os limites irreversíveis alcançados contemporaneamente pela reprodução social do capital, por um lado, às formas rentistas de acumulação, por outro lado. Os dois lados são considerados importantes determinantes dos obstáculos à realização do direito à cidade contemporaneamente no Brasil. Dessa maneira, debate-se primeiramente a crise estrutural do capital e, na segunda parte, seus vínculos com o caráter crescentemente rentista da acumulação – como manifestação de buscas por subterfúgios para contradições que se acirram –, o que, na terceira parte, é associado aos limites objetivos com os quais as lutas e as esperanças atinentes ao direito à cidade se deparam. A relação entre crise, rentismo e direito à cidade, no contexto brasileiro contemporâneo, é ilustrada, na quarta parte, por meio de fenômenos e processos que perpassam conflitos presentes na região da Izidora, localizada na periferia norte da metrópole de Belo Horizonte.

A crise estrutural de reprodução do capital

Na crítica da economia política, exposta na obra madura de Karl Marx, o duplo caráter da mercadoria, valor de uso e valor, determina a totalidade da sociedade capitalista e constitui a contradição fundamental do modo de produção baseado no valor. David Harvey utiliza um exemplo, particularmente elucidativo para este artigo, para explicar o duplo caráter da mercadoria:

Todas as mercadorias que compramos numa sociedade capitalista têm um valor de uso e um valor de troca [forma desdobrada do valor]. A diferença entre essas duas formas de valor é significativa. Como costumam estar em conflito uma com a outra, elas constituem uma contradição que, de vez em quando, pode provocar uma crise. Os valores de uso são infinitamente variados (até para um mesmo item), enquanto o valor de troca (sob condições normais) é uniforme e qualitativamente idêntico (um dólar é um dólar, e mesmo quando é um euro, este tem um valor de troca conhecido em relação ao dólar). Consideremos, como exemplo, o valor de uso e o valor de troca de uma casa. Como valor de uso, a casa fornece abrigo; é um lugar onde se pode construir um lar e uma vida afetiva; é um espaço de reprodução diária e biológica (onde cozinhamos, fazemos amor, discutimos e criamos filhos); oferece privacidade e segurança em um mundo instável. [...] E o valor de troca da casa? Na maior parte do mundo contemporâneo, precisamos comprá-la, arrendá-la ou alugá-la para ter o privilégio de usá-la. Precisamos gastar dinheiro com isso. A questão é: quanto valor de troca é necessário para produzir os usos da casa e como esse “quanto” afeta nossa capacidade de impor os usos particulares que queremos e dos quais precisamos? (...) O valor de troca é determinado pelos custos básicos de produção da casa (trabalho e matéria-prima), mas nesse caso

são agregados dois outros valores: a margem de lucro do construtor, que disponibiliza o capital inicial necessário e paga os juros de qualquer empréstimo envolvido; e o custo de aquisição, aluguel ou arrendamento da terra. O valor de troca é estabelecido pelos custos reais de produção mais lucro, juros sobre empréstimos e aluguel capitalizado (preço da terra). O objetivo do produtor é obter valor de troca, não valor de uso. A criação de valor de uso para outras pessoas é um meio de atingir esse fim. No entanto, a qualidade especulativa da atividade significa que o que importa é o valor de troca **potencial**. Na verdade, o construtor pode tanto ganhar como perder dinheiro. É claro que ele tenta orquestrar as coisas, em particular a compra das habitações, para garantir que isso não aconteça. Mas há sempre um risco. O valor de troca assume o comando da provisão habitacional. (HARVEY, 2015, p. 27-28; grifo do autor)

Embora seja possível fazer algumas ressalvas a estas e outras passagens de David Harvey, é importante frisar que, de fato, o objetivo primordial da produção capitalista de mercadorias não é corresponder às necessidades humanas, mas sim valorizar o valor como um “sujeito automático” cujo fim em si mesmo é a acumulação da riqueza social sob a forma abstrata, expressa em dinheiro. Esta sociedade caracteriza-se essencialmente, portanto, pela dominação impessoal que a mercadoria, o dinheiro, o trabalho e o valor exercem sobre toda a sociedade. Como os homens passam a ser dominados por abstrações, todos estão submetidos a uma objetividade fantasmagórica, ainda que não na mesma situação concreta e específica nem com os mesmos benefícios.

Como teorizado por Marx, ao duplo caráter da mercadoria corresponde o duplo caráter do trabalho: concreto, produtor de valores de uso, e abstrato, produtor de valor (e mais-valor). Forma social historicamente determinada e necessária para a acumulação do capital através da produção e troca de mercadorias mediadas por dinheiro, o trabalho abstrato é a substância e a medida (tempo de trabalho socialmente necessário) do valor que se valoriza. Isto é, o trabalho, como atividade específica do capitalismo, ao produzir valor e mais-valor (do que o correspondente a si mesmo, representado pelo salário), está no centro da reprodução contínua e ilimitada de dinheiro em uma quantidade maior de dinheiro. Por isso Marx (2013, p. 307) entende que “o capital é trabalho morto, que apenas se reanima, à maneira dos vampiros, chupando trabalho vivo; e que vive tanto mais quanto mais trabalho vivo chupa”. Como produtores diretos de mercadorias, os trabalhadores convertem-se, portanto, em vendedores de uma mercadoria especial, a força de trabalho, subjugando-se para sobreviver aos proprietários dos meios de produção, os capitalistas.

Para alcançar os processos de mundialização e industrialização, foi necessário que o capital triunfasse

sobre a propriedade fundiária imóvel (feudal, no caso das sociedades do Ocidente Medieval), subordinando-a ao subverter as condições sociais para a produção da riqueza em favor da sua própria valorização. Tornando-se hegemônico e constituindo um modo de produção caracterizado pela dinâmica do valor em movimento, o capital tem como pressuposto histórico a separação dos indivíduos da propriedade das condições para realização do trabalho, na assim chamada acumulação primitiva.

Fundadas, assim, na lógica imanente à reprodução do capital, as relações de produção capitalistas, em contradição com as forças produtivas (cada vez mais desenvolvidas), são constantemente reproduzidas. A reprodução social capitalista pressupõe, afinal, a reprodução de uma “santíssima trindade”: proprietários de terra, de trabalho e de capital, remunerados, respectivamente, por renda da terra, salário e lucro, formas particulares e derivadas da forma geral, o mais-valor. Foram os autores da chamada economia política clássica, especialmente Adam Smith e David Ricardo, que primeiro investigaram de maneira rigorosa, porém ainda insuficiente, a decomposição do valor e do excedente de valor (mais-valor para Marx) das mercadorias em salário, lucro, juro e renda fundiária. Eles desenvolveram, pela primeira vez de maneira consistente, a compreensão de que tais formas de remuneração são produzidas pelo trabalho. Posteriormente, transpondo o nível de estudo da reprodução e acumulação do capital limitado à aparência das formas de fracionamento da riqueza social, Marx compreende, então, que a força de trabalho é a única mercadoria que produz a riqueza social sob o capitalismo.

Embora, à primeira vista, a terra, por exemplo, pareça dotada de vida própria, como se a renda da terra fosse proveniente de uma base natural, Marx explicita que se trata, contudo, de parte do valor produzido pelo trabalho metamorfoseado em renda. Dissociada de antigas relações de sujeição e mantida como direito independentemente do seu uso efetivo, a propriedade fundiária passou a permitir a apropriação de rendas por meio do pagamento em dinheiro. Como monopolizam as terras, os proprietários fundiários cobram daqueles que desejam adquiri-las ou usá-las uma parcela da riqueza social, mesmo sem necessariamente terem contribuído com sua produção, o que acabou por caracterizá-los, notadamente na Inglaterra, como parasitários e supérfluos. Mas se a princípio constitui uma espécie de obstáculo à continuidade da acumulação, a propriedade fundiária tem se tornado cada vez mais uma espécie de ativo imobiliário e financeiro mobilizado de acordo com as potencialidades de capitalização das rendas. A partir principalmente de David Ricardo, Marx desenvolveu,

portanto, uma tipologia da renda da terra (particularmente para o contexto agrário): renda diferencial I e II, renda de monopólio e renda absoluta.

Consideradas essas determinações gerais – lógicas e históricas – próprias dos movimentos de reprodução do capital, é importante observar o contexto contemporâneo de “desvalorização do valor” e dessubstancialização do capital, nos termos de Robert Kurz. Para esse autor, na medida em que se depara com contradições internas estruturais desde a terceira revolução industrial iniciada em 1970, a sociedade capitalista entra não em um declínio cíclico, posteriormente reversível, mas em uma crise irreversível por ter alcançado o limite (absoluto) objetivo. A contradição fundamental do capitalismo não é entendida como o conflito imanente entre capitalistas e trabalhadores, entre os portadores vivos do capital constante e os portadores vivos do capital variável. A contradição fundamental reside no fato de que a acumulação do capital mina sua própria base ao dispensar trabalho do processo produtivo com a crescente implementação tecnológica. O desenvolvimento das forças produtivas reduz, afinal, a quantidade de trabalho por mercadoria produzida e, assim, de valor.

Coagida pela concorrência intercapitalista, cada empresa produtora de mercadorias busca auferir uma vantagem relativa momentânea através da elevação da sua produtividade: por meio da redução do trabalho empregado, graças a investimento em capital constante (maquinário e matérias-primas, sobretudo), pode-se reduzir o custo de produção e se apropriar de uma parte maior do mais-valor social total. Mas, contraditoriamente, quando a produtividade elevada é generalizada para o conjunto de empresas de determinado setor, o valor (e o mais-valor) de cada mercadoria produzida é reduzido. Ao diminuir o valor de cada mercadoria, busca-se compensação com o aumento da quantidade de mercadorias produzidas. Assim, para Robert Kurz (2014), até 1970 essa contradição fora compensada pela concomitante expansão do trabalho total empregado para atender a demanda advinda da abertura de novos mercados, tanto horizontalmente (em extensão geográfica) quanto verticalmente (em profundidade), por meio da subordinação de tudo e todos à forma-mercadoria, sobretudo com o barateamento dos produtos. A partir de 1970, contudo, tal compensação se tornou limitada: com a redução dos espaços não capitalistas e a relativa diminuição do ritmo das invenções de novas necessidades dependentes de muito trabalho e voltadas para uma massa enorme de consumidores (como foi o automóvel), as condições para criação de novos mercados que demandariam mais trabalho são ultrapassadas e não acompanham a

elevação da produtividade. O advento da microeletrônica e da robótica causou, portanto, a elevação exponencial da produtividade a tal ponto que a racionalização dispensa relativa e absolutamente força de trabalho do processo produtivo, bloqueando o sucesso de crescimento econômico do fordismo posterior à Segunda Guerra Mundial. Tem-se, então, a crise estrutural de reprodução do capital, tornada cada vez mais evidente, por exemplo, pela massa crescente de seres humanos “não rentáveis”, postos à margem do processo produtivo. Com esta crise categorial, o fim do trabalho é realizado no sentido negativo: precisa-se dele para sobreviver, mas ele escasseia; em vez de os indivíduos se libertarem do capital, é este que dispensa os indivíduos. Embora se trate de uma sociedade baseada no valor, este é cada vez mais reduzido. O dinheiro, por sua vez, correspondendo cada vez menos a algo real, torna-se um mero papel que circula baseado, sobretudo, no crédito.

Diante das deficiências na produção de valor e mais-valor (expressas não apenas na queda tendencial da taxa de lucro, mas também, e cada vez mais, na queda dos lucros em termos absolutos, ainda que a taxa de mais-valor possa crescer), recorre-se a uma “fuga para a frente”, como adiamento do sinistro, através da antecipação, via crédito, de trabalho ou ganhos futuros, dificilmente efetiváveis na quantidade necessária. Invertendo a relação entre capital produtivo e capital financeiro-fictício, o que resta da chamada economia real passa a ser crescentemente movido a crédito (LOHOFF; TRENKLE, 2014). Além disso, o capital-dinheiro em fuga da esfera produtiva passa a buscar cada vez mais refúgio na esfera financeira e nas formas de capital fictício: a riqueza é crescentemente acumulada através da compra e venda especulativa de produtos financeiros. A produção de mercadorias reais torna-se cada vez menos rentável em relação ao que pode ser auferido com títulos financeiros. Ao mesmo tempo, portanto, que a produção e a circulação de mercadorias na chamada economia real são cada vez mais dependentes de formas de endividamento através do crédito, o cassino de bolhas especulativas ganhou enorme importância. Assim, em vez de ser a causa da crise, como pretendem muitos intérpretes burgueses e a maior parte da esquerda, a financeirização é sua consequência. Com a “acumulação simulatória do capital por meio de bolhas financeiras” (Robert Kurz), acabar com o crédito é fazer o sistema, que não anda com suas próprias pernas, afundar repentinamente.

Desde a terceira revolução industrial em 1970, portanto, observam-se, de maneira mais ou menos evidente, processos tais como: a desvalorização do capital fixo (até mesmo de regiões e cidades inteiras)

de origem fordista ou implementado depois, justamente quando os investimentos em capital constante exigidos para a produção rentável de determinada mercadoria, em relação aos dispêndios com cada trabalhador, crescem enormemente; a sobredeterminação do trabalho improdutivo em relação ao trabalho produtivo (segundo a valorização do valor para o capital) e a tendência, crescentemente efetivada, de a força de trabalho se tornar supérflua, bem como a precarização daqueles trabalhos que ainda restam ativos, fazendo com que ser explorado seja quase um privilégio; a autonomização acentuada do valor (da mercadoria ao dinheiro – propenso à desvalorização –, da moeda lastreada ao papel sem lastro, do capital financeiro ao capital fictício, aos derivativos, às bolhas especulativas etc.); as metamorfoses da propriedade privada capitalista, o que, quanto à propriedade fundiária, além de torná-la crescentemente ativo financeiro, perpassa as formas fetichistas de acumulação rentista, através, por exemplo, de uma meta-absolutização” a partir da cisão do direito de superfície do direito de construção e a comercialização destes em paralelo.

O desmantelamento das capacidades de produção de valor novo provoca também mudanças substanciais na relação entre a sociedade civil e o Estado, crescentemente endividado (assim como muitas empresas, famílias e indivíduos) e orientado, em função de desígnios privados e da sua própria solvência, quase exclusivamente para a rapina e a expropriação do fundo e dos serviços públicos, assim como do que se entende como de usufruto comum. Mais acentuada, portanto, do que uma restrita estagnação secular admitida até mesmo por certos autores do *mainstream* da economia burguesa, a erosão dos fundamentos da sociabilidade capitalista – mas mantendo, a duras penas, uma simulação através do sistema financeiro e do capital fictício – é acompanhada tanto da destruição da primeira natureza e do aguardado esgotamento dos recursos naturais e das fontes de energia quanto do agravamento do *apartheid* social, no qual os ricos se fecham dentro dos muros para não serem assaltados pelos pobres. Verifica-se, assim, uma tendência para o colapso sistêmico que ultrapassa a crise na aceção meramente econômica.

Rentismo e capitalismo contemporâneo no Brasil

A partir dos processos acima mencionados, que constituem o cerne da crise estrutural de reprodução do capital iniciada a partir de 1970, é importante tentar caracterizar o capitalismo contemporâneo, seu regime de acumulação. Trata-se de um período em

que a financeirização da economia ganhou enorme importância. Quando deter título de propriedade (fundiária, financeira, intelectual etc.) permite formas cada vez mais significativas de se auferir parte da riqueza socialmente produzida, poder-se-ia dizer que o capitalismo contemporâneo é marcadamente rentista, o que permite questionar a vaga ideia da incompatibilidade entre acumulação do capital e rentismo. Conforme Leda Paulani (2016),

(...) a acumulação se dá sob os imperativos da propriedade mais do que da produção e propriedade que é cada vez mais de capital fictício do que de meios de produção (...) o capital cada vez mais tem por argumento nomes, ao invés de terrenos e aparatos produtivos, enquanto os meios de produção revelam a importância cada vez maior dos ativos intangíveis, ao invés do trabalho vivo e do trabalho morto. Já que a mão de obra e as máquinas parecem estar sendo cada vez mais deslocadas pelo conhecimento e pela informação, já que os capitais associam-se em *holdings* cada vez mais afastadas do chão da produção, já que os capitalistas são cada vez mais difusos grupos de investidores associados em fundos, consórcios e *private equities*, já que os principais ativos das empresas são imagens, marcas e patentes, parece que o capital terceirizou a exploração, delegou a outrem o trabalho de comandar a expropriação, deixou de lado o lucro e instalou-se confortavelmente nos espaços sociais que lhe garantem ganhos. Seus rendimentos agora não têm nada que ver com a atividade de explorar e ser explorado, eles são "direitos" que a propriedade lhe confere. (PAULANI, 2016, p. 533-4)

À medida que a propriedade é crescentemente utilizada como forma de se permitir a remuneração do capital investido, em busca de rendimentos derivados do lucro (renda e juros, notadamente), evidenciam-se os limites para a produção de valor novo através do processo produtivo. A acumulação permitida pela mobilização de propriedades imobiliária ganha, então, importância considerável. Tratada como capital fictício, segundo Harvey (2006), a terra e os imóveis são cada vez mais reservados e utilizados com o objetivo de se garantir futuras e elevadas rendas. Por isso a reprodução capitalista do espaço e as incorporações imobiliárias contemporâneas são tão consideráveis.

Como teorizado por Henri Lefebvre de modo pioneiro em suas obras voltadas para o estudo da problemática urbana, com a crise da indústria e a urbanização planetária, a partir, sobretudo, de meados do século XX, a re-produção do espaço permitiu novas formas de acumulação do capital. Para Lefebvre, na medida em que uma pletera de setores econômicos passou a ser ensejada através da urbanização e da consequente reprodução das relações de produção, o capitalismo se manteve ao conquistar o espaço. Como observa David Harvey em diversas obras, o circuito do capital imobiliário, anteriormente considerado secundário no

conjunto da reprodução do capital, ganhou, assim, cada vez mais importância, envolvendo uma complexificação crescente nas articulações entre as formas de distribuição da riqueza produzida pela extração de trabalho excedente: lucro, renda da terra e juro. À medida que a reprodução e a acumulação de capital faziam-se mais dependentes da urbanização – especialmente da construção de infraestruturas espaciais (do capital fixo do tipo independente, segundo Harvey) e da incorporação imobiliária, isto é, da reconfiguração incessante do ambiente construído –, o financiamento e a financeirização da produção do espaço, com destaque para o mercado imobiliário, tornavam-se crescentemente importantes. Junto à dependência de créditos para incorporações imobiliárias, a produção do espaço se tornou, afinal, cada vez mais condição para realização do capital fictício. Com os títulos de propriedades fundiárias sendo trocados como "puros bens financeiros", a renda da terra passou, então, a ser crescentemente metamorfoseada e capitalizada sob a forma de juros, o que fortaleceu tanto o caráter rentista dos capitais vinculados ao(s) setor(es) imobiliário(s) quanto a importância deste(s) setor(es) nas reconfigurações espaciais.

Diferentemente de Harvey (e, em certa medida, também de Lefebvre), as incorporações imobiliárias podem não ser compreendidas como subterfúgio às contradições do capital, isto é, como contratendências, através de ajustes espaciais, que contribuiriam para resolver, ao menos momentaneamente, a tendência à sobreacumulação do capital, à queda da taxa de lucro e à crise. É importante considerar, por um lado, que os novos empreendimentos imobiliários lançados, fomentados pelos vínculos entre capital incorporador e capital financeiro-fictício, por exemplo, não dizem respeito, necessariamente, a uma considerável produção de valor novo. Por outro lado, não se ameniza necessariamente a crise por que, como interpreta Harvey, o capital-dinheiro excedente e sobreacumulado é absorvido em projetos de reestruturação urbana e imobiliários. Estes seriam, mais propriamente, expressões da crise em um contexto de "dessubstancialização do capital", e, portanto, de produção insubstancial do espaço urbano, como algumas pesquisas recentes têm explicado (BOTELHO, 2016; COELHO, 2016; COUTO, 2011).

A crise estrutural de reprodução do capital tem determinado, dessa maneira, uma acelerada reconfiguração do ambiente construído, alimentada pelo capital fictício, como expressão da ficcionalização da riqueza socialmente produzida. De fato, as formas mais fetichistas de acumulação da riqueza social (os rendimentos auferidos de forma rentista: renda da terra e juro) ganharam proeminência no capitalismo

contemporâneo em crise (PAULANI, 2016). Tornou-se importantíssima a manipulação tanto de propriedades fundiárias, imóveis e créditos edificáveis quanto de títulos financeiros, fundos de investimentos, securitizações e especulações com hipotecas e derivativos. Muito mais importante do que a condenação moral do suposto 1% da população formado por ociosos e especuladores – arriscada de, a partir da crença de que os capitais financeiro e imobiliário são “maus” e o produtivo é “bom”, descambar em atitudes persecutórias –, é importante compreender as causas do capitalismo rentista, assim como seu limite. Como o mercado de terras e de imóveis torna-se aberto para os fluxos de capital portador de juros, o risco de construção de pirâmides de dívidas – com suas distorções especulativas, instabilidades e bancarrotas – torna-se cada vez mais iminente. O agravamento do limite deste *rent seeking* começou a ser mundialmente explicitado sobretudo com a explosão de uma gigantesca bolha imobiliário-financeira em 2007-8, quando a crise do *subprime* e hipotecária veio à tona (AALBERS, 2012).

Não alcançável através da noção de valorização do espaço¹, essa re-produção insubstancial do espaço urbano se concretiza em projetos e obras de incorporação imobiliária, sobretudo nas metrópoles, onde a elevação dos patamares de renda é mais incentivada. Em particular nos países periféricos, onde a legislação é mais facilmente manipulada e o caráter rentista e de relações infrapolíticas encontra “terreno fértil” (MARTINS, 2001), a produção de imóveis, muitas vezes sem demanda de uso e de compra imediatas, possibilita auferir rendas (cada vez mais metamorfoseadas em lucro e juros) com a elevação, por meio de investimentos em infraestruturas espaciais, dos patamares de preço das terras e dos próprios imóveis. São produzidos, então, empreendimentos imobiliários

¹A expressão “valorização do espaço” tem sido empregada e é até considerada como objeto de estudo em inúmeras pesquisas dentro dos chamados estudos urbanos, particularmente na Geografia Urbana de viés marxista influenciada pelas reflexões de Henri Lefebvre. A partir da crítica da economia política, tal expressão, contudo, pode ser considerada imprecisa, inapropriada ou até mesmo fetichista, por pelo menos dois motivos: primeiro, como o espaço (ou uma parcela dele sob a forma de propriedade privada da terra) não possui o diabo no corpo e, portanto, por si só não produz valor (ainda que nele se possa desenrolar uma atividade produtiva, a começar pela construção civil), o monopólio da sua propriedade permite apenas que se aproprie de parte do mais-valor social, produzido através da extração de trabalho excedente e distribuído segundo determinações específicas que envolvem as diferentes formas de propriedade (da força de trabalho, do capital e da terra), conforme Marx explicitou em O capital; em segundo lugar, como a remuneração das diferentes formas de renda da terra (assim como das outras formas de rendimento; e da quantidade de dinheiro despendida com as mercadorias em geral) está cada vez mais vinculada à disponibilidade de dinheiro sonante – cuja tendência de autonomização crescente em relação ao valor havia sido indicada por Marx – e de capital fictício-financeiro sem lastro, sobretudo desde 1970, nos contextos espaciais em que há investimentos em infraestruturas e equipamentos urbanos, tentativas de reversão da “inércia espacial” (David Harvey), gentrificação e embelezamentos estratégicos através de intervenções urbanísticas no ambiente construído, ter-se-ia, enfim, em vez de valorização do espaço, algo mais parecido com uma precificação do espaço (empiricamente constatável na elevação do preço dos imóveis e do custo de vida, assim como no caráter acentuadamente especulativo do mercado imobiliário), graças à intrincada e complexa articulação entre capital fictício, construção civil, proprietários imobiliários, fundos públicos e demanda por imóveis. Aqui apenas mencionada, esta questão merece ser melhor analisada, considerando, por exemplo, as consistentes indicações de Couto (2011) e Coelho (2016).

diversos (sobretudo condomínios horizontais e verticais, residenciais e empresariais) ao redor do mundo, tais como os emblemáticos casos de Dubai e das cidades fantasmas chinesas.

Conforme entende Thiago Coelho (2016, p. 134), “em meio a este processo o Estado se constitui como um personagem central na reprodução ampliada dos patamares de renda”. O Estado, como novo gestor das tentativas de valorização do capital (COELHO, 2016, p. 82), promove investimentos em planos, projetos e obras infraestruturais, geralmente por meio de mecanismos próprios ao capital fictício. Trata-se da busca por atualização dos patamares de renda da terra (e consequentemente dos preços dos imóveis) por meio da reconfiguração do ambiente construído e da constituição de áreas e eixos para investimentos imobiliários. De fato, se o que é denominado neoliberalismo for considerado, para além da privatização, uma racionalidade política orientada pela ampliação da lógica empresarial e econômica de metas e concorrências (DARDOT LAVAL, 2016), o Estado não deve ser considerado desimportante ou enfraquecido. Particularmente no que diz respeito à *re-produção capitalista do espaço*, o papel do Estado sob o neoliberalismo é marcante. Além de regulador, ele atua como indutor de investimentos imobiliários e do “empresariamento urbano” voltado para planejamento estratégico (VAINER, 2000). Neste contexto, o instrumento urbanístico operação urbana, incluído no *Estatuto da Cidade* (2001), torna-se fundamental. Baseadas originalmente, entre outras, na ideia de que as parcerias público-privadas poderiam ser uma saída para a situação de crise fiscal do Estado brasileiro (particularmente no nível municipal), as operações urbanas têm permitido tanto a flexibilização dos parâmetros urbanísticos, favorecendo incorporações imobiliárias, quanto a comercialização de potencial construtivo adicional em determinadas áreas definidas em lei. Desse modo, conforme entende Sérgio Martins (2010), “nessas áreas, (...) para as quais são assegurados recursos, busca-se não apenas redefinir os patamares de capitalização das rendas, como também salvaguardar as rendas diferenciais produzidas”.

Outro aspecto fundamental, que também envolve o Estado no contexto contemporâneo do mercado imobiliário brasileiro, diz respeito à viabilização, muitas vezes com subsídios dos fundos públicos, da financeirização e mercantilização da moradia. Estudadas por, entre outros, Adriano Botelho (2007), Flávia

²O hífen foi incluído entre o prefixo e o radical a fim de, seguindo a grafia proposta por Henri Lefebvre, frisar que a re-produção social não é uma mera repetição ad aeternum das mesmas relações sociais, mas implica sempre a produção de novas relações à medida que os mais recônditos espaços e tempos da vida cotidiana são submetidos à forma-mercadoria e ao fim em si mesmo da valorização do valor.

Martins (2010), Mariana Fix (2011) e Daniel Sanfelici (2013) inovações legais e institucionais nos mercados imobiliários e financeiros brasileiros a partir da década de 1990, mas sobretudo de 2000, têm possibilitado que propriedades urbanas se transformem cada vez mais em ativos financeiros, o que gera impactos consideráveis nas áreas urbanas, sobretudo nas metrópoles. Com a progressiva importância do financiamento e da financeirização do mercado imobiliário nacional – tanto do consumo final quanto das construtoras e da produção de novos empreendimentos –, a habitação torna-se, portanto, cada vez mais uma mercadoria produzida segundo interesses privados, que deve cumprir o papel de ativo financeiro (ROLNIK, 2015).

Particularmente importante no contexto contemporâneo do mercado imobiliário brasileiro é o programa econômico-habitacional *Minha Casa, Minha Vida* (MCMV), lançado em 2009. De fato, com as consideráveis mudanças na relação entre mercado imobiliário e mercado financeiro, tornou-se decisiva a ação do Estado brasileiro para assegurar a produção e a comercialização do estoque de imóveis produzidos e em produção. O referido programa passou a desempenhar papel importante não apenas na política nacional de habitação social, mas principalmente na solvência das grandes incorporadoras brasileiras. Analisando a relação entre mercado imobiliário no Brasil e capital fictício a partir de 2007, Bruno Martins (2016) indica três períodos decisivos: a abertura dos capitais das construtoras em 2006-2007; a crise de 2008; e o lançamento do MCMV em 2009. Como impulso, diante da crise, ao processo de internalização do capital fictício das construtoras brasileiras, que haviam passado a responder ao ritmo de remuneração do capital mundializado, o MCMV, como política anticíclica, implicou um aprofundamento da “economia da dívida” que vai do Estado brasileiro às incorporadoras, alcançando e pressionando as famílias e os indivíduos mutuários. Quanto aos impactos socioespaciais, o MCMV é parte de uma nova onda do urbanismo e arquitetura funcionalistas modernos que tem sido reproduzida nas periferias urbanas dos países periféricos ditos emergentes, o que tem permitido tanto a construção de áreas “máquinas de morar” em longínquas e precárias periferias urbanas quanto a expulsão dos pobres para áreas ainda mais distantes. Como “antidade que invade o tecido urbano” (Lefebvre), essa forma de produção de “habitação social de mercado” (SHIMBO, 2012) corresponde ao que Guy Debord (1997, p. 111; § 165) chamou de “acumulação das mercadorias produzidas em série para o espaço abstrato do mercado”.

Limites para o direito à cidade hoje no Brasil

É sabido que, conforme afirma Sérgio Martins (2010), “o desenvolvimento da cidadania implica alterações no padrão de desigualdade social”. A reivindicação de direitos sociais, incluindo o direito à moradia, ao alcançar o Estado, impõem-lhe custos, perturbando e alterando a geometria do poder. Em uma formação social como a brasileira, marcadamente rentista, em que a desigualdade em torno da distribuição da riqueza social se expressa particularmente como segregação social urbana e precariedade das condições de reprodução da vida nas periferias, não é estranho que as reivindicações pelo direito à cidade sejam centrais dentre os elementos que compõem as disputas sociais, o que explica por que recorrentemente parte da sociedade civil brasileira demanda a democratização das políticas urbanas e fundiárias e das intervenções estatais em reformas urbanas e políticas habitacionais. Se até 1970 as lutas sociais no Brasil estavam concentradas principalmente no âmbito do trabalho e do sindicato, desde então, quando novos personagens entraram em cena – no célebre título de Éder Sader –, as lutas urbanas passaram a ganhar importância crescente, ampliando a esfera de reivindicações políticas e conquistando certos direitos de cidadania (ainda que as demandas não tenham necessariamente deixado de orbitar em torno do Estado). Às lutas travadas para a melhoria das condições de trabalho e salário – sobretudo para a aquisição de bens de consumo – acrescentam-se as reivindicações, antes muitas vezes concebidas como secundárias, em torno do ambiente construído e do provimento de serviços urbanos (HARVEY, 1982). Com a “cidadania insurgente” (James Holston) e a emergência de novos movimentos sociais de defesa de direitos sociais, civis e políticos, sobretudo desde a década de 2000, novíssimos personagens entraram em cena, como os moradores e apoiadores das recentes ocupações urbanas (BOULOS, 2014).

As lutas urbanas dos movimentos da sociedade civil e os debates entre técnicos resultaram na elaboração de uma espécie de agenda da reforma urbana que, tendo contribuído para a redação do capítulo sobre política urbana da Constituição Federal de 1988, foi finalmente regulamentada e institucionalizada em 2001 no denominado *Estatuto da Cidade* (Lei n. 10.257). Funcionando como baliza político-institucional para implementação de planos diretores municipais e, assim, para uma suposta efetivação do direito à cidade no Brasil, essa lei serviria para promover a desabsolutização da propriedade privada da terra e favorecer a função social da propriedade e da cidade, ou seja, para a redistribuição

em benefício social de bônus privados advindos da urbanização, como, por exemplo, a elevação ao longo do tempo dos preços dos imóveis. Além de intervenções e regulações urbanísticas, essa lei prevê práticas participativas dos cidadãos na gestão compartilhada da política urbana, assim como o reconhecimento dos direitos de posse dos moradores de assentamentos urbanos informais. Mas a suposta conciliação entre os interesses privados e o interesse público não apenas mantém, ao menos discursivamente, princípios ditos progressistas, como se torna importante para estratégias de capitalização de rendas fundiárias e de negócios privados com o fundo público. O instrumento urbanístico "operação urbana", principal exemplo neste último sentido (MARTINS; GOMES, 2009), tem sido particularmente utilizado no contexto contemporâneo, quando o Estado fomenta o empresariamento urbano e a mobilização do mercado imobiliário fundada na acumulação da riqueza social através de formas fetichistas, conforme afirmado anteriormente.

Nesse contexto, o direito à cidade passou a ser uma expressão-síntese dos questionamentos aos problemas ligados à reprodução da vida das populações urbanas periféricas. De fato, a expressão direito à cidade tem uma história que não deveria ser desconsiderada. De maneira resumida, pode-se dizer que ela foi primeiramente apresentada em 1968 – quando a publicação do primeiro volume de *O capital*, de Karl Marx, completava um século –, no livro homônimo de Lefebvre (2009), como uma reação teórica e política, relativamente radical, ao urbanismo funcionalista. Para este autor, "o direito à cidade não implica nada mais e nada menos do que uma concepção revolucionária de cidadania" (LEFEBVRE, 1989). Submetida a partir do século XIX à lógica da industrialização, que induz a urbanização planetária transformando cada vez mais o espaço em mercadoria a ser vendida e comprada, a produção do espaço passou a ser determinante para a sobrevivência do capitalismo desde meados do século XX. O desaparecimento da cidade tradicional e a emergência da sociedade urbana a partir da industrialização, com a consequente submissão do valor de uso do espaço ao valor de troca e à rentabilidade capitalista, implicariam novas formas de alienação. Para Lefebvre, portanto, por um lado, a crise da cidade ameaça a sociedade inteira; por outro, para além da reivindicação da distribuição do que está ao nosso redor, a conquista democrática da cidade permite superar a crise da sociedade capitalista.

Para Laurence Costes, o interesse pelo livro de Lefebvre deve-se ao fato de que ele permitiu tomar consciência da cidade como uma questão social fundamental, e mesmo se a classe operária não pôde,

ou não quis, se apropriar do manifesto sobre a cidade, a classe dirigente, por outro lado, o fez, institucionalizando o pensamento urbano de Lefebvre. O próprio autor, aliás, "não se deixou enganar acerca da 'recuperação' política do seu discurso" (COSTES, 2009, p. 115). A expressão direito à cidade serviu também, como já afirmado, de alicerce para manifestações e reivindicações mantidas no espaço urbano. Estas últimas, contudo,

(...) perderam pouco a pouco sua dimensão anticapitalista. Os movimentos sociais voltados para as condições de vida passaram a situar o "cidadão-cidadão" como um ator coletivo de uma reviviscência da democracia local, desconectada de todo projeto revolucionário de transformação social. (COSTES, 2009, p. 123)

Portanto, como se pudesse resolver, quase por si mesma, os problemas acumulados na urbanização contemporânea, a expressão direito à cidade, desde a formulação de Lefebvre, tem passado por um processo de redução crescente, de tal modo que à sua institucionalização – citemos, a título de exemplo, os documentos internacionais *Carta Europeia de Garantia dos Direitos Humanos na Cidade* (2000) e *Carta Mundial pelo Direito à Cidade* (2004), bem como o *Estatuto da Cidade* (2001) no Brasil – corresponde a desradicalização das pautas de luta de certas parcelas da sociedade civil, bem como de certas elaborações teóricas. Nesse sentido, afirmações até mesmo de um autor como Harvey podem contribuir para a redução e a domesticação da expressão:

(...) se esses diversos movimentos de oposição se unissem de alguma maneira – agregando-se, por exemplo, em torno da reivindicação do direito à cidade –, quais deveriam ser suas exigências? A resposta é bem simples: maior controle democrático sobre a produção e o uso do excedente. Uma vez que o processo de urbanização é um dos principais canais de uso, o direito à cidade se configura pelo estabelecimento do controle democrático sobre a utilização dos excedentes na urbanização. Ter um produto excedente não é algo ruim em si mesmo: na verdade, em muitas situações é crucial para a boa sobrevivência. (HARVEY, 2014, p. 61)

Distanciando-se, assim, mas não totalmente, das elaborações de Lefebvre, o qual no texto seminal pedia a entrada da problemática urbana na pauta política, a institucionalização do direito à cidade e seu enquadramento no âmbito do planejamento e da gestão da urbanização devem ser considerados na medida em que se pretende uma transformação efetiva da vida urbana. Afinal, praticamente reduzido à legislação e à política estatal, o direito à cidade permanece quase por completo impossibilitado de ensejar mudanças efetivas para além da redistribuição da riqueza, das reformas

urbanas e da urbanização como negócio. Além disso, se mesmo na dita civilizada Europa, conforme indica Jacques Donzelot (2007), a invenção do Estado social estava associada, desde o século XIX, à credibilidade das estruturas de controle do Estado e à estabilidade da sociedade, na periferia do mundo as trocas de favores entre políticos e sociedade civil pauperizada são marcas do exercício da política e da cidadania limitadas e limitadoras em um Estado centralizado, predominantemente autoritário. Com efeito, a negação da ampliação e da efetivação de direitos (sobretudo os sociais), incluindo o direito à cidade na sua acepção reduzida, tem sido a regra, e seu cumprimento precário a exceção no Brasil.

Para piorar, contemporaneamente, com a crise de reprodução do capital e com a provável deterioração das condições de vida das populações periféricas, reivindicar o direito à cidade torna-se algo quase inócuo. À medida que a crise se agrava e o arremedo de Estado social é desmantelado, as promessas de garantias dos direitos sociais por tecnocratas e candidatos ao Legislativo e ao Executivo, conquanto permaneçam angariando votos e devotos, praticamente não são mais cumpridas, mesmo que de modo deficiente. Não por acaso, os discursos e práticas políticas, quando não preconizam, como um exercício de catequese keynesiano, o retorno (impossível) a um Estado de bem-estar – jamais efetivamente implementado no Brasil –, são ainda mais regressivos, carregados de intenções e jargões apolíticos, religiosos, messiânicos e persecutórios, e de defesa da “gestão eficiente”, geralmente empresarial e militarizada, da estrutural estatal.

Dessa maneira, pode-se dizer que, no Brasil, até 1988 lutava-se principalmente pela institucionalização e a implementação dos direitos sociais e políticos. A partir de 1988, considerada a distância entre a lei e o fato, lutava-se especialmente pelo cumprimento desses direitos, em uma gestão cujo governo fora “uma somatória de um sem-número de estratégias preventivas” (ARANTES, 2014, p. 318). E isso porque

(...) às desigualdades históricas da sociedade brasileira vieram juntar-se aquelas advindas da reestruturação produtiva e da globalização, reformatando o mercado, funcionalizando a relação Estado-capital, transformando políticas sociais em antipolíticas de funcionalização da pobreza, erigindo em norma o que antes dela se afastava, pontuando um esforço (...) que transitou da busca da normatividade para a racionalização da exceção. (OLIVEIRA, 2003, p. 9)

A partir de 2013, sobretudo de 2016, luta-se, por sua vez, não apenas pelo cumprimento, mas primeiramente pela difícil manutenção dos direitos conquistados. À

medida que a política neoliberal mina sistematicamente os mecanismos de compensação social da miséria, “o desmonte contemporâneo do Estado Social vem empurrando a luta social (...) para a luta pela manutenção ou reconquista de direitos” (OLIVEIRA, 2016, p. 126-7). Quando à histórica “vanguarda do atraso” brasileira se sobrepõe a lógica destrutiva do capitalismo em crise estrutural, as lutas pelo direito à cidade, especialmente as lutas pela conquista da casa própria através do Estado, tornam-se, afinal, relativamente bloqueadas ou até mesmo anacrônicas. Dizer isso não significa considerar que essas reivindicações sejam ninharias e devam ser silenciadas, mas sim que seus limites objetivos estão mais evidentes.

Nos dias que correm, a sociedade capitalista adentra um novo tempo, de *brasilianização do mundo* e expectativas decrescentes de futuro, como interpretado por Paulo Arantes (2014). Desde pelo menos 2013, com a piora do quadro econômico nacional baseado na exportação de gêneros primários e no sistema financeiro, mas evidentemente em 2016, com o impedimento, depois de 13 anos, do governo supostamente democrático-popular do Partido dos Trabalhadores – o que implodiu de vez o pacto social brasileiro (BARREIRA; BOTELHO, 2016) e devolveu o aparato estatal nacional para uma elite reacionária disposta a aplicar uma quinta rodada de doutrina do choque neoliberal, depois da ditadura militar e dos governos dos presidentes Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff –, muito do que poderia ser distribuído aos pobres foi perdido, inclusive em termos de habitação social. A necessidade de moradias, por exemplo, permanece, mas não pode ser completamente correspondida pelas ofertas de mercado viabilizadas pelo Estado. O programa econômico-habitacional “anticrise” MCMV está, inclusive, praticamente interrompido.

Izidora: conflitos entre a moradia como valor de troca e a moradia como valor de uso

O que foi exposto até aqui pode ser ilustrado por meio dos conflitos presentes na região da Izidora, localizada na periferia norte da metrópole de Belo Horizonte, com área de aproximadamente 10 km². De um lado situam-se os interesses e as estratégias de incorporação imobiliária da região, consubstanciados no enorme projeto denominado Operação Urbana do Isidoro (OUI), em reelaboração desde pelo menos o ano 2000, e capitaneados por proprietários fundiários, empresas incorporadoras, capital financeiro e Estado. De outro lado, encontram-se estimativamente 30 mil pessoas pobres

que, desde junho de 2013, têm autoconstruído suas casas – em três ocupações urbanas, nas porções setentrional e central da região – e lutado pela sobrevivência diante de uma reintegração de posse que ainda pode vir a ser definitivamente deferida.

Última grande área (cerca de 10 km²) ainda pouco parcelada e urbanizada – se desconsiderarmos as ocupações urbanas – dentro do município de Belo Horizonte, a região da Izidora é composta por dez propriedades fundiárias, sendo três as principais.³ O maior terreno (cerca de 350 hectares) é o da família Werneck. Este terreno, envolto por bairros periféricos e monopolizado até hoje sem praticamente ser parcelado, estabelece relação confusa com uma concessão de terreno pelo Executivo municipal (através da Lei Municipal n. 82/1914, revogada pela Lei Municipal n. 6.370/1993) aos médicos Hugo Werneck e Manuel Libânio, para que estes construíssem um sanatório de tratamento de tuberculosos (MIRAGLIA, 2009). Este estabelecimento foi inaugurado em 1928 no interior da propriedade reivindicada pela família Werneck na região da Izidora. Em 1936 foi criada a Granja Werneck Sociedade Anônima (S/A) para gerir a propriedade da família Werneck, incluindo o sanatório e atividades agropecuárias (voltadas principalmente para o abastecimento do sanatório). A partir de 1970, entretanto, o sanatório se tornou um asilo e passou para os cuidados da Igreja Católica. Parte do terreno pertencente à família Werneck fora desmembrado e comercializado em parcelas na década de 1970, constituindo o loteamento popular que formou o bairro Solimões. Após tratativas entre a Prefeitura de Belo Horizonte e representantes da família Werneck, a Lei Municipal n. 8.137/00 alterou a Lei de Parcelamento, Ocupação e Uso do Solo do Município de Belo Horizonte de 1996, instituindo, no seu capítulo V, a OUI. Esta primeira proposta para a OUI não se viabilizou.

A porção Norte da RMBH é constituída predominantemente por conjuntos habitacionais e bairros de periferia com casas autoconstruídas. Desde a década de 2000, todavia, essa porção da RMBH é alvo de intervenções urbanísticas estatais: implantação da via de trânsito rápido Linha Verde; construção de uma nova sede para o governo de Minas Gerais; ampliação do Aeroporto Internacional de Confins e construção do Anel Viário de Contorno Norte (em processo de licenciamento). Essas grandes intervenções urbanísticas têm induzido investimentos privados nessa porção da metrópole, sobretudo empreendimentos imobiliários diversificados para classes de alta e média rendas. Com essas intervenções e com a recente expansão

do mercado imobiliário brasileiro – considerando as inovações para financiamento imobiliário desde a década de 1990 (BOTELHO, 2007), e a abertura dos capitais das construtoras brasileiras na BM&F Bovespa na segunda metade da década de 2000 –, finalmente, a partir de 2008, depois do referido projeto malogrado, “a Região do Isidoro voltou a despertar o interesse dos proprietários em promover sua ocupação” (COTA, 2010, p. 307). A propriedade reivindicada pela família Werneck – que se associou e assinou contrato com as incorporadoras Rossi Residencial e Direcional Engenharia (apenas esta última permanece no projeto de empreendimento) – é onde atualmente se pretende viabilizar o primeiro empreendimento da OUI, através do parcelamento vinculado instituído pela Lei n. 9.959/10. Prevista para ser a décima regional da capital mineira e viabilizada por meio de parcerias público-privada entre proprietários fundiários, incorporadores, grupos de investimento e Estado (no nível federal, estadual e municipal), a OUI estabelece potencial construtivo adicional em relação àquele anteriormente vigente para a região (incentivando, assim, a construção de prédios), bem como define mecanismos compensatórios exigidos dos parceiros do Estado.

Após ser alvo de investigações e ações judiciais movidas pelo Ministério Público, desde junho de 2013 o principal óbice para o empreendimento Granja Werneck passou a ser constituído pela existência de três ocupações urbanas – Vitória, Esperança e Rosa Leão – nas porções setentrional e central da região da Izidora. Simultaneamente às jornadas de junho, que aconteceram em 2013 nas cidades brasileiras, e seus “atos profanatórios da insurgência” (ARANTES, 2014), pessoas pobres – provenientes dos bairros do entorno e de outras regiões e que não foram contempladas com os programas habitacionais estatais – constituíram as ocupações da região da Izidora como forma radicalizada de insurgência democrática nas periferias urbanas do Brasil, nos termos de James Holston (2013). Considerando que desde sobretudo 1970 moradores pobres das periferias brasileiras têm recorrentemente reivindicado direitos sociais não cumpridos, inicialmente esta cidadania insurgente se constituiu de maneira autônoma. Posteriormente à chegada dos primeiros ocupantes, todavia, movimentos e organizações sociais passaram a apoiar a luta das ocupações. Com a contribuição desses apoiadores, as ocupações da região da Izidora permanecem hoje com aproximadamente 30 mil pessoas (8 mil famílias e 5 mil casas construídas) que lutam por moradia e pela reprodução da vida na periferia. Por sua vez, até pelo menos o final de 2016 a prefeitura de Belo Horizonte e os proprietários, particularmente

³Para visualização da localização da região da Izidora no município de Belo Horizonte e das ocupações dentro da região acesse: <www.pub.indisciplinar.com/izidora>.

da família Werneck, têm impetrado (e conquistado) pedidos de reintegração de posse, provocando tensões e violências para os ocupantes. Em resposta, as ocupações têm recorrido, seja através de Ação Civil Pública e outras liminares encaminhadas aos tribunais de justiça estadual e federal, seja a órgãos de defesa dos direitos humanos (inclusive à ONU) e a políticos ocupantes de cargos executivos e legislativos. Dessa maneira, assim como em outros conflitos fundiários, o Judiciário tem se tornado o “palco de disputas em torno de uma questão política subjacente muito mais aprofundada” (MAGALHÃES, 2016, p. 224). Mas os ocupantes também têm se manifestado publicamente, através da publicação de notas de esclarecimento, de passeatas, de protestos e acampamentos em prédios públicos, ainda que muitas vezes estejam sendo violentamente reprimidos pela polícia.

Perante as ocupações e as ofertas de créditos através do governo federal para a construção e aquisição de habitação social, a última legislação para a OUI, instituída pela Lei Municipal n. 10.705/14, prevê a edificação, por meio do programa MCMV, de 13.140 unidades habitacionais (apartamentos em edifícios de até nove pavimentos) no empreendimento Granja Werneck (em parte do terreno desta S/A). Alega-se que, desde que tenham condições de ser mutuários do programa, os invasores seriam incluídos no atual projeto da OUI. A maior parte dos ocupantes, no entanto, não possui tais condições. Nas suas disposições transitórias essa última lei estabelece que, caso sejam feitos empreendimentos de habitação social, praticamente não haverá necessidade de contrapartidas por parte dos agentes privados interessados, o que contraria os próprios princípios do instrumento operação urbana, entre outras irregularidades (INDISCIPLINAR, 2015).

Nesse contexto, a população pobre que procura onde morar se depara com programas e construções de habitações que, financiadas via bancos públicos, e mesmo com subsídios estatais, nem sempre podem ser adquiridas e satisfazer as necessidades daqueles que, entretanto, precisam de moradia. Além disso, tais programas e construções fomentam a monopolização de terrenos – que constituem as *land banks* – para novas incorporações a serem vendidas para o mercado. Por isso, considerando ainda o crescimento populacional, o êxodo rural e a crise de reprodução do capital e, portanto, da força de trabalho, a despeito de terem sido produzidas cerca de 2,5 milhões de moradias pelo programa MCMV nos últimos anos, o déficit habitacional brasileiro é estável ou mesmo crescente. Conforme Friedrich Engels teorizou, a questão da moradia é uma instituição necessária que não pode ser resolvida no âmbito

das relações capitalistas, seja pelo Estado, seja por capitalistas “filantropos”. Dessa maneira, para muitas pessoas resta apenas a opção de ocupar e autoconstruir, sob a ameaça constante de despejo e outras violências.

Nas ocupações da região da Izidora, além de serem as principais coordenadoras das ocupações, as mulheres tornam patente a teoria de Roswitha Scholz (2013) do “valor-dissociação” acerca da unidade dialética entre trabalho-valor e atividades domésticas de reprodução, afetivas e simbólicas, geralmente delegadas às mulheres. Com o sistema produtor de mercadorias em desmoronamento ocorre um embrutecimento selvagem do patriarcado: funcionais “gerentes da crise”, duplamente socializadas, as mulheres (muitas vezes mães solteiras) das ocupações da região da Izidora precisam (procurar) trabalhar fora assim como cuidar da família, inclusive construir sozinhas ou acompanhadas suas próprias casas. Quanto aos homens, muitos deles se tornam donas de casa ao mesmo tempo em que tentam encontrar trabalho. Quando encontram trabalho, mulheres e homens geralmente estão sob condições precárias: sem carteira assinada, recebem baixos salários, às vezes benefícios assistenciais, trabalham por empreitada ou como biscates.

Além de muitas vezes dependerem dos (cada vez menos presentes) programas sociais – que, devido às políticas de austeridade e por não possuírem CEP, também implica dificuldades em relação ao acesso a postos de saúde e a escolas para os filhos, agravadas pelo corte de bolsas –, os ocupantes da região da Izidora desenvolvem diversas estratégias para a sobrevivência ou simplesmente para auferir rendimentos. Entre essas estratégias, encontra-se, por exemplo, a cobrança para participar de mutirões de construção das casas dos vizinhos, o que limita as práticas coletivas nas ocupações. Também é importante salientar o “rentismo de pequena escala” nas ocupações, o chamado “mercado imobiliário informal através da comercialização de lotes. Além do rentismo, as relações infrapolíticas comparecem: os ocupantes recorrem aos políticos, tanto do Executivo quanto do Legislativo, para tentar manter suas moradias e impedir a violação de direitos humanos diante de ações violentas, sobretudo policiais.

As estratégias envolvidas na OUI e as ocupações urbanas da região da Izidora são compreendidas, portanto, como expressões dos limites alcançados contemporaneamente pela reprodução social do capital em um contexto de capitalismo rentista, o que expõe os limites de posições que se voltam para a defesa da justiça social e das reformas internas ao Estado, particularmente do direito à cidade. Ao contrário de condenar de modo conservador ou liberal essa perspectiva reativa, que

visa uma melhor gestão da sociedade capitalista sem examinar suas categorias fundamentais (e menos ainda criticá-las), compreende-se que o Estado, em vez de ser a face positiva, é apenas a face político-jurídica da moeda *in totum* negativa da relação social destrutiva própria ao capital. Trata-se, pois, de questionar as esperanças atinentes ao direito à cidade no contexto contemporâneo de crise, quando uma massa crescente de pobres, provavelmente inempregáveis, é alvo de tentativas (geralmente frustradas) de “administração da barbárie” pelo Estado, o que se revela através de conflitos na Izidora.

Os conflitos presentes na região da Izidora entre os interesses e estratégias de incorporação imobiliária e as lutas das ocupações urbanas, entre os pressupostos para a reprodução do capital imobiliário e a conquista da moradia e do direito à cidade, explicitam, portanto, contradições próprias ao processo de re-produção capitalista do espaço em um contexto de país periférico que também se depara com os limites da reprodução do capital, sem que muitas promessas de progresso sustentadas pela e para a modernização, particularmente das suas periferias metropolitanas, sejam plena ou parcialmente cumpridas. As possibilidades de emancipação social perante uma realidade em catástrofe passam, enfim, para além de uma reivindicação pelo direito. Uma reinterpretação da crítica da economia política – voltando-a para a teorização da crise em curso – e a busca de relações cotidianas que prescindam das mediações do valor – do trabalho abstrato, da mercadoria, do dinheiro e do Estado – podem ser os primeiros passos.

Referências

- AALBERS, M. (2012) *Subprime Cities: The Political Economy of Mortgage Markets*. Chichester, West Sussex: Wiley-Blackwell.
- ARANTES, P. (2014) *O novo tempo do mundo: e outros estudos sobre a era da emergência*. São Paulo: Boitempo.
- BARREIRA, M.; BOTELHO, M. L. (2016) A implosão do "pacto social" brasileiro. *Blog de Junho, 27 de maio*. Disponível em: <<http://blogjunho.com.br/a-implosao-do-pacto-social-brasileiro/>>. Acessado em: 12 de novembro de 2016.
- BIZZOTTO, L. (2016) A coalizão de movimentos sociais na resistência das Ocupações da Izidora. In: LIBÂNIO, C. (org.). (2016) *Favelas e periferias metropolitanas: exclusão, resistência, cultura e potência*. Belo Horizonte: Favela é isso aí.
- BOTELHO, A. (2007) *O urbano em fragmentos: a produção do espaço e da moradia pelas práticas do setor imobiliário*. São Paulo: Annablume, Fapesp.
- BOTELHO, M. (2016) Renda da terra e capitalização em David Harvey. Notas sobre o caráter especulativo da propriedade imobiliária. *Espaço e Economia*, n. 8. Disponível em: <<https://espacoeconomia.revues.org/2273>>. Acessado em: 12 de dezembro de 2016.
- BOULOS, G. (2014) *Por que ocupamos?* São Paulo: Scortecci.
- COELHO, T. (2016) A produção do espaço e os limites do capital: contradições do capital na relação entre Estado, planejamento e a OUC em Belo Horizonte. Belo Horizonte: *Dissertação de Mestrado em Geografia*, UFMG.
- COSTES, L. (2009) *Henri Lefebvre – Le droit à la ville. Vers la sociologie de l'urbain*. Paris: Ellipses.
- COTA, D. (2010) A parceria público-privada na política urbana brasileira recente: reflexões a partir da análise das operações urbanas em Belo Horizonte. Belo Horizonte: *Tese de Doutorado em Geografia*, UFMG.
- COUTO, L. (2011) Nem só o que é sólido desmancha no ar: a Nova Luz na produção insubstancial do espaço urbano. São Paulo: *Dissertação de Mestrado em Geografia*, USP.
- CUNHA, N. V. da; FELTRAN, G. de S. (orgs.). (2013) *Sobre periferias: novos conflitos no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Lamparina.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. (2016) *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo.
- DEBORD, G. (1997) *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- DONZELOT, J. (2007) *La invención de lo social: ensayo sobre la declinación de las pasiones políticas*. Buenos Aires: Nueva Visión.
- ENGELS, F. (2015) *Sobre a questão da moradia*. São Paulo: Boitempo.
- FIX, M. (2011) Financeirização e transformações recentes no circuito imobiliário no Brasil. Campinas: *Tese de Doutorado em Economia*, Unicamp.
- HARVEY, D. (1982) O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. *Espaço e Debates*, n. 6. pp. 6-35.
- _____. (2006) *The limits to capital*. London; New York, USA: Verso.
- _____. (2014) *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes.
- _____. (2015) *17 contradições e o fim do capitalismo*. São Paulo: Boitempo.
- HOLSTON, J. (2013) *Cidadania insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.
- INDISCIPLINAR. (2015) Nota pública do Grupo de Pesquisa Indisciplinar da Escola de Arquitetura da UFMG sobre as irregularidades jurídicas dos instrumentos urbanísticos no Isidoro. Belo Horizonte, 22 de junho. Disponível em: <<http://oucjh.indisciplinar.com/?p=940>>. Acessado em: 9 de novembro de 2016.
- JAPPE, A. (2006) *As aventuras da mercadoria: para uma nova crítica do valor*. Lisboa: Antígona.
- KOWARICK, L. (1979) *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- KURZ, R. (1992) *O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*.

São Paulo: Paz e Terra.

_____. (2014) *Dinheiro sem valor*. Lisboa: Antígona.

LEFEBVRE, H. (1989) *Quand la ville se perd dans une métamorphose planétaire*. Le Monde Diplomatique. Paris: Mai.

_____. (2009) *Le droit à la ville*. Paris: Ed. Economica; Anthropos.

LOHOFF, E.; TRENKLE, N. (2014) *La Grande Dévalorisation: pourquoi la spéculation et la dette de l'Etat ne sont pas les causes de la crise*. Paris: Post-Editions.

MAGALHÃES, F. (2016) Ocupações e o embate pelo direito à cidade em Belo Horizonte. In: LIBÂNIO, C. (org.). *Favelas e periferias metropolitanas: exclusão, resistência, cultura e potência*. Belo Horizonte: Favela é isso aí.

MARTINS, F. (2010) A (re)produção social da escala metropolitana: um estudo sobre a abertura de capitais nas incorporadoras e sobre o endividamento imobiliário urbano em São Paulo. São Paulo: *Tese de Doutorado em Geografia*, USP.

MARTINS, S. (2001) Rentismo e autoritarismo: fundamentos seculares de uma metrópole anticidadã. In: Spósito, M. E. B. (org.). *Urbanização e cidades: Perspectivas geográficas*. Presidente Prudente. UNESP.

_____. (2010) Por uma genealogia das lutas pelo direito à cidade. *XI Coloquio Internacional de Geocrítica*. Disponível em: <http://www.filo.uba.ar/contenidos/investigacion/institutos/geo_bkp/geocritica2010/593.htm>. Acessado em: 10 de novembro de 2016.

MARTINS, S.; GOMES, G. (2009) A verdade que está no erro: a importância do Estatuto da Cidade para a (re)valorização do espaço. *Revista da ANPEGE*. v. 5. São Paulo.

MARTINS, B. (2016) Do Modelo Crítico de Expansão do Setor Imobiliário Brasileiro ao Programa Minha Casa Minha Vida. *GEOgraphia*. n. 36. Niterói. Disponível em: <<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/viewArticle/722>>. Acessado em: 10 de novembro de 2016.

MARX, K. (2013 e 2014) *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo, Livro I; Livro II.

_____. (1986) *O capital: crítica da economia política*. São Paulo: Abril Cultural, Livro III, Tomos I e II.

MIRAGLIA, L. (2009) *Hugo Werneck: médico e construtor de sonhos*. Belo Horizonte: Conceito.

OLIVEIRA, F. de. (2003) O Estado e a exceção ou o Estado de Exceção? Belo Horizonte. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos Regionais*. V. 5, n. 1. Disponível em: <<http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/rbeur/article/view/84/68>>. Acessado em: 13 de novembro de 2016.

OLIVEIRA, P. de. (2016) *Breve história da violência estatal. Marx e o Marxismo*, v. 4. Disponível em: <<http://www.marxeomarxismo.uff.br/index.php/MM/article/download/127/120>>. Acessado em: 10 de novembro de 2016.

PAULANI, L. (2016) A acumulação e rentismo: resgatando a teoria da renda de Marx para pensar o capitalismo contemporâneo. *Revista de Economia Política*, vol. 36, n. 3 (144). Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rep/v36n3/1809-4538-rep-36-03-00514.pdf>>. Acessado em: 5 de dezembro de 2016.

ROLNIK, R. (2015) *Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo: Boitempo.

SANFELICI, D. (2013) A metrópole sob o ritmo das finanças: implicações socioespaciais da expansão imobiliária no Brasil. São Paulo: *Tese de Doutorado em Geografia*, USP.

SCHOLZ, R. (2013) El patriarcado productor de mercancías. Tesis sobre capitalismo y relaciones de género. *Constelaciones – Revista de teoría crítica*. Vol. 5. Disponível em: <<http://constelaciones-rtc.net/article/view/815/869>>. Acessado em: 13 de novembro de 2016.

SHIMBO, L. (2012) *Habitação social de mercado*. Belo Horizonte: Com Arte-BH.

VAINER, C. (2000) Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do planejamento urbano estratégico. In: *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes.

Sites consultados:

<http://freigilvander.blogspot.com.br/>

Data de submissão: 20/12/2016

Data de aceite: 21/11/2017

Data de publicação: abril/2018

A AUTONOMIA FRENTE À HIDRA CAPITALISTA: APORTES DA EXPERIÊNCIA ZAPATISTA

Renata Ferreira da Silveira*

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Marcelo Argenta Câmara**

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Resumo: O movimento zapatista mexicano, surgido à luz pública no início de 1994, construiu uma trajetória de progressiva territorialização de sua concepção de sociedade e, conseqüentemente, de sua estratégia de mobilização. Tal trajetória tem sua conclusão (provisória) na constituição dos Caracóis enquanto recortes territoriais autônomos, e das Juntas de Bom Governo enquanto instâncias políticas e sociais de condução da vida em sociedade. Este artigo toma como ponto de partida a reflexão sobre a experiência zapatista para nos questionarmos sobre as possibilidades de respostas à atual crise civilizatória capitalista.

Palavras-chave: Zapatismo. Territorialidades. Autonomia. Capitalismo.

AUTONOMY AGAINST THE CAPITALIST HYDRA: CONTRIBUTIONS FROM THE ZAPATISTA EXPERIENCE

Abstract: The mexican zapatista movement, which emerged in the public light at the beginning of 1994, has built a trajectory of progressive territorialization of its conception of society and, consequently, of its mobilization strategy. Such a trajectory has its (provisional) conclusion in the constitution of the Caracoles as autonomous territorial divisions, and of the Juntas de Buen Gobierno as political and social instances of conducting life in society. This article takes as its starting point the reflection on the zapatista experience to question ourselves on the possibilities of answers to the current capitalist civilizational crisis.

Keywords: Zapatismo. Territorialities. Autonomy. Capitalismo.

LA AUTONOMÍA FRENTE A LA HIDRA CAPITALISTA: APORTES DE LA EXPERIENCIA ZAPATISTA

Resumen: El movimiento zapatista mexicano, surgido a la luz pública a principios de 1994, construyó una trayectoria de progresiva territorialización de su concepción de sociedad y, consecuentemente, de su estrategia de movilización. Tal trayectoria tiene su conclusión (provisional) en la constitución de los Caracoles como recortes territoriales autónomos, y de las Juntas de Buen Gobierno como instancias políticas y sociales de conducción de la vida en sociedad. Este artículo toma como punto de partida la reflexión sobre la experiencia zapatista para preguntarse sobre las posibilidades de respuestas a la actual crisis civilizatoria capitalista.

Palabras clave: Zapatismo. Territorialidades. Autonomía. Capitalismo.

*Doutoranda em Geografia pela UFRGS. Av. Bento Gonçalves, 9500, prédio 43136, Bairro Agronomia, Porto Alegre (RS). E-mail: renatafsilveira@gmail.com

**Doutor em Geografia, professor adjunto do Departamento de Geografia da UFRGS. Av. Bento Gonçalves, 9500, prédio 43136, Bairro Agronomia, Porto Alegre (RS). E-mail: argentacamara@hotmail.com

No basta con avisar lo que vemos. Tenemos que decir también quiénes somos los que vemos. Porque los cambios que avistamos no son sólo allá afuera. Nuestra mirada hacia dentro también detecta cambios, y nuestra propia mirada ha cambiado. Entonces queda claro que, para explicar lo que miramos, tenemos que explicar nuestra mirada.

(...) No sólo alertamos sobre lo que se mira en el horizonte. También tratamos de dar cuenta de la mirada que somos.

Y entonces vimos que es importante la historia, es decir, cómo era antes; que es lo que sigue igual; que es lo que cambia. O sea, la genealogía.

Y para explicar la genealogía, tanto de lo que somos como de lo que vemos, necesitamos conceptos, teorías, ciencias.

Y para saber si esos conceptos son útiles, es decir, dan cuenta cabal de esa historia, es que necesitamos el pensamiento crítico.

(SupGaleano, 2015, p. 12-13)

Introdução

Segundo a mitologia greco-romana, os doze trabalhos de Hércules foram um conjunto de tarefas exigidas do famoso personagem para que tivesse acesso definitivo ao Olimpo, morada reservada aos deuses. Filho de Zeus com uma mortal, Hércules era dotado de força descomunal, e esses trabalhos eram tarefas que lhe exigiram habilidades sobre-humanas. Entre eles, derrotar a hidra de Lerna, animal com corpo de dragão e cabeças de serpente – sete, nove, ou mesmo inúmeras cabeças, a depender da versão do mito –, que, quando cortadas, eram substituídas por uma nova que nascia no lugar da que havia sido decepada.

Em maio de 2015, o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), movimento sediado no estado mexicano de Chiapas, abriu as portas de suas comunidades para receber simpatizantes e apoiadores de diferentes partes do mundo para um seminário internacional batizado “*El pensamiento crítico frente a la hidra capitalista*”. Percebe-se, pelo próprio nome do evento, que, para os e as zapatistas, o capitalismo é como a hidra enfrentada por Hércules. E que, em lugar do mítico semideus, a tarefa de enfrentar o monstro multifacetado cabe, agora, ao pensamento crítico.

Qual(is) seria(m) o(s) significado(s) dessa analogia? Em que, ou como, o capitalismo se parece a uma hidra? E se tomamos a analogia como correta, a quem cabe a tarefa de derrotá-la? Ao movimento zapatista? Ao pensamento crítico?

É possível enumerarmos algumas propostas/sugestões com a finalidade de encontrar o fio que une essas histórias tão distantes em tempo e origem. Mas talvez, antes, seja necessário responder a outro conjunto de perguntas que se impõe se quisermos conferir legitimidade às analogias que estão sendo propostas.

Pois, afinal, quem são os zapatistas? O que os “credencia” a promover seminários, a convocar a comunidade internacional e, acima de tudo, a provocar o pensamento, a crítica e a ação a partir das reflexões nascidas dessas comunidades remotas dos distantes rincões do sudeste mexicano?

Este artigo propõe uma reflexão, a partir da experiência zapatista – sua trajetória e o pensamento que com ela emerge –, sobre as características do atual momento capitalista. A metodologia aplicada será a mesma sugerida pelos próprios zapatistas, citada na epígrafe deste trabalho: para refletir sobre sua “visão” – a hidra capitalista –, começaremos por explicar o que “são” – o movimento, sua genealogia e sua trajetória – e, nesse percurso, recorreremos à reflexão teórico-conceitual. Através dessa metodologia, buscamos oferecer aportes para a renovação do pensamento crítico e, em especial, do pensamento crítico no campo do conhecimento chamado Geografia.

Breve genealogia do zapatismo (ou, “para explicar lo que miramos, tenemos que explicar la mirada que somos”)

Dotados de uma carga mítica, os e as zapatistas são mundialmente conhecidos e conhecidas. A imagem de um homem ou de uma mulher com o *pasamontañas*¹ e um *paliacate*² já não causa tanto estranhamento e remete, quase sempre, a um certo movimento indígena mexicano, assim como a um certo desconforto nas esferas de poder.

O movimento tem sua origem na reconfiguração dos setores de esquerda que acontecia, em escala global, no final da década de 1960. O México havia sido palco de um dos episódios mais marcantes do mítico ano de 1968 – o massacre de Tlatelolco –, o que intensificava os questionamentos aos rumos assumidos pela “revolução” sob a condução do Partido Revolucionário Institucional (PRI)³. Foi nesse ambiente que, em agosto de 1969, foram fundadas as Forças de Libertação Nacional – FLN, grupo guerrilheiro de caráter indígena-maoista com reivindicações voltadas, principalmente, à reforma agrária.

A alta repressão do Estado e as divergências ideológicas internas levaram à crescente desarticulação

¹Balaclava, gorro de lã que cobre completamente a cabeça de quem o veste, deixando apenas os olhos descobertos.

²Lenço ornamental de cor predominantemente vermelha, com motivos maias, utilizado sobre os ombros ou cobrindo o rosto.

³Fundado ao final da década de 1930, o PRI era o partido que, supostamente, daria prosseguimento às conquistas da Revolução Mexicana a partir de sua institucionalização. O apego ao poder, do qual só foi afastado no ano 2000, fez com que seus governos ficassem conhecidos como a “ditadura perfeita”, uma vez que conferiam um verniz “democrático” e “revolucionário” ao velho jogo de conchavos da política latino-americana.

da FLN e à constituição de um grupo de cinco guerrilheiros e de uma guerrilheira de origem indígena que decidiram viver nos ambientes de selva das montanhas do estado de Chiapas para lá, possivelmente, articular a formação de um foco de guerrilha. O estabelecimento e a convivência desse grupo junto às comunidades maias transformaram o perfil da ação originalmente prevista, com a crescente incorporação de referenciais próprios das culturas locais. Assim, em 17 de novembro de 1983, era fundada a organização clandestina indígena, de caráter militar, Exército Zapatista de Libertação Nacional – EZLN.

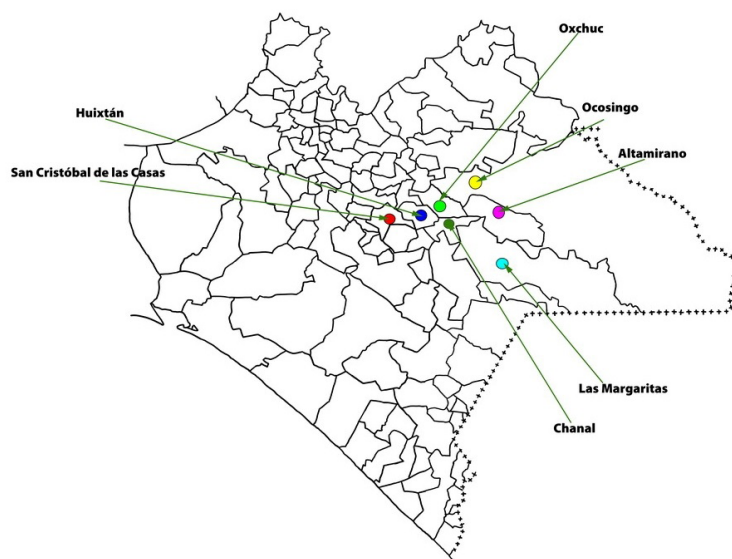
Chiapas era, na época, um dos estados mexicanos que vivia de forma mais direta o impacto das transformações políticas e econômicas que antecederam o chamado período neoliberal. A estrutura agrária fortemente camponesa do estado sofria com a pressão por parte das grandes multinacionais mineradoras e do agronegócio pela possibilidade de apropriação do território pela iniciativa privada e/ou dos grandes *terratenientes*, numa ação legitimada pelo Estado.

As políticas neoliberais que estavam (e ainda estão) sendo implementadas em alguns países da América Latina levaram, no caso do México, ao avanço das negociações para a implantação do Tratado de Livre Comércio com os Estados Unidos e Canadá (NAFTA). Para que houvesse a assinatura do acordo, o México era pressionado a promover uma adequação de sua legislação de forma a retirar empecilhos protecionistas que impedissem a atuação do setor privado estrangeiro

no mercado interno mexicano. Assim, em janeiro de 1992, foram anunciadas alterações no artigo 27 da Constituição mexicana, alterando temas fundamentais da estrutura fundiária no país, legados da Revolução Mexicana de princípios daquele século⁴. Com as reformas, os ejidos, terras de propriedade estatal concedidas à posse e usufrutos comunitários inalienáveis, passaram a ter autorizada sua titulação e seu parcelamento, tornando-se, assim, um componente na apropriação funcional dos territórios ejidais/indígenas pelo avanço das políticas neoliberais.

O EZLN, que nesse período atuava na clandestinidade, incorpora a insatisfação popular com as reformas conduzidas pelo governo e, após consulta às comunidades tzotzil, chol, tojolabal e tzeltal, decide pela estratégia das armas como forma de exigir o respeito às garantias constitucionais. Assim, no dia 1 de janeiro de 1994, ao mesmo tempo em que era celebrada a formação oficial do Nafta, o movimento zapatista irrompia à luz pública, numa das imagens mais marcantes de qualquer retrospectiva que remeta ao pós-Guerra Fria no que diz respeito à política e aos movimentos sociais contemporâneos: milhares de homens e mulheres, jovens, idosos e crianças, marchando armados e com os rostos encapuzados nas cidades de San Cristóbal de Casas, Altamirano, Huixtán, Ocosingo, Las Margaritas, Oxchuc e Chanal. Na sede de cada governo municipal ocupada, os zapatistas leram a “Primeira Declaração da Selva Lacandona”, de onde emana a consigna que ficaria célebre: “Ya Basta!”.

Figura 1 – Povoados tomados pelo EZLN em 1 de janeiro de 1994



Fonte: Centro de Documentación sobre Zapatismo (<http://www.cedoz.org/site/galerias/207.jpg>)

⁴Em nome da utilidade pública, as alterações ao artigo 27 são promulgadas em 6 de janeiro de 1992, data a partir da qual os *ejidos* podem ser expropriados pelo Estado e vendidos. Com esse ato, o governo mexicano assina a sentença de morte das comunidades indígenas de Chiapas” (GENNARI, 2005, p. 27).

A tática para os zapatistas, na época, foi a de reafirmar o papel da Constituição como documento legitimador dos direitos indígenas, em meio ao avanço das políticas neoliberais em território mexicano. Era, portanto, uma reivindicação através do Estado e uma solicitação de diálogo (ainda que a guerra tenha sido declarada) utilizando, inclusive, o estatuto de cidadania mexicana. Na Declaração observa-se também, além da publicização da identidade indígena zapatista como motor do EZLN, a conclamação às organizações internacionais para observação e mediação do conflito.

A aparição pública, o levante armado e a "Declaração" são fatos que evidenciam uma concepção estratégica construída no período de clandestinidade para posterior aparição ao mundo. Esses elementos nos apresentam um processo de reconstrução territorial (reterritorialização) a partir da dimensão do simbólico, da luta na escala local e pela construção de um sentido de lugar. Já a escala global traz a proposta de uma geopolítica a partir dos "de baixo", através da formação de territórios-rede que articulem experiências análogas em distintas partes do mundo. Compreende-se, aqui, o uso da tecnologia e da informação como componentes constitutivos da estratégia e da territorialização zapatistas.

As relações geopolíticas, tanto no diálogo entre os Estados nacionais até as relações de movimentos sociais e partidos políticos de esquerda em nível internacional, se aprofundaram com a reação do governo Salinas, que optou por três caminhos: um, guiado pela ação das forças armadas, que executaram centenas de indígenas zapatistas por onde passavam, deixando também um rastro de estupros e de espancamentos; o segundo foi a tentativa de deslegitimação pública do EZLN, afirmando-se que os zapatistas estavam a serviço de forças guerrilheiras da América Central e da América do Sul, e sustentando-se que não era um movimento de indígenas e que não os representava, oferecendo, então, anistia para aqueles que "pedissem perdão" e que depusessem as armas (GENNARI, 2005).

O apelo do EZLN à comunidade internacional e a comoção pública frente à guerra civil e ao massacre proporcionado pelo Estado levaram a mobilizações multitudinárias, tais como a do dia 12 de janeiro daquele ano, quando dezenas de milhares de pessoas marcharam em protesto na Cidade do México para exigir o cessar-fogo. Esse momento foi crucial para os zapatistas repensarem o diálogo com a sociedade civil. A partir daí, surgiram dezenas de documentos, declarações, comunicados, convocatórias, livros e eventos que cumpriram o papel de diálogo político com a sociedade civil mexicana e internacional.

Pode-se afirmar que o principal resultado dessa mobilização nacional e internacional foi o surgimento da proposta de cessar-fogo e de abertura de uma mesa de negociações pelo governo Salinas, então sob fortes pressões interna e externa. Os diálogos entre representantes do governo e delegados zapatistas tiveram início em 20 de fevereiro na Catedral de San Cristóbal de Las Casas, período em que o EZLN começava a abrir suas comunidades para o público e para a imprensa, ação vista como estratégica para a qualificação do diálogo com a sociedade civil.

Seis meses após sua aparição pública, era lançado o segundo documento com as posições políticas, aspirações e próximos passos dos zapatistas. As declarações ganharam o tom de documento oficial, e a estratégia colocada agora não apostava mais nas negociações com o Estado e sim na consolidação das comunidades zapatistas e na construção do caráter político do EZLN, para além do caráter militar.

Todavia, a segunda declaração, assim como as demais entrevistas e os documentos desse período, colocava ainda o anseio de que uma nova cultura política vinda dos zapatistas traria, conseqüentemente, uma nova cultura para os partidos políticos. Buscando uma maior abertura do campo político e a despolarização de um cenário dominado pelo PRI e pelo Partido Acción Nacional (PAN), os zapatistas convocavam à Convenção Nacional Democrática – CND:

Nos dirigimos aos nossos irmãos das organizações não governamentais, das organizações não camponesas e indígenas, trabalhadores do campo e da cidade, professores e estudantes, donas de casa e colonos, artistas e intelectuais, membros dos partidos independentes, mexicanos: os chamamos para um diálogo nacional sobre o tema da Democracia, Liberdade e Justiça. Por isso, estamos lançando este convite para a realização de uma Convenção Nacional Democrática. (EZLN, 2016, p. 77)

A proposta da CND era reflexo da conjuntura política mexicana para além da relação Estado *versus* EZLN, convertendo-se também em tática de reconstrução do Estado a partir da participação da sociedade civil, numa plataforma propositiva e não apenas de diálogo, como vinha acontecendo e que acabava expondo a organização indígena zapatista tanto no aspecto militar como no político e nas relações comunitárias. A CND teve duração de cinco dias (de 5 a 9 de agosto de 1994), e contou com a participação de "cerca de 7 mil pessoas de todos os estados do México, além de centenas de observadores internacionais e representantes dos meios de comunicação, (que) responderam à convocação zapatista" (GENNARI, 2005, p. 53). Porém, as disputas internas entre correntes ideológicas e a sobreposição de

agendas partidárias nas decisões da CND incapacitaram a tentativa de construção de uma frente ampla de oposição que superasse a política dos partidos. Ainda assim, cabe o reconhecimento de que este foi o primeiro chamado público de organização paralela ao governo e de exposição da organização comunitária zapatista no âmbito internacional, o que resultou no fortalecimento da imagem política e simbólica do EZLN, assim como na formação espontânea de uma rede de solidariedade internacional.

Nos mesmos dias em que acontecia a conferência, foi anunciada a nova estratégia do movimento: a criação dos *Aguascalientes*, territórios constituídos para serem a sede das atividades político-culturais promovidas pelos zapatistas, como o Fórum Nacional Indígena, o Encontro Nacional de Comitês Cívicos para o Diálogo Nacional, o Fórum Especial para a Reforma de Estado, o Primeiro Encontro Intercontinental pela Humanidade e contra o Neoliberalismo e o Primeiro Encontro Intergalático (todos ocorridos em 1996), assim como do diálogo e da articulação do movimento com a sociedade civil nacional e internacional, movimentos sociais, partidos, imprensa etc. Foram constituídos cinco *Aguascalientes* em cinco municípios: La Realidad, Oventic, La Garrucha, Morelia e Roberto Barrios.

Ao mesmo tempo, o EZLN rompia o cerco militar através da criação de 32 Municípios Autônomos Rebeldes Zapatistas (MAREZ). Esses municípios possuíam toda uma institucionalidade paralela à do Estado (registros de nascimento, casamento, escolas, conselho municipal, secretário de assuntos agrários, comitê de saúde, justiça, educação etc.) (ALONSO; ALONSO, 2015, p. 78). Para o governo mexicano, o anúncio desses territórios mais ou menos autogestionados, mais ou menos afinados ideologicamente, significava uma clara afronta ao Estado, e, novamente, o PRI colocou os *Aguascalientes* e os MAREZ sob ataque das Forças Armadas Nacionais, mesmo com o fim do cerco militar zapatista.

Porém, esta decisão política do PRI teve grande repercussão pública e desencadeou diversas manifestações nacionais e internacionais em solidariedade aos zapatistas. Na sequência dos fatos e com medo da opinião pública, o Estado, através do Poder Legislativo, interveio com a aprovação da "Lei para o diálogo, a conciliação e a paz digna em Chiapas". Com o apoio de parte da população e sob os olhos atentos de organizações sociais internacionais e nacionais, o EZLN e o governo assinaram, em fevereiro de 1996 e como resultado de quatro meses de negociações, os "Acordos de San Andres":

reconhecimento, como garantia constitucional, do direito de autodeterminação dos povos indígenas (especialmente levando em conta o fato de o México ser signatário da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho)⁵; a realização de reformas legais e constitucionais visando ampliar a participação e a representação política local e nacional dos povos indígenas, conformando um novo federalismo; a garantia do acesso pleno dos povos indígenas aos instrumentos jurídicos do Estado, e sua adaptação às suas especificidades culturais e seus sistemas normativos internos. (BRANCALEONE, 2012, p. 262)

Porém, os Acordos não foram respeitados pelo governo mexicano. Ao contrário, ao passo que o governo ignorava os diálogos, diferentes estratégias de enfraquecimento político e de isolamento social eram adotadas contra o EZLN: forças paramilitares instigadas e acobertadas pelo próprio governo – alguns setores mais discretos do exército, forças civis armadas – protagonizavam massacres contra populações indígenas, que viam, ao mesmo tempo, seus protestos serem criminalizados. Essas estratégias fizeram que, além do abatimento do EZLN, surgisse uma nova postura do movimento em relação aos acordos firmados com os partidos políticos (que haviam pressionado pela assinatura dos Acordos, numa tentativa de estabilização do cenário político e social com nítidos fins eleitorais).

Os *Aguascalientes* também foram, além de agrupamentos maiores de referência para os MAREZ, uma articulação espacial de territórios descontínuos onde "*comenzaron a expresar la posibilidad de materializar espacialmente los ideales libertarios de justicia y democracia, en un despliegue territorial de regiones autónomas pluri-étnicas*" (ITZU LUNA, 2013, p. 117). A autonomia passava a ser, então, a base de princípios e ações na totalidade do movimento. A criação dos MAREZ também representava a territorialização da luta pela autodeterminação dos povos indígenas no México, com toda sua representatividade material e simbólica para a história da luta zapatista. As relações de poder intrínsecas ao território, suas apropriações, manifestações e subjetividades levam a um olhar atento aos sujeitos que estão envolvidos no processo de apropriação do espaço e ao significado a este atribuído por eles (SOUZA, 1995), tecendo, então novas territorialidades.

A configuração dos MAREZ enquanto território político também se amparava, no aspecto jurídico, na implantação de um conjunto de leis, tais como as "Leis Revolucionárias Zapatistas", a "Lei Revolucionária Indígena" e a "Lei Revolucionária das Mulheres". Hibridizavam-se formas de governo comunitárias

⁵Aprovada em junho de 1989, a Convenção sobre Povos Indígenas e Tribais da Organização Internacional do Trabalho, conhecida como Convenção n. 169, é um dos principais documentos de referência no que diz respeito aos direitos coletivos dessas comunidades, versando, em especial, sobre a questão do direito à autogestão autônoma em seus territórios ancestrais.

[...] o governo e o EZLN assinaram um documento onde constavam os seguintes compromissos: o

tradicionais, de herança maia, com referências mais inovadoras – como no caso da Lei das Mulheres –, o uso intenso de estratégias e tecnologias de comunicação e as relações com organizações não indígenas.

De 2001 até 2003 foram registradas 82 denúncias de violência contra as comunidades zapatistas, sendo que em 2002 aumentaram as ações de paramilitares contra as bases do movimento (ALONSO; ALONSO, 2015). A decisão dos zapatistas diante da violência e da repressão foi de emitirem comunicados e declarações através do Subcomandante Insurgente Marcos dizendo que adotariam as resoluções do acordo de San Andres (ainda que) unilateralmente. Acreditava-se, em meados de 2003, que os zapatistas estavam enfraquecidos e que tinham perdido forças devido aos ataques do Estado e dos paramilitares. Mas, ao contrário, o movimento estava, na verdade, amadurecendo e criando novas estratégias dentro das relações de poder.

A reorganização territorial decidiu, então, por acabar com os *Aguascalientes*, pois estes não possuíam mais o sentido que se propusera outrora, qual seja, o de espaços de troca de saberes e de desenvolvimento da autonomia para as comunidades zapatistas. Ainda assim, da fundação ao final dos Aguascalientes, passando pela organização dos MAREZ, a ruptura cada vez mais evidente com o Estado se tornava componente fundamental para as novas territorialidades zapatistas.

Enquanto o EZLN guardava um período de silêncio em sua relação com a sociedade civil, os municípios rebeldes foram trabalhando cada vez mais a cultura de resistência e de autonomia, forjando territorialidades a partir da escala local/municipal e da sua organicidade:

[...] desde el inicio [os MAREZ] se definieron no sólo como un espacio que delimitaría el "control territorial", en el sentido de una expresión territorial simbólico-política de construcción de una vida de libertad, democracia y justicia desde la dignidad. (ITZU LUNA, 2013, p. 117)

Em 10 de agosto de 2003 foram inaugurados, com grande comemoração, os Caracóis Zapatistas e as Juntas de Bom Governo (JBG) com a função de serem "*puertas para entrar las comunidades y para que las comunidades salieran*". Ser "*como la boca para sacar lejos su palabra y escuchar la del lejos este*" (SubCOMANDANTE MARCOS, 2013).

[...] la propuesta zapatista era organizar, en vez de los aguascalientes, los llamados caracoles, nombre de la sede del territorio geográfico que regirían cinco Juntas de Buen Gobierno en los municipios autónomos. (...) se encerraba una pedagogía del zapatismo hacia la sociedad civil. Ante la negativa del estado mexicano de dar pleno reconocimiento a los derechos indígenas y hacer realidad legislativa los acuerdos de San Andrés, los zapatistas anunciaban que harían realidad esos

acuerdos en la práctica diaria. De hecho, de esta misma forma habían ido consolidando lentamente sus municipios autónomos. (ALONSO; ALONSO, 2015, p. 208)

E cada Caracol passou a ter novos nomes, com outras simbologias: I – La Realidad: madre de los caracoles del mar de nuestros sueños; II – Morelia: torbellino de nuestras palabras; III – La Garrucha: resistencia hasta un nuevo amanecer; IV – Roberto Barrios: el caracol que habla para todos; V – Oventic: resistencia y rebeldía por la humanidad. Ressalta-se que para a festa de inauguração dos Caracóis não foram convidados nem partidos políticos nem órgãos governamentais. A ruptura para os zapatistas estava clara. Entre os esclarecimentos feitos para os novos territórios rebeldes estavam:

O EZLN não deveria ser a voz dos que mandam (...) por que o zapatismo era a voz dos de baixo, dos governados; o EZLN tinha a missão de defender os MAREZ e as Juntas de Bom Governo; os MAREZ e JBG deveriam recorrer às forças milicianas do EZLN para auxiliar no governo dos territórios rebeldes. Tinham que governar recorrendo à razão e não à força; o papel do exército é para defender e não para governar. (SubCOMANDANTE MARCOS, 2013)

As JBG se tornaram o primeiro "órgão formal" de administração dos municípios autônomos, assumindo também novas funções, de acordo com este novo ordenamento territorial, entre elas: (a) ser ponte entre as comunidades e o mundo; (b) mandar obedecendo; (c) mediar conflitos e violações dos direitos humanos; (d) vigiar e apoiar os projetos e tarefas comunitárias; (e) estar atentos ao cumprimento das leis zapatistas; (f) guiar as visitas aos caracóis; (g) promover projetos construtivos; (h) instalar acampamentos de paz. E, assim como nos caracóis, as JBG escolheram cinco nomes, eleitos pelos conselhos autônomos: I – Hacia la esperanza; II – Corazón del arco-íris y de la esperanza; III – Camino del futuro; IV – Nueva semilla que va a producir; V – Corazón céntrico de los zapatistas.

As JBG, os Caracóis e a reaparição do EZLN com uma postura cada vez mais política em relação ao movimento originalmente bélico-militar, reerguendo e rearticulando o movimento indígena mexicano sob a bandeira da autonomia:

Después de la reaparición del EZLN, 75 organizaciones indígenas de todo el país se reunieron en Chiapas. Defendieron los procesos de autonomía que se estaban ensayando y argumentaron (...) la autonomía era la alternativa. Hicieron su Plan Zapatista Reali-ti. El Consejo Guerrerense Indígena se puso a estudiar los Caracoles. En Veracruz (...) intencionaron crear JBG. Comunidades indígenas de Michoacán anunciaron que formarían 18 municipios autónomos. (...) veían las JBG como un excelente instrumento de democracia popular. Y algunos sindicatos ligados a la Convergencia Sindical y Social apoyaron la

autonomía zapatista. (ALONSO; ALONSO, 2015, p. 185-186)

Essas novas instâncias definiram novos planos e decisões de funcionamento e organicidade, ressaltando a autonomia zapatista, que não implicava “fragmentar” ou criar um movimento separatista no México, mas sim o direito de se autogovernar, reafirmando a identidade mexicana e indígena.

Ao mesmo tempo, enquanto os zapatistas fortaleciam formas de organização socioespacial paralelas ao Estado (e também contra o Estado), setores do governo se alinhavam em reanimar as forças paramilitares e as ações de repressão às comunidades zapatistas.

Quando tais interesses são colocados em jogo, o Estado não nega o recurso à violência como forma de restituir o domínio sobre tais espaços. (...) o controle territorial é justamente o ponto de tensão que a existência dos territórios autônomos zapatistas oferece ao estado mexicano. (ALKMIN, 2015, p. 60)

A hidra capitalista (ou “No basta con avisar lo que vemos”)

A trajetória do movimento zapatista, desde sua formação na clandestinidade, passando pelo espetacular surgimento à luz pública, culminando (sem se encerrar) no momento atual simbolizado pelos Caracóis e pelas JBG, nos mostra as transformações e a complexificação pela qual passa a compreensão que o movimento faz de si próprio e dos/das oponentes com os quais se enfrenta.

Do movimento surgido a partir do deslocamento de um pequeno grupo de militantes formados em ambientes urbanos, que propunham uma espécie de sincretismo entre orientações maoistas e práticas indígenas, ao momento atual, uma primeira observação que nos é permitida fazer é a de sua crescente *indianização*. Se a aparição pública, com armas em punho e rostos cobertos, fez lembrar das guerrilhas de libertação nacional que marcaram a paisagem social do continente latino-americano nas décadas de 1960 e 1970 – e, afinal, não era exatamente esse o objetivo impresso no nome do movimento? –, seu progressivo afastamento da política em suas esferas e concepções instituídas e tradicionais é evidência suficiente, talvez até mesmo incontestável, de que se fala aqui de uma *outra* política. Tão *outra*, tão não usual, que ainda hoje parece ser de difícil compreensão e interpretação para diversos setores, em especial – o que não chega a ser surpreendente – para aqueles vinculados à política partidária no campo das esquerdas.

Em que pesem as distintas faces apresentadas pelo movimento nessa sua trajetória de pouco mais de trinta anos de existência, é possível afirmar que seus objetivos estiveram sempre presentes e que, até mesmo,

sofreram poucas alterações nessa caminhada. O que sim sofreu alterações foram as táticas adotadas para a consecução desses objetivos. Se a aparição pública permitiu a muitos supor que se tratava de um movimento que propunha a tomada do Estado através das armas em punho – como as Revoluções Cubana e Sandinista, de memórias ainda recentes no imaginário popular latino-americano –, a Primeira Declaração da Selva Lacandona não permitia maiores dúvidas: o conflito evidenciado ali não era pontual, mas sim o resultado do acúmulo de 500 anos de lutas. O EZLN denunciava as condições de precariedade a que estava submetida a população *chiapaneca*, reiteradamente explorada em todos os momentos da trajetória histórica do país (mencionados um a um ao longo do texto da declaração). Ao aludir à memória de Emiliano Zapata como eixo articulador de sua caminhada, o EZLN recorria à Constituição originada na mesma Revolução que teve Zapata como um de seus maiores líderes, para afirmar seu direito soberano e inalienável ao autogoverno. As armas eram um recurso reconhecidamente final em sua demanda, e eram empunhadas como uma forma de exigir e de proteger uma liberdade garantida constitucionalmente, frente à guerra não declarada de que eram vítimas.

Como se nos faltassem evidências da clareza dos objetivos do movimento, recordemos que o estopim de sua decisão pela luta armada foi, exata e precisamente, a alteração do emblemático artigo 27 da Constituição mexicana, realizada em 1992 durante o governo neoliberal de Salinas de Gortari, sob os auspícios da ingerência estadunidense. O artigo que representava o último emblema daquela fundamental Revolução, que garantia a proteção do Estado mexicano às terras comunitárias – com todo o aparato estatal que se criara para apoiar política e economicamente aquelas comunidades –, era desmantelado em nome de uma suposta modernização do campo e das práticas agrícolas com vistas ao ingresso competitivo no mercado global. A alteração do artigo 27 era, de fato, o fim da Revolução Mexicana e das políticas pelas quais milhares de camponesas e camponeses haviam lutado e dado suas vidas. Era a consolidação de um processo político e econômico, de tons neoliberais, para o qual as comunidades camponesas eram um empecilho a ser eliminado. Zapata, então, voltava à vida para se colocar diante da dilaceração de seu legado. Agora, porém, multiplicado em milhares de homens e mulheres de rostos cobertos e de armas em punho.

A relação – temporária, ressalve-se – que o EZLN manteve com os partidos políticos de esquerda também não deve confundir nossa interpretação. Em primeiro lugar, porque é compreensível a simpatia, ou mesmo o entusiasmo, com que os zapatistas foram recebidos

no campo de uma esquerda institucional em estado de atordoamento, ainda não recuperada do fim da utopia soviética – utopia para quem? – e confusa pelo avanço quase incontrolável das políticas neoliberais no país e no continente. Nesse cenário de perda da capacidade de mobilização, o surgimento de um movimento como o zapatista, que despertou comoção e intervenções públicas de dimensões multitudinárias, era um alento para a sobrevivência de partidos e políticos a eles associados.

Se é verdade que a aproximação com os partidos não foi rechaçada pelos zapatistas, que não se diga que isso significava alguma estratégia oficial do movimento. Como visto anteriormente, as esferas de discussão propostas e efetivamente promovidas pelos zapatistas chamavam à participação os mais amplos setores da sociedade, numa expressão clara de uma articulação com “*los de abajo*”. Mas os partidos, enquanto formas de participação política cujo horizonte é o Estado, não conseguem – desejam? – atuar fora das margens instituídas dentro das quais operam. E ficou claro, desde o princípio, que o “apoio” aos zapatistas era moeda de troca para o apoio nos pleitos eleitorais. E que as agendas partidárias teriam sempre o papel de protagonista nessa (frustrante) aliança.

Percebe-se que há uma caminhada lenta, progressiva – ainda que com alguns reveses e/ou recuos estratégicos –, em direção a um preceito/conceito fundamental para o entendimento da experiência zapatista: a autonomia. Afinal, não é autonomia o que se exige quando se alude à Constituição mexicana para que se cumpra o direito ao autogoverno? Não é autonomia o que está em jogo quando se recusa o dirigismo político-partidário sobre a condução do movimento? Ou, em sentido contrário, não é uma condição heterônoma⁶ o que se combate, enfrenta e se busca superar?

Observe-se que a escolha das palavras adotadas aqui não é aleatória: a autonomia, para os e as zapatistas, não é conceito, formulação externa – heterônoma – adotada de acordo a alguma conveniência; a autonomia é preceito, é condição de existência. Há, aí, um sentido inverso em relação ao trajeto tradicionalmente percorrido pelo pensamento crítico, que é formulado, inicialmente, no ambiente fechado da academia para, posteriormente, “guiar” as aspirações dos movimentos populares. O movimento zapatista reflete a partir de suas próprias condições de existência para formular, de maneira autônoma, seus princípios e objetivos que podem, sim, alimentar a discussão teórico-conceitual.

Percebe-se, é certo, uma convergência entre os princípios e ideologias do movimento, e formulações

teóricas e conceituais oriundas de diferentes geografias e de diferentes calendários. Mas nisso reside a riqueza da sociodiversidade, nas trocas, naquilo que Santos (2008) denomina “teoria da tradução”, a identificação de nexos e a construção de eixos comuns. Em outras palavras: os e as zapatistas não dependem dos conceitos e teorias acadêmicas para construir sua ação. Nós, que viemos de outras geografias, é que nos amparamos em correntes teóricas diversas para tentar interpretá-los e, de alguma forma, “traduzir” o movimento de acordo com nosso léxico e com nossas referências teórico-conceituais.

Nesse sentido, voltamos ao ponto da dificuldade que o mundo “ocidental” teve na interpretação do movimento zapatista. O pensamento marxista não apenas quis enquadrá-los numa leitura referenciada nas contradições econômicas do capitalismo, como os partidos socialistas, no México e fora dele, ainda hoje se ressentem da ausência dos e das zapatistas nas trincheiras da sua “revolução”. Já os pós-estruturalistas e pós-modernistas optaram por inseri-los na classificação de “Novos Movimentos Sociais”, esquecendo-se de que essa leitura havia sido construída sobre sujeitos, eventos e mobilizações de uma origem e tempo – a geografia e o calendário – específicos e, mais do que isso, eram movimentos construídos a partir de contradições internas de sociedades de matriz ocidental. E, não é demais recordar, os próprios zapatistas se apresentaram como sendo o resultado de 500 anos de lutas o que, convenhamos, não pode ser caracterizado como “novo”.

Uma possibilidade que nos parece bastante adequada para enfrentarmos a exigência de “encaixar” (ou não) o movimento zapatista em alguma “gaveta” do conhecimento acadêmico vem de uma formulação do boliviano Luis Tapia (2008): o zapatismo não seria um “movimento social”, mas sim um “movimento *societal*”. Para o autor, “movimento social” é uma categoria criada na Academia “ocidental” para a leitura de sujeitos e fenômenos próprios dessa matriz societária específica⁷. Já o “movimento *societal*” é um movimento

que no proviene de la acción colectiva generada en el seno de estructuras modernas de vida social, sino de estructuras comunitarias de sociedades y culturas no modernas, pero que hacen política para demandar al gobierno una mayor integración y reconocimiento (...). Se trata de formas sociales y políticas de origen no moderno que se movilizan contra los efectos expropiadores de su territorio y destructores de sus comunidades causados por los procesos modernos de explotación de la naturaleza. (TAPIA, 2008, p. 63)

Movimentos *sociais* são, portanto, sociedades que

⁶Como afirma Souza, “a heteronomia ocorre quando as leis e normas que regem uma sociedade são deliberadas não pelo conjunto dos indivíduos pertencentes a essa sociedade de maneira lúcida e com conhecimento de causa, mas impostas de cima para baixo (opressão interna), de fora para dentro (opressão externa) e/ou ‘divinizadas’ ou ‘naturalizadas’” (SOUZA, 2001, p. 158-159).

⁷“La noción de movimiento social emerge para pensar la constitución de sujetos críticos dentro de un tipo de sociedad; en este sentido es resultado de las contradicciones propias de un tipo de sociedad y el sistema de sus relaciones sociales, y se dirige a reformarla desde adentro, aunque contenga un proyecto de revolución o sustitución amplia de estructuras” (TAPIA, 2008, p. 62-63).

se mobilizam no seio de uma forma (outra) de sociedade dominante. São “movimentos de sociedades”, entendidas não apenas como mero agrupamento de indivíduos, mas como um conjunto singular de significados sociais construídos e partilhados coletivamente. Castoriadis (2002), autor vinculado ao pensamento autonomista e emancipatório, defende que essa singularidade das sociedades é constituída pelo que ele denomina “magma das significações imaginárias sociais”:

Há, portanto, uma unidade da instituição total da sociedade; observando-a mais de perto, descobrimos que essa unidade é, em última instância, a unidade e a coesão interna do tecido imensamente complexo de significações que impregnam, orientam e dirigem toda a vida daquela sociedade e dos indivíduos concretos que, corporalmente, a constituem. Esse tecido é o que eu chamo de magma das significações imaginárias sociais trazidas pela instituição da sociedade considerada, que nela se encarnam e, por assim dizer, a animam. (CASTORIADIS, 2002, p. 239)

A autonomia seria, então, a capacidade e a condição de construir para si, individual ou coletivamente, as instituições⁸ que configuram formas específicas de sociedade, acordes às necessidades e aos anseios e aspirações daqueles que dela participam. Ela não se consolida, portanto, exclusivamente no espaço etéreo dos pensamentos ideais: ela deve ser posta em prática, exercitada, construída e materializada em espaço. A autonomia é a autoinstituição da sociedade que, nesse mesmo processo de pensar-se a si mesma, constrói um território que é a materialização espacial desse conteúdo social específico⁹.

O vínculo conceitual sugerido aqui entre autonomia e território é análogo ao vínculo estabelecido na prática pelo movimento zapatista no processo de constituição dos *Aguascalientes*, dos MAREZ e, posteriormente, dos Caracóis: não haveria como viver de forma autônoma sem a constituição de espaços para o exercício dessa autonomia. A instituição de um novo imaginário social requer a instituição concomitante de uma outra territorialidade, de uma outra leitura das relações entre sociedade e espaço.

Temos então, novamente, uma contribuição dos zapatistas ao debate teórico-conceitual. Afinal, o significado dado pelo movimento aos seus territórios ultrapassa em muito a associação unívoca e unifuncional entre Estado (ou Capital, do qual é agente) e território,

entendido como mera base material, fonte de recursos “naturais” e “humanos” – distinção que está na base da racionalidade moderna – apropriados/dominados de forma indistinta para a consecução de uma única racionalidade, de um único imaginário.

Os zapatistas demonstram, na prática, que a construção da autonomia – e, por extensão, dos territórios autônomos – se dá através de múltiplas dimensões da existência. Um território não é, nem nunca será, apenas o resultado da apropriação material dos “recursos” disponíveis para fins de solução das necessidades igualmente materiais. Um território é essa apropriação material, mas é, igualmente, a compreensão de mundo e os significados construídos concomitantemente a essa apropriação física. São dimensões materiais e simbólicas que se imiscuem, se interinfluenciam, que se constroem mútua e concomitantemente. Dimensões por vezes não materiais que possuem uma contraparte concreta visível no espaço. O território é, para os e as zapatistas, aquilo que, em outra geografia, Porto-Gonçalves (2002) denominou como sendo uma “categoria espessa”, pelo fato de que sua constituição implica todo um conjunto de práticas políticas, econômicas, sociais e culturais, que materializam, enquanto configuração territorial, um determinado imaginário social. Um território não é uma, mas múltiplas dimensões envolvidas na apropriação do espaço.

Múltiplas, como múltiplas são as cabeças da hidra ... A imagem do capitalismo como uma hidra, proposta pelo EZLN, nos parece fundamental para compreender que, muito mais do que um modo/sistema de produção/gestão econômica, o capitalismo é um modelo civilizatório, uma significação imaginária social que, portanto, influencia (ou mesmo determina) as condições vividas em múltiplos campos de existência a partir de um conjunto específico de fatores e elementos utilizados de acordo à sua instrumentalidade.

Tomar como referência a analogia da hidra significa reconhecer e afirmar que a economia – ou as relações econômicas – é “apenas” uma das cabeças da hidra capitalista – não a única, nem a mais importante. Significa reconhecer as múltiplas dimensões da existência dominadas pelo imaginário social instituído pelo capitalismo. Reconhecer o capitalismo enquanto modelo civilizatório significa reconhecê-lo enquanto um imaginário específico de sociedade, com toda a complexidade que essa interpretação carrega. Reconhecê-lo enquanto imaginário significa reconhecer que se trata de uma dominação que abrange as diferentes esferas das relações sociais, em suas formas de ser, de fazer, de criar, de produzir, de relacionar-se entre si e com os e as demais.

⁸[...] tomando aqui a palavra instituição no sentido mais amplo e mais radical: normas, valores, linguagem, instrumentos, procedimentos e métodos de fazer frente às coisas e de fazer coisas e ainda, é claro, o próprio indivíduo, tanto em geral como no tipo e na forma particular que lhe dá a sociedade considerada (e em suas diferenciações: homem/mulher, por exemplo)” (CASTORIADIS, 2002, p. 237).

⁹“Toda sociedade ao se constituir a si mesma constitui seu espaço conformando, assim, seu território. Desse modo, o território não é uma substância externa, nem tampouco uma base sobre a qual a sociedade se erige, como queria Hegel. Ao contrário, o território é constituído pela sociedade no próprio processo em que tece o conjunto das suas relações sociais e de poder” (PORTO-GONÇALVES, 2003, p. 265).

A analogia zapatista também nos auxilia a ver que o capitalismo, enquanto imaginário social específico, e enquanto relação de dominação, se institui e se reproduz a partir da apropriação e/ou resignificação de outras formas de dominação que lhe são anteriores e constitutivas. A hidra soma cabeças em sua voracidade. Derrotar a "cabeça" econômica – ou, em outras palavras, centralizar as ações no campo do trabalho, na contradição capital x trabalho, na emancipação da classe trabalhadora, não é realização suficiente para "matar a hidra". Tal como numa deposição sucessiva de sedimentos geológicos, as relações no âmbito do trabalho podem ser consideradas o estrato superior das relações de dominação existentes na sociedade capitalista. A supressão/eliminação desse estrato não elimina as outras camadas que lhe servem de sustento e que lhe são constitutivas: elas permaneceriam vigentes, enquanto estratos de localização mais profunda, por vezes menosprezados.

A experiência zapatista nos mostra uma compreensão acurada dessa sobreposição de esferas de dominação. Um exemplo esclarecedor é o fato de que, quando surgem à luz pública, uma de suas primeiras manifestações ter sido a "Lei Revolucionária das Mulheres", o que torna claro que, para o movimento, sem a emancipação da mulher, não haveria emancipação social possível. A identidade do zapatismo enquanto movimento político radical não é passível de compreensão sem o papel central exercido pelas mulheres. E se, como tão bem nos lembram os movimentos feministas das nossas geografias, numa sociedade – e território – heterônimo(s) o trânsito livre e seguro das mulheres é objetivo ainda não alcançado, nos territórios zapatistas essa é uma realidade em franco processo de transformação.

Quais seriam, então, as **cabeças da hidra** (ou quais as esferas a partir das quais o capitalismo exerce sua dominação)? Sem a pretensão de exaurir o debate – lembremos que a própria mitologia nos oferece relatos variados quanto ao número preciso de cabeças do monstro –, vamos sugerir alguns campos que podem ser problematizados sob essa perspectiva de superação do imaginário social capitalista:

a) dominação da natureza: o apartamento entre sociedade e natureza, configurando esta enquanto objeto a ser conquistado, é um dos pilares básicos da racionalidade moderna. O extrativismo (mineral, principalmente) enquanto atividade central para a consolidação do capitalismo europeu;

b) dominação da mulher: pilar de um imaginário social de dominação anterior, até mesmo, aos processos coloniais, colocando a mulher, e os papéis sociais a ela atribuídos, em posição hierarquicamente inferior ao da

contraparte masculina;

c) dominação da política: a instituição do Estado como esfera privativa de normatização das relações políticas na sociedade, no que se configura um verdadeiro sequestro da política das dimensões sociais, vividas e cotidianas, nas quais efetivamente se constroem as significações sociais.

d) dominação econômica: a racionalidade capitalista amparada numa leitura específica de desenvolvimento, que promove a quantificação e a individualização das relações de produção.

Estas são apenas algumas das dimensões possíveis de serem enunciadas. Como dito anteriormente, o número de cabeças pode ser maior do que o imaginado. E mais: as cabeças, quando cortadas, renascem. O que, de um ponto de vista da experiência real, nos serve de alerta: o capitalismo não é um sistema de dominação estático, de estruturas rígidas e permanentes. Pelo contrário: tem na dinâmica e na maleabilidade um de seus trunfos. O que significa dizer que, por melhores que possam ser as conquistas pontuais em uma das direções (cabeças) apontadas, é muito provável que o capitalismo se reinvente para voltar a exercer sua dominação ali mesmo onde se julgava que ela estava extinta. Como nos recorda a epopeia de Hércules, a única forma de evitar o ressurgimento de uma cabeça da hidra era queimando o exato local de onde ela havia sido cortada...

Por um mundo de territorialidades autônomas (ou "un mundo donde quepan muchos mundos")

Se é que é possível sintetizar a trajetória e a experiência zapatistas num único preceito, parece-nos que essa síntese tem de conter, obrigatoriamente, a compreensão de o quão fundamental é a "estratégia territorial"¹⁰ para a consecução de um objetivo tão desafiador e complexo como a autonomia. Mantendo-se, obviamente, a consciência de que essa síntese nada tem de simplificação: como visto, a *espessura* de um território requer a reconstrução do tecido social em múltiplas dimensões da existência.

Mas em que pesem as dificuldades dessa construção, o alerta zapatista é suficientemente claro para que possa ser ignorado: "*el asunto es que lo que nosotros, nosotras, zapatistas, miramos y escuchamos es que viene una catástrofe en todos los sentidos, una tormenta*"

¹⁰É possível, aqui, uma analogia com a proposta de Certeau (2008), de que "a estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio e ser a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos ou ameaças. (...) O próprio é uma vitória do lugar sobre o tempo. Permite capitalizar vantagens conquistadas, preparar expansões futuras e obter assim para si uma independência em relação à variabilidade das circunstâncias. É um domínio do tempo pela fundação de um lugar autônomo" (CERTEAU, 2008, p. 99).

(SupCOMANDANTE GALEANO, 2015, p. 27). Esse não é um alerta isolado: as denúncias da crise civilizatória que atravessamos, crise do sistema capitalista com seu imaginário social de dominação e exclusão, surgem e ecoam desde distintos setores da sociedade (academia, movimentos sociais, religiosos progressistas etc.).

A “diferença” – se é que podemos defini-la assim – do alerta zapatista é que, frente a essa ameaça de tormenta, os e as zapatistas assumem uma estratégia autônoma, posta em prática de forma sensível, diária e cotidianamente, na *r-existência* propositiva de reconstrução do tecido social frente aos ataques da hidra. Os Caracóis materializam espacialmente, a cada dia, formas de gestão da vida coletiva que contrastam radicalmente com as formas vivenciadas hoje em nossa sociedade regida pelos padrões dominantes da cultura ocidental e que, por isso, continuam sendo uma ameaça aos interesses associados do Estado e do capital.

E não podemos esquecer: as cabeças da hidra ressurgem e se reinventam. Se não foi possível eliminar a experiência zapatista pela força das armas, o Estado “ataca” hoje com “programas sociais” de apoio à pequena agricultura: uma forma de “seduzir” as comunidades para que não se somem às fileiras zapatistas. Um Estado paternal e benfeitor é a “cabeça” que afronta a autonomia construída naqueles territórios.

“Um mundo onde caibam muitos mundos”, nos diz a consigna zapatista. Um mundo de múltiplas territorialidades, atrevemo-nos a complementar. Autônomas, insurgentes, articuladas em redes numa inovadora geopolítica de “*los de abajo*”. Um outro mundo possível.

Referências

- ALKMIN, F. M. (2015) Por uma geografia da autonomia: a experiência de autonomia territorial zapatista em Chiapas, México. 195 fls. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Universidade de São Paulo, São Paulo.
- ALONSO SÁNCHEZ, J.; ALONSO REYNOSO, C. (2015) En busca de la libertad de los de abajo: la demoeleuthería. 1. ed. Guadalajara, México: Ed Universidad de Guadalajara. 487 p.
- BRANCALEONE, C. (2012) Sobre o significado da experiência zapatista de autogoverno. Tese (Doutorado em Sociologia) Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil 2012.
- CASTORIADIS, C. (2002) As encruzilhadas do Labirinto: os domínios do homem. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2002.
- CERTEAU, M. (2008) A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer. Petrópolis/RJ: Vozes 2008.
- EZLN. (2016) Seis Declaraciones de la Selva Lacandona y otros documentos. México/, DF: Ediciones y Gráficos Eón, 2016.
- GENNARI, E. (2005) EZLN: passos de uma rebeldia. 1. ed. Ed. São Paulo: Expressão Popular 2005.
- ITZU LUNA, D. (2013) El arco-íris terrestre como universal possible desde el zapatismo. Revista Argumentos, UAM-XOCHIMILCO, México. Año 26, número 73, setembro-dezembro 2013.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. (2003) A geograficidade do social: uma contribuição para o debate metodológico sobre estudos de conflito e movimentos sociais na América Latina. In: SEOANE, J. Movimientos sociales y cConflicto en América Latina. Buenos Aires: Clacso, 2003.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. (2002) Da Geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades. In: CECEÑA, A. Esther E.; e SADER, Emir. La gGuerra ilInfinita: hHegemonia y terror mundial. Buenos Aires: Clacso, 2002.
- SANTOS, B. S. (2008) Conocer desde el Sur: para una cultura política emancipatoria. La Paz: Clacso; Cides-Umsa; Plural Editores 2008.
- SOUZA, M. L. (2001) Território do Outro, problemática do Mesmo? O princípio da autonomia e a superação da dicotomia universalismo ético versus relativismo cultural. In: ROSENDAHL, Z.; CÔRREA, Roberto R. Lobato. Religião, identidade e tTerritório. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.
- SOUZA, M. L. (1995) O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: GOMES, P. C.; CORRÊA, R. L. (orgs.). Geografia: conceitos e temas. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, , p. 77- – 116.
- SupCOMANDANTE GALEANO. (2015) De cómo llegamos a la Cofa del Vigía y lo que desde ahí miramos. In: El pensamiento cCrítico fFrente a la hHidra cCapitalista I. Participación de la Comisión Sexta del EZLN. San Cristóbal de las Casas, Chiapas: EZLN, 2015.
- SubCOMANDANTE MARCOS. (2013) Entrevista sobre los orígenes del Ejército Zapatista de Liberación Nacional. In: Revista Contrahistórias: a otra mirada del clio. Año 10, Segunda serie, n.º 20, mMarzo-a – Agosto de 2013.
- TAPIA, L. (2008) Política salvaje. La Paz: CLACSO/Muela del Diablo/Comuna 2008.

O CINEMA DO TERCEIRO MUNDO SOB O OLHAR DA ANTIGEOPOLÍTICA: DITADURA E RESISTÊNCIA NA AMÉRICA LATINA

Rejane Cristina de Araujo Rodrigues*

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Resumo: Filmes do Cinema de Hollywood são representativos de um imaginário geopolítico hegemônico. A este imaginário contrapõe-se uma antigeopolítica identificada nas representações de filmes do Cinema do Terceiro Mundo. Partindo de importantes contribuições da geografia política crítica que apontam para articulações entre as representações geopolíticas e os filmes, analisamos três filmes que retratam a América Latina em um dos períodos mais conturbados da sua história. Sua análise nos revela elementos característicos de uma geopolítica de resistência durante as ditaduras civil-militares implantadas no Brasil, no Chile e na Argentina.

Palavras-chave: Antigeopolítica. Cinema. América Latina. Ditadura.

CTHE THIRD WORLD CINEMA UNDER THE ANTIGEOPOLITICS VIEW: DICTATORSHIP AND RESISTANCE IN LATIN AMERICA

Abstract: Hollywood film movies are representative of a hegemonic geopolitical imaginary. This imaginary contrasts with an antigeopolitics identified in the Third World Cinema representations. Based on important contributions from critical political geography that points to articulations between geopolitical representations and movies, we analyze three cinema productions that portray Latin America in one of the most troubled periods of its history. That analysis reveals elements of a geopolitics of resistance related to the civil-military dictatorships implanted in Brazil, Chile and Argentina.

Keywords: Antigeopolitics. Movies. Latin America. Dictatorship.

EL CINE DEL TERCER MUNDO BAJO LA VISIÓN ANTIGEOPOLÍTICA: DITADURA Y RESISTENCIA EN AMÉRICA LATINA

Resumen: Películas del Cine de Hollywood son representativas de un imaginario geopolítico hegemónico. A este imaginario se contraponen una antigeopolítica identificada en las representaciones de películas del Cine del Tercer Mundo. A partir de importantes contribuciones de la geografía política crítica que apuntan para articulaciones entre las representaciones geopolíticas y las películas, analizamos tres películas que retratan la América Latina en uno de los períodos más revueltos de su historia. Su análisis nos revela elementos característicos de una geopolítica de resistencia durante las dictaduras implantadas en Brasil, en Chile y en Argentina.

Palabras clave: Antigeopolítica. Cine. América Latina. Dictadura.

Apresentação

Filmes como *Indiana Jones*, *Rambo* e *Top Gun*, dentre outros, são marcados por representações de mundo que predominaram durante a Guerra Fria. Da análise desses filmes depreendem-se aspectos que configuram um imaginário geopolítico hegemônico cujas justificativas teóricas podem ser encontradas nas formulações de Friedrich Ratzel e de seus seguidores. Sem cair no equívoco de negar a importante contribuição da geopolítica clássica, a Geografia Crítica, representada por teóricos como Gerard Ó Tuathail, tem avançado no sentido de tornar visíveis outras representações do espaço geográfico. No campo da geopolítica contemporânea deve-se dar destaque às formulações acerca da antigeopolítica (ROUTLEDGE, 1999) e da geopolítica da resistência (JEFFORDS, 1993), referencial conceitual deste artigo.

Como analisado por vários autores, o chamado Cinema de Hollywood ou, de modo mais abrangente, o Cinema do Primeiro Mundo apresentava os EUA como o grande bastião da luta contra as ameaças ao capitalismo e à democracia no mundo. Nos filmes representativos deste grupo observa-se, contudo, que os modos particulares da vida social de alguns países ou regiões, a exemplo da América Latina, são tornados invisíveis. Por sua vez, como demonstrado noutro conjunto de trabalhos, os filmes do chamado Cinema do Terceiro Mundo funcionaram como uma espécie de contraponto àquele desenho de mundo, dando ênfase às lutas empreendidas nos países do chamado Terceiro Mundo e aos embates entre os imaginários geopolítico hegemônico e antigeopolítico.

Essas reflexões iniciais nos levaram à formulação de uma questão fundamental: a partir do reconhecimento dos filmes do chamado Cinema do Terceiro Mundo como produto e produtor de uma geopolítica particular, como se desenha a antigeopolítica que traduz os movimentos de resistência à geopolítica hegemônica? Buscando lançar luz sobre essa questão, interessou-nos especificamente o longo período de ditaduras civil-militares que marcaria a história da América Latina na segunda metade do século XX. Profundamente afetados pelas tentativas de controle político, militar, ideológico e econômico, vários países da América Latina tornaram-se um espaço de lutas e resistência ao domínio dos EUA e, no nível interno, de setores conservadores da sociedade civil (representações militares e empresariais, dentre outras). Assim, propõe-se neste artigo uma investigação sobre a antigeopolítica revelada em filmes do chamado Cinema do Terceiro Mundo, que retratam as ditaduras civil-militares vigentes no Brasil, no Chile e na Argentina

nos anos 1960 a 1980: *Pra Frente, Brasil, Desaparecido (Missing)* e *A História Oficial*. Nosso objetivo principal é o de analisar como o imaginário antigeopolítico sobre a América Latina é expresso na produção fílmica da época.

O artigo se divide em duas partes. Na primeira, analisamos a natureza da produção fílmica no chamado Cinema do Terceiro Mundo. Na segunda, apresentamos algumas proposições sobre as conexões entre os filmes e a geopolítica, reunindo interpretações teóricas que apontam para as possibilidades de compreensão da realidade latino-americana a partir da análise das representações geopolíticas de resistência e da antigeopolítica. Por fim, buscamos identificar e compreender os elementos particulares que marcaram os movimentos de resistência e a construção de um imaginário antigeopolítico, identificados em filmes que retratam ditaduras civil-militares na América Latina.

Resistência e contra-hegemonia no Cinema do Terceiro Mundo

Nos anos 1960, um movimento de resistência à produção de Hollywood e do Cinema do Primeiro Mundo, como denominado pela literatura especializada, fez emergir uma nova tendência, o Terceiro Cinema ou Cinema do Terceiro Mundo. Termo cunhado pelos diretores argentinos Fernando Solanos e Octavio Getino, membros do Grupo Cine Liberación, essa expressão se refere a um “projeto ideológico, ou seja, um conjunto de filmes que aderiram a um determinado programa político e estético, sejam eles ou não produzidos pelos próprios povos do “Terceiro Mundo” (SHOHAT; STAM, 2006, p. 59). Ao longo do tempo, a expressão foi utilizada em referência a um conjunto de filmes produzidos: pelo ou para os povos do Terceiro Mundo (onde quer que eles estejam); por qualquer país sobre os povos do Terceiro Mundo, quer os filmes sigam ou não os princípios do Terceiro Cinema; que apresentem uma visão ao mesmo tempo “de dentro” e “de fora”, reunindo produções que ao mesmo tempo utilizavam e questionavam as convenções do “Cinema do Terceiro Mundo” (SHOHAT; STAM, 2006).

Nessa época, difundiam-se estudos que relacionavam as mazelas sociais ao capitalismo e reconheciam os limites da modernidade. Dava-se destaque à necessária busca de uma identidade terceiro-mundista que colaboraria para solapar a representação hegemônica ocidental dominante nos filmes de Hollywood e do Cinema do Primeiro Mundo¹. Tais concepções iriam

¹Estes termos são utilizados como referência a filmes produzidos nos países centrais e que são carregados por representações hegemônicas. Cabe destacar que o cinema de Hollywood tem também servido como meio de resistência, a exemplo de *Dr. Strangelove* (1964) e *Full Metal Jacket* (1987), *Three Kings* (1999) e *Platoon* (JEFFORDS, 1993).

influenciar as escolhas temáticas para os filmes do Cinema do Terceiro Mundo – pobreza e violência no cotidiano das metrópoles miseráveis, colonização, formação de nações independentes etc. De acordo com Prysthon (2009, p. 83), “os destituídos são colocados no centro. A atitude é de rebeldia, e não apenas a rebeldia estética, mas a rebeldia política e de ação social”.

Les Damnés de la Terre, de Frantz Fanon (1961), considerada “uma obra precursora, em certa medida, da unidade do ‘chamamento’ ao Terceiro Mundo” (PRYSTON, 2009, p. 81), nos serve como referência do movimento social, político e cultural que se delineava à época.

Um chamamento de luta, de violência, de uma relativa rejeição dos cânones “ocidentais”: uma tentativa de livrar-se de certas concepções de cultura, sociedade, história, política (...). A sua influência deve-se tanto à sua teorização sobre descolonização e violência, a sua apreensão do espírito da época e à denúncia anti-imperialista que ele inspira, como a sua capacidade de pensar esta descolonização como construção violenta sim, mas com fins utópicos. (PRYSTON, 2009, p. 80)

A expressão Terceiro Cinema ou Cinema do Terceiro Mundo foi utilizada em referência à cinematografia da América Latina, Ásia e África, além do cinema minoritário de outros países produzido às “margens da estética hollywoodiana” (PRYSTON, 2009). Nesses filmes, ficavam evidentes a construção da identidade nacional e o comprometimento com a transformação social.

A principal característica do “Terceiro Cinema” não é tanto onde ele foi feito ou mesmo quem o fez, mas, principalmente, a ideologia que ele carrega e a consciência que ele desperta. O “Terceiro Cinema” é o cinema do Terceiro Mundo, o qual se opõe ao imperialismo e à opressão de classes em todas as suas ramificações e manifestações. (GABRIEL, 1982, apud DIXON; ZONN, 2005, p. 293)

Os filmes do Cinema do Terceiro Mundo são representativos de um imaginário antigeopolítico que se contrapõe e complementa a representação dominante apresentada pelo Cinema de Hollywood. Na América Latina, vários são os filmes nos quais podemos identificar elementos de uma representação antigeopolítica (Anexo), a exemplo de *Chove Sobre Santiago* (1976), *A Batalha do Chile* (1975), *Das Cinzas... Nicarágua Hoje* (1982), *O Bom Burguês* (1983), *Cabra Marcado para Morrer* (1985), *Lamarca* (1994), *O Que É Isso, Companheiro?* (1997), *Kamchatka* (2002), *Machuca* (2004), *Crônica de uma Fuga* (2005), *O Dia em Que meus Pais Saíram de Férias* (2006), *Condor* (2007), *Dawson Ilha 10* (2009), *Nostalgia da Luz* (2010), *Infância Clandestina* (2011), *No* (2012), *Memórias do Chumbo* (2012), *O Dia que Durou 21 Anos* (2013), *Olvidados* (2015).

Apesar de os anos 1960 e 1970 terem fornecido

condições favoráveis à construção de uma estética geopolítica particular, Jameson (1992) destaca que não se poderia falar de “Terceiro Cinema”, assim como de um “Primeiro” e de um “Segundo Cinema”. O imaginário geopolítico construído no Primeiro Mundo sobre o Terceiro pode não ter nada em comum com aquele concebido pelo Terceiro Mundo sobre o Primeiro e sobre si mesmo. Pode-se, contudo, falar do Cinema do Terceiro Mundo (Third World Cinema), impondo à análise crítica a consideração do contexto socioespacial na qual o filme foi produzido e as interconexões dialéticas entre os espaços mundiais². Em sua análise do filme *The Perfumed Nightmare* (Kidlat Tahimik, de 1976), o autor faz uma crítica contundente ao chamado Terceiro Cinema, argumentando que um filme produzido no Terceiro Mundo não representa apenas este espaço em suas dimensões particulares nem apresenta uma leitura própria da estética do Primeiro Mundo. De um lado, esses filmes articulam-se, através do uso de técnicas, símbolos etc., ao espaço global. De outro, carregam na sua construção o “mapeamento cognitivo” de mundo de seu diretor e a leitura cognitiva de cada espectador. Um filme opera segundo duas estéticas geopolíticas ligadas a sua produção e a seu consumo, revelando as articulações entre o individual e o social.

Cinema e representações geopolíticas

Em artigo sobre a temática da relação entre a geopolítica e o cinema, Rodrigues (2016) procurou voltar a atenção para o papel geopolítico desempenhado pelos filmes. Tomando como objeto de análise alguns filmes representativos do Cinema do Terceiro Mundo, observou-se que, ao mesmo tempo em que os filmes carregam representações do mundo, podem ser considerados como geopolíticos.

Ó Tuathail (1996) argumenta que, apesar de encobrir a complexidade geopolítica, o cinema se revela como um elemento essencial do processo de produção do pensamento e, portanto, segundo Power e Crampton (2005), objeto de análise pela geografia política crítica.

²A partir do desmoronamento do projeto utópico dos anos 1960 e 1970 e da produção de estudos culturais e do pós-colonialismo houve um afastamento da estética geopolítica terceiro-mundista, resultando na redução desse tipo de produção e na negação das expressões Terceiro Cinema e Cinema do Terceiro Mundo. A expressão Cinema do Terceiro Mundo voltaria a ser utilizada apenas nos anos 1990, acompanhando as novas tendências de valorização do “ex-cêntrico”, do periférico, do marginal. Falava-se também de um Cinema Periférico identificado por suas estéticas cinematográficas particulares – *O Balão Branco* (1995); *Central do Brasil* (1998), *Amores Brutos* (1999), *Nove Rainhas* (1999), *Amor à Flor da Pele* (2000). Não se tratava de uma simples adequação do nome às novas formulações sobre a divisão do mundo, mas de outra estética geopolítica distinta e alternativa à também renovada perspectiva primeiro-mundista, do *World Cinema* (paradigmas simultaneamente globais e locais e integrada ao modelo capitalista global) (PRYSTON, 2009).

Os filmes não podem ser considerados como meras imagens ou expressões não mediadas da mente, mas, principalmente, como a personificação temporária dos processos sociais que continuamente constroem e desconstruem o mundo como ele é conhecido. (...) Os filmes são, por isso, importantes para os estudos da geopolítica crítica porque representam um elemento constitutivo da geografia política e porque os espaços políticos, lugares e paisagens são ferramentas implícitas de produção dos filmes. (POWER; CRAMPTON, 2005, p. 197)

Assim, percebidos como eminentemente geográficos, os filmes podem, ainda, como demonstrado por Crampton e Power (2005), ser considerados como geopolíticos. O imaginário projetado nos filmes é incorporado e incorpora a geopolítica. A posição subjetiva do geopolítico seria comparável, nesse caso, à do diretor que orienta e organiza a encenação. De acordo com Ó Tuathail (1996), faz sentido falar sobre o *mise-en-scène* (ilusão teatral, a relação entre o que a audiência vê e a encenação e o enquadramento que a produz) do olhar geopolítico, a arte de definir uma cena ou organizar uma representação. Os filmes, assim como seus produtores, cumpriram o papel de geopolíticos produzindo uma representação pictorial das políticas internacionais e, assim, ao capturar um discurso geopolítico, podem influenciar o apoio popular para as estratégias geopolíticas dominantes (CRAMPTON; POWER, 2005). No Brasil, este teria sido o caso de alguns filmes, como *Independência ou Morte* (1972) e *A Batalha de Guararapes* (1978), que, embora tenham sido apresentados como educativos, foram utilizados para a difusão do ideário nacionalista projetado por governos militares na América Latina (NAPOLITANO, 2014).

Deve-se destacar que o imaginário geopolítico dominante se constitui como um modo hegemônico de ver o mundo, mas não o único. O modo particular de ver o mundo está relacionado a estéticas ou a imaginações geopolíticas particulares em suas conexões dialéticas. Essas imaginações geopolíticas podem ser apreendidas, conforme proposto por Ó Tuathail e Dalby (1998), a partir da distinção entre uma geopolítica formal, prática – dimensão oficial construída, principalmente, pelos Estados e por suas elites dominantes – e uma geopolítica popular – representações populares da política (POWER; CRAMPTON, 2005) ou a imaginação geopolítica das pessoas comuns (DELL'AGNESE, 2005).

Acrescente-se, ainda, que cultura popular e visões políticas formais encontram-se fortemente entrelaçadas como demonstrado por Sharp (1999) sobre o uso oficial de informações obtidas pela CNN na Guerra do Golfo e da influência do filme *The Manchurian Candidate* (1962) em ações da CIA. E, ainda, as práticas formais têm efeitos sobre o imaginário geopolítico popular, a

exemplo de artigos da revista *Readers Digest* e de jogos de computadores baseados em questões da geopolítica dos EUA.

Os filmes, concebidos como "*mise-en-scène* social que transmite concepções de realidade", desempenham importante papel na construção de um imaginário sobre o cotidiano social e para a proposição de um outro mundo. "Ao percorrer o caminho de atualizar o passado e interrogar a respeito do futuro, o cinema atua como um duplo registro de uma presença e de uma ausência no imaginário social" (BARBOSA, 2000, p. 80).

Tomando-se, desse modo, como verdadeiras as premissas de que os filmes cumprem o papel de geopolíticos, reforçando o discurso hegemônico e influenciando mudanças nos discursos, no imaginário e nos contextos geopolíticos, investigamos o discurso geopolítico revelado em filmes que tratam do imaginário geopolítico de resistência configurando uma antigeopolítica. Esta análise estabelece um contraponto e complementa trabalhos que analisam filmes produzidos por Hollywood ou pelo Cinema do Primeiro Mundo, os quais dão destaque ao papel hegemônico dos EUA durante a Guerra Fria. Neles os EUA são apresentados como o defensor benevolente da "liberdade" e da "democracia" ameaçadas pelo avanço do poder soviético no mundo – como em *Behind the Iron Curtain, I Married a Communist, The Red Menace, Big Jim MacClain and My Son John*, representativos de uma verdadeira russofobia (POWER; CRAMPTON, 2005). E as condições de vida dos diferentes grupos são unificadas e homogeneizadas sob o manto da Guerra Fria, do conflito capitalismo-socialismo, das lutas entre Estados nacionais, deixando de lado as realidades particulares dos diferentes grupos sociais e os movimentos de resistência ao padrão dominante.

Em nossas pesquisas, temos dado destaque à análise de representações filmicas que ultrapassam as representações geopolíticas hegemônicas, lançando luz sobre as geopolíticas de resistência (JEFFORDS, 1993), as contranarrativas (JAMESON, 1992) e as antigeopolíticas (ROUTLEDGE, 1999). Os movimentos sociais, em seu papel de desafiar o poder do Estado e das instituições internacionais para ativar programas políticos e econômicos particulares, compõem o núcleo duro do que se denomina de antigeopolítica (ROUTLEDGE, 1999). Referem-se às dissidências e resistências organizadas para superar a opressão e a regulação hegemônica (LIMA, 2013). A antigeopolítica, de acordo com este autor, "pode assumir uma miríade de formas, desde os discursos oposicionistas de dissidentes intelectuais até estratégias e táticas dos movimentos sociais..." (LIMA, 2013, p. 156-157). Nesse sentido, a categoria-chave para

a análise das práticas antigeopolíticas é a resistência.

Resistência que não se deve confundir com quaisquer outras circunstâncias em condição de exterioridade às relações de poder, mas, antes de tudo, como parte imanente dessas relações mesmas (...) contraface do exercício de poder constituído por múltiplas, simultâneas e assimétricas ofensivas estratégicas. (LIMA, 2013, p. 158)

Na análise de filmes representativos do New German Cinema, Sharf (2005) demonstra como esses filmes foram transformados em fóruns de articulação e alternativa antigeopolítica num contexto de recusa dos governos ao debate sobre a reunificação. As pesquisas de Ramos (2015) sobre os filmes produzidos pela Companhia de Diamantes de Angola, Diamang, e de Gertz e Khleifi (2005) sobre os Palestinian "Roadblock Movies" também se debruçaram sobre essa ideia, revelando uma visão do mundo divergente daquela promovida pelos regimes institucionais.

Assim, considerando-se os filmes como produtores de uma antigeopolítica, em suas conexões dialéticas com a geopolítica hegemônica, analisamos três filmes integrantes do chamado Cinema do Terceiro Mundo selecionados entre aqueles que retratam as longas ditaduras civil-militares instaladas em países latino-americanos, entre os anos 1960 e 1980.

A antigeopolítica revelada em filmes sobre as ditaduras latino-americanas

Dentre a enorme gama de filmes que retratam os regimes ditatoriais vigentes entre os anos 1960 e 1980 na América Latina, analisamos três que atendiam aos seguintes critérios: integram o grupo de filmes denominado de Cinema do Terceiro Mundo; seu lançamento coincide com o período de abertura política; tiveram grande repercussão entre o público: *Pra Frente, Brasil, Desaparecido (Missing)* e *A História Oficial*. Eles apresentam as ditaduras civil-militares instaladas respectivamente no Brasil, 1964 a 1988³, no Chile, 1973 a 1989, e na Argentina, 1976 a 1983.

O contexto no qual esses filmes se inserem é o da Guerra Fria, com a América Latina considerada uma região vulnerável à influência soviética. Marcada por profunda desigualdade, a América Latina viu, nesse período, ampliarem-se as demandas por mudanças estruturais e emergirem grupos de esquerda e movimentos

³Não há consenso sobre o fim da ditadura no Brasil. Para alguns estudiosos, este teria ocorrido em 1985 com a eleição do primeiro presidente civil, para outros em 1988 com a aprovação da nova Constituição, e há ainda aqueles, como o historiador Daniel Aarão Reis Filho (2010), que defendem que o fim da ditadura teria ocorrido em 1979, com o fim dos Atos Institucionais, o restabelecimento das eleições e da livre organização partidária sindical, além da restituição da liberdade de imprensa.

populares que levaram ao poder líderes que prometiam a democratização no acesso à moradia, educação, saúde etc⁴. Diante dessas novas circunstâncias, o equilíbrio de poder que garantia o status quo das elites nacionais viu-se profundamente ameaçado, provocando a reação de grupos das elites nacionais apoiados por militares e por lideranças dos EUA. Estavam dadas as condições para a difusão da imagem de uma região marcada pela insegurança política, social e econômica, para a qual a política externa norte-americana tratou de ampliar seus mecanismos de intervenção direta e indireta.

Associando o comunismo à tirania, à opressão e à barbárie, procurou-se desenvolver, junto à população latino-americana, a ideia de que socialismo e democracia eram incompatíveis. Outra associação identificou as organizações revolucionárias e os partidos políticos de esquerda com o fenômeno terrorista. (...) Assim, apoiando-se nos setores confiáveis da classe dominante, os EUA estimularam a adoção da ideia de que havia uma "guerra interna" a ser enfrentada. (...) todos os fatores possíveis deviam ser colocados à disposição dos "defensores" da unidade nacional e do "mundo livre". (PADRÓS, 2008, p. 146 e 147)

Contando com o apoio dos EUA (recursos financeiros, equipamentos e assessores especializados), os movimentos sociais passaram a ser criminalizados sob os auspícios da Doutrina de Segurança Nacional, a qual estabelecia que os Estados latino-americanos eram incapazes de se autodefender das doutrinas subversivas pela via democrática (PADRÓS, 2008). Paralelamente, foram restabelecidos princípios da Doutrina Monroe segundo os quais um núcleo de Estados relativamente estáveis e com recursos de poder – notadamente Argentina, Brasil e Chile – poderiam ser invocados a manter a estabilidade na região e garantir a primazia dos EUA no subcontinente (TEIXEIRA, 2014)⁵. Essas representações compuseram o imaginário dominante à época, servindo como referência e, ao mesmo tempo, sendo difundido pelo Cinema de Hollywood ou o Cinema do Primeiro Mundo. Em vários desses filmes, o comunismo é apresentado como o inimigo comum a ser combatido e os grupos de esquerda tratados indistintamente como grupos guerrilheiros ⁶.

Uma gama de problemas econômicos, a ampliação

⁴Estudiosos do tema não reconhecem nos governos de esquerda existentes na América Latina naquele período um caminho para o socialismo. Com relação a esta visão, ver Marini (1965), que analisa o governo de João Goulart, e Aggio (2008) que trata da "via Chilena".

⁵A motivação político-ideológica dava sustentação aos objetivos de norte-americanação da economia mundial.

⁶Algumas referências podem ser encontradas em: COMBS, J.; SARA T. C. (2014) *Film Propaganda and American Politics: An Analysis and Filmography*. New York: Routledge Library Editions; GONZÁLEZ-FIERRO, F. J. (2008) *Toda la guerra del Vietnam en cine y televisión*. Madrid: Arkadin Ediciones S.L.; DODDS, K. (2005) *Screening Geopolitics: James Bond and the early cold war films (1962-1967)*. Routledge. *Geopolitics*, n. 10; ALVAREZ, A. A. (2015) *Hollywood y propaganda ideológica durante la era Reagan (1981-1989)*. Barcelona.

das desigualdades sociais, o aumento da dependência externa e a defesa de programas para nacionalização de recursos minerais e reforma agrária responderam pela cisão dos governos João Goulart (no Brasil), Salvador Allende (no Chile) e Isabela Perón (na Argentina) com as elites nacionais, criando as condições para os golpes militares ⁷. No Brasil, um interessante retrato dessa situação foi a Marcha da Família com Deus pela Liberdade e a Marcha da Vitória, as quais, com o apoio dos EUA, da Igreja Católica e de grande parte da classe média, defendiam o combate às reformas de base e ao próprio governo de Goulart (REIS FILHO, 2010). Na Argentina, o golpe militar de 1976, que levou a presidente María Estela Martínez de Perón à prisão, foi sustentado na construção de um imaginário que apresentava um país em uma guerra civil devida, supostamente, ao controle de parte do país pelo Exército Revolucionário do Povo ⁸ (PALÁCIOS, 2009).

O golpe militar seria definido, na perspectiva da representação geopolítica hegemônica, como uma “revolução ou uma “contrarrevolução preventiva” (MARINI, 1965). Os governos provisórios ocupados por representantes das Forças Armadas foram imediatamente reconhecidos pelos EUA, os direitos civis foram suspensos, partidos políticos, o Congresso Nacional, sindicatos e várias outras organizações civis foram fechados, líderes de trabalhadores e de políticos de esquerda foram presos, torturados e assassinados⁹, a comunicação foi censurada, livros foram apreendidos e queimados. A notícia publicada após a posse do general Jorge Rafael Videla, tornado presidente na Argentina em 1976, dá o tom do que ocorria nestes países.

Se comunica a la población que la Junta de Comandantes Generales ha resuelto que sea reprimido con la pena de reclusión por tiempo indeterminado el que por cualquier medio difundiere, divulgare o propagare comunicados o imágenes provenientes o atribuidas a asociaciones ilícitas o personas o grupos notoriamente dedicados a actividades subversivas o al terrorismo. (...) con el propósito de perturbar, perjudicar o desprestigiar las actividades de las Fuerzas Armadas, de Seguridad o Policiales. (Diario La Prensa, 1976)

A forte repressão após o golpe e mesmo o crescimento econômico, como no caso do Brasil, não foram suficientes para cessar a atuação de grupos opositores ao regime militar. No lugar dos partidos de

⁷Golpes militares se sucederam na América Latina neste período: Guatemala e Paraguai, em 1954; Peru, em 1968; Uruguai, em 1973; República Dominicana, em 1978; Nicarágua, em 1979; e Bolívia, em 1982.

⁸Registros indicam, contudo, que, além de o poder das forças armadas ter sido ampliado, sob a liderança do ministro conhecido como “o Bruxo”, o ERP se encontrava praticamente extinto e grupos paramilitares agiam contra integrantes do partido comunista, caso da Aliança Anticomunista associada ao ministro José López Rega (PALÁCIOS, 2009).

⁹Estudos produzidos por organismos nacionais e internacionais calculam que durante a ditadura argentina mais de trinta mil civis foram assassinados e quinhentos bebês, filhos de mulheres desaparecidas, foram sequestrados.

esquerda retirados à força do debate político emergiram movimentos revolucionários armados como o MR8, no Brasil, cuja história foi retratada no livro de Fernando Gabeira (1979) e no filme de homônimo *O Que É Isso, Companheiro?*.

Esboçava-se uma antigeopolítica, identificada em movimentos que se tornariam símbolo da resistência nesse período. No Brasil, destacam-se as reações populares ao desaparecimento do deputado Rubens Paiva, que havia defendido em uma rádio a legalidade do presidente Goulart e denunciado o golpe militar como uma farsa. No Chile, as manifestações contra o assassinato dos jovens Rodrigo de Negri e Carmen Quintana¹⁰, queimados vivos pelos militares que os acusaram de carregar explosivos numa manifestação. Começava ali a se desenhar uma geopolítica de resistência às representações hegemônicas, a qual pode ser identificada em filmes, em publicações de jornais e revistas, letras de músicas e outros meios que traduziam a insatisfação de parcela da população. “(...) a sociedade fora silenciada pela força e pelo medo da repressão, mas resistira” (REIS FILHO, 2014, p. 8).

Entre o final das décadas de 1970 e 1980, parte expressiva da população nesses países, incluindo grupos que haviam apoiado o golpe, passaram a lutar pela redemocratização, pelo respeito aos direitos humanos e justiça social e pelo reconhecimento e a reparação das violações cometidas durante o Estado de exceção, forçando os governos a organizar um processo de transição para a democracia. Os filmes selecionados para análise, representativos do Cinema do Terceiro Mundo, foram produzidos nesse contexto de transição, reunindo elementos que nos permitem reconhecer uma antigeopolítica. Nessa época, nesses países, apesar de certo arrefecimento nas ações repressivas, os militares ainda permaneciam no poder e mantinha-se a censura aos meios de comunicação. Por isso, o esforço dos diretores dos filmes em construir uma narrativa que mascarasse os bastidores das ditaduras civil-militares, disfarçando certas informações que poderiam colocar o filme e seus produtores em risco. A partir de 1968, e durante toda a década de 1970, sufocado pela censura, o cinema nacional será obrigado a recorrer à metáfora como única forma de tentar dizer o que não era permitido” (PINTO, 2005, p. 16).

Missing, produzido em Hollywood, rodado no México e dirigido por Costa-Gravas, um cineasta francês (de origem grega) representante do chamado cinema político, foi o caso mais extremo, já que o general Augusto Pinochet ainda se mantinha no poder. As filmagens de *A História*

¹⁰Versão negada por um militar em 2015 em declaração para a Comissão de Verdade e Reconciliação do Chile.

Oficial, dirigido e escrito por Luis Puenzo, foram iniciadas em 1983, mas mantidas em segredo até 1985, período de transição para o regime democrático na Argentina. *Pra Frente, Brasil*, dirigido por Roberto Farias, foi proibido pela censura no mesmo dia em que era recebido com euforia no Festival de Gramado de 1982. Segundo parecer da Divisão de Censura da Polícia Federal, “a obra provocava incitamento contra o regime, a ordem pública, as autoridades e seus agentes”¹¹. A censura a seu filme foi, para o diretor, uma prova de que a ditadura ainda não tinha terminado (FARIAS, 2005). Após oito meses retido para avaliação, o filme foi liberado sob a condição de incluir um prólogo, escrito por Roberto Farias

Esse filme se passa durante o mês de junho de 1970, num dos momentos mais difíceis da vida brasileira. Nessa época, os índices de crescimento apontavam um desempenho extraordinário no setor econômico. No político, no entanto, o governo empenhava-se na luta contra o extremismo armado. De um lado, a subversão da extrema esquerda, de outro, a repressão clandestina. Sequestros, mortes, excessos. Momentos de dor e aflição. Hoje uma página virada na história de um país que não pode perder a perspectiva do futuro. *Pra Frente, Brasil* é um libelo contra a violência. (prólogo do filme *Pra Frente, Brasil*)

Na análise desses filmes, buscou-se atentar para os principais aspectos que diferenciam o imaginário geopolítico hegemônico, segundo o qual os EUA são apresentados como o defensor da democracia e das liberdades ameaçadas por movimentos de esquerda revolucionários, do imaginário geopolítico de resistência, o qual se apoiava em representações que revelavam um cotidiano social marcado por enorme violência policial e desvelam os reais interesses dos EUA nesses países.

Os três filmes têm como protagonistas pessoas sem envolvimento com grupos que lutavam contra a ditadura civil-militar nesses países. A fala de Jofre, personagem principal de *Pra Frente, Brasil*, confundido com um militante da esquerda, sequestrado, torturado e morto, é representativa dessa condição.

Com que direito? Com que direito, meu Deus? O que é que eu estou fazendo aqui? Eu sempre fui neutro, apolítico. Nunca fiz nada, nunca fiz nada contra ninguém. Eu não sou dos que são contra. Eu sou um homem comum, eu trabalho, tenho emprego, documentos, tenho mulher, tenho filhos, pago imposto. Ninguém tem o direito de fazer isso comigo. Logo comigo...? (cena do filme *Pra Frente, Brasil*)

De modo semelhante, o filme *Missing* apresenta um jovem jornalista norte-americano atraído pelas possibilidades vislumbradas com o governo de Salvador Allende no Chile – “estavam tentando fazer algo novo

aqui” (personagem do filme). Retratando uma história real, o filme conta a luta da família de Charles Horman para desvendar seu sequestro e assassinato durante o regime militar chileno instaurado por Augusto Pinochet. No filme argentino, *A História Oficial*, a atenção se volta para os conflitos vividos pela personagem Alicia Marnet de Ibáñez durante os primeiros momentos da abertura política no país. Apesar de afirmar que “a história é a memória dos povos”, a professora reproduz o discurso oficial, da história dos vencedores. Alicia recusa-se a aceitar posições questionadoras de alguns alunos influenciados pelo pensamento de intelectuais de esquerda como Mariano Moreno (intelectual e líder político do movimento de independência da Argentina) e a admitir a falta de informações sobre o processo de adoção da filha Gaby. A professora começará a despertar para o que de fato ocorria no país com as manifestações nas ruas de Buenos Aires e, principalmente, com as revelações da amiga Anna, que retornara de um exílio forçado pela perseguição militar ao marido, militante da esquerda argentina.

Invadiram e destruíram meu apartamento, colocaram um pulôver na minha cabeça, me deram uma coronhada. Acordei nua, pendurada com a cabeça num balde, me deram choques. Em 36 dias, perdi 12 quilos. Não fui violentada porque o guarda que me prendeu disse “vou guardar você para mim... quando ando nas ruas, tenho medo de ouvir sua voz. (cena do filme *A História Oficial*)

A antigeopolítica que se desenha nesses três filmes dá destaque à alienação de grande parte da sociedade civil para quem a violência e as arbitrariedades do regime militar eram “exageros” dos movimentos de esquerda. Eles representam uma parcela da população cuja visão da realidade de seus países era marcadamente conservadora e nacionalista. “...grande parcela da população brasileira, manteve-se, quase sempre, inerte e distanciada da política nacional” (NAPOLITANO, 2014, p. 10). Jofre e seus familiares, o pai de Charles e Alicia representam a classe média que viveu os tempos da ditadura e, até que fossem afetados diretamente por ela, agiam como se não houvesse repressão, censura e, mesmo, uma guerrilha antigolpe. Alicia, em *A História Oficial*, chega a questionar se seria verdadeira a lista de desaparecidos.

Se uma parte da população se mantinha alienada, outra apoiava abertamente o regime militar, a exemplo do empresariado urbano, dos grandes proprietários rurais e de grupos conservadores da Igreja Católica, como apresentado no filme *Missing* na cena em que convidados de uma festa de gala aplaudem a passagem de carros militares. Contando com o apoio de uma parte

¹¹ *Jornal do Brasil*, 6 de abril de 1982. Disponível em: <www.jblog.com.br/hojenahistoria.php?itemid=7896>. Acessado em: 30/6/2011.

da população e a omissão de outra parte, o poder dos militares ampliou-se rapidamente nesses países. A violência, institucionalizada ou não, atingiu os que se envolveram em organizações e ações contra os governos militares e também os cidadãos ditos "apolíticos", como os personagens dos filmes analisados. Qualquer suspeita de oposição aos governos militares era tratada como uma prática comunista, inimiga da democracia defendida pelos EUA. Em *Missing*, o personagem Charles é preso sob a alegação de escrever artigos para um jornal "de esquerda", mas sua atividade residia "na tradução de notícias de 'baluartes do comunismo' como o *New York Post* e o *Wall Street Journal*" (esposa de Charles no filme).

A repressão não foi, contudo, como revelado nesses filmes, o único meio de imposição do imaginário geopolítico dominante. Eventos que mobilizavam a população em torno de um objetivo comum, de cunho nacionalista, eram vistos com bons olhos pelos governantes. A vitória da seleção argentina na Copa de 1978 e a invasão das ilhas Malvinas (Falklands, sob controle da Inglaterra)¹², em 1982, foram considerados trunfos políticos do governo de Leopoldo Fortunato Galtieri. No Brasil, o governo de Ernesto Garrastazu Médici fez enorme esforço, através de sua Assessoria Especial de Relações Públicas¹³, de estabelecer o vínculo entre o futebol e a política, transformando o presidente no torcedor número um da nação e vincular as vitórias da seleção à imagem de Brasil-Potência (AGOSTINO, 2002).

Em *Pra Frente, Brasil*, misturam-se cenas da tortura de Jofre e da busca de sua mulher e de seu irmão por notícias com imagens das comemorações da Copa de 1970, reforçando a ideia de que as conquistas da seleção brasileira colaboraram para a alienação de parte da sociedade brasileira.

O título do filme é uma menção direta ao hino oficial do governo Médici, em que se embalou a campanha vitoriosa da seleção brasileira na Copa do Mundo de 1970. Inclusive, o cartaz do filme traz uma ironia crítica à expressão "Pra Frente, Brasil" ao escrever "Brasil" ao contrário, de trás para frente, e com as letras em posição invertida (...) (PEREIRA, 2014, p. 32)

Ao longo das histórias contadas nesses três filmes, percebe-se como a realidade do país começa a se revelar para os cidadãos comuns: protestos por notícias dos desaparecidos; manifestações contra a repressão policial etc. Se, de um lado, esses personagens são um retrato de parcela da população que, ao ignorar a realidade do país, construíram suas representações apoiadas no discurso

hegemônico, representam, também, na medida em que vão tomando ciência da realidade, a possibilidade de construção de imaginários geopolíticos que incorporem outras representações.

Outro elemento central do imaginário antigeopolítico identificado nesses filmes é a censura, fundamental para garantir a perpetuação e a imposição do imaginário dominante. Mais evidente no cotidiano da população, a censura é explicitada em algumas cenas, como em *Pra Frente, Brasil*.

- Marta (esposa de Jofre): Tenho comprado os jornais todo os dias. Como é que duas pessoas morrem e os jornais não falam nada?
- Amiga: Às vezes é a própria polícia que não deixa.
- Marta: E eles podem fazer isso?
- Miguel (irmão de Jofre): Censura... a Marta pensa que nós estamos na Suíça. (cena do filme *Pra Frente, Brasil*)

Por isso, a afirmação de uma antigeopolítica dependia da capacidade dos grupos organizados para contornar os limites postos pela censura. O diretor de *Pra Frente, Brasil* evitou associar a prisão e a tortura do personagem principal a grupos militares, mas, ao mesmo tempo, deixava pistas de sua participação ou conivência com a repressão. No carro dos torturadores de Jofre pode-se identificar o adesivo "Brasil: ame-o ou deixe-o", à época comumente encontrado nas viaturas de polícia.

Outro aspecto quanto ao confronto entre uma geopolítica hegemônica e uma antigeopolítica na América Latina nesse período diz respeito às representações do papel das Forças Armadas, as quais eram apresentadas no discurso oficial como "tutores da Nação, guardiões da ordem e da civilização cristã face ao perigo comunista" (REIS FILHO, 2010, p. 181). Visão contraditória àquela identificada nas cenas dos filmes passadas nos Estádios Nacionais de Buenos Aires e de Santiago do Chile, onde sindicalistas, políticos da oposição, estudantes, professores e outros eram torturados, assassinados e tinham seus corpos desaparecidos¹⁴ sob os auspícios das forças militares, como na história real de Charles Horman retratada em *Missing*.

O financiamento privado e a participação direta e indireta de representantes políticos e militares dos Estados Unidos nos golpes e governos militares desses países são, também, apresentados nesses filmes numa clara intenção de contrapor uma antigeopolítica ao imaginário geopolítico hegemônico¹⁵.

¹²A invasão das Malvinas, com a derrota das tropas argentinas e a morte de mais de seiscentos soldados, acabou por ampliar o clima de instabilidade política, colaborando para a derrocada do regime militar.

¹³A AERP era um órgão do governo federal responsável por produzir e difundir materiais que enaltecessem as conquistas do Brasil. Produziu canções que fizeram parte da cartilha de colégios e eram cantadas pelos alunos.

¹⁴A "desaparición" foi "a fórmula mais sinistra de 'guerra suja'" utilizada pelos militares argentinos: convertidos em números, os corpos eram lançados de helicópteros no rio da Prata. Alguns eram emparelhados, enterrados em paredes com o objetivo de esconder os corpos.

¹⁵Marini (1965) trata, em seu estudo, da presença de representantes norte-americanos em organismos como o Instituto Brasileiro de Ação Democrática e da vinculação das Forças Armadas brasileiras à estratégia do Pentágono.

Numa das cenas de *Pra Frente, Brasil* vê-se um cidadão dos EUA orientando um torturador e um empresário sobre procedimentos para tortura de presos políticos. No Brasil, a Comissão da Verdade¹⁶ revelou as estreitas relações entre empresários e a embaixada dos EUA, como no caso Boilesen¹⁷ que também inspirou o filme.

Existia um senhor chamado Fidel Castro, que estava no poder em Cuba. E no Brasil, no início dos anos 1960, existia muita confusão política. E tínhamos medo de que essas confusões se espalhassem e virassem uma coisa contagiosa. Formou-se um grupo de empresários para poder, então, estruturar uma reação à implantação da república socialista do seu Jango Goulart. (...) O desejo do empresariado era defender os seus interesses, que estavam sendo arriscados se houvesse uma cubanização do Brasil. Eles viam grande risco aos seus negócios nisso. (Depoimento do coronel Tarcísio Nunes Ferreira para o filme, in SANTANA, 2014, p. 235)

O envolvimento dos EUA no golpe militar também é retratado nos filmes analisados, aparecendo como questão central da trama de *Missing*, identificada a partir de várias cenas, como na proximidade do escritório do Milgroup (organização de militares dos EUA) ao Serviço Secreto Chileno, na movimentação do exército e de engenheiros navais dos EUA em Viña del Mar nos dias que antecederam o golpe militar e na informação de um policial chileno sobre a presença de oficiais norte-americanos no Ministério. Nesse filme é explicitada ainda a convergência de interesses militares, políticos e econômicos dos EUA: "Esta embaixada se compromete a proteger os interesses americanos. Nossos Interesses. Há mais de três mil empresas americanas atuando aqui e estes são os interesses dos EUA" (embaixador dos EUA em *Missing*).

O papel de outros países nos governos ditatoriais na América Latina compõe o arranjo antigeopolítico revelado nesses filmes. Em *Missing* aparecem referências à Operação Condor¹⁸ e à participação de militares brasileiros nas detenções no Estádio Nacional de Santiago. Alguns estudos demonstram que o regime militar instalado no Brasil serviu como vitrine do discurso hegemônico, cumprindo importante papel na geopolítica dos EUA para a América Latina¹⁹. A instalação de regimes ditatoriais na América Latina coincidiu, se assim se pode dizer, com o momento de maior recrudescimento da política externa norte-americana face ao avanço dos

ideais socialistas no mundo.

Foi somente após o final dos anos 1970, sob efeito da guerra do Vietnã e das crises do petróleo, que vozes contrárias aos governos militares e à hegemonia dos EUA na América Latina emergiram. Na música, no teatro, na literatura e no cinema as contranarrativas puderam revelar a existência de representações que opunham uma geopolítica de resistência ou uma antigeopolítica à geopolítica hegemônica vigente. Esse foi o contexto para a emergência de manifestações políticas e para outras iniciativas, como aquelas apresentadas nos filmes, as quais completam o imaginário antigeopolítico. Em *A História Oficial* pode-se destacar o papel de personagens, como o sogro de Alícia, um anarquista que desconfia do filho – "todo o país afundou, somente os filhos da puta, ladrões, cúmplices e o meu filho mais velho foram para cima" –, o professor de literatura, que se preocupa com um aluno "com ideias avançadas" – "sei bem onde vivo e a paixão daquele tonto pode custar bem mais do que chateações" –, e os jovens alunos que, influenciados pelas ideias de Mariano Moreno, questionam a visão da professora.

Porque, não tendo liberdade de pensamento, continuarão respeitando os absurdos consagrados por nossos pais e legitimados pelo tempo e pelo costume. (...) Se se opõem restrições ao discurso, o espírito e a matéria vegetarão. O erro, a mentira, o fanatismo e a ignorância dividirão os povos e causarão para sempre sua degradação, sua ruína e sua miséria. (texto lido pelos alunos, publicado na Gazeta de Buenos Ayres de 12 de julho de 1810)

O imaginário de resistência é também apresentado nas cenas em que aparecem as Mães da Praça de Maio²⁰, uma das mais contundentes formas de reação ao regime ditatorial na Argentina, cuja história irá se cruzar com a da personagem Alícia em sua busca pela origem da filha adotiva.

Además del secuestro de adultos, hubo un plan sistemático de apropiación de niños. Los niños robados o que las madres parían en los centros de detención fueron inscriptos como hijos propios por muchos miembros de la represión, vendidos o abandonados en institutos. Durante la dictadura, los militares consideraban que los hijos de los desaparecidos debían perder su identidad. Por eso los hacían desaparecer y los entregaban a familias de militares. (Ministério da Educação da Argentina, 2015)

A resistência oferecida por algumas organizações guerrilheiras é também lembrada nesses filmes, como a referência, em *Pra Frente, Brasil*, ao sequestro e assassinato do industrial dinamarquês Henning Boilesen

¹⁶A Comissão Nacional da Verdade, órgão temporário criado pelo governo federal, em 2011, teve como objetivo investigar as violações dos direitos humanos ocorridas durante a ditadura militar.

¹⁷O envolvimento de Boilesen no financiamento do golpe é retratado no documentário *Cidadão Boilesen*, de 2009.

¹⁸Aliança entre os governos militares da Bolívia, Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai, estabelecida em 1975, destinada a vigiar, sequestrar, torturar, assassinar e fazer desaparecer os opositores dos regimes militares.

¹⁹Aspecto retratado em outros filmes, como *Chove Sobre Santiago*, de 1976.

²⁰Diariamente um grupo crescente de mulheres se reunia em frente ao Palácio do Governo para pedir notícias de seus filhos e netos desaparecidos. Algumas participantes acabariam sendo sequestradas e mortas.

organizado, em 1971, por militantes do Movimento Revolucionário Tiradentes e da Ação Libertadora Nacional. Contudo, deve-se destacar o limitado apoio popular à luta de grupos, armados ou não, como retratado em *Pra Frente, Brasil* na indagação do irmão de Jofre sobre se seria "certo lutar contra uma ditadura para cair na posse de outra" (referência às ações da esquerda revolucionária).

Apesar dos claros sinais da construção de um imaginário de resistência, preponderava a versão oficial da história, registrada e difundida. Em grande parte, a antigeopolítica que se desenhava tinha de recorrer à memória de quem viveu a ditadura, recordações militantes, registros de organizações de familiares de mortos e desaparecidos, peças de teatro e filmes. Tratava-se de tentativas da esquerda de construir uma narrativa própria (MARTINS FILHO, 2002) ou uma contranarrativa (JAMESON, 1992), versões aceitas pelo cidadão comum na medida em que perdia a confiança nos governantes.

Nos três filmes, as informações desconstruídas sobre o paradeiro de Jofre e de Charles e sobre a adoção da filha de Alcília vão abalando a crença dos personagens e de seus familiares nas instituições políticas e no regime militar, transformando-os em protagonistas da construção de um imaginário antigeopolítico. "Em que texto se baseia... essa versão sobre a morte de Moreno", perguntou a personagem Alcília ao aluno numa cena inicial do filme. Para a mesma personagem, ao final, as informações conseguidas com pessoas comuns, como uma mãe da Praça de Maio, são suficientes: "Alguns vizinhos viram quando os levavam... destroçaram tudo... não restou nada. Estas quatro fotos deles somente... e nossa memória".

As histórias contadas nesses três filmes encerram um imaginário antigeopolítico que seria confirmado, ao menos parcialmente, com o fim dos regimes militares nesses países. Muitas das histórias que serviram como referência para os filmes não foram, até hoje, reconhecidas oficialmente.

Considerações finais

Numa tentativa de dar uma contribuição ao debate sobre a relação geopolítica e o cinema, procuramos identificar em filmes que retratam as ditaduras civil-militares na América Latina elementos que marcam o imaginário antigeopolítico construído naquele momento histórico. Filmes produzidos por Hollywood apresentam uma América Latina homogênea e uníssona, desejosa de seguir o modelo de vida estadunidense, identificada

com as representações de mundo construídas a partir do imaginário hegemônico e que deixa de lado a diversidade social e os desenhos políticos que se manifestam em geopolíticas de resistência.

Os filmes aqui analisados, integrantes do chamado Cinema do Terceiro Mundo, se apoiam numa visão crítica que revela ao espectador imagens de uma América Latina marcada por movimentos de resistência ao domínio imposto na região por grupos conservadores da sociedade civil e representações político-militares dos EUA. Seus diretores procuraram chamar a atenção do público para as características tornadas invisíveis pelas representações hegemônicas, revelando as profundas desigualdades sociais e as lutas pela emancipação política e social que emergiam em alguns países. Através desses filmes, apresenta-se um imaginário antigeopolítico, por vezes oposto àquele difundido por Hollywood, contribuindo para consolidar uma identidade e uma narrativa próprias da América Latina que nos permitem, numa perspectiva crítica, reconhecer os elementos que integram as antigeopolíticas ou o imaginário geopolítico da resistência no contexto da Guerra Fria.

Os anos 1980 na América Latina viram o abrandamento gradativo da truculência dos regimes militares, mas ainda não se podia falar plenamente de democracia. Apesar de já circularem algumas publicações críticas à ditadura civil-militar nesses países, os filmes alcançavam um público muito mais amplo, tendo desempenhado um importantíssimo papel. Os filmes *Pra Frente, Brasil*, *Missing* e *A História Oficial* são representativos desse momento histórico e da antigeopolítica que se desenhava na América Latina. Lançados num momento em que os gritos pela redemocratização na América Latina já podiam ser ouvidos, colaboraram para a ampliar a pressão popular e internacional pelo fim dos regimes militares.

Referências

- AGGIO, A. (2008) O Chile de Allende: entre a derrota e o fracasso. In: FICO, C. et al. (org.). *Ditadura e Democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas*. Rio de Janeiro: FGV Editora, p. 77-94.
- AGOSTINO, G. (2002) *Vencer ou morrer: futebol, geopolítica e identidade*. Rio de Janeiro: Faperj/Mauad.
- BARBOSA, J. L. (2000) A arte de representar como reconhecimento do mundo: o espaço geográfico, o cinema e o imaginário social. *Geographia*, vol. 2, n. 3, p. 69-88.
- BRANCO, C. (2006) Os papéis sociais do futebol brasileiro revelados pela música popular (1915-1990). In: SILVA, F. C. T.; SANTOS, R. P. (orgs.). *Memória social dos esportes. Futebol e política: a construção de uma identidade nacional*. Rio de Janeiro: FAPERJ/Mauad, p. 187-228.
- CRAMPTON, A.; POWER, M. (2005) Frames of Reference on the Geopolitical Stage: Saving Private Ryan and the Second World War/Second Gulf War Intertext. *Geopolitics*. Elsevier Publishers, vol. 10, issue.2, p. 244-264.
- DELL'AGNESE, E. (2005) The US-Mexico Border in American Movies: a political geography perspective. *Geopolitics*. Elsevier Publishers, vol. 10, issue.2, p. 204-221.
- DIXON, D.; ZONN, L. (2005) Confronting the Geopolitical Aesthetic: Fredric Jameson, The Perfume Nightmare and the Perilous Place of Third Cinema. *Geopolitics*. Elsevier Publishers, vol. 10, issue.2, p. 290-315.
- FARIAS, R. (2005) Embrasil, Pra Frente, Brasil! E algumas questões. In: SIMIS, A. (org.). *Cinema e televisão durante a ditadura militar: depoimentos e reflexões*. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, p. 11-25.
- GABEIRA, F. (1979) *O que é isso, companheiro?* São Paulo: Companhia das Letras.
- GERTZ, N.; KHLEIFI, G. (2005) Palestinian "Roadblock Movies". *Geopolitics*. Elsevier Publishers, vol. 10, issue.2, p. 316-334.
- JAMESON, F. (1992) *The Geopolitical Aesthetic: Cinema and Space in the World System*. Bloomington: Indiana University Press.
- JEFFORDS, S. (1993) *Hard Bodies: Hollywood masculinity in the Regan Era*. New Brunswick, NJ: Rutgers University Press.
- LIMA, I. G. de (2013) A Geografia e o Resgate da Antigeopolítica. *Espaço Aberto*, PPGG/UFRJ, Rio de Janeiro, vol. 3, n. 2, p. 149-167.
- MARINI, R. M. (1965) Contradicciones y conflictos en el Brasil contemporâneo. *Foro Internacional*, vol. 5, n. 4, abr/jun., p. 511-546.
- MARTINS FILHO, J. R. (2002) A guerra da memória: a ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares. *Varia História*, n. 28, dez., p. 178-201.
- NAPOLITANO, M. (2014) *1964: história do regime militar brasileiro*. São Paulo: Contexto.
- Ó TUATHAIL, G. (1996) *Critical Geopolitics: The Politics of Writing Global Space*. London: Routledge.
- Ó TUATHAIL, G.; DALBY, S. (1998) *Re-thinking Geopolitics*. London: Routledge.
- PADRÓS, H. S. (2008) Repressão e violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas. In: FICO, C. et al. (org.). *Ditadura e Democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas*. Rio de Janeiro: FGV Editora, p. 143-178.
- PALACIOS, A. (2009) *Ditadura argentina, a mais sanguinária da América do Sul, foi fracasso militar e econômico*. O Estadão. 24 Março 2009. Disponível em: <<http://internacional.estadao.com.br/blogs/ariel-palacios/ditadura-argentina-a-mais-sanguinaria-da/>>. Acessado em: 12/11/2015.
- PEREIRA, W. P. (2014) O cinema político na ditadura militar brasileira: as representações dos "anos de chumbo" no filme Pra Frente, Brasil (1982). *Revista Maracanan*, Rio de Janeiro, n. 11, dez., p. 24-40.
- PINTO, L. E. S. (2005) *Cinema brasileiro e censura durante a ditadura militar*. Disponível em: <<http://www.memoria-cinebr.com.br/>>. Acessado em: 3/6/2015.
- POWER, M.; CRAMPTON, A. (2005) Reel Geopolitics: cinematographing political space. *Geopolitics*. Elsevier Publish-

ers. vol. 10, issue.2, p. 193-203.

PRYSTHON, A. (2009) Do Terceiro Cinema ao Cinema Periférico: estéticas contemporâneas da cultura mundial. *Revista Periferia: educação, cultura e comunicação*, vol. 1, n. 1, p. 79-89. PPGCEC/FEBEF: Rio de Janeiro.

RAMOS, J. da C. (2015) Luz e trevas no coração de África: o cinema-simulacro da Companhia de Diamantes de Angola. In: AZEVEDO, Ana. F. de; RAMIREZ, R. C.; OLIVEIRA Jr., W. M. de (orgs.). *Intervalo(s) entre Geografias e Cinemas*. Braga: UMDGEO/Universidade do Minho, p. 156.

REIS FILHO, D. A. (2010) Ditadura, anistia e reconciliação. *Est. Hist.*, Rio de Janeiro, vol. 23, n. 45, jan./jun., p. 171-186.

_____. (2014) *Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988*. Rio de Janeiro: Zahar.

RODRIGUES, R. C. A. (2016) Le cinéma latino-américain et la construction de l'Imaginaire de résistance. *L'Espace Politique*. Paris, n. 28.

ROUTLEDGE, P. (1999) Survival and Resistance. In: CLOCKE, P., GRANG, P.; GOODWIN, M. (eds.) *Introducing Human Geographies*. London: Hodder Arnold. 2. ed., p. 211-224.

SANTANA, F. (2014) Cidadão Boiesen. *Revista Perseu*. Fundação Perseu Abramo, São Paulo. Especial Cinquentenário do Golpe: ano 8, p. 233-239.

SCHARF, I. (2005) Staging the Border: National Identity and the Critical Geopolitics of West German Film. *Geopolitics*. Elsevier Publishers. vol. 10, issue.2, p. 378-397.

SHARP, J. P. (1999) Critical Geopolitics. In: CLOCKE, P.; GRANG, P.; GOODWIN, M. (eds.) *Introducing Human Geographies*. London: Hodder Arnold. 2. ed., p. 353-364.

SHOHAT, E.; STAM, R. (2006) *Crítica da imagem eurocêntrica: multiculturalismo e representação*. São Paulo: Cosac Naify.

TEIXEIRA, C. G. P. (2014) Uma política para o continente: reinterpretando a Doutrina Monroe. *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 57, n. 2. Brasília. Jul./dez.

Sites visitados

Comissão Nacional da Verdade. Disponível em: <<http://www.cnv.gov.br/index.php/outros-destaques/574-conheca-e-acesse-o-relatorio-final-da-cnv>>. Acessado em: 19/7/2015.

Diario La Prensa de 24/3/1976. Disponível em: <<http://www.me.gov.ar/efeme/24demarzo/dictadura.html#algunas>>. Acessado em: 30/10/2015.

Memória da Censura no Cinema Brasileiro. Disponível em: <<http://www.memoriacinebr.com.br/>>. Acessado em: 12 de agosto de 2015.

Memórias da Ditadura. Disponível em: <<http://memoriasdadtadura.org.br/panorama-da-resistencia/>> Acessado em: 20/8/2015.

Ministério da Educação da Argentina. 2015. Dia Nacional de la Memoria por la Verdad e la Justicia. Disponível em: <<http://www.me.gov.ar/efeme/24demarzo/dictadura.html#algunas>>. Acessado em: 7/10/2015.

Ministério da Educação da Argentina, 2015. Diario "Página 12", 10 de diciembre de 1995. Disponível em: <<http://www.me.gov.ar/efeme/24demarzo/dictadura.html#algunas>>. Acessado em: 7/10/2015.

TERRITÓRIO EM DISPUTA NO LITORAL CEARENSE: A RESISTÊNCIA/INOVAÇÃO DO TURISMO COMUNITÁRIO DIANTE DAS AÇÕES E CONTRADIÇÕES DO ESTADO*

Lenilton Francisco de Assis*

Centro de Educação da UFPB

Resumo: O litoral cearense do Nordeste brasileiro já registra várias experiências exitosas de turismo comunitário. Porém, o governo do estado continua preterindo esse potencial e subsidiando a instalação de megaempreendimentos que geram poucos empregos com baixas remunerações. Assim, as comunidades litorâneas que protagonizam o turismo comunitário ficam duplamente penalizadas, pois são deixadas à margem das políticas de turismo e seus territórios viram alvos da cobiça de visitantes atraídos pelo *marketing* dos investimentos públicos realizados. Tomando como estudo de caso a comunidade de Tatajuba, no município de Camocim, no Ceará, este artigo analisa a luta dos povos do mar pelo território, luta essa que não se traduz apenas na defesa do espaço de vivência, mas também na formação de uma rede de territórios solidários articulados ao mundo, que resiste/ inova com a proposta do turismo comunitário.

Palavras-chave: Turismo. Território. Turismo comunitário. Geografia do turismo. Tatajuba.

DISPUTED TERRITORY ON THE COAST OF CEARÁ: THE STRENGTH AND INNOVATION OF COMMUNITY TOURISM ON THE ACTIONS AND CONTRADICTIONS OF STATE

Abstract: The cearense coast of Northeastern Brazil already registers several successful experiences of Community tourism. However, the state government is still neglecting this potential and subsidizing the installation of mega-enterprises that generate few jobs with low pay. Thus, the coastal communities who star the community tourism are doubly penalized because they are abandoned by tourism policies and their territories become targets of greed of visitors attracted by the marketing of public investments. Taking as a case study the community of Tatajuba, in Camocim (municipality, Ceará, Brazil), this article examines the struggle of the peoples of the sea through the territory. This fight not only translates on defense of the living space, but also it represents the formation of a worldwide network of solidary territories that resists and innovates with the proposal of community tourism.

Keywords: Tourism. Territory. Community tourism. Tourism geography. Tatajuba.

DISPUTA DE TERRITÓRIO EN LA COSTA DE CEARÁ: LA FUERZA/INNOVACIÓN DEL TURISMO COMUNITÁRIO SOBRE LAS ACCIONES Y LAS CONTRADICCIONES DEL ESTADO

Resumen: El turismo comunitario ya registra varias experiencias exitosas em la costa de Ceará en el noreste de Brasil. Sin embargo, el gobierno del estado continúa pasando por encima de este potencial y subvencionando la instalación de mega-empresas que generan pocos empleos con bajos salarios. Por lo tanto, las comunidades costeras que ofrecen el turismo comunitario son doblemente penalizadas porque quedan excluidas de las políticas de turismo y sus territorios se convierten en objeto de la codicia de los visitantes atraídos por la comercialización de las inversiones públicas. Tomando como caso de estudio la comunidad Tatajuba, en el municipio de Camocim, este artículo examina la lucha de los pueblos del mar por el territorio, lucha que no sólo se traduce en la defensa del espacio de vida, sino también en la formación de una red de territorios articulado con el mundo que resiste e innova con la propuesta del turismo comunitario.

Palabras clave: Turismo. Território. Turismo comunitario. Geografía del turismo. Tatajuba.

*Artigo adaptado e ampliado da pesquisa de doutorado do autor (ASSIS, 2012).

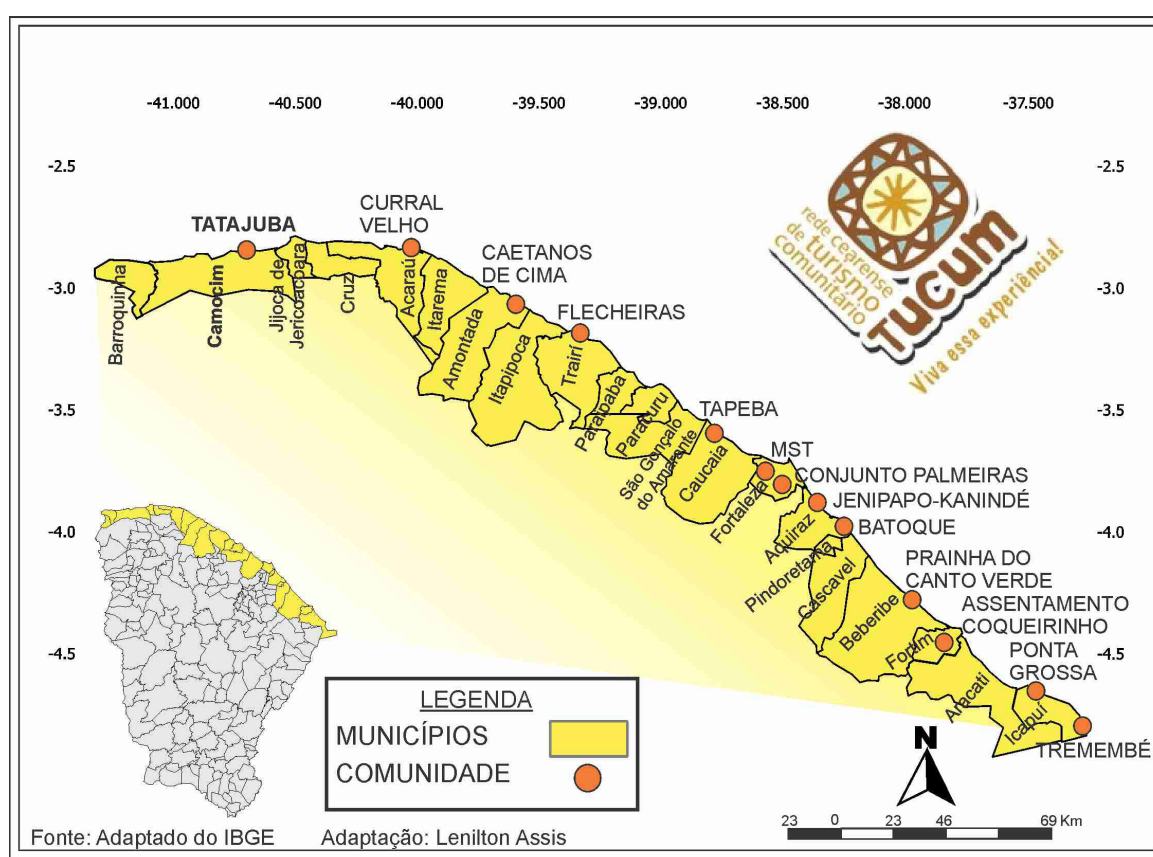
**Geógrafo, doutor em Geografia Humana pela USP, professor doutor do Centro de Educação da UFPB, Departamento de Metodologia da Educação – DME, Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGG. Endereço profissional: Cidade Universitária, s/n, Castelo Branco, João Pessoa/PB – Brasil. Departamento de Metodologia da Educação, Centro de Educação, Campus I, UFPB. CEP. 58051900. E-mail: lenilton@yahoo.com

Introdução

O litoral cearense possui 573 km de praias rodeadas por dunas, falésias e mangues que, se por um lado maravilham os visitantes com extensas áreas desertas e semi-habitadas, por outro têm muitos dos seus encantos quebrados com a dura realidade das comunidades tradicionais cuja sobrevivência advém da pesca e da agricultura. Sempre acolhedoras com os turistas, essas comunidades não recebem o devido apoio do Estado para explorar a natureza que lhes foi tão pródiga e que elas têm sabido perpetuar.

Ainda assim, as comunidades litorâneas do Ceará protagonizam iniciativas solidárias com o turismo comunitário no qual os próprios moradores são responsáveis pela oferta dos meios de hospedagem, a alimentação e o lazer dos visitantes. Essas experiências vêm sendo reconhecidas por parceiros (como universidades, organizações não governamentais – ONGs e instituições estrangeiras), que criaram a Rede Cearense de Turismo Comunitário – a rede Tucum (Figura 1).

FIGURA 1 – REDE CEARENSE DE TURISMO COMUNITÁRIO



No roteiro da rede Tucum está associado o que há de mais rico no produto turístico do Ceará – a diversidade das suas paisagens e a cultura do seu povo. Todavia, essa riqueza ainda é pouco explorada devido à visão do Estado de só enxergar nos grandes empreendimentos a capacidade de converter o enorme potencial turístico em mais oportunidades de emprego e renda para a população.

Essa opção de gestão incorre numa falácia que ignora as iniciativas endógenas existentes, inferioriza as comunidades tradicionais, tirando delas o direito de serem também “empreendedoras” do seu futuro – por que não?

Preteridas nas ações governamentais, as comunidades passam a vivenciar no cotidiano uma disputa acirrada pelo território diante das investidas de empresários e turistas estrangeiros que aportam no litoral do Ceará com o interesse de instalar empreendimentos imobiliário-turísticos (hotéis, resorts, *condoresorts*, parques temáticos etc.), que logo atraem a atenção do Estado. Em muitos casos, os megaempreendimentos alardeados como panaceia desenvolvimentista convertem-se em projetos turísticos de “fachada” que ocultam reais interesses imobiliários de especular as terras litorâneas, desterritorializar as comunidades e promover vendas futuras no mercado internacional.

Assim, as ações do Estado são portadoras de contradições que reforçam a fragmentação do território, o aumento das desigualdades socioespaciais, já que as políticas e os investimentos públicos adotam a mesma lógica excludente do mercado, de priorizar agentes e espaços que já são competitivos.

Ora, o papel esperado do Estado é o de contrabalançar, com sua presença, a relativa ausência de investimentos privados. E não de concentrar-se onde o ente privado já prefere se localizar, onde o dinamismo conduzido pela lógica do mercado já é mais intenso, onde os novos fatores de competitividade já são abundantes. A preocupação que daí deriva é sobre o destino das chamadas áreas "não competitivas". (ARAÚJO, 2000, p. 229)

A adoção dessa lógica seletiva nas políticas de turismo acirra a luta pelo território no litoral cearense, aumentando, por conseguinte, os movimentos de resistências das comunidades, já que estas não existem sem seus territórios. A perda do território é, de maneira geral, o fim das comunidades e dos seus sujeitos, pois, como nos lembra Haesbaert (2006, p. 20), "não há como definir o indivíduo, o grupo, a comunidade, a sociedade sem ao menos inseri-los num determinado contexto geográfico, 'territorial'". Esse é o fulcro em que se sustenta a luta dos povos do mar pelo território, luta essa que adquire um sentido supremo e cuja causa é partilhada por indígenas e camponeses que se associam na rede Tucum formando uma rede de territórios solidários, articulados ao mundo, que resistem e inovam com a proposta do turismo comunitário.

Secundário no âmbito das políticas públicas, o turismo comunitário¹ ganhou a atenção dos estudiosos acadêmicos, no Brasil, sobretudo a partir de 1997, nas várias edições do Encontro Nacional de Turismo de Base Local (ENTBL). A possibilidade de o turismo comunitário promover o desenvolvimento local foi um dos chamativos para muitos pesquisadores darem visibilidade às experiências que se difundiam no País, em especial no litoral cearense.

O protagonismo do Ceará, inclusive, levou o estado a sediar a segunda edição do ENTBL, em 1998, assim como o I e o II Seminário Internacional de Turismo Sustentável (SITS) em 2003 e 2008. O II SITS se tornou um marco do turismo comunitário no País por ter reunido pesquisadores, instituições governamentais e não governamentais que pactuaram uma agenda de ações que resultou, ainda em 2008, no lançamento do I Edital de Chamada Pública de Projetos de Apoio ao Turismo de Base Comunitária. Nesse documento, o Ministério do Turismo (MTur) define o turismo de base comunitária

como:

Um modelo de desenvolvimento turístico, orientado pelos princípios da economia solidária, associativismo, valorização da cultura local e, principalmente, **protagonizado pelas comunidades locais**, visando à apropriação por parte dessas dos benefícios advindos da atividade turística. (BRASIL, 2008, Grifo nosso)

O edital superou as expectativas do MTur, que esperava acolher entre 100 e 150 propostas e foi surpreendido com mais de 500 projetos oriundos de todas as unidades da Federação. Desses, 50 projetos foram aprovados para execução entre 2008 e 2009. O Ceará e o Rio de Janeiro encabeçaram a lista dos estados com maior número de aprovações, cada um com seis projetos.

O número significativo de propostas demonstrava a diversidade de experiências do turismo comunitário no País (BRASIL, 2010) e o apelo das comunidades por políticas de turismo que, realmente, invertessem a lógica excludente das suas ações: em vez de focalizar no atendimento dos anseios dos turistas, deveriam priorizar as necessidades das comunidades receptoras.

É claro que essa inversão, há muito defendida por estudiosos e importantes organizações não governamentais², ecoou nas políticas federais de turismo, não só pela maior abertura do governo do Partido dos Trabalhadores³, mas sobretudo pela pressão das comunidades que já acumulavam experiências variadas com o turismo comunitário.

O edital do MTur e seu reconhecimento às necessidades de protagonismo e empoderamento político das comunidades foram conquistas significativas a comemorar. E, novamente, o Ceará foi pioneiro nesses levantes, tendo no Batoque (Aquiraz) e na Prainha do Canto Verde (Beberibe) movimentos em defesa da pesca e do turismo comunitário que repercutiram no País e no mundo. Nessas praias, a luta das comunidades resultou na criação, pelo governo federal, das duas primeiras reservas extrativistas do Ceará.

No bojo dessas ações e da apatia do governo do estado para fortalecer a política federal em prol do turismo comunitário, foi criada, em 2008⁴, a rede Tucum,

²A exemplo da Organização Mundial de Turismo (OMT), que, em 1999, aprovou o Código de Ética Mundial para o Turismo, no qual defende o turismo responsável e sustentável, baseado na participação equitativa das populações e comunidades locais nos benefícios econômicos, sociais e culturais do turismo. Outra ONG internacional importante é o Fundo Mundial para Vida Selvagem (WWF) que, em 2003, cunhou o conceito de "ecoturismo de base comunitária", ratificando os princípios éticos do turismo.

³Iniciado em 2003, com o primeiro mandato do presidente Lula, o qual criou o Ministério do Turismo e lançou o Plano Nacional de Turismo 2003-2007. Todavia, até o Edital de Chamada de Projetos, já no segundo mandato, em 2008, o governo Lula teve apenas ações pontuais de apoio ao turismo de base comunitária, como sinalizam Silva, Teixeira e Ramiro (2009).

⁴A oficialização da rede Tucum também aconteceu no II Seminário Internacional de Turismo Sustentável, ocorrido em Fortaleza, em 2008.

¹Também designado Turismo de Base Comunitária (TBC), tanto na literatura acadêmica quanto na esfera governamental.

sob a mediação do Instituto Terramar⁵. Primeira rede estadual de turismo comunitário do Brasil, a Tucum conta com a participação de treze comunidades costeiras de pescadores, indígenas e de assentados rurais (Figura 1) que buscam criar estratégias de desenvolvimento pautadas na justiça ambiental, através da valorização da natureza, sociedade e cultura local.

Apropriando-se, em parte, dos sistemas técnico-informacionais do presente, as comunidades da rede Tucum elaboram iniciativas coletivas para se contrapor às redes convencionais do turismo globalizado. Ao se associar a outras redes de maior dimensão, como a Rede Brasileira de Turismo Comunitário e Solidário (Turisol) e a Rede de Turismo Comunitário da América Latina (Redturs), a rede Tucum forma uma “rede de redes” ou um território-rede⁶ resultante da articulação e da solidariedade de “territórios-zona de resistência/ inovação”, denominados por Adyr Rodrigues como aqueles não capturados pelo processo de globalização que tem na expansão mundial do turismo uma das suas principais formas de manifestação.

São prioritariamente territórios de abrigo e recurso, prenes de simbologia, onde predominam as relações de poder local marcadas por forte endogenia, ancoradas nos princípios de liberdade e autonomia. [...] São intertecidos pelas representações sociais que urdem valores, crenças, expectativas; modos de pensar, agir e sentir, que criam laços identitários – elos interpessoais e das pessoas com o lugar, donde emana o sentido de pertencimento que vai construir a chamada consciência territorial. (RODRIGUES, 2008, p. 44-45)

Mesmo passíveis de conflitos e de clivagens internas, são dos laços e da consciência sobre o território (pela maioria) que nasce a resistência à sua apropriação por atores exógenos que possam impor uma lógica diferente daquela vivenciada. Como não há melhor forma de defesa do que o ataque, as comunidades da rede Tucum não só resistem nos territórios-zona, mas também inovam, apresentando um modelo de turismo mais solidário, baseado em sinergias locais que envolvem diversos segmentos sociais e geram maior distribuição dos benefícios.

⁵É uma ONG, do campo popular democrático, que atua na zona costeira cearense, buscando o desenvolvimento humano com justiça socioambiental, cidadania, participação política, autonomia dos grupos organizados e fortalecimento da identidade cultural dos povos do mar do Ceará <www.terramar.org.br>.

⁶Haesbaert (2006, p. 306) caracteriza, resumidamente, os territórios-rede como aqueles configurados pela topologia ou lógica das redes, ou seja, são espacialmente descontínuos, dinâmicos (com diversos graus de mobilidade) e mais suscetíveis a sobreposições; já seu par complementar, os territórios-zona, são forjados no domínio da lógica zonal, sendo mais tradicionais, pois apresentam áreas e limites (“fronteiras”) relativamente bem demarcados e com grupos mais “enraizados”, onde a organização em rede adquire um papel secundário.

A comunidade de Tatajuba, em Camocim (Figura 1), é um dos exemplos cearenses de território insubordinado aos ditames do turismo global que analisaremos neste artigo. Embora seus moradores não estejam alheios ao mundo e suas inovações, na esfera local, onde a vida é regida por outros tempos e valores, eles defendem, para os nativos, a partilha coletiva do território e a autonomia da comunidade para gerir o espaço de vivência ocupado há mais de um século.

Tatajuba: território-zona de resistência/inovação

Tatajuba é uma comunidade de pescadores do município de Camocim, no Ceará, que se situa a aproximadamente 25 km da sede e a 340 km de Fortaleza. Ali a natureza sempre foi protagonista da dinâmica das paisagens que são marcadas por campos de dunas⁷, praias desertas, lagos costeiros, coqueirais, manguezais e ventos fortes. O território em disputa é formado por areias em movimento e em crescente valorização imobiliária.

Alheias aos embates, as areias teimam em mudar de lugar, jogando no rosto de moradores e visitantes sua força que já foi responsável pelo soterramento de casas e da igreja da Velha Tatajuba. Este evento forçou a reterritorialização da comunidade em quatro vilas que ficaram geograficamente separadas pelas dunas e gamboa⁸, mas unidas pela forte identidade da população com aquele território.

As vilas da Nova Tatajuba, São Francisco, Baixa da Tatajuba e Vila Nova formam a comunidade da Tatajuba que se localiza na porção leste do município de Camocim, próxima à famosa praia de Jericoacoara (Figuras 2 e 3). Jeri, como é carinhosamente apelidada, ficou conhecida internacionalmente após ter sido apontada como um dos dez lugares mais belos do mundo pelo jornal norte-americano *The Washington Post*, em 15 de março de 1987. Atualmente Jeri tem o pôr do Sol mais disputado do Ceará e apresenta uma diversificada rede de hospedagem e de serviços turísticos com hotéis, pousadas, casas de câmbio, agências de viagem, associação de *bugueiros*, restaurantes, bares e boates com várias opções de entretenimento e gastronomia.

⁷Formam-se ao longo da faixa litorânea a partir da deposição contínua de partículas de areia de praia transportadas pelos ventos. No Nordeste brasileiro, os campos de dunas propiciam morfologias diferenciadas que se associam à formação de terraços marinhos, lagoas costeiras, estuários e praias.

⁸Braço de mar que adentra ao continente no afluxo da maré propiciando o surgimento do manguezal pelo encontro de águas doce e salgada que formam um berçário natural para várias espécies de peixes, crustáceos e moluscos.

FIGURA 2 – VILAS DE TATAJUBA E ÁREA EM LITÍGIO

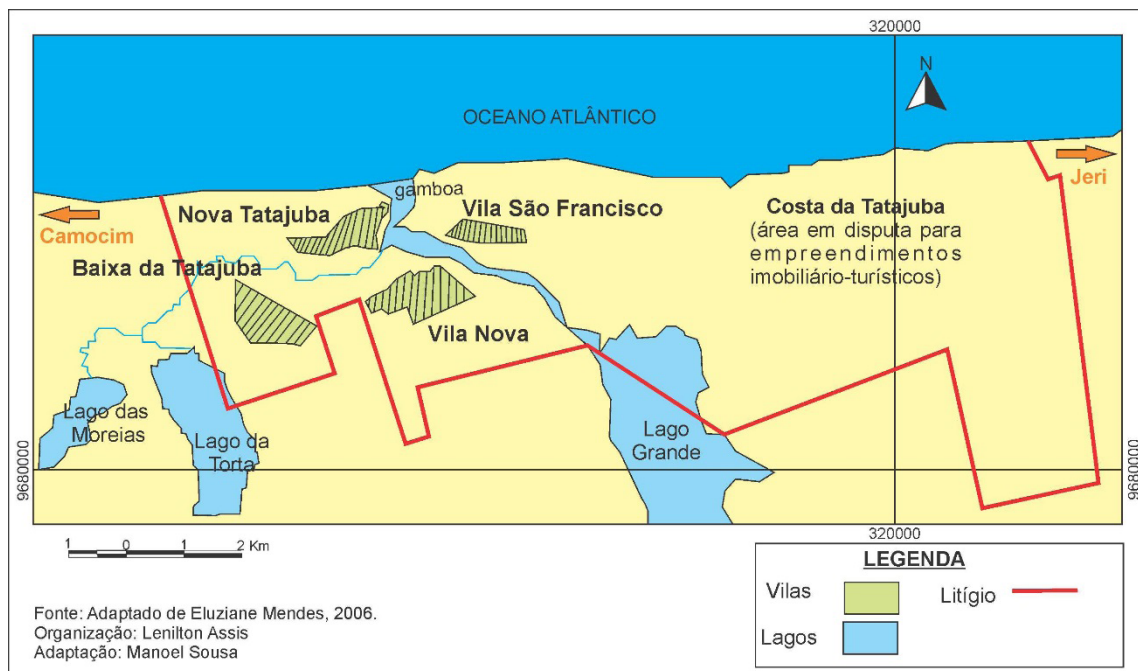


FIGURA 3 – VISTA PARCIAL DA PRAIA DE JERICOACOARA



Fonte: Lenilton Assis, 2011.

O fato de ser um lugar de passagem entre a praia de Jericoacoara (30 km) e a cidade de Camocim (25 km) faz com que Tatajuba vivencie, nas últimas décadas, uma forte especulação do seu território. Uma espécie de "tirania da proximidade" se instala na comunidade a reboque do crescimento de Jeri e do surgimento de grandes projetos imobiliário-turísticos em Camocim e região.

A comunidade conta com cerca de 1.000 habitantes distribuídos nas quatro vilas, em aproximadamente 200 habitações. A Nova Tatajuba (ou simplesmente Tatajuba, como é mais conhecida) é a vila central onde ficam instalados os principais equipamentos e serviços públicos (Figura 4).

FIGURA 4 – MORADIAS DE NOVA TATAJUBA



Fonte: Lenilton Assis, 2011.

O grande potencial turístico local, antes de ser descoberto pelos "de fora", já era conhecido pelos moradores de Tatajuba, que, diariamente, convivem com

turistas de Jeri que passam pela vila, especialmente com destino à lagoa da Torta⁹, onde barracas com mesas e redes dentro d'água servem de deleite (Figura 5).

FIGURA 5 – BARRACAS DA LAGOA DA TORTA



Fonte: Lenilton Assis, 2011.

⁹Também conhecida como laguinho da Torta ou lagoa de Tatajuba, é formada por água doce das chuvas que se acumulam, de modo intermitente, nas depressões interdunares. Devido às variações hídricas sazonais, a lagoa chega a secar e também a se mover à mercê da dinâmica das dunas. A lagoa serve de refúgio para fauna e de preservação para a flora, influenciando o microclima local e servindo de opção de lazer para moradores e visitantes.

Os efeitos danosos do “turismo de massas de Jeri” (expressão usada por muitos nativos da comunidade) passaram a ser repudiados em Tatajuba na tentativa de evitar os seguintes problemas: especulação imobiliária, prostituição, consumo de drogas, concentração de renda nas mãos dos “de fora”, aumento do custo de vida para os nativos e a degradação dos ecossistemas locais.

A criação da Associação Comunitária de Moradores de Tatajuba (Acomota), em 1991, foi o primeiro passo para que os nativos somassem forças com ONGs, universidades, órgãos públicos e outras comunidades já organizadas do litoral cearense para debater as potencialidades do turismo comunitário e promover o desenvolvimento territorial. Como bem afirma Araújo (2008, p. 26), “é muito mais fácil fazer desenvolvimento territorial quando ele é aplicado a um lugar onde a sociedade está organizada. Está estruturada. Sabe para onde quer ir. Sabe se articular”.

Nesse sentido, o turismo comunitário requer o envolvimento da população no planejamento e no gerenciamento da atividade, sendo direcionado aos viajantes que buscam maior contato com o ambiente e a cultura local através da conservação dos ecossistemas e da valorização dos gêneros de vida da comunidade (RODRIGUES, 2008; CORIOLANO, 2009).

O turismo comunitário busca a autogestão dos recursos patrimoniais do território como estratégia de sustentabilidade que possa lograr o crescimento econômico, a conservação dos atrativos naturais e a distribuição mais equitativa de emprego e renda. Sobre esta modalidade de gestão do turismo, Irving (2009, p. 111) se pronuncia:

Considerando que o turismo, em qualquer de suas formas de expressão e intervenção, interfere na dinâmica socioambiental de qualquer destino, o turismo de base comunitária só poderá ser desenvolvido se os protagonistas deste destino forem sujeitos e não objetos do processo. Neste caso, o sentido de comunitário transcende a perspectiva clássica das “comunidades de baixa renda” ou “comunidades tradicionais” para alcançar o sentido de *comum*, de *coletivo*. [...] Este tipo de turismo representa, portanto, a interpretação “local” do turismo, frente às projeções de demandas e de cenários do grupo social do destino, tendo como pano de fundo a dinâmica do mundo globalizado, mas não as imposições da globalização.

Por meio de oficinas, cursos e capacitações promovidas pela Acomota, a comunidade de Tatajuba logo se apoderou da filosofia do turismo comunitário como principal bandeira de luta e resistência em defesa do território. De forma participativa, foi feito um diagnóstico da área com o indicativo das potencialidades e dos problemas que pudessem fomentar a elaboração de projetos e ações. Dessa iniciativa resultaram algumas

conquistas como a instalação de energia elétrica, telefone comunitário, projeto de plantação irrigada de coqueiros e uma oficina de Turismo Sustentável, realizada em 1996 (TERRAMAR, 2008).

O combate à especulação imobiliária e a defesa do turismo comunitário se tornaram as molas mestras das ações da Acomota, as causas que uniram a comunidade, já que a venda de terras iniciada nos anos de 1970 intensificava-se na década de 1990 com a valorização turística de Tatajuba que até então era considerada um “território de reserva” e de expansão de Jeri.

A comunidade de Tatajuba passou a se “fechar” e a defender a partilha coletiva do território para os nativos. Vale frisar que esse relativo fechamento foi imposto à comunidade e converteu-se na sua principal forma de luta pelo território e pela preservação de seus pressupostos identitários, diferenciando-se da lógica dos grupos hegemônicos que, muitas vezes, em nome da insegurança, optam pela segregação em pontos densamente articulados por redes, onde criam territórios “exclusivistas” e apartados do entorno – como ocorre nos *resorts*.

A defesa do território secularmente ocupado pelos antepassados serve como garantia de sobrevivência para as gerações futuras. Tarefa árdua essa, quando o território em questão é dotado de atrativos naturais paradisíacos que o convertem em mercadoria de grande disputa no ascendente mercado do turismo mundial.

Os embates em Tatajuba se iniciavam, pois promotores imobiliários da região demarcaram terras na comunidade dizendo tê-las comprado de nativos. A estratégia de “grilagem”, já conhecida e praticada em todo o litoral, efetuava-se com a aquisição, a preços insignificantes, de lotes distantes da praia que, posteriormente, eram aumentados em direção ao mar, incorporando terras de uso da comunidade. A compra de coqueiros foi outra prática corriqueira dos “grileiros” para demarcar terrenos que logo eram ilegalmente registrados nos cartórios da região e revendidos a turistas estrangeiros e empresas nacionais (TERRAMAR, 2008).

Na década de 1990, o crescimento de Jeri fez com que a especulação imobiliária se difundisse em Tatajuba, levando a comunidade a sofrer constantes repressões que acirraram a luta pelo território e amedrontaram as famílias. Falsas promessas e o aliciamento de lideranças terminaram “quebrando” a coesão interna.

A comunidade antes representada apenas pela Acomota passou a ter mais duas entidades: o Conselho de Desenvolvimento Comunitário de Tatajuba e a Associação dos Moradores Rurais de Vila Nova e Adjacências. Ambas as instituições foram formadas

por dissidentes da Acomota que adotaram discursos “conciliatórios” e coniventes com os empresários cujos interesses imobiliário-turísticos eram mascarados com a oferta de trabalhos informais a alguns moradores, doações de cestas básicas e patrocínio de projetos (como o coral infantil, oficinas de artesanato e horta comunitária) que, em médio prazo, cessaram com a venda das terras a novos especuladores.

A disputa e o dinheiro passaram a “correr soltos” em Tatajuba, criando rivalidades entre as famílias que fragmentaram a comunidade. As quatro vilas que representavam uma única jurisdição em Tatajuba foram sobrepostas, invadidas e culturalmente separadas por atores externos que agem em redes articuladas de poder e impõem outra lógica e tessitura ao território.

Novos atores aportaram em um território-zona naturalmente apartado pelas dunas e marés para comprar e especular a terra. Velhos atores se transformaram. Uns, evadidos da consciência política e territorial, prosseguiram na luta como forma de sobrevivência. Outros se aproveitaram dessa situação como oportunidade de subir na vida, alheios aos laços e às tradições seculares com a terra e o seu povo.

Entre 2000 e 2003, os conflitos se acentuaram, deflagrando um período crítico de luta que teve como estopins duas ações da Vitória Régia descobertas pela Acomota: o projeto de construir o empreendimento “Condado Ecológico de Camocim”; e os registros cartoriais da empresa, datados de junho de 1993, que atestavam a propriedade de 5.275,450 hectares de toda a área habitada pela comunidade.

De imediato, tais descobertas levaram a Acomota a tomar uma série de medidas, dentre as quais se destacaram duas ações impetradas na justiça de interdito proibitório e de anulação dos registros de terra da Empresa Vitória Régia¹⁰.

O laudo ambiental do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (BRASIL, 2001) foi o primeiro diagnóstico oficial da comunidade que serviu como fulcro de acirramento da luta e resistência. Nesse documento ficou comprovado que o território de Tatajuba é composto de aproximadamente 60% de feições ambientais complexas, caracterizadas como Áreas de Preservação Permanente (APPs); 15% é área de Domínio da União e 25% são terrenos sedimentares já em sua maioria ocupados por núcleos populacionais e atividades agrícolas (TERRAMAR, 2003).

Porém, contrariando as diretrizes do Ibama para a

conservação dos ecossistemas de Tatajuba, no mesmo ano, a Empresa Vitória Régia apresentou em Audiência Pública na comunidade o projeto do Condado Ecológico. Era mais um complexo de turismo e eventos que previa a construção de resorts, parque temático natural e equipamentos de lazer nos 5.275,450 hectares da área conhecida como Costa da Tatajuba que a empresa alegava a propriedade (Figura 2). O megaempreendimento projetava a construção de 4.000 unidades habitacionais para a recepção de 15.000 turistas mensais, com investimento estimado de 295,5 milhões de reais (CEARÁ, 2004, p. 291). Mesmo sob o embargo da ação judicial impetrada pela Acomota, o projeto figurava na lista de iniciativa de prioridade da Secretaria de Turismo do Ceará (Setur), inclusive destacado no Prodetur/CE II¹¹.

Os empresários usaram de “velhos” argumentos, ratificados pelo Estado, para convencer a comunidade sobre a necessidade do empreendimento, o qual contribuiria para o desenvolvimento local através da melhoria da infraestrutura e a oferta de 22.000 empregos diretos e indiretos (TERRAMAR, 2003; CEARÁ, 2004, p. 296).

Entretanto, na Audiência de apresentação do projeto, o representante da Comissão de Direitos Humanos da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) fez importante advertência à comunidade: “Empresa visa lucro. É fantasia achar que uma empresa vem para cá distribuir riqueza com a comunidade. Todo empreendimento traz também benefícios sociais, dá empregos etc. Mas, fundamentalmente, empresa quer lucro” (TERRAMAR, 2003, p. 19).

E essa máxima capitalista se confirmou nos anos seguintes quando a Acomota continuou com a luta na comunidade e na justiça, forçando os empresários, sequiosos de lucros rápidos, a “abortarem” o empreendimento e a repassarem as terras a um novo grupo¹² que mudou as estratégias de enfrentamento.

A partir de 2005, com o fim do patrocínio da empresa, as duas novas Associações perderam força e foram desmascaradas na comunidade. O novo grupo de acionistas, inclusive, ameaçou processar alguns líderes do Conselho e da Associação de Vila Nova que estavam se beneficiando com a venda de terras em Tatajuba, “às escondidas” dos empresários. Acuados, esses moradores

¹⁰O Instituto Terramar também denuncia que “[...] dentro da política ambiental adotada pelo governo do estado do Ceará, complexo hoteleiro é considerado ‘projeto de interesse social’, o que agiliza os trâmites de implantação e funciona como senha de acesso aos licenciamentos ambientais. O EIA/RIMA é dispensado, bastando apresentar o RAS – Relatório Ambiental Simplificado. O rigor do controle ambiental dos projetos turístico-hoteleiros fica comprometido, motivo a mais de preocupação das comunidades impactadas (TERRAMAR, 2008, p. 15)

¹²Até o fechamento da pesquisa, a Acomota não sabia ao certo em que mãos estavam os títulos de propriedade das terras de Tatajuba. Sua assessoria jurídica tinha entrado com uma ação para descobrir os “novos proprietários” das terras que estavam sendo comercializadas, mesmo *sub judice* (ASSIS, 2012).

¹⁰Para uma análise mais detalhada dessas e de outras medidas tomadas, consultar os Dossiês elaborados pelo Instituto Terramar (2003; 2008) e a síntese histórica elaborada por Mendes (2006, p. 188-192) no bom estudo sobre os conflitos ocorridos em Tatajuba até 2006. Depoimentos e análises mais recentes estão na nossa pesquisa de doutorado (ASSIS, 2012).

vêm buscando refúgio na Acomota, justificando que foram enganados pela empresa e desejam se reintegrar à luta coletiva em defesa do território.

Dividida, não só pela geografia ou pela antiga empresa que a ameaçava, a comunidade de Tatajuba prossegue com a luta e outros desafios. Os novos empresários sinalizam o interesse em arrendar aquelas terras para a instalação de usinas eólicas. Tal estratégia imobiliária é crescente em outras praias de Camocim e do litoral do Ceará, pois coaduna a geração de renda mensal com a valorização especulativa das terras, especialmente diante dos investimentos públicos realizados em

rodovias e aeroportos no estado.

O crescente número de visitantes encantados com Tatajuba e ali querendo residir também se tornou um problema. A venda de terrenos da praia para turistas estrangeiros aumentou nos anos dos maiores conflitos, facilitando a entrada de novos residentes na comunidade que logo transformaram as moradias em pousadas, associando o ócio ao negócio. Na beira-mar de Tatajuba, já se encontram pousadas de espanhóis e holandeses (Figura 6) que, à revelia da comunidade, continuam expandindo os empreendimentos numa área visivelmente *non aedificandi* de terrenos de marinha cuja

FIGURA 6 – POUSADA DE ESTRANGEIRO NA BEIRA-MAR DE TATAJUBA



Fonte: Lenilton Assis, 2011.

proteção permanente é “garantida” por diversas leis, federal, estadual e municipal – como é o caso da própria APA da Tatajuba, criada pelo município em 1994.

Porém, na realidade, promotores imobiliários e turistas continuam transgredindo essas leis com estratégias já conhecidas em outras praias cearenses: mesmo sabendo da ilegalidade, vão construindo e “consumando” a apropriação do território, contando com a morosidade da justiça e com os noticiados casos de irregularidades nos licenciamentos ambientais no estado (ACMP, 2008). Quando são notificados, os empreendimentos já são fato de difícil embargo ou ordenamento de demolição. E quando isso ocorre, eles acionam a mesma justiça, já na condição de réus, e exigem uma indenização compensatória pelas benfeitorias realizadas.

Desse jeito, os novos residentes vão ganhando força e território em Tatajuba, colocando-se como mais um desafio para a comunidade conter a especulação imobiliária e o turismo predatório.

Nos últimos anos, a inserção de Tatajuba na rede Tucum e sua articulação a outras redes, como a Turisol e a Redturs, deu mais evidência à luta da comunidade que

correu o mundo via internet, recebendo várias moções de apoio, sobretudo de ONGs internacionais que passaram a patrocinar algumas iniciativas para fortalecimento do turismo comunitário.

Nós temos assessoria de várias instituições nacionais e estrangeiras que já trabalham o turismo comunitário em várias partes do Brasil e do mundo. [...] A gente tem parceiros da Suíça, Alemanha e Itália, como a ONG Intervita, que nos mandou um financiamento de 60 mil reais pra gente dá continuidade ao projeto de turismo comunitário. Desses 60 mil, iniciamos a construção dos chalés e uma parte foi tirada pra fazer a nova sede da Associação, comprar computador, instalar internet e ainda ficou um fundo de 3 mil que circula da seguinte maneira: eu estou precisando de 500 reais pra ajeitar meu banheiro, pego o dinheiro e depois fico pagando pra servir a outros associados. O projeto dos chalés é pra que cada associado possa construir 2 ou 3 quartos ao lado de suas casas pra receber pessoas, pra dar outro avanço no turismo comunitário [...]. (Liderança da Acomota, 3/7/2010)

Adotando princípios da economia solidária, a Acomota conseguiu partilhar e investir os recursos captados na melhoria de alguns quartos que já funcionavam como alojamento, na construção e mobília da nova sede, além

de iniciar a edificação de seis chalés com técnicas de bioconstrução¹³.

Os chalés já estão em funcionamento, com a oferta de hospedagem simples, acessível e aconchegante (Figura 7).

Os “pacotes” e todo o roteiro da viagem a Tatajuba são comercializados no site da rede Tucum www.tucum.org, que tem *links* com as redes brasileira e latino-americana de turismo comunitário. Além da hospedagem com o café da manhã, as demais refeições e o aluguel de *buggy* também são oferecidos por membros da própria comunidade, demonstrando a viabilidade econômica e a capilaridade social do turismo comunitário.

FIGURA 7 – CHALÉS FEITOS COM BIOCONSTRUÇÃO



Fonte: Lenilton Assis, 2011.

Conclusão: por que não fortalecer o turismo comunitário no Ceará?

Mesmo diante de várias experiências positivas de desenvolvimento endógeno, o governo do Ceará insiste em priorizar, nas políticas de turismo, a atração e o financiamento de macroinvestimentos exógenos. Grandes projetos são lançados prometendo “mudar a cara” do turismo estadual, tais como o novo Centro de Eventos e o Acquário Ceará. Com justificativas admissíveis, diga-se de passagem, essas ações, no entanto, reforçam a opção pelo “monodesenvolvimento” ancorado na criação de simulacros para atrair o “de fora”, o turista internacional, quando deveriam acontecer, *pari passu*, beneficiando, sobretudo os “de dentro”, as iniciativas locais, a exemplo da rede Tucum.

O governo do estado, ao optar por esta “via de mão única”, fica refém dos ânimos de investidores e turistas estrangeiros que oscilam com as flutuações do câmbio e da economia mundial. O fortalecimento do turismo comunitário daria ao Ceará mais chances de criar um produto turístico diversificado que é menos suscetível à sazonalidade e às crises econômicas, pois agrada

a todos os gostos e bolsos – tanto os que procuram *resorts* ou entretenimentos nas grandes cidades quanto os que preferem maior contato com a natureza e a cultura das comunidades tradicionais.

A recente crise econômica mundial tem retraído o fluxo de visitantes estrangeiros ao Nordeste e servido de alerta. O complexo hoteleiro da Costa do Sauípe, na Bahia, é outro case de insucesso, apontado por muitos estudiosos como um modelo a não ser seguido na região. Sauípe é um dos maiores empreendimentos brasileiros na área de *resorts* turísticos que não trouxe nenhuma contribuição para melhorar os indicadores de desenvolvimento do município de Mata de São João, sede do complexo.

Com base numa série histórica de dados estatísticos anteriores e posteriores à implantação do megaempreendimento, Ribeiro (2005) evidencia que não houve melhoria significativa em indicadores como Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), Índice de Gini ou Índice de Qualidade de Vida Urbana, dentre outros. O significativo aumento dos fluxos turísticos não propiciou efeito positivo para a qualidade de vida das populações locais. Suas condições de existência ficaram dependendo de um fortalecimento de políticas públicas sociais suplementares. Os investimentos da ordem de meio milhão de dólares voltados para a implantação do megaempreendimento não trouxeram consigo diminuição do processo de exclusão social. (BURSZTYN; BARTHOLO; DELAMARO, 2009, p. 84-85)

¹³Técnica usada na construção de casas cujos materiais são naturais da região (terra, bambu, palha, barro etc.) e agridem minimamente o meio ambiente.

Por isso, ao mudar o foco dos investimentos, o turismo comunitário no Ceará se transformaria em uma política de grande impacto social que melhoraria os serviços básicos das comunidades, diversificaria suas economias, provendo mais capacitações e postos de trabalho, principalmente para mulheres e jovens que são mais vulneráveis à exploração do turismo sexual, ao envolvimento com as drogas, à migração para grandes cidades e para fora do País.

Para tanto, é necessário ao Estado enfrentar (e querer resolver!) o principal problema que aflige as comunidades litorâneas: a questão da propriedade da terra. Sem o devido amparo estatal, as comunidades travam diariamente uma luta desigual com agentes imobiliários, turistas e empresas que avançam loteando terras, construindo equipamentos em áreas sob litígio e até naquelas de proteção ambiental e pertencentes ao Patrimônio da União – como os terrenos de marinha.

E esses problemas se arrastam de governo a governo, com paliativos jurídico-administrativos (audiências públicas, levantamentos, zoneamentos etc.) que não resolvem a questão em definitivo – como é o caso de Tatajuba. Questão esta, vale lembrar, que só ao Estado compete definir, pois dispõe dos mecanismos institucionais e constitucionais para exercer sua função social basilar: zelar pelo bem-estar da sociedade, especialmente dos mais pobres.

Diante da indefinição sobre a propriedade da terra, as comunidades também ficam impossibilitadas de pleitear linhas de crédito estatais (como as do BNDES destinadas aos hotéis para a Copa de 2014), que são facilmente captadas pela iniciativa privada. E tanto a Copa do Mundo quanto os Jogos Olímpicos do Rio, em 2016, provocaram um “refluxo” nas políticas voltadas ao turismo comunitário no Brasil. Desde o Edital de 2008, estas foram cada vez mais suplantadas pelos altos investimentos públicos em infraestrutura para os eventos esportivos, a exemplo da construção de novos estádios de futebol (como a Arena Castelão, em Fortaleza que foi o primeiro inaugurado para a Copa) e de reformas milionárias (como a do Maracanã, que ultrapassou a cifra de 1 bilhão de reais).

Criado em 1992, o Programa de Desenvolvimento do Turismo, seja na sua versão Regional (Prodetur-NE), seja na sua versão atual (Prodetur-Nacional), continua sendo o carro-chefe dos grandes projetos e políticas de turismo no País. Para efeito de comparação, em 2008, quando o turismo comunitário recebeu maior atenção do governo federal, os recursos destinados a esse segmento chegaram a apenas cerca de 11 milhões de reais, enquanto o Prodetur ultrapassou a casa dos 185

milhões (REZENDE, 2011).

Apesar de a presidente Dilma Roussef (2011-2016) ter dado continuidade às políticas de combate à pobreza no País, seu governo também priorizou os macroprojetos do Prodetur e arrefeceu o empoderamento político-institucional adquirido pelo turismo comunitário no Edital de 2008.

Por isso, o turismo comunitário no Brasil caminha a passos lentos e com iniciativas públicas incipientes. No Ceará, onde o apoio institucional ao segmento é ainda mais pontual, as comunidades litorâneas assistem à inauguração de obras que quase nunca beneficiam diretamente seus territórios. A carência de serviços básicos ainda lhes impõe uma quase “imobilidade” em meio às rotas de turismo, onde vias e aeroportos são construídos com dinheiro público para beneficiar, sobretudo, empresários e visitantes¹⁴.

Em Tatajuba, por exemplo, a mobilidade cotidiana é um desafio constante, com alto custo e risco de vida. Dois veículos particulares passam nas primeiras horas da manhã nas quatro vilas recolhendo a população que, espremida em bancos de madeiras adaptados nas caçambas, é levada à cidade de Camocim para se abastecer no comércio ou de serviços especializados (Figura 8 a seguir).

¹⁴Após a reforma do Aeroporto Regional de Camocim, está em construção, pelo governo do estado, o Aeroporto Internacional de Jericoacoara. Também foi concluída a Rodovia Estruturante (CE-085), ligando os municípios de Camocim e Jericoacoara à capital Fortaleza e ao vizinho estado do Piauí.

FIGURA 8 – TRANSPORTE DE NATIVOS DE TATAJUBA



Fonte: Lenilton Assis, 2011.

A passagem de ida e volta custa 12 reais (10 do carro e 2 da balsa), o que representa um custo bastante elevado para o perfil de renda da comunidade. O retorno à vila ocorre no final da manhã, quando os carros ficam superlotados de pessoas e mantimentos, com flagrante falta de segurança para percorrerem as areias movediças dos campos de dunas.

Todos esses desafios enfrentados diariamente comprovam que, em plena rota turística entre Camocim-Jericoacoara, os meios de acesso ao território (tão aclamados para os visitantes!) ainda são muito restritos e difíceis para a comunidade de Tatajuba. Em tempos em que a mobilidade é reverenciada como portadora de maior liberdade, as redes técnicas implantadas no litoral oeste do Ceará mostram também a sua contraface imposta pelo Estado e empresas do setor imobiliário-turístico que redesenham rotas e fluxos, privilegiando as áreas de maior interesse.

Nesse sentido, Raffestin (1993, p. 204) não nos deixa esquecer de que "a rede faz e desfaz as prisões do espaço, tornado território: tanto liberta quanto aprisiona. É o porquê de ela ser o 'instrumento', por excelência, do poder".

Demanda antiga da comunidade, a melhoria de acesso e de opções de transporte mais barato é sempre apontada nos planos municipais e lembrada durante os pleitos eleitorais. Entretanto, no cotidiano da população, a mobilidade é mais um direito cerceado pelo Poder Público que se soma à falta da garantia do território e do apoio às iniciativas endógenas de desenvolvimento. Tais desafios motivam a comunidade a lutar por esses direitos e a inovar com propostas afirmativas de sustentabilidade, a exemplo da rede Tucum.

Referências

- ACMP. (2008) Associação Cearense do Ministério Público. *Presos dirigentes do Ibama, Semace e Semam*. Disponível em: <<https://amp-ce.jusbrasil.com.br/noticias/156116/presos-dirigentes-do-ibama-semace-e-semam>> Acesso em: 21 out. 2010.
- ARAÚJO, T. B. (2000) *Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências*. Rio de Janeiro: Revan/Fase.
- _____. (2008) O contexto mundial e as diversas visões de territórios e de desenvolvimento regional sustentável. In: MIRANDA, C. et al. *Articulação de políticas públicas e atores sociais*. Brasília: IICA, p. 15-28.
- ASSIS, L. F. (2012) *Entre o turismo e o imobiliário: velhos e novos usos das segundas residências sob o enfoque da multiterritorialidade – Camocim/CE*. 278 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana), Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-23052012-220752/>> Acesso em: 21 nov. 2012.
- BRASIL. (2001) Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama. *Laudo Ambiental da Localidade de Tatajuba – Camocim/CE*. Fortaleza: Ibama, Gerência Executiva do Ibama-CE. 55 p.
- _____. (2008) Ministério do Turismo. *Edital MTur n. 001/2008*. Seleção de Propostas de Projetos para Apoio às Inicativas de Turismo de Base Comunitária. Brasília: Ministério do Turismo.
- _____. (2010) Ministério do Turismo. *Dinâmica e diversidade do turismo de base comunitária: desafio para a formulação de política pública*. Brasília: Ministério do Turismo.
- BURSZTYN, I.; BARTHOLO, R.; DELAMARO, M. (2009) Turismo para quem? Sobre caminhos de desenvolvimento e alternativas para o turismo no Brasil. In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (orgs.). *Turismo de base comunitária: experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e imagem, p. 76-91.
- CEARÁ. (2004) *Secretaria de Turismo – Setur/CE. Prodetur/NE II. PDITS – Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável do Polo Ceará Costa do Sol*. Fortaleza: Ruschmann Consultores. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/prodetur/downloads/gerados/pdits_ceara.asp>. Acesso em: 25 nov. 2004
- CORIOLO, L. N. M. T. (2009) O turismo comunitário no Nordeste brasileiro. In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (orgs.). *Turismo de base comunitária: experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e imagem, p. 277-288.
- HAESBAERT, R. (2006) *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- _____. (2009) Dilema de conceitos: espaço-território e contenção territorial. In: SAQUET, M. A.; SPOSITO, E. S. (orgs.). *Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos*. São Paulo: Expressão Popular, p. 95-120.
- IRVING, M. A. (2009) Reinventando a reflexão sobre o turismo de base comunitária. In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (orgs.). *Turismo de base comunitária: experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e imagem, p. 108-121.
- MENDES, E. G. (2006) *De espaço comunitário a espaço do turismo: conflitos e resistências em Tatajuba, Camocim – Ceará*. 192 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, MAG.
- RAFFESTIN, C. (1993) *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática.
- REZENDE, R. O. (2011) *Turismo de base comunitária, política pública e efeitos sobre o local: o caso do projeto “Um Vale de Verdade”, Pirenópolis (GO)*. 241 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais), Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE), IBGE, Rio de Janeiro.
- RODRIGUES, A. B. (2008) Turismo e fortalecimento de microeconomias locais – oportunidades de inserção social em bases comunitárias. In: BURNE, S. M.; DACHARY, A. C. (orgs.). *Turismo y desarrollo: crecimiento y pobreza*. Puerto Val-

Iarta: Ed. Universidad de Guadalajara, Universidad de Buenos Aires, Universidad Nacional de Mar del Plata, p. 37-46.

SILVA, K. T. P.; TEIXEIRA, R. C.; RAMIRO, B. S. (2009) Fomento ao turismo de base comunitária: a experiência do Ministério do Turismo. In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (orgs.). *Turismo de base comunitária: experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e imagem, p. 359-368.

TERRAMAR. (2003) *Dossiê do Conflito Fundiário na Comunidade de Tatajuba: 2001-2003*. Fortaleza: Instituto Terramar.

_____. (2008) *Dossiê Ambiental: degradações, conflitos e crimes ambientais em Fortaleza e no estado do Ceará*. Fortaleza: Instituto Terramar

PIOTR KROPOTKIN: BREVE INTRODUÇÃO AO AUTOR

Rodolpho Jordano Netto

Piotr Kropotkin, pensador e ativista de peso no que se convencionou chamar de "Anarquismo Clássico", nasceu em 1842 em Moscou, Rússia, como príncipe da família real de Rurik. Na transição da fase adolescente para a adulta, serviu ao exército, que trouxe uma guinada importante para sua vida. No serviço militar Kropotkin teve contato com a militância e literatura revolucionárias, como os livros do anarquista Pierre J. Proudhon. Após esse contato, já adulto, rejeitou seu título de nobreza, dedicando-se à militância anarquista até sua morte em 1921.

Em 1867, ao voltar do serviço militar, ingressou na Universidade, onde apresentou diversos trabalhos sobre suas expedições à região siberiana de Vitim. Logo após foi nomeado secretário da seção de Geografia Física da Sociedade Geográfica Russa. Neste mesmo período (1871-1873) explorou as regiões glaciais da Finlândia e da Suécia. Além disso, realizou diversos trabalhos sobre a estrutura orográfica da Ásia.

Seus trabalhos em Geografia não se limitaram apenas à Geografia Física, tendo escrito diversos trabalhos sobre educação em Geografia¹, entre diversas outras temáticas. Para Maximiliano Astroza-León², o livro *Fields, Factories and Workshops*, de onde retiramos o capítulo aqui traduzido, é um dos mais importantes trabalhos de Kropotkin sobre geoeconomia. Segundo o autor "A geoeconomia de raiz kropotkiniana constitui uma base crítica à configuração espacial das atividades humanas advindas da economia capitalista e da

atuação do Estado como produtores de desigualdades, hierarquias e dependências econômicas regionais"³.

Além de "Fields, Factories and Workshops", suas principais obras são "The conquest of bread" ["A conquista do pão"] (1892), onde aponta os efeitos degradantes do sistema econômico feudal e do capitalismo que se sustentam através da pobreza e miséria de muitos, e "Mutual Aid: A Factor of Evolution" ["Mutualismo: um fator de evolução"] (1902), aonde questiona as teorias de Darwin e dos darwinistas sobre a competição entre as espécies como fator de evolução. Nesse livro, discorre sobre o que chama de "mutualismo", a ajuda mútua entre espécies, que observou através de suas diversas expedições geográficas.

Apesar de sua vasta obra o autor ainda se mantém pouco estudado na história do pensamento geográfico. O texto que trazemos aqui se refere a trechos do primeiro capítulo de "Fields, Factories and Workshops", onde Kropotkin discorre sobre a divisão do trabalho e a importância da descentralização da indústria e da auto-suficiência de cada Estado-nação. Optamos por publicar apenas a discussão mais ampla, de ordem teórica, ressaltando entretanto que há uma longa parte do texto em que o autor analisa realidades concretas como as da Inglaterra, França, Rússia e Estados Unidos.

¹Traduzidos para o português em: "Escritos Sobre Educação e Geografia". Kropotkin, Piotr e Reclus, Elisée. São Paulo: Biblioteca Terra Livre, 2011.

²Astroza-León, Maximiliano. "Aproximación al pensamiento geoeconómico de Piotr Kropotkin en 'Campos, fábricas y talleres'". Chile: UUA, 2010

³Idem. p.2

A DESCENTRALIZAÇÃO DA INDÚSTRIA¹

Piotr Kropotkin

Quem não recorda do notável capítulo com que Adam Smith abre sua investigação a respeito da natureza e as causas da riqueza das nações? Mesmo aqueles economistas contemporâneos que raramente retomam as obras do pai da Economia Política, e com frequência esquecem as ideias que as inspiraram, sabem este capítulo praticamente de cor, de tanto que ele tem sido reproduzido e recopiado. Ele se tornou um artigo de fé e a história econômica do século passado², desde que Adam Smith o escreveu, tem sido, digamos assim, seu comentário.

"Divisão do trabalho" foi sua bandeira e a divisão e subdivisão – a permanente subdivisão – de funções foi levada tão longe, até conseguir dividir a humanidade em castas, que estão quase tão fortemente constituídas como aquelas da antiga Índia. Temos, primeiro, a ampla divisão entre produtores e consumidores: de um lado, produtores que consomem pouco, de outra, consumidores que produzem pouco. Depois, entre os primeiros, uma série de novas subdivisões: o trabalhador manual e o intelectual, profundamente separados entre si, em prejuízo de ambos; os trabalhadores agrícolas e os da fábrica e, entre os últimos, inúmeras subdivisões outra vez, tão pequenas, que o ideal moderno de trabalhador parece ser um homem ou uma mulher, e até uma jovem ou um rapaz, sem conhecimento de nenhuma atividade artesanal, sem a menor ideia sobre a indústria em que se emprega, capaz unicamente de fazer, ao longo do dia e pela vida inteira, nada mais do que a mesma parte infinitesimal de uma coisa: empurrando um vagão

de carvão em uma mina, desde os treze até aos sessenta anos, ou fazendo a mola de um canivete, ou ainda "a décima oitava parte de um alfinete". Meros servos de uma determinada máquina, meras partes de carne e osso de alguma imensa maquinaria, não têm ideia de como e por que a máquina executa seus movimentos rítmicos.

O artesão habilidoso se vê desprezado, como sobrevivente de um passado condenado a desaparecer. O artista, que antigamente encontrava prazer estético pelo trabalho de suas mãos, foi substituído pelo escravo humano de um escravo de ferro. Mas não para por aí: até o trabalhador agrícola, antes acostumado a encontrar um alívio das agruras da vida na casa de seus antepassados – futuro lar de seus filhos – em seu amor à terra e em sua íntima relação com a natureza; até mesmo ele foi condenado a desaparecer, para o bem da divisão do trabalho. Ele é um anacronismo, como dizemos: deve ser substituído, numa grande fazenda [*Bonanza farm*³], por um trabalhador temporário contratado durante o verão e descartado quando chega o outono; um desconhecido, que nunca mais voltará a ver o campo que uma vez cultivou em sua vida. "A reforma da agricultura, de acordo com os verdadeiros princípios da divisão do trabalho e da organização industrial moderna é questão de poucos anos", dizem os economistas.

Deslumbrados com os resultados obtidos em nosso século⁴ de maravilhosas invenções, especialmente na Inglaterra, nossos economistas e homens políticos foram ainda mais longe em seus sonhos de divisão do trabalho. Proclamaram a necessidade de dividir a humanidade inteira em fábricas [*workshops*] nacionais, tendo cada uma delas sua especialidade particular. Pensava-se, por exemplo, que a Hungria e a Rússia estariam predestinadas

¹Primeiro capítulo do livro de Piotr Alexeyevich Kropotkin, "Fields, Factories and Workshops" ("Campos, Indústrias e Oficinas"), 2010 (1898), disponível em: <https://theanarchistlibrary.org/library/petr-kropotkin-fields-factories-and-workshops-or-industry-combined-with-agriculture-and-brain-w> (acessado em março de 2013). A tradução aqui apresentada foi cotejada com a versão em espanhol: "Campos, Fabricas y Talleres" disponível em: http://www.bsolot.info/wp-content/uploads/2011/02/Kropotkin_Piotr-Campos_fabricas_y_talleres.pdf. Tradução: Rodolpho Jordano Netto, Rogério Haesbaert e Daniel Sanfelici.

²Século XIX (N.T.)

³"Bonanza farm" era o nome dado a grandes fazendas em processo de mecanização no Oeste dos Estados Unidos ao final do século XIX, embrião, poderíamos dizer, do que hoje se denomina "agronegócio". (N.T.)

⁴Século XIX (N.T.)

pela natureza a produzir trigo, para alimentar os países industriais; que a Inglaterra deveria abastecer todos os mercados com tecidos de algodão, ferragens e carvão; a Bélgica com tecidos de lã, e assim por diante. Até mesmo dentro de cada nação, cada região deveria ter sua própria especialidade. Assim vinha ocorrendo há algum tempo e assim deveria continuar. Dessa forma vêm se fazendo fortunas que, do mesmo modo, seguirão sendo feitas.

Tendo sido proclamado que a riqueza das nações é medida pela quantidade de lucros obtidos por poucos, e que os maiores lucros são feitos por meio de uma especialização do trabalho, a questão não era concebível senão quando os seres humanos se submetessem sempre a tal especialização, quando as nações pudessem se especializar como se fossem operários. Se a teoria fosse boa para os dias de hoje, porque deveríamos nos preocupar com o amanhã? O amanhã poderia trazer sua própria teoria!

E assim tem sido feito: a estreita concepção de vida que consistia em pensar que os *lucros* são o único grande estímulo para a sociedade humana, e a obstinada ideia que supõe que o que existia ontem vai existir para sempre, provaram-se em desacordo com as tendências da vida humana, a qual tomou outra direção. Ninguém negará o alto grau de produção que se pode alcançar por meio da especialização. Porém, precisamente à medida em que o trabalho que se exige do indivíduo na produção moderna se torna mais simples e mais fácil de aprender e, por conseguinte, também mais monótono e cansativo, mais destacada se torna a necessidade do indivíduo em diversificar seu trabalho, em exercitar todas as suas habilidades. A humanidade percebe que não há nenhuma vantagem para a comunidade condenar um ser humano a estar sempre no mesmo lugar, numa fábrica [*workshop*] ou numa mina, e que nada se ganha em privá-lo de um trabalho que o colocaria em livre contato com a natureza, fazendo dele parte consciente de uma grande todo, um parceiro dos mais elevados prazeres da ciência e da arte, do trabalho livre e da criação.

Também as nações se negam a ser especializadas: cada uma é um composto agregado de gostos e inclinações, de vontades e recursos, de capacidades e poderes inventivos. O território ocupado por uma nação é igualmente um tecido muito variado de solos e climas, de montes e vales, de encostas, que conduzem a variedades ainda maiores de territórios e de raças. A variedade é o caráter distintivo, tanto do território quanto de seus habitantes, e essa variedade implica também uma variedade de ocupações. A agricultura demanda a existência das manufaturas, e estas sustentam a agricultura. Ambas são inseparáveis, e sua mútua combinação e integração produz os mais amplos

resultados. À medida que o conhecimento técnico se torna um domínio virtualmente generalizado, à medida que se torna internacional, e que não é possível mais mantê-lo oculto, cada nação adquire os meios de aplicar toda a variedade de suas energias a toda a variedade de empreendimentos industriais e agrícolas.

O conhecimento ignora limites políticos artificiais. O mesmo se passa com as indústrias, e a presente tendência humana é de ter a maior variedade possível de indústrias reunidas ao lado da agricultura, em cada país e em cada região distinta. As necessidades da aglomeração humana correspondem assim às necessidades do indivíduo e, enquanto uma divisão *temporária* de funções permanece como a mais segura garantia de êxito em cada empreendimento particular, a divisão *permanente* está condenada a desaparecer e a ser substituída por uma variedade de ocupações intelectuais, industriais e agrícolas – correspondentes às diferentes aptidões do indivíduo, assim como à variedade de capacidades dentro de cada agregado de seres humanos.

Assim, quando saímos da escolástica de nossos livros e examinamos a vida humana em seu conjunto, logo descobrimos que, enquanto todos os benefícios de uma divisão temporária do trabalho devem ser mantidos, já é hora de demandar os benefícios da *integração do trabalho*. A economia política tem até o momento insistido principalmente na *divisão*. Nós proclamamos a *integração*, e sustentamos que o ideal de sociedade, isto é, o estado no qual a sociedade já está em marcha, é uma sociedade de trabalho integrado, combinado. Uma sociedade na qual cada indivíduo seja um produtor de ambos, trabalho manual e intelectual; onde cada ser humano que tenha capacitação física seja um trabalhador, e onde cada trabalhador trabalhe tanto no campo quanto na indústria, onde cada agregado de indivíduos, numeroso o suficiente para dispor de certa variedade de recursos naturais, seja uma nação ou uma região, produza e consuma a maior parte de seus próprios produtos agrícolas e industriais.

Mas é claro que, enquanto a sociedade permanecer organizada de tal modo que permita aos proprietários da terra e do capital, sob a proteção do Estado e de direitos históricos, apropriarem-se para si mesmos do excedente anual da produção humana, não será possível efetuar inteiramente tal mudança. Mas o presente sistema industrial, baseado na permanente especialização de funções, carrega já em si mesmo os germes de sua própria ruína. As crises industriais, que a cada dia se tornam mais agudas e prolongadas, e tornam-se ainda piores e mais agudas pelos armamentos e as guerras implicadas no atual sistema, tornam sua manutenção cada vez mais difícil. Além disso, os trabalhadores

manifestam claramente sua intenção de não mais suportar com paciência as misérias provocadas por cada crise. Cada uma delas acelera o dia em que as atuais instituições da propriedade individual e da produção serão profundamente abaladas com essas lutas internas que irão depender do maior ou menor grau de bom senso das classes hoje privilegiadas.

Também sustentamos, porém, que qualquer tentativa socialista para transformar as atuais relações entre o capital e o trabalho fracassará se não levar em conta as tendências, acima mencionadas, em direção à integração. Essas tendências, na nossa opinião, ainda não receberam a devida atenção por parte das diferentes escolas socialistas – algo que deveria ser feito. Uma sociedade reorganizada terá que abandonar a falácia de pretender especializar as nações, tanto para a produção industrial quanto agrícola. Cada uma deveria contar consigo mesma para a produção de alimentos e de grande parte, se não a maioria, das matérias-primas; deveria buscar os melhores meios de combinar a agricultura e a manufatura, o trabalho no campo e a indústria descentralizada, e deveria proporcionar uma “educação integrada”, educação que, sozinha, ensinando tanto ciência quanto artesanato desde a mais tenra infância, pode dotar a sociedade das mulheres e dos homens de que verdadeiramente precisa.

Cada nação como seu próprio agricultor e fabricante; cada indivíduo trabalhando no campo e em alguma arte industrial, cada um combinando o conhecimento científico com o prático – tal é, afirmamos, a tendência atual de nações civilizadas.

O prodigioso crescimento de indústrias na Grã-Bretanha e o desenvolvimento simultâneo do tráfego internacional, que agora permite o transporte de matérias-primas e de artigos alimentícios em uma escala gigantesca, criaram a impressão de que umas poucas nações da Europa Ocidental estavam destinadas a se tornar as manufatureiras do mundo. Elas precisavam apenas, argumentava-se, abastecer o mercado de artigos manufaturados e retirariam de toda a superfície da terra o alimento que elas próprias não pudessem produzir, assim como as matérias-primas necessárias para suas manufaturas. A contínua e crescente rapidez das comunicações transoceânicas e as facilidades crescentes dos fretes, têm contribuindo para fortalecer essa impressão. Se tomamos os quadros sedutores do tráfego internacional, tão admiravelmente elaborados por Neumann Spullart – o estatístico e quase o poeta do comércio mundial – estamos inclinados a cair em êxtase diante dos resultados obtidos. “Porque temos que cultivar o trigo, criar gado e ovelhas, cultivar pomares, passar pelo árduo trabalho do agricultor e

olhar apreensivamente para o céu temendo uma má colheita, quando podemos obter, com muito menos dificuldade, montanhas de grãos da Índia, América, Hungria e Rússia; carne da Nova Zelândia, legumes dos Açores, maçãs do Canadá, uvas de Málaga, e assim por diante?” – exclamam os europeus ocidentais. “Já hoje” - dizem - “nosso alimento consiste, mesmo entre os lares mais modestos, de produtos trazidos de todo o mundo. Nossa roupa é feita com fibras cultivadas e lã obtidas em todas as partes do globo. As pradarias da América e Austrália, as montanhas e estepes da Ásia, os desertos gelados das regiões árticas, os desertos da África e as profundezas dos oceanos, os trópicos e as terras do sol da meia-noite, são nossos tributários. Todas as raças de homens contribuem no fornecimento de nossos alimentos básicos e bens de luxo, vestuário cotidiano e trajes de festa, enquanto enviamos em troca o produto de nossa inteligência superior, nosso conhecimento técnico e nossas poderosas capacidades de organização comercial e industrial. Não é uma visão grandiosa essa frenética e complexa troca de produtos através do mundo e que cresceu tão rápido em tão poucos anos?”

Por mais grandiosa que possa ser, não seria um mero pesadelo? Haveria necessidade? A que preço tem sido obtido e quanto tempo irá durar?

(...)

O progresso deve ser procurado em outro lugar. *Ele reside na produção para uso doméstico.* Os consumidores dos tecidos de Lancashire ou dos talheres de Sheffield, das sedas de Lyon e da farinha dos moinhos da Hungria não estão na Índia, nem tampouco na África. Os verdadeiros consumidores dos produtos das nossas fábricas devem ser as nossas próprias populações. E eles podem sê-lo, bastando organizar nossa vida econômica de maneira a que possam escapar da sua atual privação. Não há propósito em enviar lojas flutuantes para Nova Guiné com chapéus ingleses ou alemães, quando há muitos potenciais consumidores para os chapéus britânicos em suas próprias ilhas, e para os bens alemães na Alemanha. Em vez de nos preocuparmos com planos para atingir consumidores no exterior, seria melhor tentar responder às seguintes questões: por que o trabalhador britânico, cujas capacidades industriais são tão enaltecidas em discursos políticos; por que o pequeno agricultor escocês ou o camponês irlandês, cujo trabalho obstinado para criar novo solo produtivo a partir de turfeiras é ocasionalmente mencionado, não são consumidores dos tecelões de Lancashire, dos cuteleiros de Sheffield ou dos mineiros de Northumbria ou do País de Gales? Por que os tecelões de Lyon não apenas não

usam seda, como às vezes não têm comida nos seus sótãos? Por que os camponeses russos vendem seu milho, e por quatro, seis, às vezes oito meses a cada ano são forçados a misturar casca e pastagem do gado a um punhado de farinha para produzir seu pão? Por que as crises de fome são tão comuns em meio aos produtores de trigo e arroz na Índia?

Sob as atuais condições da divisão entre capitalistas e trabalhadores, entre proprietários e as massas vivendo com salários incertos, a difusão da indústria para novas áreas é acompanhada pelos mesmos terríveis fatos da opressão impiedosa, do massacre de crianças, da miséria e da insegurança da vida. O relatório dos Inspetores de Fábricas da Rússia, o relatório do Plauen Handelskammer, as investigações italianas e os relatórios sobre as indústrias em crescimento na Índia e no Japão estão repletos das mesmas revelações feitas pelos Relatórios das Comissões Parlamentares entre 1840 e 1842, ou das modernas revelações acerca do “sistema [fabril] precário/explorador” [*sweating system*] de Whitechapel e Glasgow, da miséria de Londres ou do desemprego de York. O problema do capital e do trabalho é, assim, universalizado; mas, ao mesmo tempo, também se simplifica. O retorno a uma situação em que o milho é produzido e os bens são manufaturados *para o uso das próprias pessoas que os cultivam e os produzem* – este será, sem dúvida, o problema a ser resolvido ao longo dos próximos anos da história europeia. Cada região tornar-se-á sua própria produtora e consumidora dos bens manufaturados. Ao mesmo tempo, isto implica, inevitavelmente, que a região será produtora e consumidora dos produtos agrícolas. (...)

ESPAÇO POLÍTICO

Iná Elias de Castro

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Espaço político, apenas como expressão, tem sido usado na geografia política no sentido de salientar tanto a interação entre o espacial e o político como a espacialidade da política ou mesmo a ideia de que há uma essência política no espaço como indicada por Lefèbre (1974). Esta é, por exemplo, a perspectiva da revista *L'Espace Politique*, surgida em 2007, cujo título se refere ao espaço da geografia política e tem por objetivo ultrapassar a divisão entre esta e a geopolítica, privilegiando os “temas fundamentais [que] se articulam em torno das noções de espaço e de territórios” (ROSIÈRE, 2007). Nessas abordagens, não é possível falar de um conceito ou mesmo uma noção de espaço político, mas de uma expressão que busca indicar o quanto espaço e política estão interligados, o que tem conduzido a algumas simplificações do tipo todo espaço é político ou toda política tem uma dimensão espacial.

A condição para buscar uma compreensão do espaço político como um conceito capaz de distinguir um objeto com qualidade, características distintas e significação para a reflexão e pesquisa na geografia política foi dada a partir do que Glassner et al. (1967) chamaram de “notável mudança de escala nas questões estudadas” pela disciplina após a década de 1960, que abriu a possibilidade para trabalhos na micro escala e para novos enfoques na abordagem de problemáticas características dos conflitos de interesses nos espaços subnacionais. Mas, algumas décadas foram necessárias para o processo de reconhecimento do espaço político como uma categoria de análise na disciplina. Este tem sido desde então um desafio para pensar o espaço e a política não como duas acepções distintas ou interligadas numa compreensão generalizante, mas como passíveis de um sentido próprio quando a política

torna-se um atributo de um determinado espaço e este uma parte constitutiva daquela. Ou seja, quando este espaço qualifica a política que o diferencia de outros espaços e lhe atribui uma dinâmica própria da qual resulta um conteúdo diferenciado desse espaço.

Mas o recurso à noção de espaço político não está restrito à geografia, nem a disciplina foi pioneira na ideia, nem requer a materialidade do espaço que os geógrafos reivindicam em suas análises. O conceito de espaço político foi utilizado pioneiramente por Antony Downs (1957) como o espaço da competição eleitoral, na qual eleitores racionais se alinham num continuum de esquerda-direita. A partir de seus estudos, firmou-se uma corrente de análise espacial na ciência política norte americana, importante para estudos de competição eleitoral na qual se identificavam os espectros ideológicos da preferência dos eleitores como conservadores ou progressistas (STOKES, 1963). Sintetizando esta corrente, D'Alimonte (2003:392), explica que “por espaço político se entende a área de conflito que constitui a relação entre eleitores e partidos, num dado sistema político e num certo momento histórico”. Mesmo se nesta perspectiva teórica o espaço seja metafórico e não considere qualquer componente que permita identificar este espaço abstrato da competição eleitoral como geográfico, é importante observar, como fizeram muitos geógrafos, o quanto existe de expressão espacial do voto, já identificada pela geografia eleitoral e o quanto o espaço político da competição eleitoral adquire visibilidade e materialidade nos espaços legislativos.

Mas a mudança de escala nos estudos de geografia política e o recurso às teorias desenvolvidas pela ciência política, já na década de 1970, favoreceram maior compreensão sobre como os conflitos políticos

nos espaços subnacionais podem definir espaços qualitativamente diferentes. Neste período, Soja (1974) chamou a atenção para o problema da análise locacional dos conflitos de interesses, negligenciada nos estudos dos sistemas políticos. A crítica dos geógrafos americanos à ciência política recaiu sobre a necessidade de ênfase também nos fundamentos territoriais, na estrutura espacial e na expressão locacional do sistema político, além dos processos e das relações que o moldam. Nesta mesma linha, o autor criticou o fato de os sistemas – social e político – serem pensados, “em essência, frequentemente e totalmente divorciados de seu contexto geográfico” (op.cit.:59). Em reforço a esta observação, Soja (1974:61-62) utiliza a expressão espaço político como o espaço da comunidade política que se torna definida em termos territoriais e aponta a necessidade de maior interação entre a ciência política e a geografia como possibilidade para futuras pesquisas cooperativas (op.cit.:66). Estimulados pela mesma problemática colocada na década, Cox, Reynolds e Rokkan (1974:29) afirmam que sistemas políticos são também sistemas espaciais, pois a localização tem significância crítica para os conflitos locais e para as suas soluções. Na década de 1970, o debate da geografia política norte americana sobre as abordagens locais do poder e dos conflitos foi uma resposta às análises sistêmicas da ciência política e da sociologia que teimavam em ignorar a importância do espaço geográfico como parte da dinâmica das relações sociais. A partir da leitura atenta pelos geógrafos políticos das teorias da ciência política e da sociologia e da sua incorporação à agenda da disciplina, não era mais possível desconhecer que uma análise consistente dos arranjos locais dos conflitos sociais necessitava de uma compreensão mínima daquelas teorias. Estavam postos neste debate os elementos necessários ao avanço de uma compreensão da política como possibilidade, recurso e estratégia para as configurações do espaço.

A partir do final da década de 1970, Kevin Cox (1979) aprofunda as pesquisas sobre os conflitos locais nas alocações de políticas públicas, trazendo para a geografia o tema da “public choice”, consolidado da ciência política. Nessa época, seus estudos eram sobre as estratégias políticas de grupos de pressão para atrair investimentos em políticas públicas favoráveis aos seus locais de moradia. Mas, em trabalhos posteriores, a questão do espaço como necessária, e não contingente, tanto às relações sociais como à política, contribuiu para as muitas possibilidades da relação espaço e política. Esta era evidente, não apenas como reflexão conceitual geral, mas, como problemática para a investigação empírica que focava determinados espaços como objeto para compreensão do fenômeno estudado (COX, 1991:161).

Mas, foi no início da década de 1990 que a ideia do

espaço político como objeto de reflexão se colocou de maneira mais clara, embora ainda não completamente formulada. Esta, afinal, pressupunha ir além da perspectiva já amplamente aceita da interação entre a política e o espaço. Era neste sentido que um número especial da revista *Espaces Temps* (43-44, 1990), reeditado posteriormente como livro (LÉVY, 1991) começava com a indagação: “Espaço político, mas do que se trata exatamente?” Especialistas, não apenas geógrafos, foram convidados para responder brevemente à questão: “O que você entende por “espaço político”?” (LÉVY, 1991:17). Mas as respostas, naquele momento, não foram muito além da necessidade de reconhecer os espaços recortados pela função política das instituições de governo com a mediação das ações da sociedade civil. O espaço político foi percebido como uma dimensão da sociedade, como um nível espacial particular (LÉVY, 1991:209). Ainda era pouco claro o que seria este “nível espacial particular”.

Porém, já era possível identificar nessas discussões a emergência de duas questões centrais: a necessidade de considerar Estado e governo como potências organizadoras dos conflitos entre o espaço político e o espaço civil e a regulação crescente da vida política e dos movimentos sociais (LÉVY, 1991:210). Mas é em obra posterior que Jacques Lévy (1994:15) propõe o espaço político como objeto a partir da consideração “da política (...) como um poder sobre as coisas, uma potência de transformação, seja direta, seja como patamar para outras ações e finalmente uma modificação do espaço civil (...)”. Para o autor, o espaço político incorpora a vida social e os modos como esta pode modificar a geografia da decisão política, seja na geografia eleitoral, seja a intencionalidade do ator espacial individual para a ação concreta sobre o habitat. Analisando com um pouco mais de atenção, as questões levantadas pelo autor eram dirigidas ao esforço de renovação e ampliação da agenda da geografia política, sendo a ideia de espaço político um recurso importante para legitimar na disciplina as diferentes escalas e os recortes locais demarcados tanto pela ação do poder público, como aqueles das preferências eleitorais ou mesmo das escolhas residenciais. Mas, o espaço político considerado pelo geógrafo francês também poderia ser visto como o espaço da política, ou seja, o espaço de toda a sociedade, ou ainda, de modo mais específico, o espaço político torna-se uma invenção permanente da sociedade (LÉVY, 1994:248/258).

Ainda na década de 1990, Smith (1995:82) dá continuidade ao debate sobre a incorporação da teoria política para a análise das questões da geografia humana e os movimentos sociais são destacados pela capacidade de criar novos espaços políticos para novas geografias. Nesse trabalho, os movimentos sociais, como agentes de transformação sócio espaciais e de

controle do poder, são focados tanto como novas formas coletivas de ação política nas sociedades pós-industriais como importantes nas escalas comunitárias para a configuração do que ele chama de espaço político.

Mesmo se a partir da década de 1970 até a década de 1990 a renovação da geografia política implicou a incorporação de conceitos da ciência política para compreender de que modo fenômenos políticos (tais como: ação coletiva; alocação de recursos governamentais; políticas públicas; decisão do eleitor; divisões político administrativas; movimentos sociais etc.) impactavam o espaço, ainda não estava claro como o espaço político era compreendido. Este era definido ora como o espaço da sociedade, ora como o espaço da resistência social, também como o espaço das escolhas eleitorais, ou mesmo como o que era chamado de espaço da política, aquele contemplado nas análises da geografia política, tanto na escala global como na escala nacional, regional ou local, especialmente nos espaços urbanos. Ou seja, com tantas possibilidades, o espaço político poderia ser todo e qualquer espaço tratado na geografia política.

No campo intelectual da democracia, as discussões sobre a necessidade de espaços e fóruns para a sua efetivação e legitimidade social (YOUNG, 2000), consolidou a discussão e as pesquisas sobre espaços políticos nas ciências sociais. Estes são categorizados, de modo mais geral, como espaços de lutas, de mobilizações por direitos, envolvimento dos cidadãos na governança, de reivindicações, de protestos etc. (DANIEL, 2002; KOEBEL, 2011; HOLSTON, 2013; CORNWALL, 2002, 2007; BROCKETT, 2015). Mas, estes espaços podem ser também aqueles das redes virtuais, sem materialidade, mas importantes por conectar movimentos em diferentes lugares do globo ou por facilitar a conexão entre o espaço virtual e o espaço concreto das mobilizações (CASTELLS, 2015; SMITH, 2015; DEANGELIS, 2015).

Nessa literatura, um bom exemplo da convergência do conceito de espaço político dos movimentos sociais para aquele aplicado na geografia encontra-se em Cornwall (2002). Os espaços políticos, objeto de análise da autora, possuem materialidade, representam arenas políticas dentro e além do Estado-nação e constituem "alguma coisa que pode ser criada, aberta e remodelada. (...) O ato de participação pode ser visto dando vida a espaços, bem como esculpindo novos espaços e criando novas formas sociais com seu próprio domínio e ímpeto" (Op.cit.p.2). Esses espaços estão associados a arenas políticas e à governança, cuja função é abrir canais de comunicação com o poder político institucionalizado com objetivo de ampliar o atendimento às demandas sociais por voz e inclusão. Frente às possibilidades e complexidade das formas de participação e dos espaços escolhidos e moldados para isto, a autora organiza

uma tipologia de espaços políticos com base em critérios de: relação entre participantes e instituições; efemeridade, ou seja, espaços que se abrem com propósitos particulares e se fecham novamente; espaços escolhidos; espaços abertos das manifestações. Estas são algumas formas que assumem os espaços de ação de atores sociais e institucionais com objetivo de mudança, ou de conservação. Para a autora, diferentes possibilidades de participação e do envolvimento público na governança reforçam a cidadania e legitimam esses espaços. Ou seja, a questão central, subsumida nas suas reflexões conceituais e na pesquisa empírica, é: de que modo os espaços políticos forjados pela sociedade, em aliança ou em confronto com as instituições, adquirem funcionalidades e formatos diferenciados.

A ideia da necessidade de um espaço para a realização da política encontra-se também em Hanna Arendt, quando indica que o homem - como ser que age - constitui o centro da política (ARENDR, 1998:21-23). Elaborando a ideia do espaço político como um lugar, a autora argumenta que a ação política transborda das casas legislativas - espaços instituídos por excelência - para outros que constituem o seu repto. Mas, ao ponderar que o agir em comum dos homens acontece essencialmente no espaço político, Arendt (1998:78-79) destaca a função primordial da política na relação entre a força, possibilidade do indivíduo ou da minoria, e o poder, potência da maioria, como base dos acordos necessários à ordem social e política.

Na discussão até aqui exposta, a questão mais geral da relação entre o espaço e a política é o substrato analítico de onde emerge o espaço político como objeto que merece atenção na geografia política. Tendo em vista as muitas possibilidades do conceito para a pesquisa na disciplina, em suas diferentes escalas, e para o estabelecimento de um diálogo enriquecedor com as ciências sociais, a reflexão sobre ele permanece na agenda.

Nesse diálogo, a expansão contemporânea da democracia de massas que resultou na multiplicação e visibilidade das esferas públicas e das arenas políticas tem balizado na geografia política a aplicação do conceito de espaço político (CASTRO, 2016). Nesta aplicabilidade do conceito há uma compreensão de que a política se revela em espaços concretos e que a qualificação do espaço pela política supõe uma dimensão da sociedade e possui no mínimo três atributos: a escala, a métrica e a substância (LÉVY, 1999), mas que interagem com a dimensão conflitual do mundo social. É neste sentido que atores políticos constroem escalas de ação (COX, 1998) que conferem visibilidade e estabelecem recortes operacionais, cujas métricas se definem pelo alcance, na sociedade, dos impactos das decisões tomadas. Neste processo, os parlamentos e os espaços escolhidos pela

sociedade para dar voz e visibilidade às suas demandas constituem espaços políticos que podem ser menos ou mais ativos.

O espaço político é então um tipo de espaço ao mesmo tempo de encontro, de debates e acordos sobre interesses conflitantes, pode ser ou não visível e acessível a todos e personifica a materialidade inerente à vida política que supõe não apenas pensar e falar, mas também o agir (CASTRO, 2012). O espaço político é então um lugar mobilizado para o confronto, onde os homens agem coletivamente com uma intenção, o lugar da defesa de interesses, da negociação e da disputa de poder sobre os acordos em relação às normas necessárias ao convívio pacífico entre diferentes visões de mundo. Há, pois na ação no espaço político uma dimensão instituinte, ou seja, uma conexão com o poder decisório governamental, qualquer que seja a sua escala.

Os espaços políticos podem ser pensados como objetos geográficos, uma vez que estes são simultaneamente disposição física das coisas e práticas sociais que ali ocorrem (GOMES, 2012:37). Porém, esta disposição e estas práticas apresentam diferenciações e a princípio esses espaços podem ser classificados segundo critérios de escala, métrica e substância, como já indicado, como fundamentos da sua visibilidade (reconhecimento), abrangência (alcance) e efetividade (efeitos desejados) respectivamente. Como outros autores nas ciências sociais citados já o fizeram, é possível estabelecer uma tipologia de categorias básicas de espaços políticos que podem ser tratados na geografia, com uma terminologia que remete à qualidade mais essencial de cada tipo considerado. Identificamos três tipos básicos de espaços políticos: exclusivos, limitados e abertos, tendo em vista a característica mais essencial da ação política em cada um.

Os Parlamentos, as Assembleias ou Câmaras Legislativas são decerto espaços políticos exclusivos, ou seja, são construídos e organizados essencialmente para o debate e a deliberação política. Possuem ampla visibilidade e reconhecimento formais, são espaços onde se debatem interesses gerais conflitantes e cujos efeitos das decisões tomadas, sua substância, são erga omnes, ou seja, afetam o conjunto de cidadãos representados nos recortes territoriais da sua jurisdição e sua métrica, demarcada pela escala da ação. A ideia de exclusividade decorre do fato de que nas democracias representativas, apenas nas instituições legislativas é possível estabelecer normas impositivas a toda a sociedade no limite da sua circunscrição. Por dedução, os espaços da representação política são, pois, espaços políticos por excelência (BOBBIO, 1987).

Os espaços políticos limitados correspondem aos muitos espaços de debates e representação de interesses específicos na sociedade, institucionalizados

e facultados por normas de participação em diferentes modelos de democracia como diferentes tipos de conselhos e de fóruns temáticos, associações de moradores (AZEVEDO, 2016). A qualificação de limitado remete mais à demarcação temática e decisória do que à escala dos seus efeitos. Ou seja, esses espaços podem ter resultados efetivos de suas ações em diferentes escalas, mas são restritos à agenda temática, como parte da sua atribuição.

Os espaços políticos abertos (CASTRO, 2016), que Cornwall (2002) chamou de espaços políticos de movimentos e momentos efêmeros, se expressam nas ruas e praças, lugares do cotidiano social que se metamorfoseiam em arenas de demandas, conflitos e ação, o que os investe de evidente caráter político (MACHADO FILHO, 2017). Estes são espaços da visibilidade e da performance política em bruto, ou seja, como forma que precisa ser interpretada (BUCCI, 2016). Sua escala e métrica são variáveis e instáveis, mas seus afeitos, como condição da sua substância podem afetar profundamente algumas decisões políticas de prazo mais longo, estabelecendo um nexo entre a "praça" e o "palácio", ou mais objetivamente, entre a sociedade e seus governantes. Estes são espaços de ação abertos a toda a sociedade, qualidade intrínseca aos espaços escolhidos para manifestações, protestos, passeatas, ocupações e tudo mais que a imaginação dos ativistas sociais decidir criar para alcançar seus objetivos políticos. Nunca é demais lembrar que quanto mais livres, numerosos e reconhecidos pela sociedade esses espaços, maior será o vigor da sua participação política na organização e defesa dos seus interesses.

A tipologia aqui exposta, muito mais sintética do que a proposta por Cornwall (2002), por exemplo, tem se mostrado útil para a geografia política na medida em que ela estabelece os três lugares privilegiados da ação política nas condições do mundo atual. O suposto é que o espaço político modela e é modelado por determinados tipos de ação da sociedade, tornando-se o lugar de debate, de discussão, de deliberação ou apenas de manifestação de vontades. Mas, o que é peculiar nesses espaços é a sua qualidade de estabelecer nexos entre os interesses que neles se expressam e a produção de normas favoráveis àqueles capazes de se impor aos demais, questão central da política. Se do ponto de vista da operacionalidade da pesquisa, a identificação desses três tipos de espaços pode parecer à primeira vista restritiva, na realidade ela tem o mérito de superar a imprecisão da ideia de que o espaço político é o espaço da competição eleitoral, ou o espaço da vida social ou ainda o espaço recortado pelas escalas de ação da gestão pública. Desse modo, a consideração da política supõe reforçar a perspectiva do Estado e governo como potências organizadoras da vida social tendo em vista as diferentes formas de mobilização da sociedade como potências instituintes

que dialogam e se confrontam permanentemente com o status quo. Mas, deve ser destacado que estas ações qualificam um dado espaço onde é possível identificar e descrever um cenário real no qual normas são colocadas em questão. É nesta força dinâmica que se delineiam os cenários múltiplos e complexos dos espaços políticos, cada vez mais apropriados como objeto de pesquisa das ciências sociais, mas que merecem ser estudados e compreendidos pela geografia, tendo em vista o desafio que colocam para a compreensão mais objetiva da relação entre o espaço e o fato político.

Referências

- ARENDETT, Hanna (1998) *O que é política*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.
- AZEVEDO, Daniel A. (2016) *A democracia participativa como um sofisma: uma interpretação geográfica da democracia*. UFRJ, Tese de Doutorado. Rio de Janeiro.
- BOBBIO, Norberto (1987) *Estado governo sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- BROCKETT, Charles D. (2015) The repression/protest paradox in Central America. In: GOODWIN, J. ; JASPERS, J.M. (Edts) *The social movements reader: cases and concepts*. New Jersey: Wiley-Blackwell, 3 ed. p.363-369
- BUCCI, Eugênio (2016) *A forma bruta dos protestos*. São Paulo: Companhia das Letras.
- CASTELLS, Manuel (2015) The egyptian revolution. In: GOODWIN, J. ; JASPERS, J.M. (Edts) *The social movements reader: cases and concepsts*. New Jersey: Wiley Blackwel, 3ed. p.45-52
- CASTRO, Iná E. (2012) O espaço político limites e possibilidades do conceito. In: Castro, I. E. Gomes, P. C. C.; Correa, L. (Orgs.) *Olhares geográficos*, Rio de Janeiro, Ed. Bertrand.
- CASTRO, Iná E. (2016) Espaços políticos e novos desafios da relação Estado-sociedade no Brasil. In: SPOSITO, E. S.; SILVA, C.A.; SANT'ANNA, J. L. MELAZZO, E. S. (Orgs) *A diversidade da geografia brasileira*. Rio de Janeiro: Consequência. p.95-112
- CORNWALL, Andrea (2002) Making spaces, changing spaces : situation participation in development. *IDS Working Papers 170*, October, Brighton
- CORNWALL, Andrea; Coelho, Vera S (2007). Spaces for change? The politics of participation in new democratic arenas. In : CORNWALL, A.; COELHO, V. S. (Edts) *SPACES FOR CHANGE ?* London: Zed Books.
- COX, Kevin ; REYNOLDS, David R. (1974) Locational approaches to power and conflict In: COX, K. ; Reynolds, D. R.; ROKKAN, S. (Edts) *Locational approaches to power and conflict*. Sage Publications.
- COX, Kevin R. (1979) *Location and public problem*. Chicago: Maaroufa Press.
- COX, Kevin (1991) Classes, localisations et territoires. In : LÉVY, J. (Org.) *Géographies du politique*. Paris: Presses de F.N.S.P./ESPACESTEMPS, p.161-173
- COX, Kevin (1998). Spaces of dependence, spaces of engagement and the politics of scale, or: looking for local politics. *Political Geography 17*, p. 1-23.
- D'ALIMONTE, Roberto (2003) Espaço político. In : BOBBIO, Norberto et. al. *Dicionário de Política*. Brasília: Ed. UnB.
- DANIEL, Justin (2002) L'espace politique aux Antilles françaises. *Révue Ethnologie Française*, Vol.32, p.589-600
- DEANGELIS, Enrico (2015) L'espace politique virtuel avant et après la chute de Moubarak: une critique des réseaux sociaux en Egypte. *Egypte/Monde Arabe*, n°12, p.195-227
- DOWNS, Antony (1957) *An economic theory of democracy*. New York: Harper.
- GLASSNER, Martin I.; DE BLIJ, Harm J. (1967) *Systematic political geography*. New Jersey: John Wiley & Sons.
- GOMES, Paulo Cesar C. (2012) GOMES, Paulo Cesar da Costa (1997). "Geografia fin-de-siècle: o discurso sobre a ordem espacial do mundo e o fim das ilusões". In: CASTRO, I. E. et al. (Orgs.) *Explorações geográficas*. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand.
- HOLSTON, James (2013) *Cidadania insurgente*. Companhia das Letras. São Paulo.
- KOEBEL, Michel (2011) Décentralisation et autonomie de l'espace politique local. *Révue Savoir/Agir*, N°15, p.39-47
- LEFÈBVRE (1974) *La production de l'espace*. Paris: Anthropos. (disponível em português)
- LÉVY, Jacques (1991). Espèces d'espaces politiques. In: LÉVY, J. (Org.) *Géographies du politique*. Paris: Presses de F.N.S.P./ESPACESTEMPS.
- LÉVY, Jacques (1994). *L'espace Légitime*. Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques.
- LÉVY, Jacques (1999). *Le tournant géographique*. Paris: Belin.
- MACHADO FILHO, Guilherme (2017) *Espaços da política: a relação entre o espaço político das Assembleias e o*

espaço político das ruas no contexto das manifestações políticas brasileiras contemporâneas. UFRJ, Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro

ROSIÈRE, Stéphane (2007) Comprendre L'Espace Politique. *L'Espace Politique*, n.1.

SMITH, Graham (1996) Teoria política e geografia humana. In: Gregory, D. et al. Geografia humana. Zahar. Rio de Janeiro.

SMITH, Jackie (2015) The transnational network for democratic globalization. In: GOODWIN, J. ; JASPERS, J.M. (Edts) *The social movements reader: cases and concepsts*. New Jersey: Wiley Blackwel, 3ed. p.184-195

SOJA, Edward W. (1974) A paradigm for geographical analysis of political systems. In: COX, K. ; Reynolds, D. R.; ROKKAN, S. (Edts) *Locational approaches to power and conflict*. Sage Publications. p.43-71

STOKES, D. (1963) Spatial models of party competition. *American Political Science Review*, LVII.

YOUNG, Iris M. (2000) *Inclusion and democracy*. University Press, Oxford.

Leituras recomendadas

CASTRO, Iná E. (2012) O espaço político limites e possibilidades do conceito. In: CASTRO, I. E. GOMES, P. C. C.; CORREA, L. (Orgs.) *Olhares geográficos*, Rio de Janeiro: Ed. Bertrand.

CASTRO, Iná E. (2016) Espaços políticos e novos desafios da relação Estado-sociedade no Brasil. In: SPOSITO, E. S.; SILVA, C.A.; SANT'ANNA, J. L. MELAZZO, E. S. (Orgs) *A diversidade da geografia brasileira*. Rio de Janeiro: Consequência. p.95-112

CORNWALL, Andrea; COELHO, Vera S (2007). Spaces for change? The politics of participation in new democratic arenas. In : CORNWALL, A.; COELHO, V. S. (Edts) *Spaces for Change?* London: Zed Books.

LÉVY, Jacques (1991). Espèces d'espaces politiques. In: LÉVY, J. (Org.) *Géographies du politique*. Paris: Presses de F.N.S.P./ESPACESTEMPS, 1991.

LÉVY, Jacques (1994). *L'espace Légitime*. Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques.

GUDYNAS, E. (2015) *Extractivismos: Ecología, economía y política de un modo de entender el desarrollo y la Naturaleza*. Cochabamba: CEDIB/CLAES.

Luiz Jardim Wanderley¹

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

O presente texto busca instigar o debate em torno da noção de extrativismo, proposta pelo pesquisador Eduardo Gudynas - em sua obra *Extractivismos: Ecología, economía y política de un modo de entender el desarrollo y la Naturaleza*, publicada em 2015 -, enquanto concepção central para interpretação da realidade e das transformações históricas e geográficas na América Latina, em particular no início do século XXI. Especialmente no Brasil, este debate se faz necessário, tendo em vista a negação da academia, dos políticos e da sociedade em se compreender enquanto um país extrativista².

A obra em questão, ainda sem tradução para o português, publicada em primeira edição na Bolívia - em parceria do Centro de Documentación e Información Bolívia (CEDIB)³ e Centro Latino Americano de Ecología

¹Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Integrante do Grupo de Pesquisa PoEMAS - Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade. Professor da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: lulawanderley@gmail.com

²Evitando maiores confusões interpretativas, assim como faz o próprio autor, reafirmamos que a noção de extrativismo como exposta no livro não remete à usualmente utilizada no Brasil, onde está associada às práticas espaciais de populações tradicionais em sua relação com a Natureza. O autor chega a destacar em sua matriz explicativa que existem diferentes formas de extração de recursos do meio, ou modos de apropriação, com impactos, volume e intensidades variados sobre o ambiente e com finalidades distintas para os seres humanos. Os modos de apropriação variam da agricultura familiar para fins de subsistência local e baixo volume e intensidade de extração até, em última escala, o extrativismo mineral, dos hidrocarbonetos e do monocultivo exportador.

³CEDIB é um centro de pesquisa situado em Cochabamba, na Bolívia, com produção ativa de estudos sobre a realidade boliviana e latino-americana nos temas dos conflitos sociais e ambientais no campo e na cidade. Criada em 1970, a instituição se dedicou nas últimas décadas

Social (CLAES)⁴ -, reuniu um conjunto de contribuições que Gudynas desenvolveu em livros e artigos na última década, em diálogo com parceiros políticos (sobretudo movimentos sociais) e pesquisadores. No entanto, não se trata de uma compilação de textos dissociados, mas sim da reunião de ideias-chaves e, principalmente, de um exercício empírico (rico em dados e informações em diferentes escalas e países) elaborado no intuito de promover uma compreensão da realidade histórico-geográfica da América Latina, a partir da conjuntura de intensificação das vivências coletivas em torno do extrativismo no início do século XXI.

O livro é, sem dúvida, um aprimoramento do primeiro esforço mais amplo do autor de entender o desenvolvimento na América Latina sob o prisma teórico da Ecologia Política⁵ em *Ecología, Economía y Ética del Desarrollo Sostenible*, de 2002. Nesta primeira obra, Gudynas debruçou-se sobre o conceito de Natureza em suas múltiplas faces, variações no tempo histórico e nas formas de interpretação pelos diferentes sujeitos sociais, compreendendo-a, portanto, como uma construção

a contribuir de maneira crítica sobre as políticas de desenvolvimento centradas no extrativismo, em particular na Bolívia, no Peru e no Equador (ver <https://www.cedib.org/>).

⁴CLAES é um centro de investigação sediado em Montevidéu, Uruguai, criado em 1989, desenvolve pesquisas sobre questões ambientais e desenvolvimento na América Latina, em particular na perspectiva crítica a partir da ciência política, economia, ecologia social e direitos humanos. Eduardo Gudynas atua como pesquisador e secretário executivo desta organização (para acessar as produções do CLAES ver <http://ambiental.net/>).

⁵Para Gudynas (2010), Ecologia Política é o arcabouço teórico que permite analisar, a partir do âmbito da política, os processos e atores envolvidos nos temas ambientais que se expressam no espaço público.

social. Ao analisar as transformações da Natureza na América Latina, o autor se sustentou teoricamente na contradição entre crescimento econômico e devastação ambiental, retomando os debates fundados nos anos de 1970 sobre os limites da natureza e a expansão do consumo dos recursos não-renováveis (ver também Porto-Gonçalves, 1990). A crítica mais forte que se fazia, naquele momento, era sobre o fortalecimento das políticas ambientais neoliberais, que, com base na economia ambiental, monetariza a natureza, tornando-a capital e patrimônio natural e, ao mesmo tempo, cria mecanismos de mensuração das condições ambientais apropriáveis pelo mercado (posteriormente difundido com terminologia Economia Verde). A reflexão sobre uma inserção dependente da América Latina no capitalismo globalizado se fazia presente de maneira embrionária, compreendendo-a como região exportadora de matérias-primas na desigual divisão internacional do trabalho e *locus* de investimentos geradores de grandes impactos ambientais.

Na obra *Extractivismos*, o autor conduz o leitor a uma rota epistemológica em torno da Ecologia Política da América Latina que se inicia na enunciação da noção de extrativismos, e não mais de Natureza, enquanto conceito central para compreender a produção capitalista do espaço latino-americano, no bojo do processo histórico do colonialismo e, em particular, do incremento da apropriação dos recursos da Natureza no século XXI (Capítulo 1). Neste traçado, o autor retoma a raiz histórica da reprodução de um modo de apropriação extrativista e sua feição mais recente no *boom* das *commodities* - 2002-2011 (capítulos 2, 3 e 4); elucida sobre os impactos ambientais e territoriais do ponto de vista ecológico e social (capítulos 5, 6 e 7) e as respostas de resistências na deflagração de conflitos sociais (capítulo 11); retrata os processos globais em rede que coordenam e ordenam o modo de apropriação por meio dos extrativismos (capítulos 8, 9 e 10), com reflexos econômicos sobre a dependência nacional e a exclusão social (capítulo 12); revela como os governos de distintas correntes político-partidárias, em especial os progressistas, se sustentaram no extrativismo como solução para o crescimento econômico, atuando como Estado compensador, mesmo que isso representasse mais violência e menos democracia (capítulos 13, 14, 15 e 16). Ao final, como raramente visto nas ciências sociais, o autor nos brinda com a formulação de uma alternativa para a pavimentação de um caminho pós-extrativista para região (capítulos 17, 18 e 19).

O debate sobre a noção de extrativismo é urgente no contexto brasileiro, por isso a destacaremos do restante da obra. Existe certa resistência em aceitar que o Brasil tenham se caracterizado, enquanto modelo de desenvolvimento, em uma economia neoextrativista, como defenderam Milanez e Santos (2013a). A

resistência teórica está associada à interpretação de que o país passou apenas por um processo de reprimarização das exportações e não da economia como um todo ou mesmo da sociedade de maneira ampla, no bojo do chamado neodesenvolvimentismo das últimas duas décadas (DELGADO, 2015). Todavia, a noção proposta por Gudynas alarga de maneira substancial a noção de extrativismo e nos obriga a repensar as bases teórico-metodológicas utilizadas para analisamos o caso brasileiro. O próprio autor afirma "o Brasil é o maior extrativista do continente. Apenas suas exportações de minérios representam o triplo das vendas de minerais de todos os demais países sul-americanos somados" (GUDYNAS, 2017)⁶.

Gudynas prefere se referir ao termo extrativismos, no plural, por considerar que existem inúmeras atividades contempladas por ele, indo além da mineração, do petróleo e gás natural usualmente identificados como tal. Englobam também a "produção" de outros produtos primários com base nos monocultivos agrícolas, na pecuária intensiva, na pesca em escala, piscicultura e carcinicultura, e até mesmo o turismo internacional de massa. Igualmente, os modos de apropriação da Natureza são organizados de maneiras diversas econômica e politicamente e a presença estatal também muda não seguindo um padrão, seja no âmbito dos diferentes setores da economia extrativista ou pelas situações políticas distintas em cada país.

Os extrativismos seriam assim uma forma específica de relação entre sociedade e Natureza por meio da ação de extrair. O que diferenciaria os extrativismos de outros tipos de extração seria a intensidade dos efeitos ambientais no processo de extração e o destino dos recursos extraídos. Deste modo, "los extractivismos siempre deben cumplir simultáneamente tres condiciones: un alto volumen y/o intensidad en la extracción, ser recursos sin procesar o con escaso procesamiento, y donde se exportan el 50% o más de esos recursos" (GUDYNAS, 2015: p. 17). Portanto, ainda se incluiria no espectro dos extrativismos as indústrias de transformação primária e intensiva em recursos naturais voltadas para exportação, como siderurgia, metalurgia, refinarias, frigoríficos, transformação de alimentos, etc.

A partir desse recorte teórico ao ressaltarmos apenas o setor da rede de produção do agronegócio (o que inclui os setores a jusante e a montante da agropecuária) teríamos uma participação no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro em torno de 23%⁷, em 2016. Se incluíssemos ainda grandes setores extrativistas

⁶Declaração proferida em entrevista ao IHU On-Line. Disponível em <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/566265-esquerda-e-progressismo-sao-hoje-duas-coisas-diferentes-na-america-latina-entrevista-especial-com-eduardo-gudynas>

⁷Dado publicado pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), em "PIB e Performance do Agronegócio", 2017.

como a mineração e metalurgia (4% do PIB⁸) e o petróleo e gás (próximo aos 15% do PIB⁹) se tornaria mais patente a opção extrativista da economia brasileira (totalizando, pelo menos, 42% do PIB), nesta eclosão recente do (neo) extrativismo no século XXI. Tal predominância massiva da rede extrativa na economia nacional não é reflexo apenas de políticas e investimentos dos governos eleitos nas últimas duas décadas, aproveitando o contexto internacional de *boom* das *commodities*. Ao longo da história, o extrativismo esteve no centro do planejamento territorial brasileiro, com maior ou menor grau de incentivo estatal, dependendo do período, assim tendo perpassado por governos monárquicos, liberais, nacionais-desenvolvimentistas, ditatoriais, neoliberais e pós-neoliberais (neodesenvolvimentistas ou mesmo neoextrativistas¹⁰).

O método de análise multiescalar, do local ao global e vice-versa, mas também compreendendo as ações transescalares dos diferentes atores ligados ao extrativismo - a glocalização por exemplo - é um grande mérito da obra. Segundo o autor, o extrativismo só é possível sob a ordem da globalização (GUDYNAS, 2015: p. 231), estando a organização do modo de extração exportador de grande porte inserida enquanto primeira etapa da rede global de produção, situada principalmente em regiões periféricas. A inserção na rede global de produção se faz de modo dependente, de maneira que a governança global capitalista se impõe sobre a gestão dos territórios nacionais e comunitários através: da definição internacional do preço e da demanda por recursos naturais; das decisões das grandes corporações transnacionais; e dos meios de regulação conduzidos pelas instituições internacionais e por governos de países centrais.

Quicá a compreensão da inter-relação entre extrativismo e a intensificação do capital financeiro e especulativo no cerne do modelo neoliberal seria ainda uma contribuição a ser melhor investigada, pois segue sem grandes respostas por parte de Gudynas. O capital financeiro e os agentes especulativos vêm produzindo uma série de “inovações” matemático-financeiras que permitem pilhar ainda mais as sociedades e espaços extrativistas produtores de *commodities*. Possibilita-se, com isso, a multiplicação do capital fictício, a partir de negociações das *commodities* em bolsas de mercadorias e futuros que, por outro lado, estão ancoradas na materialização e territorialização dos extrativismos em espaços periféricos da economia-mundo, gerando uma série de impactos sociais e ambientais.

⁸Dado publicado pelo Ministério de Minas e Energia em Sinopse 2017, não contemplando a sequência da cadeia produtiva a jusante e montante da mineração e da metalurgia.

⁹Disponível em <http://patrocinados.estadao.com.br/empresasmais-2016/setor/mineracao-e-cimento/>

¹⁰Sobre a diferenciação de neoliberalismo, neodesenvolvimentismo e neoextrativismo no Brasil, ver Milanez e Santos (2013b).

Comumente excluídos das análises das redes globais de produção, os grupos sociais locais atingidos não se colocam passivos aos efeitos impostos sobre seus corpos e (des)territórios. No caso, os espaços ricos em recursos naturais de cobiça global na América Latina estão permanentemente em disputa entre o processo de territorialização dos atores com lógica extrativista e as outras práticas socioespaciais das comunidades locais, por vezes desterritorializadas, deformadas e fragmentadas para ceder lugar a novos espaços de extração (GUDYNAS, 2015: p.164).

A resistência surge como ações de contestação (protestos e conflitos) quase que inerentes aos projetos extrativistas, promotores de impactos e injustiças socioterritoriais, ambientais e trabalhistas (LOSEKANN, 2016). As resistências são variadas e podem visar o reconhecimento e legitimação dos sujeitos como atingidos; a diminuição dos impactos por alterações tecnológicas ou mecanismos de compensação/ indenização; podem inclusive objetivar anular o empreendimento extrativo. Em situações de conflitos, os governos nacionais ficam entre conceder cada vez mais atrativos ao capital extrativista e ao mesmo tempo enfrentar a resistência popular (GUDYNAS, 2015: p. 330). Como saída, os meios de controle político alternam da atuação de um Estado compensador ao rompimento dos marcos democráticos, recorrentemente associado ao exercício da violência estatal.

Em uma crítica à Ecologia Política do extrativismo à luz da conjuntura de pós-boom das *commodities*, Zibechi (2016) questiona a pouca preocupação teórica em produzir uma análise para além de um viés economicista dos efeitos ambientais, que utiliza a noção de acumulação por espoliação de Harvey (2004). Para Zibechi, assim como o capitalismo não é um modo econômico de acumulação por mais-valor simplesmente, mas sim um projeto de sociedade ou formação social, “a economia extrativista - de conquista, roubo e pilhagem - é apenas um aspecto de uma sociedade extrativista, ou uma formação social extrativista, que é a característica do capitalismo na fase em que o capital financeiro é dominante”. Um grande diferencial das sociedades extrativistas em comparação as ditas industriais seria que o trabalho perde valor e é substituído pela pilhagem, evaporando assim os sujeitos e mercantilizando até mesmo a própria reprodução da vida (ZIBECHI, 2016).

Apesar de um olhar ainda muito concentrado na concepção econômica das relações sociais, Gudynas teve a felicidade de propor uma interpretação do extrativismo não a partir do conceito de modo de produção, mas sim de modo de apropriação, cunhado a partir da contribuição de “modo de extração” proposto por Bunker (1985).

Los modos de apropiación describen diferentes formas de organizar la apropiación de distintos recursos naturales (como materia, energía o procesos ecológicos), para atender fines humanos, en sus contextos sociales y ambientales. (...) Incluye los entendidos sobre qué es un recurso y qué no lo es, sus diversas valoraciones, el acceso, los marcos institucionalizados que sostienen esa apropiación tales como los derechos de propiedad, las relaciones sociales que se despliegan en esa apropiación, desde las formas concretas de trabajo al papel del empresariado o del Estado, y las vías de distribución e inserción en los modos de producción (GUDYNAS, 2015: p. 189).

A partir das contribuições do livro, observa-se que outro ponto ainda necessário de maior aprofundamento seria como os extrativismos nas diversas faces e fases de distintos modos de apropriação da Natureza moldaram as sociedades extrativistas latinoamericanas, a partir de uma perspectiva da colonialidade - esforço iniciado com Galeano (1980). Essas sociedades identificam o extrativismo não apenas como meio da acumulação primitiva e uma forma de colonialidade (antropocêntrica e utilitarista) na apropriação da Natureza como mercadoria, mas como estratégia de crescimento e, ao mesmo tempo, com salvação modernizadora do território em contraposição à própria Natureza "selvagem" e às populações tradicionais subalternizadas (ASSIS, 2014). As sociedades extrativistas ao se verem utilizando e elaborando novas tecnologias para fins de extração (vide exploração do pré-sal, biotecnologia, grandes obras de engenharia, hidroelétricas, tecnologia mineral, etc.), ao vangloriar suas corporações transnacionais extrativas e ao se compreender inseridas na globalização, mesmo que subordinadamente, creem, quase que fielmente, trilhar o caminho do desenvolvimento, por mais que isso represente mais pilhagem e reprodução da desigualdade, da pobreza e dependência externa.

Gudynas, então, nos colocou o desafio de uma agenda política utópica, epistêmica e empírica para a realidade latino-americana, inclusive com aprofundamentos dos casos nacionais. Todavia, o maior desafio sem dúvida reside na formulação de uma alternativa popular ao desenvolvimento para além do extrativismo (GUDYNAS, 2015: p. 400). Considerando, *a priori*, que na cultura latino-americana o desenvolvimento se encontra essencialmente enraigado pelo extrativismo e por valores coloniais e antropocêntricos subordinadores de grupos étnico-raciais não brancos e da Natureza.

Referências

- ASSIS, W. (2014) Do colonialismo à colonialidade: expropriação territorial na periferia do capitalismo. *Caderno CRH*, Salvador, v. 27, n. 72, p. 613-27.
- BUNKER, S. (1985) *Underdeveloping the Amazon: Extraction, Unequal Exchange, and the Failure of the Modern State*. Urbana, IL: University of Illinois Press.
- DELGADO, G. (2012) *Do capital financeiro na agricultura à economia do Agronegócio*. Brasília: IPEA.
- GALEANO, E. (1980) *As veias abertas da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- GUDYNAS, E. (2015) *Extractivismos: Ecología, economía y política de un modo de entender el desarrollo y la Naturaleza*. Cochabamba: CEDIB/CLAES.
- ____ (2010) La ecología política de la crisis global y los límites del capitalismo benévolo Iconos. *Revista de Ciencias Sociales*, núm. 36, p. 53-67.
- ____ (2004) *Ecología, Economía y Ética del Desarrollo Sostenible*. Montevideo: CLAES.
- HARVEY, D. (2004) *O novo imperialismo*. São Paulo: Edições Loyola.
- LOSEKANN, C. (2016) A política dos afetados pelo extrativismo na América Latina. *Revista Brasileira de Ciência Política*. n.20, p.121-164.
- MILANEZ, B.; SANTOS, R. (2013a) Neoextrativismo no Brasil? Uma análise da proposta do novo marco legal da mineração. *Revista Pós Ciências Sociais*, v. 10, n. 19, p. 119-148.
- ____ (2013b) Neodesenvolvimentismo e neoextrativismo: duas faces da mesma moeda? *37º Encontro Anual da ANPOCS*.
- PORTO GONÇALVES, C. W. (1990) *Os (Des)caminhos do Meio Ambiente*. São Paulo: Contexto.
- ZIBECHI, R. (2016) Extrativismo como projeto de sociedade. *Outras Palavras*. Publicado em 19/10/2016. Disponível em <https://outraspalavras.net/posts/o-extrativismo-como-projeto-de-sociedade/>